



**VIRGULINO CARTOGRAFADO:  
RELAÇÕES DE PODER E TERRITORIALIZAÇÕES  
DO CANGACEIRO LAMPIÃO (1920-1928)**

**GUERHANSBERGER TAYLLO AUGUSTO SARMENTO**

**NATAL/RN  
2019**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS  
LINHA DE PESQUISA III: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

**VIRGULINO CARTOGRAFADO:  
RELAÇÕES DE PODER E TERRITORIALIZAÇÕES  
DO CANGACEIRO LAMPIÃO (1920-1928)**

GUERHANSBERGER TAYLLOW AUGUSTO SARMENTO

NATAL/RN

2019

GUERHANSBERGER TAYLLOW AUGUSTO SARMENTO

**VIRGULINO CARTOGRAFADO:  
RELAÇÕES DE PODER E TERRITORIALIZAÇÕES DO  
CANGACEIRO LAMPIÃO (1920-1928)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Dissertação aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior – Orientador/Presidente  
Programa de Pós-graduação em História - UFRN

---

Dr. André Souza Martinello – Examinador Externo  
Departamento de Geografia - UDESC

---

Dr. Francisco Firmino Sales Neto – Examinador Interno  
Programa de Pós-graduação em História - UFRN

---

Dr. Raimundo Nonato Araujo da Rocha – Suplente  
Programa de Pós-graduação em História - UFRN

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -  
CCHLA

Sarmento, Guerhansberger Tayllow Augusto.

Virgulino cartografado: relações de poder e territorializações do Cangaceiro Lampião (1920-1928) / Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmento. - Natal, 2019. 190f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

1. Lampião - Dissertação. 2. Relações de poder - Dissertação. 3. Territorializações - Dissertação. 4. Espaço - Dissertação. I. Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94(812/813)

Para Gerlania, minha mãe querida, que me fez guerreiro;

Para Raimundo Augusto Neto, meu pai, que me fez Flamengo;

Para Gustavo, meu irmão;

Para Luiza, Geralda, Chico Moreno e Luiz, meus avós que ao mesmo tempo considero como pais;

Para meu bisavô paterno, Raimundo Augusto (*In Memoriam*);

Para José Romero Araújo Cardoso (*In Memoriam*);

Para meu orientador, professor Durval Muniz, que acreditou na proposta de trabalho desde o primeiro dia;

Para Francisco Firmino Sales Neto, meu amigo e fonte de inspiração.

## AGRADECIMENTOS

O historiador, cuja função é problematizar as memórias e os usos do passado, deixa de lado sua criticidade no ato de agradecer. É o momento de olhar para as mãos, os abraços e as mensagens de apoio que foram silenciadas pelo texto. O agradecimento culmina na desterritorialização do historiador profissional e na reterritorialização do autor corpóreo, muitas vezes escondido por trás da escrita, cheio de sentimentos, lembranças e afetos.

Agradeço:

Aos meus pais, que financiaram a maior revolução de minha vida: estudar e ter condições de me inserir onde eles não tiveram a oportunidade de entrar, na universidade. O amor paterno e materno é isso, oferecer ao filho o mundo. Aproveitei e saí de uma pequena cidade do interior da Paraíba para realizar sonhos nos grandes centros. Obrigado, amo vocês!

Ao meu orientador, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, por ter aceitado me orientar e ter realizado um dos meus sonhos acadêmicos. Muito obrigado pelos ensinamentos, pelas conversas e por todo carinho com que me recebeu em Natal.

Aos amigos e amigas do grupo de pesquisa “Cartografias Contemporâneas: história, espaços, produção das subjetividades e práticas institucionais”, pelos afetos e diversas discussões teóricas que ajudaram no meu refinamento conceitual e político.

Ao amigo Francisco Firmino Sales Neto, que me ensinou os caminhos da universidade e se tornou um grande companheiro. Suas palavras confortam e transformam o medo em força, coragem e esperança. Quando crescer quero ser do tamanho de Neto. Obrigado!

À Greyce Kelly, minha companheira, a pessoa que me apoia e transmite um amor em forma de luz. Sintetizada no romance da *Bela Inês*, do nosso cantor favorito, Alceu Valença: “ela tem uma luz que me alumia, ao meio dia clareia a luz do sol”.

Aos professores do programa, em especial Francisco das Chagas Fernandes Santiago Junior; Renato Amado Peixoto; Raimundo Pereira Alencar Arrais; Durval Muniz de Albuquerque Junior; e Magno Francisco de Jesus Santos, pelas disciplinas ministradas.

Aos professores Raimundo Nonato e André Martinello, pelas contribuições apresentadas na qualificação do texto, como também no tratamento carinhoso e receptivo.

Aos secretários e coordenadores do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN, pela eficiência e disposição em realizar suas funções. Em especial a Luann Alves, pela atenção e amizade.

À CAPES pelo financiamento deste trabalho.

Aos colegas do curso de mestrado, pelas vivências compartilhadas, conselhos e os diversos tipos de ajuda.

Ao professor Francisco Pereira Lima, de Cajazeiras, Paraíba, pelos conselhos e auxílio logístico na viagem por algumas cidades do Pajeú pernambucano. Na oportunidade chegamos na cidade de Calumbi, onde fomos recepcionados pelo amigo Lourinaldo Teles Pereira Lima, a quem também gostaria de agradecer pela receptividade e disponibilidade.

Ao eterno amigo José Romero Araújo Cardoso (*In Memoriam*), com quem troquei inúmeras mensagens e aprendi muito. Se estivesse entre nós, certamente iria ler o texto com muito carinho e atenção. Que saudades sinto da nossa janela de conversa nas redes sociais.

Aos amigos Alexandre Kalew, Pedro Felipe, Lucy, Lisandra e Hallyson, presentes ganhados em Natal e que desejo levar para a vida.

Aos meus primos Helison Sarmiento e Elanya Sarmiento pela convivência agradável por quase um ano.

À cidade litorânea de Natal, que acolheu o menino do interior e cuja receptividade e vivências ficaram literalmente tatuadas no meu corpo.

Aos familiares e amigos que não foram citados, mas que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

*“(...) construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se territorializar em outra parte”.*

(Deleuze no vídeo “L’abécédaire de Gilles Deleuze”, filmado em 1988 por Claire Parnet *apud* COSTA, 2016, p. 99)

## RESUMO

Este trabalho investiga as relações de poder e os processos de territorialização que o cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião (1898-1938), construiu por meio do estabelecimento de uma rede de protetores e coiteiros e em contraponto a uma rede de opositores, entre os anos de 1920 e 1928, nos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Aqui o espaço do cangaço *lampiônico* não é entendido como dado e preestabelecido, mas como resultado dos jogos de poder e das múltiplas relações que esse cangaceiro agenciou com sujeitos de destaque da política sertaneja dentro do contexto da chamada Primeira República. O território é aqui percebido em sua dimensão processual, possibilitando interpretar as ações de Lampião como produtoras de múltiplos territórios, que ganharam configurações espaciais diversas, como: territórios em rede, territórios em zona ou territórios em movimento. Três tipos de fontes foram explorados nesta pesquisa: os jornais, que divulgaram notícias sobre Lampião, entre os anos de 1920-1928; os relatos policiais; e a bibliografia memorialística sobre o cangaço e o bando de Lampião. Partindo da problematização dessas produções e do diálogo com a historiografia do tema, busco entender como se deram as múltiplas territorializações do cangaceiro Lampião.

**Palavras-chave:** Lampião; Relações de poder; Territorializações; Espaço.

## ABSTRACT

This work investigates the relations of power and processes of territorialization that the cangaceiro<sup>1</sup> Virgulino Ferreira da Silva, better known as Lampião<sup>2</sup> (1898-1938), constructed through the establishment of a network of protectors and coiteiros<sup>3</sup> and in counterpoint to a network of opponents, between the years of 1920 and 1928, in the states of Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Ceará and Rio Grande do Norte. Here the space of the *cangaço lampiônico*<sup>4</sup> is not understood as given and pre-established, but as a result of the games of power and of the multiple relations this cangaceiro has dealt with prominent subjects of the *sertaneja*<sup>5</sup> politics in the context of the First Republic. The territory is perceived here in its procedural dimension making it possible to interpret Lampião's actions as producers of multiple territories, which have gained diverse spatial configurations, such as: networked territories, territories in zones or territories in movement. Three types of sources were explored in this research: the newspapers, which published news about Lampião, between the years 1920-1928; the police reports; and the memorialist bibliography about the cangaço and the band of Lampião. Starting from the problematization of these productions and the dialogue with the historiography of the theme, I try to understand how the multiple territorializations of the cangaceiro Lampião took place.

**Keywords:** *Lampião*; Power relations; Territorializations; Space.

---

<sup>1</sup> It was a heavily armed mobster who had been in band along the Brazilian Northeast, especially during the first three decades of the XX.

<sup>2</sup> Virgulino Ferreira da Silva, commonly known as Lampião, was a Brazilian *cangaceiro*.

<sup>3</sup> Were people who helped the *cangaceiros*, giving them shelter and food.

<sup>4</sup> Lampião's reign period.

<sup>5</sup> Which is situated in the interior, of a place, of a state, of a city.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: POR UMA HISTORIOGRAFIA DOS ESPAÇOS NO CANGAÇO LAMPIÔNICO.....</b>	<b>25</b>
1.1 Por uma leitura dinâmica dos sertões no tempo de Lampião.....	26
1.2 O determinismo geográfico em Gustavo Barroso e o cangaço como espaço político em Rui Facó.....	36
1.3 Cangaço, espaços e territorializações: por um enfoque multidisciplinar.....	48
<b>CAPÍTULO 2: RELAÇÕES DE PODER NO CANGAÇO E ESPACIALIZAÇÃO DAS QUESTÕES FAMILIARES.....</b>	<b>60</b>
2.1 O cangaço como lugar de poder e de formação de sujeito na sociedade sertaneja....	60
2.2 Espacialização do conflito entre Ferreiras e Nogueiras Alves de Barros.....	69
2.3 De Virgulino a Lampião: o mestre tecelão e o aprendiz de cangaceiro.....	87
<b>CAPÍTULO 3: TERRITORIALIZAÇÕES DO CANGACEIRO LAMPIÃO: REDE, ZONA E MOVIMENTO.....</b>	<b>97</b>
3.1 A logística da rede para a desreterritorialização de Lampião.....	97
3.1.1 <i>Fazendo e desfazendo redes na Paraíba.....</i>	108
3.1.2 <i>Do Ministro da Justiça para Padim Ciço ver: tecendo redes e zonas no Cariri cearense.....</i>	117
3.1.3 <i>Inventando um rei: a repressão em sua zona de atuação em Pernambuco e a modificação espacial emergencial.....</i>	127
3.2 Da intervenção no substrato material espacial ao território móvel (ou em e pelo movimento).....	136
3.2.1 <i>As práticas espaciais militares do cangaceiro.....</i>	137
3.2.2 <i>O território móvel de Lampião.....</i>	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>163</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS .....</b>	<b>168</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>177</b>

## INTRODUÇÃO

O cangaço vem sendo tema de meus estudos desde os primeiros textos produzidos na graduação. Lá pelos idos de 2013 comecei a participar de eventos sobre a temática e entrar em contato com sua vasta bibliografia. Natural da cidade de Lastro, no sertão paraibano, convivi com muitas narrativas orais sobre cangaceiros, jagunços e coronéis, sobretudo com as histórias do coronel Manoel Gonçalves, figura que povoa até hoje o imaginário popular dos habitantes da pequena cidade do sertão paraibano. Meu bisavô paterno, Raimundo Augusto, era conhecido por todos da localidade por Ruado Velho, foi um misto de cabra<sup>6</sup> e morador do coronel Manoel Gonçalves. Com o passar do tempo, Raimundo Augusto se tornou na comunidade um homem-memória, sendo sempre procurado para falar sobre o passado. Mas que passado era esse? Era o passado do coronelismo e do cangaço, pois a história da cidade, assim como de muitas outras da região, passou a ser representada como inseparável das ações dos coronéis e cangaceiros.

Em uma rua estreita, uma ladeira tomada de casas por todos os lados, podia-se encontrar, ao longo do dia e no começo da noite, um senhor negro, que já beirava os noventa anos de idade, sentado em uma cadeira de balanço, na calçada de sua humilde casa. Sorriso no rosto – a imagem que sempre rememoro são de suas constantes gargalhadas, a *rostidade*<sup>7</sup> de Ruado Velho estava em seu sorriso –, sua pele negra e enrugada, com marcas e cicatrizes deixadas pela ação do tempo, sinalizava para um passado de trabalho pesado. Essa imagem foi selecionada da minha infância, quando passava esporadicamente na casa do meu bisavô, para pedir-lhe a benção. E ao rememorar agora em forma de texto, sou afetado pelo sentimento saudoso do meu velhinho, digo meu porque ele faz parte de mim, parte de uma temporalidade que agora volta em forma de saudade.

---

<sup>6</sup> Frederico Pernambucano de Mello apresenta uma definição muito utilizada pelos pesquisadores sobre o cabra e o jagunço. O primeiro, é o homem de armas que possui chefe ou patrão, desempenhando mandatos tanto de ordem ofensiva quanto defensiva, geralmente mora e cuida das terras do latifundiário. Tem obrigação de servir em armas ao seu chefe quando este se envolve em algum conflito, encerrado o litígio, volta às obrigações cotidianas da fazenda. Já o jagunço vive das armas, vende sua força de guerra aos interessados, sendo assim, não pertence a um único chefe. Quando um conflito se encerra, o jagunço recebe pelo seu serviço e está livre para servir outros interessados. O cabra tem ligações com a terra, muitas vezes até de parentesco com o chefe, já o jagunço presta serviço momentâneo e tem nas armas seu instrumento de negócio. Ver em: MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

<sup>7</sup> O filósofo francês Gilles Deleuze, no platô “Ano zero – rostidade”, promove uma reflexão textual que não se conforma em ser filosófica e, por isso, paira no território da poesia. Através da ideia de *máquina abstrata produtora de rostidade*, o autor apresenta uma discussão em torno da produção social dos rostos. Para ele, a *rostidade* recobre de significância e subjetividade tudo em que se projeta, seja a cabeça ou outras partes do corpo, o corpo, objetos ou paisagens. Por isso que a *rostidade* do meu bisavô estava no sorriso, lugar que centraliza minhas subjetividades em forma de memória. Ver: DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

A calçada, a cadeira de balanço e os ouvintes formavam os personagens da paisagem que, como diz Simon Schama (2009), antes de ser natureza é cultura; uma produção da imaginação projetado sobre uma forma material e, neste caso, a paisagem da casa de Ruado Velho é um constructo de várias camadas de memórias. Narrativas que criaram paisagens para o cangaço na região, e paisagens que criam memórias sobre cangaceiros, como no caso de Chico Pereira, cangaceiro nascido na vizinha cidade de Nazarezinho, Paraíba. Foi através das histórias sobre esse cangaceiro, que meu bisavô contava para minha vó Luiza e que, por vezes, me contava, que surgiu o interesse pelas leituras voltadas para esta temática, bem como minha opção pelo curso de história.

Ao iniciar o curso de história, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras, Paraíba, conheci o professor Francisco Firmino Sales Neto, encontro que produziu não só uma pesquisa, mas também uma grande amizade. Foram três anos de investigação sobre o cangaço onde busquei problematizar os discursos memorialísticos construídos sobre o cangaceiro paraibano Francisco Pereira Dantas, mais conhecido como Chico Pereira. Tentei perceber como essas memórias se constituíram como *vontades de verdades* e verificar como a escrita da história sobre esse cangaceiro se apropriou dessas produções. O texto monográfico circulou e foi bem aceito pelos estudiosos, o que culminou na sua transformação em livro com o título: *Nas redes das memórias: as múltiplas faces do cangaceiro Chico Pereira*.<sup>8</sup>

Como Chico Pereira viveu quase um ano junto ao bando de Lampião, entre os anos de 1924-25, entrei em contato com muitos trabalhos sobre Lampião, na verdade, li muito mais sobre este do que sobre aquele. Lampião é um dos personagens mais biografados da América Latina, tendo chamado atenção do jornal The New York Times e de pesquisadores estrangeiros como o historiador inglês Eric Hobsbawm<sup>9</sup>, e o norte-americano Billy Jaynes Chandler. É deste último uma das melhores biografias sobre o personagem tema deste estudo.<sup>10</sup> A fama de Lampião ainda em vida, juntamente com as inúmeras produções posteriores na literatura,

---

<sup>8</sup> Para mais informação sobre a pesquisa, ler em: SARMENTO, G. T. A. **Nas redes das memórias: as múltiplas faces do cangaceiro Chico Pereira**. Natal: Sebo Vermelho, 2017. A história de Chico Pereira será tratada mais detalhadamente no segundo capítulo desta dissertação.

<sup>9</sup> Autor dos livros *Rebeldes e primitivos* (1970) e *Bandidos* (1976), produzidos no momento de redefinição e alargamento dos objetos de estudo da História Social. Balizado pelos conceitos de “movimentos sociais pré-políticos” e “banditismo social”, Hobsbawm buscou acionar um lugar epistemológico que tornasse possível pensar experiências históricas de rebeliões sociais destoantes dos modelos clássicos de movimentos sociais estabelecidos pelas próprias interpretações marxistas (PEREIRA, 2000, p. 211).

<sup>10</sup> Me refiro ao livro: CHANDLER, B. J. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

cinema, artesanato, música, teatro e até mesmo em propagandas comerciais<sup>11</sup> fez com que o seu nome encarnasse a ideia de cangaço, ofuscando e deixando no esquecimento muitos homens e mulheres (que entraram no cangaço a partir de 1930 quando Maria Bonita decidiu ingressar na vida cangaceira), que foram agentes desse fenômeno, desde os fins do século XIX até a primeira metade do século XX.

Mesmo diante de uma vasta historiografia sobre a vida de Lampião, percebi que as questões espaciais raramente aparecem, constituindo uma grande lacuna nos estudos sobre o personagem e o cangaço em geral. O território e o espaço quando surgem são confundidos como sinônimos de terra, como uma forma material preexistente e inerte às ações dos sujeitos históricos. O leitor vai perceber adiante que o único estudo que escapou dessa tendência foi a dissertação defendida, em 1995, pelo antropólogo Luiz Jorge Villela, com a qual estabelecerei diálogo ao longo de todo este trabalho.

Após o fim da pesquisa monográfica onde trabalhei com história, memória e historiografia, fiquei interessado de alguma forma nas discussões em torno da relação entre história e espaços no cangaço, agora voltado para o cangaceiro Lampião. Não me bastava a afirmativa genérica de que Lampião teria percorrido sete estados do que hoje conhecemos como Nordeste. Parece muito até mesmo para um bandido nômade. Então, seria preciso deixar de lado o aspecto simbólico e representacional que atrelou este cangaceiro a uma vasta área regional, e buscar refletir quais os pontos de frequência e atividade do bandoleiro e seu bando. Foi nesse momento que surgiram as seguintes questões: por que Lampião frequentou dadas zonas? Por que escolhe algumas áreas e ao invés de outras? Quem eram seus agenciadores? Quais os interesses envolvidos? Quais as práticas espaciais mobilizadas pelo cangaceiro?

Ao ingressar no ano de 2017 no Programa de Pós-graduação em História da UFRN (*Campus Natal*), cujo eixo central de discussão gira em torno da relação entre história e espaços, desenvolvi um amadurecimento teórico-metodológico que permitiu aprofundar os questionamentos iniciais e desenvolver outros, pois percebi que Lampião constituiu e experimentou várias modalidades de territórios.

Defino o território segundo Souza (2014) como “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2014, p. 78), apesar deste autor ter usado a ideia de poder presente em Hannah Arendt, pelo qual é pensado através da legitimidade coletiva, sendo a violência um sintoma de perda de legitimidade e, conseqüentemente, de poder.

---

<sup>11</sup> Chamo atenção para o trabalho de Mariana Cysneiro Soares, que propõe pensar como essas produções levaram Lampião a ser uma marca que vende a ideia de Nordeste. Ver em: SOARES, M. C. C. **Lampião, a marca que vende o Nordeste**. Recife: Ed do Autor, 2007.

Aqui trabalho o poder em sua dimensão relacional, tal como pensado pelo filósofo francês Michel Foucault. Para este, o poder não está localizado ou centrado em uma instituição, e nem tampouco funciona como algo que se transmite por meio de contratos jurídicos ou políticos. Enquanto na teoria política tradicional se atribui ao Estado o monopólio do poder, em Foucault, percebe-se a existência de uma espécie de malha operando através de micro poderes que podem (ou não) estar articulados ao Estado, atravessando, assim, toda a estrutura social.<sup>12</sup> Lampião é entendido aqui como um bandido micropolítico, dissidente, e muitas vezes associado às práticas coronelísticas que alimentavam e reproduziam os modelos de governabilidades em suas diversas instâncias, local, estadual ou federal.

De acordo com Costa (2016), o território deve ser entendido em sua multiplicidade, seja ele se configurando em rede, em zona, ou em movimento. A territorialidade em rede é marcada pelo estabelecimento de algum tipo de controle em uma dada área por meio de conexões com sujeitos, tendo como característica principal a espacialização descontínua, marcada pela dinâmica da mobilidade e do dueto ausência/presença. Por exemplo, se Lampião estivesse presencialmente no estado paraibano e mantivesse ao mesmo tempo aliados no Cariri cearense, pode-se dizer que o cangaceiro estava territorializado em redes no Ceará, sem necessariamente estar lá naquele momento. Esse caráter descontínuo, foge da ideia tradicional do território como algo necessariamente delimitado e com fronteiras estabelecidas. Então, onde se pode localizar o território em rede tecido por Lampião? Nas relações de agenciamentos com seus protetores. Eram essas alianças que permitiam ao cangaceiro exercer um controle em dadas áreas. Ali ele poderia dormir, comer, dançar, negociar e prestar os mais valorosos serviços da profissão. Nas redes, os sujeitos que se relacionam dependem um dos outros como no constante exercício de dar e receber. Quando os pactos se rompem, os resultados são desastrosos, ou melhor, são desterritorializantes. Territorializar-se implica a ação de urdiduras e comandos de redes.

O território-rede pode assumir uma feição zonal ou de área de frequência. Uma vez que é exercido através da articulação de vários pontos ou *nós*, o engrossamento das redes, sua maior duração no tempo, produzem o que Raffestin (1993) denominou de malha, e Costa (2016) chamou de zona. Sendo assim, o território em rede articula e produz a territorialidade zonal. Por exemplo, no estado de Pernambuco, Lampião teceu redes com personagens de vários municípios como Águas Belas, Vila Bela, Tacaratu, Buíque, Floresta, entre outros. Em cada um desses lugares, pode ter constituído um ou vários territórios em rede. Todas essas redes articuladas proporcionaram a produção de seu território em zona no Pajeú pernambucano.

---

<sup>12</sup> Ver: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

O que ligava as redes e permitia a atuação em zonas se não o próprio movimento do cangaceiro? Ainda de acordo com Costa (2016), mudanças tecnológicas recentes obrigaram a ampliação da concepção de território a ponto de incluir a ideia de territórios móveis. Um dos exemplos é o projeto de *idades flutuantes móveis*, enormes navios capazes de funcionar como cidades, com habitações para milhares de pessoas: “Neste caso, o entorno ou contexto ‘territorial’ seria completamente mutável. Pode-se levar o território consigo e, literalmente, ‘ancorá-lo onde melhor nos aprouver” (COSTA, 2016, p. 300). Os cangaceiros viviam em movimentos territorializantes, os próprios equipamentos que os bandoleiros levavam consigo evidenciam isso. No terceiro capítulo deste trabalho apresento situações que exemplificam melhor essa ideia. Em síntese, o material de dormir, água, comida, armamentos, entre outros, eram carregados entrelaçados ao corpo. Na caatinga fechada e inóspita, Lampião poderia montar sua tenda e produzir uma *residência* portátil, momentânea e circunstancial. Conectava a lona aos galhos das árvores e projetava um *quarto* improvisado para descansar. Como nômades, os cangaceiros se reterritorializavam no interior da própria mobilidade. Diante de uma sociedade sedentária, o ato de se movimentar o tempo todo gera medo e poder. A qualquer momento Lampião poderia tomar o controle de uma propriedade, de estradas, comércios e vilas. Portanto, é possível pensar em uma territorialidade nômade do bandoleiro e seu grupo operando em e pelo movimento.

Ressalto desde já que, apesar das singularidades, essas múltiplas territorialidades não existem ou funcionam separadamente ou de maneiras sobrepostas, mas elas devem ser pensadas de maneira relacional, pela qual busquei entender essa multiterritorialidade da atuação de Lampião e seus homens, em conexão e convivendo em uma mesma temporalidade e espacialidade. Isto é, os territórios em redes produzidos pelas práticas de reciprocidades com os protetores articulavam territórios zonais de maior frequência, ou seja, o adensamento das redes de aliança possibilitava que o cangaceiro atuasse de forma mais demorada em dadas áreas mais do que em outras, gerando uma territorialidade zonal. Além disso, todas as relações de agenciamento em rede, que produziram uma extensa malha de relações, ou melhor, territorialidades zonais, por sua vez, eram vivenciadas através da mobilidade da vida nômade e militar do cangaço, produzindo, assim, territórios móveis ou em e pelo movimento.

Esse afinamento teórico-metodológico veio a partir do contato com a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari, além das leituras de geógrafos como Milton Santos, Roberto Lobato Azevedo Corrêa, Marcelo Lopes de Souza e, sobretudo, Rogério Haesbaert da Costa. Deste último, recorri à noção de multiterritorialidades, tal como apresentada acima.

Costa (2016) ainda fornece o caminho para compreender o território como processo constante de fazer-se e desfazer-se, isto é, o processo de desreterritorializações, que em resumo parte do pressuposto de que ninguém vive desterritorializado, sem territórios, uma vez que todo processo de desterritorialização é acompanhado pelo esforço de se reterritorializar de alguma forma em outras bases. As territorialidades de Lampião, além de múltiplas, serão abordadas como no constante processo de feitoria e rupturas de redes de proteção. À medida que o cangaceiro vai se desterritorializando de algumas redes, opera tecendo outras e novas áreas de frequência.

Todas essas reflexões conceituais podem ser encontradas no clássico livro de Rogério Haesbaert da Costa, *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, que será muitas vezes citado aqui. Este geógrafo buscou na dupla francesa Deleuze e Guattari, as noções de território<sup>13</sup> como processo marcado sempre por *linhas de fuga*, ou seja, pontos de saída (desterritorialização) disponíveis no interior do próprio território, que é sempre entendido em seus muitos aspectos, seja simbólico, familiar, político, econômico etc.

Busquei em Deleuze e Guattari, a noção de *máquina de guerra nômade*.<sup>14</sup> Essa ideia perpassa toda a obra da dupla Deleuze e Guattari, mas foi mais bem desenvolvida no quinto volume de *Mil Platôs*. A noção de máquina significa operação em fluxo e corte de agenciamentos, enquanto que a guerra nômade abrange as potências de destruição e criação ao mesmo tempo. É por essa razão que as forças do Estado tentam capturá-la e configurá-la a serviço do Estado, pois essa *máquina de guerra nômade* estando em liberdade pode colocar em xeque o território do Estado baseado no monopólio da força. Em Deleuze e Guattari, a nomadologia é uma arquitetura inventiva que prenuncia o exercício da micropolítica em campos e territórios hegemônicos através do dispositivo da resistência e do agenciamento como máquinas de guerra. Tal nomadismo constitui-se como elemento subversivo, irreduzível e contraposto aos aparelhos de Estado, que exprimem poder, controle e referencialidade unitária.

---

<sup>13</sup> Rogério Haesbaert da Costa define o território como processos de territorialização. Sendo produto das interações entre relações sociais e controle do e pelo espaço, relações de poder em sentido mais amplo e, ao mesmo tempo, de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica, nos vários tipos de apropriações espaciais (COSTA, 2016, p. 235).

<sup>14</sup> Ler em: DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

Tive que me distanciar dos excessos da nostalgia<sup>15</sup> que os autores demonstravam pela figura do nômade<sup>16</sup> para mobilizar o que eles mesmos desejavam e praticavam, a metamorfose conceitual, isto é, a recriação e a utilização criativa dos conceitos, ao pensar o exercício de poder dos sujeitos através da mobilidade e da força destrutiva disponibilizada pela *máquina de guerra* do cangaço. Então, entendo o cangaço como um lugar de exercício de poder disponível no interior da sociedade sertaneja dentro do período aqui estudado. Enquanto um grupo em disputa se apropriava da máquina de guerra a serviço do Estado, ou seja, as forças policiais, o outro resistia através da *máquina de guerra nômade* do cangaço, uma vez que os principais chefes de bando não ingressaram no banditismo por motivos ligados a secas, crises econômicas e miséria, mas pelas contendas familiares, como Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Chico Pereira e Lampião.

Adoto também a compreensão relacional para analisar os diversos deslocamentos vivenciados pelos personagens que aparecem ao longo do trabalho. Mobilizando esforços para romper com a visão binária que investiu muito nas dicotomias heróis ou bandidos, cangaceiros *versus* volantes, cangaceiros *versus* coronéis etc. Aqui tudo é entendido de forma circunstancial, pela qual um cangaceiro poderia tornar-se volante, um volante tornar-se cangaceiro, um coronel *devir* bandoleiro, militares do Exército Nacional se colocarem contra o Estado e se metamorfosear em *rebeldes* nômades, cangaceiro torna-se Capitão do Batalhão Patriótico e colocado a serviço do Estado que ora o alimentava ora o perseguia. As identidades dos personagens são tomadas como móveis e históricas, isto é, passíveis a qualquer momento de transformações. Nada aqui é fixo, tudo se encontra no perigoso movimento de desterritorialização e reterritorialização, até mesmo as narrativas sedentárias da grande maioria dos escritos sobre a temática.

---

<sup>15</sup> Eles enfatizam o papel positivo da desterritorialização e empreendem uma leitura às vezes idealizada do nômade e seu mundo de movimento e liberdade, em contraposição ao universo sedentário atravessado pela visão de mundo racionalista sob influência da filosofia da identidade ou racional, que teve nos socráticos, em Kant e em Hegel seus principais expoentes.

<sup>16</sup> A metáfora da máquina e a figura do nômade estão presentes de forma direta ou indiretamente em todos os textos escritos pela dupla Deleuze e Guattari. Isso porque eles compreendem o desejo (que foi um dos principais temas de estudo dos filósofos) operando em forma de máquina, através dos movimentos de fluxo e corte, uma clara oposição ao pensamento psicanalista de Sigmund Freud e Jacques Lacan. Para esses últimos, o desejo é concebido como falta ou trauma vivido na infância. É o desejo visto pela perspectiva do Édipo. Já em Deleuze e Guattari, o desejo é produto e produtor, pulsões afetivas que emergem de forma circunstancial a partir do contato entre os corpos. Ao invés do desejo pela ótica sedentária, Deleuze e Guattari propõem pensá-lo de modo nômade, rizomático, operando em forma de máquina e contra o Édipo freudiano. A própria filosofia da dupla é denominada de nômade, da diferença ou da singularidade. Para mais informações ler: DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988; DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976; GUATTARI, F. **O inconsciente maquínico**. Campinas: Papirus Editora, 1988.

Assim como os chefes políticos teciam pactos de reciprocidade com seus correligionários e eleitores, o cangaceiro fazia o mesmo, só que em outros moldes, colocando a sua *máquina de guerra nômade* a serviço das suas redes de proteção, poupando as propriedades e compartilhando com seus aliados da lucrativa indústria do cangaço. Em caso de rompimento dos pactos de agenciamentos por parte dos protetores, a resistência vinha em seguida, destruindo os bens materiais e até humanos. Eram vantajosas as relações de reciprocidade para ambas as partes, de um lado o bandoleiro ganhava abrigo para suprir as necessidades físicas e militares, por outro, os chefes políticos lucravam com o mercado clandestino de armas, contando com a ajuda do aliado para intimidar os grupos políticos contrários, além de dividir o faturado nos saques e proteção de seus domínios do poder destrutivo e móvel do cangaceiro.

O medo foi utilizado por Lampião como instrumento político de negociação e sobrevivência. Por meio de sua posição social no mundo das armas, conseguiu tecer uma vasta rede de *coiteiros* e protetores<sup>17</sup>, de diferentes segmentos sociais, que iam desde o sertanejo camponês até sujeitos que gozavam de destacada influência política, social e econômica. Através dessas conexões, o personagem estudado produziu territórios-rede ou em rede, cuja articulação em malhas de agenciamentos garantia a territorialização em dadas zonas de atuação, mobilizadas pelo exercício do poder em e pelo movimento operacionalizado pelo seu bando.

Sendo assim, objetivo investigar as relações de poder que o cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião (1898-1938), manteve com uma rede de agenciadores e opositores, entre os anos de 1920 e 1928, delimitando territórios para o cangaço enquanto espaços de atuação. Para tanto, pretendo reconstruir uma cartografia das tramas que possibilitaram esse cangaceiro constituir e habitar uma multiterritorialidade a partir das relações de poder que desenvolveu com protetores e coiteiros, assim como a partir das resistências a esse cangaceiro nos estados de Pernambuco, Alagoas<sup>18</sup>, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, durante a chamada primeira fase do cangaço lampiônico (1920-1928).<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> Barros (2007) trabalhou a diferença entre coiteiros e protetores. Para ela, os primeiros eram os fazendeiros de pequeno e médio porte, que agenciavam os cangaceiros fosse porque eram chantageados, fosse porque eram beneficiados pelas relações comerciais mantidas com esse tipo de banditismo. Já os protetores eram os grandes fazendeiros membros da elite nordestina, ligados às esferas dos poderes políticos que agenciavam os cangaceiros a partir do litoral, das capitais dos estados do Nordeste. Ver em: BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

<sup>18</sup> Este será trabalhado apenas nos anos iniciais de Lampião no cangaço, quando estava sob a proteção do coronel Ulisses Luna, proprietário da fazenda Cobra, nas proximidades de Matinha de Água Branca, atual Água Branca.

<sup>19</sup> Dentro da temporalidade da pesquisa observei que Lampião conseguiu se relacionar com sujeitos que gozavam de prestígio seja no âmbito político, religioso ou econômico, destaco esta breve lista: Água Branca (AL): Ulisses Luna; Águas Belas (PE): Francisco Martins e Audálio Tenório; Araripe (CE): Pedro Silvino; Brejo Santo (CE): Antônio da Piçarra; Tacaratu (PE): Jovino Martins, Arsênio Gomes e o coronel Ângelo Gomes Lima; Pão de

A bibliografia do tema demarcou duas fases para o cangaço lampiônico. A primeira fase se inicia em 1920 quando Lampião e seus irmãos Antônio Ferreira e Livino Ferreira ingressaram no cangaço sob o comando do tio Antônio Matilde, indo até a segunda metade do ano de 1928 quando Lampião atravessou o rio São Francisco e foi atuar no sertão baiano. A segunda fase, que vai de 1928 a 1938 é marcada por novos trajetos feitos por Lampião e seu grupo nos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. A escolha da delimitação temporal é de caráter historiográfico, pois a maioria dos trabalhos privilegiam a chamada segunda fase do cangaço lampiônico, pela maior quantidade de fontes, deixando em segundo plano os anos iniciais da atuação deste cangaceiro, onde geralmente aparece associado a dois eventos: a convocação para servir ao batalhão patriótico em Juazeiro do Padre Cícero em 1926, e a tentativa fracassada de atacar a cidade de Mossoró em 1927. Pretendo entender e identificar como esse cangaceiro vai produzir um espaço de atuação por meio da criação de redes de agenciamentos, possibilitando a construção de territórios que tinham como principal força motora as barganhas com vários atores sociais, fosse no campo político, econômico ou religioso.

Já parece suficientemente provada a tese que não havia cangaço “independente” das vantagens do jogo da política sertaneja, como, do mesmo modo, também não havia cangaço absolutamente desligado das questões familiares. Esses fatores foram primordiais na composição dos territórios e da organização espacial de Lampião e seu bando. Os conflitos entre famílias foi sem dúvida o principal produtor do cangaceirismo: foi assim que Lampião ingressou nessa forma de banditismo sob a chefia do seu tio Antônio Matilde, em 1920 e, um ano depois, no bando de Sinhô Pereira, o cangaceiro mais famoso de então, cuja entrada para o cangaço está associada à histórica rixa entre as famílias Pereira e Carvalho no Pajeú pernambucano.

Nos lugares em que Lampião não conseguiu estabelecer relações de proteção para o custeamento do seu cangaço, ocorreram derrotas que o obrigaram a buscar se reterritorializar e constituir novas relações em outros lugares, criando, assim, novas zonas de frequência. Quando o coronel Zé Pereira, da cidade de Princesa Isabel, rompeu com Lampião, em 1924, esse último começou a amargar derrotas e a ser perseguido constantemente em solo paraibano – o que o levou a desterritorialização gradual do território em zona do grupo desse cangaceiro nesse estado e, em seguida, sua reterritorialização, especialmente, na região do Cariri cearense.

---

Açúcar (AL): Joaquim Rezende; Barro (CE): José Inácio; Floresta (PE): Elísio Cipriano e a família Novaes; Vila Bela (PE): Marçal Diniz, Izidoro Conrado, Ascendino Alves de Oliveira e o coronel José Olavo de Andrada; Belmonte (PE): Ioiô Maroto; Patos de Irerê (PB): Marcolino Pereira Diniz; Princesa Isabel (PB): coronel José Pereira Lima; Missão Velha (CE): Isaias Arruda e Antônio Joaquim Santana; Juazeiro (CE): Padre Cícero; Flores (PE): Antônio Piauí; Buíque (PE): Antônio Guilherme Gameleira.

Entre os anos de 1927 e 1928, Lampião começou a perder ou romper ligações com protetores e coiteiros dos estados de Pernambuco e Ceará. É também desse momento sua primeira atuação em solo potiguar, ao tentar assaltar a cidade de Mossoró, em junho de 1927. Porém, essa ação não tinha como interesse montar redes de proteção para operacionalizar seu cangaço naquele estado. No terceiro capítulo buscarei explicar a territorialização no Rio Grande do Norte pela perspectiva do movimento, uma vez que Lampião foi capaz de criar e vivenciar múltiplas formas de territórios (em zona, em rede e em movimento). O (a) leitor (a) também perceberá que o território criado pelo movimento deste cangaceiro é marcado, sobretudo, pelos saques e vinganças.

A derrota em Mossoró será apresentada pelo viés das táticas e estratégias militares da guerra em guerrilha, bem como o relacionamento do cangaceiro com as práticas espaciais. Assim como o fracasso em Mossoró, os triunfos sobre as forças volantes nos combates de Serrote Preto e Serra Grande também serão analisados através de categorias da geografia como antecipação e seleção espacial, e pelo dueto emboscada e fuga, próprio do modelo de guerra nômade.

As políticas de repressão às redes de proteção de Lampião e seu bando resultou, em agosto de 1928, numa mudança espacial emergencial do bando de Lampião para os sertões da Bahia e, posteriormente, de Sergipe. É por esse motivo que delimito o ano de 1928 para o término do recorte temporal desta pesquisa, tendo em vista que, durante esse período, Lampião foi obrigado a construir novas territorialidades que possibilitassem a sobrevivência do seu cangaço por mais dez anos.

Portanto, a delimitação temporal vai de 1920, quando Lampião entra no cangaço, até 1928, quando foi obrigado a buscar novos espaços de agenciamento, se afastando dos estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará. Durante esses oito anos, Lampião conseguiu se notabilizar como *dominador e rei do cangaço*, através de fortes relações de poder com seus colaboradores, chegando a ousar propor, para o presidente do estado de Pernambuco, ser o *governador do sertão*.<sup>20</sup> Sendo assim, objetivo investigar como as relações de poder, entre agenciamentos e resistências, possibilitaram a criação de multiterritorialidades para o cangaço lampiônico.

Três tipos de fontes foram explorados nesta pesquisa: os jornais, que divulgaram notícias sobre Lampião, entre os anos de 1920-1928; os relatos policiais; e a bibliografia

---

<sup>20</sup> Trata-se da carta escrita por Lampião para Júlio de Melo, então governador de Pernambuco, no final do ano de 1926. Na carta (que será trabalhada no segundo capítulo) Lampião propõe a partilha do estado entre litoral e sertão, sendo que este último deveria ser governado pelo cangaceiro. Uma reprodução pode ser encontrada nos anexos deste trabalho.

memorialística sobre o tema.<sup>21</sup> Partindo da problematização dessas produções, procuramos entender como se pode analisar a criação das relações espaciais do cangaço lampiônico. Sabemos que tanto os jornais como os relatos de polícia foram os principais meios de divulgação dos trajetos feitos pelo bando de cangaceiros mais famoso do país. Esses relatos de trajetos apresentam lacunas, e um dos esforços da historiografia da temática foi preenchê-las, sobretudo partindo de discursos memorialísticos de familiares e adeptos dos cangaceiros, como também de familiares e simpatizantes das forças policiais.

Atualmente, autores diletantes têm publicado em formato de livro a íntegra de jornais que noticiaram os feitos e trajetos do bando de Lampião. O mesmo pode ser notado com a gama de trabalhos disponíveis sobre o tema, que reproduzem os relatos de polícia, como no caso da coletânea *Pernambuco no tempo do cangaço*, publicada em dois volumes pelo escritor Geraldo Ferraz de Sá Torres Filho (2002).

Recentemente foi lançado pelo pesquisador Luiz Rubens os livros: *Lampião antes de ser capitão* e *Lampião em 1926*. Os mesmos reúnem uma quantidade batente significativa de notícias na íntegra de vários jornais a respeito das ações de Lampião e seu grupo. Esse mesmo autor também publicou relatos de membros das administrações estaduais (inclusive de governadores) sobre as ações do cangaço lampiônico. Essas compilações de documentos vêm constantemente sendo lançadas ao público. Porém, ainda têm sido pouco exploradas pelos historiadores e outros cientistas sociais que se dedicam a entender o fenômeno do cangaço. Sendo assim, pretendemos analisar essas fontes almejando entender como elas podem fornecer pistas para a compreensão das relações de poder que possibilitaram as territorializações do personagem que é tema deste trabalho.

O uso dos jornais nesta pesquisa é de suma importância porque são documentos que nos permitem enxergar de alguma forma o trajeto dos cangaceiros. Outro fator a ser considerado para o uso desse tipo de documento está ligado aos múltiplos interesses que faziam parte do discurso e do lugar de produção do jornal, ou seja, como os jornais eram (e ainda hoje são) em sua ampla maioria manipulados pelos membros das elites locais. É possível identificar, através das notícias jornalísticas, a relação de poder que esses sujeitos estabeleciam com os cangaceiros. Assim, os noticiários podem evidenciar um quadro das relações entre os envolvidos nas tramas.

---

<sup>21</sup> Esses relatos eram basicamente compostos por mensagens que eram trocadas entre os departamentos de polícias sobre os trajetos feitos pelo bando do *Rei do Cangaço*. Destacamos também a existência de processos criminais. Porém, optamos em deixá-los de fora, tendo em vista o curto tempo de dois anos para uma pesquisa de mestrado.

Foram consultados os seguintes jornais: A Imprensa, Sobral (CE); A Gazeta, São Paulo (SP); A Noite, Rio de Janeiro (RJ); A Província, Recife (PE); Correio da Pedra, Água Branca (AL); Diário de Pernambuco, Recife (PE); Diário da Noite, Recife (PE); Estado das Alagoas (AL); Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ); Jornal do Comércio, Recife (PE); Jornal do Recife (PE); Jornal Pequeno, Recife (PE); O Globo, Rio de Janeiro (RJ); O Jornal, Rio de Janeiro (RJ); O Paiz, Rio de Janeiro (RJ); A União, João Pessoa (PB).

Além dos periódicos disponibilizados nos livros publicados por Luiz Rubens, acessei o site da Hemeroteca Digital Nacional, buscando o nome dos personagens e localidades que foram surgindo ao longo do texto. Selecionei o período de 1920 a 1929 e, em seguida, escrevi o nome completo ou apelido dos sujeitos. Com relação às cidades e povoados, busquei pelos nomes de época, alguns continuam os mesmos, outros mudaram totalmente ao longo dos anos. O atual município de Mata Grande, Alagoas, representa perfeitamente o exemplo de mudança brusca de nome. Nos jornais aparece como Paulo Afonso, e foi nessa área que ocorreu o famoso combate de Serrote Preto. Já a atual cidade paraibana de Sousa, na época se escrevia com Z e não com S, ou seja, Souza. Tentei por várias vezes buscar notícia sobre a cidade de Sousa, mas falhei em todas elas, pois Sousa com S ainda não existia. São apenas exemplos da historicidade dos documentos e as dificuldades que os historiadores enfrentam diante da distância temporal que separa o tempo da escrita do tempo dos acontecimentos.

Fiz intervenções na maioria das reportagens jornalísticas citadas ao longo do texto, atualizando a escrita da época para a linguagem atual, visando o melhor entendimento do (a) leitor (a). O objetivo, aqui, é acima de tudo ser compreendido. Não parto do pressuposto que posso *resgatar*, *salvar* ou *revelar* o passado tal como ele aconteceu e estaria guardado na documentação esperando ser encontrado pelo historiador. Não se trata de inventar o corpus documental, mas promover uma atualização na linguagem sem necessariamente mudar o seu sentido.

Assim como os jornais, os relatos de polícia apontam para os percursos do bando de Lampião, levando em consideração que as forças volantes<sup>22</sup> usavam esses relatos como ferramenta informacional para demarcar os passos dos cangaceiros, podendo resultar na captura ou na articulação de algum ataque surpresa para capturar o grupo de Lampião. Esta pesquisa

---

<sup>22</sup> Segundo Albuquerque (2016), o termo volante já era utilizado no meio policial militar pernambucano desde 1878. Neste sentido, o policial volante era aquele que rondava, ou seja, realizava o policiamento a pé, patrulhando as ruas da cidade de Recife e cidades próximas. Já no interior deste estado o termo volante também já era conhecido no século XX. Contudo, estavam associados a milícias volantes, com a finalidade de reprimir grupos de bandoleiros. As volantes policiais, portanto, eram formadas de sertanejos que buscavam capturar cangaceiros, através de estratégias similares, passando longos períodos em marcha nas caatingas.

objetiva problematizar esse tipo de documento buscando recriar uma cartografia social dos pontos percorridos pelos cangaceiros e identificando quais eram suas zonas de atuação e quais as relações de poder ali estabelecidas. Os relatos de polícia foram garimpados na própria historiografia do tema.

Consultei também as *Mensagens do Governador da Paraíba para Assembleia Legislativa (1925-1928)*, disponíveis na Hemeroteca Digital Nacional. Existem também nesse importante acervo digital as mensagens dos governadores de outros estados do que hoje concebemos como região Nordeste, mas não tive tempo suficiente para incorporá-las ao texto. Por fim, acessei blogs e sites sobre a temática, documentários com relatos de personagens que viveram o tempo do cangaço e alguns documentos como o “Pacto entre os coronéis do Cariri cearense” e a “entrevista de Lampião” concedida ao médico da cidade do Crato/CE, Octacílio Macêdo, em 1926. Estes últimos estão disponíveis nos anexos deste trabalho.

Ainda hoje está naturalizada a ideia de que Lampião representa toda a região Nordeste. Contudo, é importante ressaltar que a ação desse cangaceiro esteve atrelada a vivências em determinadas zonas articuladas através de pontos estratégicos e de sobrevivência. O que me inquieta nessa proposta é justamente problematizar esses pontos escolhidos por Lampião como espaços de atuação para o seu tipo de cangaço. Para tanto, lanço mão dos seguintes questionamentos: por que frequentar mais uma área ao invés de outras? Quais os pactos mobilizados pelo cangaceiro e seus protetores? Quem eram os personagens envolvidos? Como essas relações proporcionaram a criação de múltiplos territórios? Quais os mecanismos que possibilitaram o fazer e desfazer dos territórios em rede e em zona? Como o cangaceiro se relacionava com o terreno para empreender suas táticas nômades? Como produzir território móvel ou em e pelo movimento através da *máquina de guerra nômade* do cangaço?

Penso em responder a essas indagações por meio de uma cartografia das relações espaciais do cangaço lampiônico, tendo como referência documental as notícias jornalísticas, os relatos oficiais das polícias dos estados estudados e as narrativas memorialísticas e documentais, além do uso da historiografia sobre a temática.

As respostas foram montadas em três capítulos. No primeiro tratei de situar o (a) leitor (a) através de reflexões sobre as espacialidades vivenciadas pelos personagens, isto é, trabalhei num primeiro momento o dinamismo cultural e social dos sertões no tempo do cangaço. Os sertões aqui aparecem no plural, nas diversas possibilidades de lê-lo, buscando fugir da regra de tomá-los como lugar do atrasado, da seca, da fome, das crises e da miséria. Todos esses aspectos existiram e conviveram com outros, ou seja, os sinais de modernidade que foram marginalizados e esquecidos pelas interpretações preconcebidas de uma região inventada e

forjada pela ideia do atraso e de uma temporalidade que remete sempre a outros tempos mais remotos. Os sertões e os sertanejos aqui são móveis e dinâmicos. Em seguida, lanço uma proposta para pensar a historiografia do cangaço a partir de categorias espaciais com o espaço e o território, até então marginalizadas e pouco compreendidas, objetivando me inserir dentro das discussões e apontar novos caminhos.

No segundo capítulo almejo compreender o cangaço como um lugar disponível de exercício de poder dentro da sociedade sertaneja, em articulação com os conflitos familiares e suas territorializações, pois creio que o cangaço foi antes de mais nada uma alternativa de vida à margem da lei vigente, que proporcionou a muitos sujeitos se recolocarem dentro das relações de poder que marcaram, sobretudo, o contexto político da Primeira República. Não foi por acaso que os principais chefes de cangaceiros provinham das classes dominantes, como Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino, Sinhô Pereira e Chico Pereira. O próprio Lampião não era de família pobre, sendo seu pai médio proprietário de terra e negociante. Todos esses cangaceiros citados compartilham uma semelhança: entraram para o banditismo em meio a rixas familiares, o que foi interpretado, por muito tempo, pela justificativa naturalizada da vingança. Aqui, vingar-se é um ato político, um instrumento de resistência por meio da *máquina de guerra* do cangaço. O que proponho neste capítulo é localizar esses conflitos dentro das relações de poder, dando ênfase aos embates entre os Pereiras e os Carvalhos e, especialmente, a contenda entre os Ferreiras e os Nogueiras Alves de Barros na disputa territorial pela ribeira do São Domingos.

Após apresentar o início da trajetória de Virgulino Ferreira da Silva, objetivo no último capítulo refletir sobre a produção e vivência deste bandoleiro em multiterritorialidades, seja em redes, em zonas ou em movimento. Destacando os mecanismos de agenciamentos que o cangaceiro teceu com vários personagens de influência nos sertões de Pernambuco, Ceará e Paraíba. Enfatizando o constante processo de feitoria de seus territórios, e a relação estratégica do cangaceiro com o substrato material dos espaços a partir do estilo da guerra nômade. Por fim, dedico o último tópico para abordar o que considero ser o episódio de territorialização móvel de Lampião no estado do Rio Grande do Norte, em junho de 1927, me contrapondo, assim, à tese do antropólogo Jorge Luiz Mattar Villela, que afirmou que este estado não figurava no processo territorial do cangaceiro, pelo simples fato de não ter sido uma área de frequência prolongada.

## CAPÍTULO 1

### POR UMA HISTORIOGRAFIA DOS ESPAÇOS NO CANGAÇO LAMPIÔNICO

A partir da história dos espaços busco problematizar a associação naturalizada cangaço/sertão, bem como o binarismo arcaico/moderno, pensando como foram construídos historicamente através da escrita de intelectuais que se interessaram pelo tema ao longo dos anos. Promovo este movimento narrativo para apontar outras possibilidades de leitura que visa desterritorializar interpretações naturalizadas e binárias sobre o cangaço, almejando não só me inserir no debate já existente, mas reterritorializar o tema em outras perspectivas.

No primeiro subtítulo do capítulo apresento uma breve definição sobre o cangaço e a emersão do conceito para, posteriormente, refletir sobre a relação entre cangaço/sertão e arcaico/moderno. Penso que se o cangaço esteve, ao longo dos anos, atrelado ao espaço do antimoderno e de uma temporalidade que remete a passados mais remotos foi porque significados foram produzidos nessa direção pela historiografia. Sendo assim, lanço mão da análise historiográfica no segundo subtítulo, tendo como fonte os seguintes escritos: *Heróis e bandidos: os cangaceiros de Nordeste* (1917)<sup>23</sup>, de Gustavo Barroso, e *Cangaceiros e Fanáticos* (1963), de Rui Facó.

Os dois autores foram escolhidos porque entendo que o livro de Gustavo Barroso emprega uma forma explicativa para o cangaço a partir do determinismo geográfico, ou seja, o solo – sinônimo de espaço nesta concepção – aparece como fator determinante para as causas e efeitos do cangaceirismo. A escrita de Gustavo Barroso é atravessada pelas teorias deterministas que marcaram sua época, e as que mais me interessam são as que dizem respeito ao espaço. Já Rui Facó foi selecionado pois compreendo que este autor marca uma descontinuidade na escrita sobre o cangaço, ou seja, um momento de corte com as teorias do determinismo geográfico até então dominantes. No último subtítulo, trago à tona uma discussão de aproximações e distanciamentos com Luiz Jorge Villela, no trabalho acadêmico *O cangaço sob a chefia de Lampião, ou como produzir território em movimento* (1995), uma vez que este autor foi o primeiro a direcionar reflexões sobre o cangaço lampiônico à luz da problemática do espaço/território.

---

<sup>23</sup> Não tive acesso a edição de 1917, com isso, utilizei a segunda edição, publicada em 2012, pela Editora ABC.

### 1.1 Por uma leitura dinâmica dos sertões no tempo de Lampião

O cangaço caracteriza-se, na história do Nordeste brasileiro, como um dos fenômenos que passou a simbolizar a região e seu povo, deixando profundas marcas na chamada cultura nordestina, no imaginário popular e na memória histórica da região. Emergindo em meados do século XIX e florescendo com maior notoriedade na primeira metade do século XX, envolveu inúmeros homens e mulheres que se notabilizaram por *militarem* nessa forma de vida, surgindo assim vários grupos de cangaceiros.

O termo *cangaço* é polissêmico, tendo recebido várias camadas de significados ao longo do tempo. Uma das primeiras definições, em dicionários, e que se aproxima mais do que se entende hoje por cangaço, consta no registro de Henrique de Beaurepaire Rohan, em seu *Dicionário de vocábulos brasileiros*, publicado em 1889 pela Imprensa Nacional no Rio de Janeiro, que indica o “conjunto de armas que costumam conduzir os valentões” (PERICÁS, 2010, p. 14). Essa definição aparece levemente alterada pela literatura de Franklin Távora, em seu romance histórico *O Cabeleira*.<sup>24</sup> Távora retratou o cangaço como sendo o lugar do terrível, do não humano, o polo oposto do bem. Segundo ele: “O cangaço é voz sertaneja. Quer dizer o complexo das armas que costuma trazer os malfetores” (TÁVORA, 2010, p. 140). Uma publicação de 1848 do jornal *O cearense*, em sua edição de número 115, noticia o assassinato de um sujeito de nome João Ribeiro Mello, cujos acusados eram *homens do cangaço*, ou seja, que *estavam debaixo das armas, ou cangalhados* em armas.<sup>25</sup>

Segundo Machado (1978), a explicação mais aceita pelos pesquisadores para a origem do termo pode ser encontrada em sua proximidade com a palavra canga de boi, instrumento de madeira colocado no pescoço do animal, e que, no período da escravidão, era colocado no cangote dos negros. Sendo assim, o sertanejo que colocava armas e todas as bagagens às costas e vivendo nas caatingas, era o cangaceiro, homem que estava debaixo do cangaço.<sup>26</sup> Esses

<sup>24</sup> Em 1876, João Franklin da Silveira Távora, em um esforço de explicar o nacional pelo regional, publicou *O Cabeleira*. Considerado o primeiro romance histórico do cangaço, resultou da necessidade que o autor teve em apresentar o valor literário e a riqueza histórica e cultural da então região Norte. Cearense, nascido no dia 13 de janeiro de 1842, mudou-se dois anos depois para o Recife, onde residiu até 1874. Inserido em um contexto histórico de decadência econômica das elites da região Norte, que perdiam espaço no cenário nacional para a economia cafeeira e a cultura sulista em ascensão, as províncias do Norte foram colocadas em segundo plano. Diante desse panorama, Távora propôs uma forma literária que prezasse pelo que acreditava ser a reprodução fiel do cenário regional, apontando para a divulgação dos costumes, problemas e culturas nortista que perdiam espaço para os valores sulistas.

<sup>25</sup> Essa foi a primeira publicação sobre o termo cangaço que encontrei nos jornais. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=canga%C3%A7o&pasta=ano%20184>>. Acessado em: 18/04/2019.

<sup>26</sup> Em busca de uma genealogia do termo, Machado (1978) afirma que o termo canga é possivelmente de procedência vietnamita ou chinesa, que significa jugo. Estando possivelmente relacionado entre a expressão e o

homens, apesar de viverem escondidos e às margens da lei, estavam na maioria das vezes ligados a grupos familiares que disputam o domínio de uma dada localidade. Em resumo, este termo polissêmico designou, sobretudo no final do século XIX e no início do XX, homens armados que formavam bandos com o objetivo de vingança familiar ou pilhagem; ou que serviam a um chefe político, a um proprietário de terra, ou a um líder religioso (MARQUES; VILLELA, 1999, p. 129-130).

Basicamente, a modalidade de banditismo rural chamada de cangaço está associada ao sertão<sup>27</sup> dessa região, o que não impossibilita a existência de fenômenos parecidos em outras partes do país e do mundo. Quando os conhecidos cangaceiros Sinhô Pereira e Luís Padre “deixaram” o cangaço e fugiram para São José do Ouro no então estado de Goiás, encontraram uma realidade muito semelhante a que vivenciaram no Pajeú pernambucano, de jagunços a serviço do chefe local Abílio Wolney e conflitos entre famílias.<sup>28</sup> Sinhô Pereira e Luís Padre prestaram serviços de jagunçagem para Abílio Wolney, até o rompimento da aliança após o assassinato de Zé Inácio do Barro, amigo e protetor dos Pereiras, desde as lutas contra os Carvalhos. Com isso, Sinhô Pereira e Luís Padre juntaram seus homens para combater Abílio Wolney aos moldes dos tempos de guerra no Pajeú. Mas mesmo com práticas parecidas não consta que os Pereiras tenham exercido o cangaço em Goiás, pois o termo está associado a um dado recorte: o sertão do espaço que viria a se tornar a região Nordeste.

Isso se deve, entre outras coisas, ao fato da própria ideia de Nordeste ter sido gestada em fins da primeira década do século XX, e segundo Albuquerque Júnior (2011), foi associada ao discurso de combate ao cangaço e a seca, promovido pelas elites nortistas, como um mecanismo de angariar recursos do governo federal frente ao domínio e apropriação do Estado

---

verbo Kibunto que designa juntar, na língua angolana. Ver em: MACHADO, Maria Christina Matta. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. 2. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1978.

<sup>27</sup> Para Gustavo Barroso, de modo geral, admite-se que a palavra portuguesa *sertão* nada mais é que a corruptela ou abreviatura de *desertão*, deserto grande, apelativo dado pelos portugueses às regiões despovoadas e hídrides da África Equatorial. Tal vocábulo, por sua vez, derivou-se da forma latina correspondente: *desertus* – interior, coração das terras. Moacir Silva (1950) apresenta algumas hipóteses interessantes. Afirma que a palavra “sertão” não é brasileiro, como muita gente supunha, pois já era usada antes do descobrimento do Brasil pelos portugueses, para designar as terras interiores sem comunicação. Esse mesmo autor explica que a palavra pode ser encontrada duas vezes na Carta de Pero Vaz de Caminha. Aliás, na carta de Caminha, ao relatar sobre as terras descobertas ao rei de Portugal, nos dois trechos em que a palavra “sertão” aparece – cuja grafia é **sertaão** naquele documento –, traz o significado de “lugar oculto, ou sem arvoredo, situado longe da costa”. De qualquer forma, mesmo admitindo que a palavra “sertão” apresenta uma origem multivariada, o seu significado converge para um só sentido. O *locus* cujo sentido é o interior das terras ou do continente, pode ou não vir explicitado à ideia de aridez ou de área despovoada (ANTONIO FILHO, 2001, p. 2-3).

<sup>28</sup> Luís Padre chegou em meados de 1920 em São José do Ouro, conhecido também como São José do Duro, ou simplesmente Duro, atual Dianópolis, à época estado de Goiás, agora Tocantins. Para ali também seguiria o famoso Zé Inácio do Barro nos primeiros meses de 1922 e, Sinhô Pereira também no mesmo ano.

nacional pelas elites sulistas.<sup>29</sup> Imagem que foi sendo reproduzida constantemente ao longo do tempo pelas produções artísticas na literatura, cinema, música, teatro e artesanato. Com isso, o cangaço é um termo próprio para designar uma forma de banditismo rural entre os séculos XIX e primeira metade do XX, mais precisamente até 25 de maio de 1940 quando com a morte de Corisco, o *Diabo Loiro*, o governo do Estado Novo decreta o fim do cangaço, proibindo que se nomeasse assim qualquer atividade criminosa.

Os sertões dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Norte não serão entendidos aqui como homogêneos. É necessário correr na contramão da tradição narrativa que suprimiu as diferenças desses vários sertões e as congelou nos estereótipos clichês da seca, da irracionalidade, da miséria e do antimoderno. Até mesmo autores de vertentes ideológicas distintas como Gustavo Barroso e Graciliano Ramos contribuíram para a elaboração dessa imagem do espaço sertanejo como estático e unívoco. Para tanto, sigo a linha de pensamento de Pericás (2010, p. 19-20) quando o mesmo afirma que:

[...] essa microrregião não pode ser vista num flagrante único e estanque, com uma paisagem relativamente homogeneizada, mas sim interpretada como um ambiente muito mais dinâmico do que se pensa, com uma série de características, por vezes desprezadas pelos estudiosos, que vão do conservadorismo cultural latente até as renovações, adaptações e incorporações, tanto em termos materiais como nas formas de convivência social. Num mesmo grupo de cangaceiros, por exemplo, seria possível encontrar indivíduos de estados diferentes da federação, com experiências de vida distintas, formas de falar e agir peculiares, traços de religiosidade e relacionamentos pessoais que não necessariamente se assemelhariam em demasia às experiências de seus colegas de armas [...] O hinterland nordestino, tanto em termos físicos – como topografia, incidência pluviométrica, tipos de solo, vegetação, geologia e fauna –, quanto em relação a seus tipos humanos, portanto, não é homogêneo. Aquela parte do setentrião brasileiro certamente era, e continua sendo, diversificado.

Até mesmo a indumentária do vaqueiro, figura prevalente nas representações sobre o sertanejo nordestino, apresentava diversas variantes, em algumas áreas como em Vitória da Conquista, onde os vaqueiros não usavam roupa de couro. No litoral agreste do Rio Grande do Norte, por exemplo, os vaqueiros usavam chapéus de abas mais curtas, alegando maior praticidade e insistindo que a vegetação mais cerrada e os períodos de chuvas prolongados dificultariam a utilização de abas mais compridas. Já no alto sertão do Seridó, justamente pelas

---

<sup>29</sup> Para uma melhor compreensão sobre o declínio das elites nortistas e ascensão das elites sulistas, ler: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Para o caso específico da Paraíba, consultar: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1993.

dificuldades da vegetação mais espinhosa e mata de galhos finos e fechada, o traje completo de encouramento – quase uma armadura –, era uma exigência, uma necessidade da profissão (PERICÁS, 2010, p. 22).

No seu livro de memórias, Ulysses Lins de Albuquerque – contemporâneo da temporalidade do meu objeto deste estudo –, relata as diferenças entre as vizinhas cidades de Vila Bela e Triunfo, localizadas no sertão pernambucano. Enquanto Vila Bela seria o espaço das secas e de uma paisagem cinzenta, Triunfo era:

[...] uma dádiva de Deus ao sertão que lhe circunda a cordilheira. É que, enquanto o sertão – a ‘ribeira’, como é chamado – arde, sofrendo o castigo das prolongadas estiagens, – a serra, sempre verde, oferece ao viandante o clima europeu, o riacho a correr, cantando, de serra abaixo... E ali está o celeiro do sertão: – frutas em abundância, farinha de mandioca, milho, feijão, rapadura, café... A terra-roxa não é privilégio do Sul. Triunfo a possui. E que gente boa e hospitaleira (ALBUQUERQUE, 1976, p. 117).

A tendência de homogeneizar a região prevalece até hoje nos estudos sobre o cangaço devido a prevalência de ecos dos modelos deterministas de interpretação que buscam uma associação entre cangaço, atraso, seca e sertão. Como se o sertão fosse, naturalmente, o espaço do antimoderno, da miséria e, conseqüentemente do cangaceirismo. Porém, ao entrar em contato com textos e documentos de época, o que se vê são cidades com destacado potencial econômico e apresentando muitos sinais da modernidade. Basta lembrar que o cangaço chega a seu ápice no momento de forte transformação e modernização no Brasil. Foi justamente no período de atuação de Lampião que se construíram mais ferrovias e estradas no país. Não se trata aqui de negar a existência da seca, da miséria e dos problemas de infraestrutura e de investimentos sociais, o que quero dizer é que esses sertões apresentavam também outras características que escapam das imagens clichês dominantes nas narrativas sobre a região e sobre essa forma de banditismo.

O município de Princesa Isabel, na Paraíba, ficou muito conhecido no mundo do cangaço pela presença constante de Lampião entre os anos de 1923-1924, como também pelo fato de seu chefe político, José Pereira Lima, ser um dos mais notáveis protetores de cangaceiros e líder de jagunços de todo o estado. A força de Zé Pereira era tanta que em fevereiro de 1930 liderou uma revolta por motivos políticos e econômicos em oposição ao governo estadual de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, chegando a declarar Princesa Isabel território livre e

independente da Paraíba, acontecimento que ficou conhecido, através da historiografia, como a *Revolta de Princesa*.<sup>30</sup>

Simultaneamente ao cangaceirismo e ao coronelismo, no entanto, a cidade de Princesa possuía muitos sinais do moderno, como cinema, grêmio literário, festivais de música, futebol e a expansão da escolarização municipal, além das mudanças econômicas em consequência da cultura do algodão, que, segundo Serioja Rodrigues (1999), trouxe riqueza, modernizando a cidade, fazendo com que cada vez mais se necessitasse de mão-de-obra qualificada para trabalhar nas fábricas que giravam em torno do cultivo de algodão e do comércio em pleno desenvolvimento. Nos anos 20 do século passado, a cidade viveu sua era de ouro, com construções públicas e privadas, que deram maior conforto às famílias abastadas. Contudo, após a morte de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, acontecimento que criou condições e possibilidades para o golpe militar de 1930 liderado por Getúlio Vargas, Zé Pereira e seus aliados foram perseguidos e “malditos” pelos seus adversários políticos que estavam ligados ao falecido governador paraibano e ao novo presidente do país. Diante desse contexto, a cidade de Princesa Isabel foi renegada ao discurso do obscurantismo, do apoio ao cangaceirismo e das “velhas” práticas coronelísticas, caindo no esquecimento o processo de modernização que existia naquele município.<sup>31</sup>

Luz elétrica, água encanada, casas de alvenaria, estação ferroviária, indústria, operários, cinema, futebol, automóvel. Essa seria uma descrição do núcleo fabril instalado na Vila da Pedra no Município de Água Branca, no alto sertão alagoano, entre 1914-1917, atual cidade de Delmiro Gouveia, que ganhou esse nome em homenagem ao famoso coronel empreendedor que pretendeu, juntamente com investidores estrangeiros, gerar energia elétrica a partir da Cachoeira de Paulo Afonso e a fornecê-la aos grandes centros urbanos dos estados vizinhos.

---

<sup>30</sup> Existe uma vasta bibliografia que aborda a Revolta de Princesa. Para os interessados, seguem algumas referências: ALMEIDA, José Américo de. **O Ano do Negro: Memórias**. Rio de Janeiro: Record, 1968; CALDAS, Joaquim Moreira. **Porque João Dantas assassinou João Pessoa**. Rio de Janeiro: (s/d); CAMINHA, Inês Lopes Rodrigues. **A Revolta de Princesa**. João Pessoa: “A União” Cia Editora, 1978; CARDOSO, José Romero Araújo. **Nas veredas da terra do sol**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1996; CARVALHO, Rodrigues de. **Nas Vésperas da Revolução e Memórias**. 2. ed. João Pessoa: Acauã, 1978; DANTAS, Manuel Duarte. **A Verdade sobre os fatos de 1930**. Natal: [s.e.], 1982; INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa (José Pereira x João Pessoa – 1930)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980; JOFFILY, José. **Anayde Beiriz, Paixão e morte na revolução de 30**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas (CBAG), 1980; MARIANO, Paulo. **Princesa: antes de depois de 30**. João Pessoa: Empresas Gráficas do Nordeste, 1991; MELO, Fernando. **João Pessoa: uma biografia**. 2.ed. João Pessoa: Ideia, 2000; \_\_\_\_\_ **João Dantas: uma biografia**. 2. ed. João Pessoa: Ideia, 2002; MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. 7. ed. João Pessoa: A união, 2003; TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na primeira república**. A União Editora, 2ª ed. João Pessoa: 1982; VIDAL, Ademar. **João pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978; REVISTA DE PRINCESA, **José Pereira, a chama ainda acesa**. Série IV Centenário (1884/1984). João Pessoa: A União, 1984.

<sup>31</sup> Para mais informações, ver: MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto? O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920**. João Pessoa: UFPB, 2010.

Mas sem o apoio do governo de Pernambuco, teve que redimensionar seu projeto para uma pequena hidrelétrica, ao lado da qual instalou uma fábrica têxtil e um núcleo operário. A Vila também contava com o jornal *O Correio da Pedra*, cuja primeira publicação data de 12 de outubro de 1918. Mesmo assim, não são poucas as notícias de jornais que apontam a presença de Lampião e outros cangaceiros passando pela Vila da Pedra. É mais um dos muitos exemplos que contrapõem a teoria que associa sertão, cangaço e atraso, bem como a ideia de um sertão isolado do mundo moderno e da civilização.

As cidades de Cajazeiras e Sousa, no sertão paraibano, também ilustram este aspecto. A primeira, diante da sua prosperidade econômica e tradição no ensino religioso, recebeu, em 1914, a fundação de uma diocese, sendo escolhida como sede de bispado. Levando em consideração a influência e o prestígio da Igreja Católica no Brasil, não era qualquer cidade que poderia ser sede de um bispado:

Cajazeiras é uma das cidades mais ricas e populosas do sertão paraibano, sendo sede de um bispado, com Escola Normal bastante concorrida e muitos melhoramentos peculiares aos centros civilizados. O comércio de Cajazeiras, alimentado pelas praças do Rio, Recife, Fortaleza, Mossoró e Paraíba, é tido como o maior e melhor do sertão paraibano, sendo Cajazeiras o 3º empório comercial da Paraíba do Norte. O povo é bom, hospitaleiro e pacato (O JORNAL, 28 de outubro de 1926).

Mas mesmo assim Cajazeiras conviveu com constantes ameaças de invasão de cangaceiros, o que veio a se concretizar no dia 27 de setembro de 1926, quando um grupo de bandidos, em número de vinte e dois, sob o comando de Sabino Gomes, tentaram de forma fracassada saquear o centro comercial da cidade.<sup>32</sup> Já Sousa, lar da prestigiosa família Mariz, tinha uma economia próspera baseada na cultura algodoeira, auxiliada pela produção de bananas, milho, arroz, feijão e batata-doce. Contava também com bandas de fanfarra e a promissora Vila de São Gonçalo que com o início da construção da barragem do açude de São Gonçalo pela firma norte-americana Dwight P. Robison & Cia, no ano de 1921, atraiu muitas famílias de trabalhadores de toda a região, que chegavam em busca de trabalho. Foi nesse momento também o início dos conflitos familiares que resultaram na entrada para o cangaço de Francisco Pereira Dantas, o famoso cangaceiro paraibano Chico Pereira. Este se juntou aos irmãos de Lampião e comandaram um numeroso grupo de bandoleiros que invadiram a cidade de Sousa no dia 27 de julho de 1924.

---

<sup>32</sup> Um romance foi produzido a partir desse acontecimento, trata-se de: BICHARA, Ivan Sobreira. **Caracará** (Romance). Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

Em Mossoró, localizada no semiárido potiguar, também se podia notar um grande dinamismo econômico e cultural. Coincide temporalmente o apogeu econômico da cidade com a tentativa fracassada dos cangaceiros Lampião e Massilon em tomarem a cidade de assalto, em 13 de junho de 1927. De acordo com Brasília Carlos Ferreira (2000), chegavam em Mossoró os melhores tecidos da Europa, especialmente da França e Inglaterra, as melhores companhias teatrais europeias, clássicos da literatura circulavam pela cidade, e artigos manufaturados.<sup>33</sup> Contava também com agência do Banco do Brasil, o conhecido jornal *O Mossoroense*, a estação ferroviária, e o tradicional Humaitá Futebol Clube, que havia promovido uma grande festa que agitou o povo de Mossoró um dia antes da tentativa de assalto dos cangaceiros.<sup>34</sup>

São muitos os exemplos de dinamismo econômico e cultural nos sertões dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Norte, entre os anos de 1920-1928. O material disponível seria suficiente para a produção de várias dissertações só a partir desta problemática. Por ora, o que interessa evidenciar é que o fenômeno do cangaço e sua espacialização não pode ser aprisionado a interpretações deterministas, que tendem a subordinar a diversidade e a complexidade dessas sociedades aos esquemas narrativos pré-produzidos. Como, por exemplo, a ideia de “isolamento sertanejo” muito presente nos textos de autores como Gustavo Barroso e Frederico Pernambucano de Mello.<sup>35</sup> Como demonstra a presença de sinais da modernização, juntamente com a mobilidade de personagens como Lampião, é errôneo pensar em um sertão isolado, sem dinamismo e puramente atrasado.

A ideia que os cangaceiros buscaram preservar uma realidade arcaica da sociedade sertaneja e lutavam contra a “modernidade”, rejeitando os valores e as transformações desse “novo”, também se configura como uma teoria clichê. Primeiro porque já parte preconcebendo aquela sociedade como arcaica, segundo, porque renegam ao esquecimento que muitos cangaceiros usufruíram de muitos objetos que representavam a modernidade. Antônio Paulo Rezende (1993), ao realizar uma reflexão a partir das ideias de Marshall Berman em relação à modernidade, afirma que ser moderno é andar ao lado do perigo, da instabilidade e, sobretudo, da contradição. O ser moderno convive com as crises e até mesmo com a necessidade de

---

<sup>33</sup> Ver: FERREIRA, Brasília Carlos. **O sindicato do garrancho**. Mossoró: Fundação Vingt-Um Rosado, 2000, p. 42.

<sup>34</sup> A revista Aventuras na História publicou uma interessante matéria sobre esse acontecimento. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/cangaceiro-lampiao-mossoro-1927.phtml>>. Acessado em: 12/06/2018.

<sup>35</sup> A fila é enorme, aponto esses autores porque até hoje muitos leitores e diletantes que estudam o cangaço se lambuzam ao mencionar os escritos de ambos. Há até quem diga que o livro *Guerreiros do Sol*, de Frederico Pernambucano de Mello, é a verdadeira *Bíblia* do cangaço. É que para muitos diletantes e memorialistas o cangaço ainda não é questão de reflexão, mas de adoração e exaltação da masculinidade de personagens que praticaram as mais terríveis atrocidades.

recorrer ao anti-moderno para sobreviver às experiências de um mundo confuso, rápido e marcado pelos paradoxos. Neste sentido não existe um ser moderno que não seja ao mesmo tempo anti-moderno – um existe na relação com o outro.<sup>36</sup>

Chico Pereira e Antônio Silvino adoravam usar trajes de gala e possuir as armas mais recentes que chegavam da Europa. Lampião usou e abusou das fotografias, apreciava o uísque escocês *White Horse*, preparava os ornamentos de suas roupas com a máquina de costura da marca Singer – que custava em torno de 50 e 60 mil-réis –, um dos modelos mais atuais do mercado da época. Seu perfume favorito era o *Fleu D'Amour*, importado da França, usava óculos mais por questão estética, possuía uma garrafa térmica que recebeu de presente do amigo e interventor do estado de Sergipe, Eronildes de Carvalho. Há quem diga que Lampião foi ao cinema e teria em algumas ocasiões usufruído do conforto de andar de automóvel (PERICÁS, 2010, p. 172-180).

De tudo o que facilitasse a vida nas caatingas os cangaceiros buscaram se apropriar. É fato também que os bandoleiros não suportavam telefone, telégrafos e ferrovias, pois eram tecnologias que ofereciam informações e maior mobilidade para as forças volantes, aumentando assim as chances de capturá-los. A questão não é se algo pertence ao “novo” ou ao “velho”, mas a utilidade que teriam para os envolvidos. Nesse caso, o “novo” poderia se transformar em “arcaico” quando os cangaceiros cortavam os arames dos fios telegráficos e os transformavam em chicotes para intimidar seus adversários. O “moderno” e o “arcaico” podem habitar a mesma temporalidade, ou melhor, múltiplas temporalidades podem coexistir e se chocarem no tempo presente, que por ser constituído pelo múltiplo não pode ser interpretado apenas pelo uno.

O filósofo Peter Pal Pelbart, partindo das reflexões deleuzianas, oferece uma compreensão complexa e sofisticada sobre o tempo, que almeja romper com a visão racionalista de tempo contínuo e com a divisão simplista entre passado, presente e futuro. Para ele, o tempo é entendido como acontecimental, singular e aberrante. Tendo os historiadores a função de domar o fluxo do tempo por meio da narrativa, negligenciam os tempos virtuais presentes em cada tempo. Os historiadores racionalizam o tempo, estabelecendo regras de começo e fim, que não estavam presentes no momento do acontecimento. Nessa perspectiva, os historiadores estão a serviço do pensamento da identidade ao negligenciar o potencial irruptivo e singular do tempo. Os filósofos propõem pensar o tempo na conexão que liga presente, passado e futuro na horizontalidade, atravessando a mesma temporalidade, pois, em Deleuze, o presente, o passado e o futuro não podem ser analisados separadamente, mas sempre em planos que se agenciam.

---

<sup>36</sup> Cf. REZENDE, Antônio Paulo. A modernidade e o moderno: significados. *Clio*, Recife, n. 14, v. 1, 1993, p. 16.

A virtualidade do tempo, ou seja, os tempos possíveis são de suma importância para Deleuze. O passado foi povoado de futuros possíveis, que puderam se concretizar no presente, que por sua vez, também é atravessado por futuros possíveis e passados virtuais. Essa virtualidade aponta para o caráter intempestível, acontecimental e irracional do tempo. Em Deleuze, o passado, o presente e o futuro povoam a mesma temporalidade, e, dependendo da singularidade do acontecimento, blocos de tempos podem se agenciar no presente.<sup>37</sup>

A concepção que atrela o surgimento dos cangaceiros a uma espacialização que sofria com a ocorrência das secas e das crises econômicas que geravam, também não parece suficiente. Essa ideia foi muito trabalhada pela socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, que a partir de uma leitura das estruturas sociais sertanejas buscou entender quais fatores produziram o que ela definiu como *cangaço independente*, que teria surgido, sobretudo, a partir da atuação do cangaceiro Antônio Silvino. Entre esses fatores estruturais estariam as crises econômicas e as secas do final do século XIX e começo do XX como motores dessa modalidade de banditismo. Para ela, o contexto de calamidade produzido a partir de uma menor produção, menor ganho e rebaixamento econômico com a crise da produção da cana e do algodão ofereceu maior tempo livre para aventuras e conflitos no sertão:

O período do cangaço independente, isto é, em que os bandos não estavam mais sediados em fazendas, nem seus componentes subordinados a chefes políticos ou a chefes de numerosa parentela – bandos cujos líderes, portanto, decidiram livremente suas ações e tomavam iniciativas sem imposição exterior –, coincidiu justamente com esta decadência. Segundo documentos existentes, o empobrecimento geral da população data de fins do século XIX (QUEIROZ, 1997, p. 21).

Ao que parece, essa interpretação de Queiroz foi uma tentativa forçada de colocar os fatos dentro de um sistema teórico já pronto que parece falar muito mais das ideias do tempo da autora do que da sociedade sertaneja que buscou interpretar.

Se apropriando também de uma leitura estrutural da sociedade, embora utilizando instrumentais teóricos diferentes dos usados por Queiroz, Machado (1973) concluiu, após o levantamento de uma série de dados, que a seca não gerava o aparecimento de cangaceiros e nem foi aspecto determinante para a pulverização de bandoleiros.<sup>38</sup> Seguindo o mesmo

<sup>37</sup> Ver: PELBART, Peter Pal. O tempo virtual. In: **O tempo não-reconciliado**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 1998, p. 1-19.

<sup>38</sup> Após a morte inesperada da historiadora Maria Christina da Mata Machado, a direção da *Revista de História* da USP resolveu publicar partes da tese de doutorado que seria defendida pela historiadora. Dividido em cinco partes, o texto foi publicado com o título: *Aspectos do Fenômeno do Cangaço no Nordeste Brasileiro*. A primeira parte foi publicada no dia 8 de março de 1973, onde o (a) leitor (a) pode encontrar os números que comprovavam que as secas não geravam o cangaço.

raciocínio, Pericás (2010) demonstra através de números convincentes que as secas e as crises econômicas estavam mais associadas ao crescimento do número de retirantes e migrantes para as grandes cidades do que a adesão dos sertanejos à vida cangaceira. “Se há relação do cangaço com o algodão, ela está nos vários casos de incêndios e destruição de máquinas de descaroçar algodão praticados por Lampião e outros bandoleiros” (PERICÁS, 2010, p. 138). Até mesmo um ano de seca intensa como foi em 1932 – uma das maiores do século XX –, representou na verdade, um ano de descanso para os cangaceiros (CHANDLER, 1981, p. 201). O fato é que as secas e o banditismo ainda permanecem existindo até os dias hoje nesse recorte espacial, mas o fenômeno específico do cangaço acabou em 1940, mesmo que as secas e as crises econômicas ainda continuem ocorrendo, sendo as primeiras com mais intensidade do que as segundas.

Reitero que esse movimento narrativo não busca renegar a influência das secas, das crises econômicas, da falta de acessibilidade e todos os outros problemas sociais que estiveram presentes na sociedade sertaneja no tempo do cangaço. Ao chegar ao segundo capítulo deste trabalho, o (a) leitor (a) vai compreender que todos esses problemas sociais podem ser usados para uma interpretação dos sujeitos que entraram neste mundo e estiveram subordinados a líderes de bando que em sua grande maioria não eram pobres. Portanto, esta visão estrutural que visou interpretar esse fenômeno dentro de esquemas preestabelecidos não é suficiente para se compreender o que estava em jogo, ou seja, os motivos que levaram os principais chefes de bando a tomarem o cangaço como um modo vida e, sobretudo no caso de Lampião, uma profissão.

Então, diante de tantas evidências do dinamismo desses sertões, como pôde persistir a ideia do cangaço atrelado a uma espacialização renegada ao atraso? A uma temporalidade que não passa? Como dito anteriormente, acredito que, em primeiro lugar, isso ocorreu pelo fato do cangaço estar atrelado diretamente ao surgimento da ideia de Nordeste, que por sua vez, como diz Albuquerque Júnior (2011), esteve associada aos discursos de sobrevivência de uma elite em decadência que reclamava a necessidade do apoio do governo federal para combater as mazelas do cangaceirismo e das secas. Uma estratégia de sobrevivência, que por muito tempo não permitiu o entendimento da relação entre personagens que integraram essa mesma elite com chefes desse fenômeno que jugavam enfrentar. Em segundo lugar, creio que alguns autores foram fundamentais na reprodução dessas imagens como Gustavo Barroso e Rui Facó, o que me permite propor uma reflexão historiográfica através da história dos espaços.

## 1.2 O determinismo geográfico em Gustavo Barroso e o cangaço como espaço político em Rui Facó

Desde o livro *O Cabeleira* de João Franklin da Silveira Távora, publicado em 1876, o cangaço tem sido tema de interesse de muitos estudiosos em diferentes temporalidades. Esse interesse extrapolou o campo das letras, passando a ter presença marcante também no cinema – sobretudo depois do sucesso do filme *O Cangaceiro* (1953), dirigido e escrito por Lima Barreto –, no artesanato, na música e no teatro.

A produção de livros e eventos sobre o cangaço continua majoritariamente e a todo vapor fora dos muros das universidades brasileiras, embora hoje seja considerável o número de monografias, dissertações e teses produzidas no âmbito acadêmico. Esse movimento de entrada do tema nas universidades pode ser localizado temporalmente a partir da década de 1960, com os estudos da historiadora Maria Christina Matta Machado, que publicou em 1969 o livro *As táticas de guerra dos cangaceiros*, como resultado da pesquisa que desenvolveu na tese de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP) – tese que não foi defendida, pois a autora faleceu em 1971, às vésperas da defesa. Nas décadas de 1970 e 1980, o cangaço ganhou evidência nos trabalhos da importante socióloga brasileira Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *Os cangaceiros* (1977) e *História do cangaço* (1982); seguida pelas pretensões sociológicas de Frederico Pernambucano de Mello, no hoje clássico *Guerreiros do Sol: banditismo e violência no Nordeste Brasileiro* (1985).

Nesse mesmo contexto temporal, historiadores de outros países demonstraram interesse pela temática, como o historiador inglês Eric Hobsbawm, que nos livros *Rebeldes e primitivos* (1970) e *Bandidos* (1976), dedicou reflexões ao cangaço para formular suas teorias sobre a ideia de *bandidos sociais*<sup>39</sup>. Já o historiador norte-americano Billy Jaynes Chandler publicou *Lampião, o Rei dos Cangaceiros* (1981), livro biográfico produzido através de um vasto corpus documental composto por jornais, processos criminais, relatos de polícia, entre outras fontes. Este autor almejava, com esse levantamento monumental de fontes, escrever a biografia *verdade* de Lampião, acreditando ser possível separar o real do fantasioso, o homem do mito.

---

<sup>39</sup> O termo bandido social é usado por Hobsbawm para identificar homens que viviam fora da lei em sociedades “pré-capitalistas” e que recebiam certa legitimidade por parte dos camponeses locais. Ou seja, a ideia de bandido não é usada por Hobsbawm no sentido pejorativo, mas apenas para sinalizar os homens e mulheres que não se submetiam às regras estabelecidas pelos donos do poder, ficando, assim, às margens das leis estabelecidas. Os livros *Rebeldes e primitivos* e *Bandidos* foram produzidos no momento de redefinição e alargamento dos objetos de estudo da História Social Inglesa. Balizado pelos conceitos de “movimentos sociais pré-políticos” e “banditismo social”, Hobsbawm buscou acionar um lugar epistemológico que tornasse possível pensar experiências históricas de rebeliões sociais destoantes dos modelos clássicos de movimentos sociais estabelecidos pelas próprias interpretações marxistas (PEREIRA, 2000, p. 211).

Os anos que compreendem as décadas de 1960 até 1980 foram marcados por uma série de trabalhos com pretensões acadêmicas sobre o cangaço. Esse fato pode ser entendido à luz dos autores influenciados pelas teorias marxistas – como Rui Facó – que propuseram cortes interpretativos na visão dominante que até os anos de 1960 recorria a uma série de preconceitos pautados em teorias deterministas sobre o fenômeno do cangaceirismo. Dali em diante, os cangaceiros não poderiam ser vistos como simples bandidos, mas como sujeitos frutos de estruturas sociais historicamente constituídas. Estudar o cangaço significava, nesse momento, entender o processo de formação das estruturas da sociedade sertaneja, como no movimento duplo de denunciar a exploração e a condição de vida dos camponeses e, com isso, buscar apontar para possibilidades de transformações sociais.

A historiografia do tema pouco se preocupou em direcionar o olhar para a produção espacial do cangaço, sobretudo porque uma notável parcela dos trabalhos ainda parte de lugares de produção permeados pelas preocupações memorialísticas e factuais, naturalizando o cangaço como um fenômeno típico da região Nordeste, generalizando os territórios de atuação do cangaço e desconsiderando as especificidades históricas e políticas de cada época, região ou bando de cangaceiros. Esta pesquisa pretende seguir na contramão ao propor uma reflexão analítica pautada na problematização da história das construções espaciais em torno do cangaceiro Lampião. Contudo, é necessário localizar como as categorias espaciais (espaço/território) aparecem na escrita sobre o cangaço e como a minha pesquisa busca se inserir no debate, propondo novas reflexões a partir da relação entre história e espaço.

Em 1917, o intelectual cearense Gustavo Barroso publicava a primeira edição do livro *Heróis e bandidos: os cangaceiros de Nordeste*<sup>40</sup>, com o objetivo de estudar as causas do cangaceirismo e os tipos de criminosos que fizeram parte desse fenômeno. Não é por acaso que o livro é estruturado em dois capítulos, sendo o primeiro nomeado *As causas*; e o segundo, *Os tipos*. O primeiro capítulo será de suma importância neste trabalho, pois ao buscar investigar a complexidade das causas do banditismo, Barroso o faz a partir de teorias deterministas e uma delas se inscreve na perspectiva geográfica.

As condições climáticas, a falta de comunicação, a corrupção, o analfabetismo, o isolamento geográfico, foram definidos por Barroso como as principais causas da existência do cangaceirismo. Por essa razão, o autor concluiu que o cangaceiro não foi um mero criminoso,

---

<sup>40</sup> Em 1930, Barroso também escreveu outro livro sobre o cangaceirismo, intitulado: **Almas de lama e de aço: Lampião e outros cangaceiros**. Nesse livro, Barroso criticou a desmoralização e os aspectos sociais e políticos da chamada “República Velha” que, para ele, eram os principais produtores do atraso e do cangaceirismo no sertão nordestino.

mas produtos de um meio que o conduziu para a vida de crimes, chegando a tecer o sentimento de admiração pela valentia com que esses homens e mulheres sobreviviam a todas essas adversidades, que o autor denominou de *intempéries do meio*. A partir disso, Barroso (2012, p. 77) justifica a dicotomia presente no título do seu livro:

Os cangaceiros sagazes e valentes, sóbrios e destemerosos, evaporam-se nas lutas e negaceiam como fantasmas; mas, acuados no último refúgio, morrem e não se rendem, como o povo de Canudos, causando tão forte emoção em Euclides da Cunha, que produziu o maior livro de nossa literatura. Por que assim são e, em outro meio, com outras diretivas e impulsos, suas qualidades os fariam úteis, dedicados e grandes, os chamados Heróis e Bandidos, certos que muita vez são mais bandidos que heróis, porém quase sempre mais heróis que bandidos.

Euclides da Cunha influenciou fortemente as concepções de Barroso sobre os sertanejos, sendo bastante semelhante a escolha narrativa de descrevê-los ora como retardados a partir de uma série de preconceitos, ora como fortes e valentes. Esse pensamento dicotômico e contraditório fica claro quando, no segundo capítulo, o autor descreve os tipos de cangaceiros. Barroso construiu distintos arquétipos de bandidos, diferenciando as múltiplas possibilidades e ambiguidades do cangaço. Assim, podemos perceber bandidos com características particulares, como: psicóticos, nobres, selvagens etc. É notório que o autor defende alguns e condena outros, justificando o título do livro: *Heróis e bandidos* (FERRERAS, 2003, p. 173).

No subtítulo do livro o autor diz que esses cangaceiros são de Nordeste. Mas o que seria de Nordeste? Segundo ele: “compreende a grande região entre o rio São Francisco e o vale do Cariri, estendendo-se da serra Quicuncá à do Martins, daí às faldas da Borborema, aos contrafortes da Baixa Verde e dos Dois Irmãos” (BARROSO, 2012B, p. 17). Observa-se que a palavra Nordeste aparece como uma microrregião caracterizada por ser o habitat do banditismo.<sup>41</sup> Chamo atenção para o fato de que os cangaceiros são descritos como *de* Nordeste e não *do* Nordeste, isso faz toda diferença, pois na primeira acepção se refere a uma mera localização geográfica, já a segunda implica a existência de uma região, de um espaço com uma identidade própria.

Outra dicotomia que norteia o livro é entre o litoral e o sertão. Escrevendo pela ótica do litoral, Barroso apresenta o sertão e o sertanejo como um povo que vive uma espacialização e uma temporalidade outras. Enquanto o litoral é o espaço que acompanhou o processo

---

<sup>41</sup> Para Albuquerque Júnior, a região Nordeste emerge a partir dos discursos de combate às secas e ao cangaceirismo, como uma forma das elites nortistas em decadência conseguirem recursos do governo federal, mantendo, assim, seus privilégios patrimonialistas. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

civilizatório em marcha para o progresso, ou seja, para o futuro próspero, o sertão é o lugar do primitivismo, de um tempo que parece não passar. Pautado na ideia de evolução racial<sup>42</sup>, o sertanejo não teria conseguido evoluir, estando fadado a viver ainda aos moldes do século dezesete, ou mais recuado no tempo, no período medieval:

A sociedade sertaneja não evoluiu. Há civilizações que chegam a uma culminância e depois declinam. Outras nada atingem. Esgotadas pelos próprios esforços para subir, embora pequenos e dispersos, degeneram e caem em marasmo ou anarquia. A gente do sertão ficou o que era na época das bandeiras aventureiras, das primeiras mestiçagens e das primeiras lutas [...] Analogia da vida sertaneja com a idade média. Nesta o culto das armas e o amor da guerra repeliam as letras, que se refugiaram nos conventos. Naquela, o apanágio do cangaceiro é o analfabetismo e o pouco e único saber que possuiu foi o que se originou nas mansões religiosas (BARROSO, 2012B, p. 35-77).

Uma boa parte da produção de Barroso ficou caracterizada pela prática de colagem e compilação que o autor teria feito de outros escritores. No caso destacado acima, o autor se aproxima muito da obra *Facundo: civilização e barbárie* (1845), do argentino Domingo Faustino Sarmiento<sup>43</sup>, que afirmava, no século XIX, que as populações do litoral argentino alcançavam o décimo nono século, mas as do interior tinham ficado no décimo segundo. O sertão é situado sempre em uma temporalidade destoante, *retardado* – palavra mencionada várias vezes por Barroso – no tempo e no espaço. O litoral seria o modelo de sociedade, enquanto o sertão ainda estaria estancado no estágio anterior, inferior. Dessa forma, os sertanejos não seriam capazes ainda de viverem em sociedade, restritos a vida pastoril, habitando o mundo das feras, da animalidade.

Interpretações que faziam parte de uma ordem discursiva presente não apenas nos teóricos e escritores de época, estando disseminadas também nas narrativas jornalísticas que se propuseram a narrar as causas do cangaceirismo. Como em matéria publicada no dia 03 de agosto de 1925, pelo *O Globo*, acompanhada de um raro registro fotográfico do primeiro grupo sob a chefia de Lampião, com o título: O BANDITISMO DOS SERTÕES UMA FOTOGRAFIA HISTÓRICA DE LAMPEÃO E DO SEU BANDO REVIVENDO PROEZAS QUE ENVERGONHAM:

<sup>42</sup> Barroso usa vários autores que empregam a ideia de evolução racial, como Hebert Spencer (1820-1903), Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), e Euclides da Cunha (1866-1906).

<sup>43</sup> O argentino Domingo Faustino Sarmiento, nasceu em Carrascal, um dos bairros mais pobres da cidade de San Juan. Foi político, filósofo, pedagogo, escritor, professor, jornalista, estadista e militar argentino; Governador da Província de San Juan entre 1862 e 1864 e Presidente da Argentina entre 1868 e 1874. Disponível em: <[http://www.elresumen.com/biografias/domingo\\_faustino\\_sarmiento.htm](http://www.elresumen.com/biografias/domingo_faustino_sarmiento.htm)>. Acesso em: 28/11/2018.

Para lá, para dentro das primeiras cidades mais próximas das capitais, é o sertão, na maioria dos casos estado do Norte. A nossa grande vastidão territorial, agravada pela tênue densidade de população, transformou enormíssimas zonas de mato largo, aonde não chega a civilização em zonas de terror, onde a razão suprema é a lei do mais forte. À sombra dessa situação, formam-se núcleos de bandidos que ameaçam a tranquilidade de povoações inteiras, cobrando-lhes em riqueza ou em sangue, os mais pesados tributos. Infelizmente, se as condições geográficas criaram essa situação, não faltou quem a estimulasse para fins políticos. Foi assim que o cangaceiro conquistou prestígio e apoio para desenvolver e fortalecer-se (O GLOBO, 3 de agosto de 1925).

Inserido nessa ordem discursiva, Barroso não citou nenhuma vez a palavra espaço no livro, uma vez que nesse contexto histórico até mesmo os autores da chamada geografia tradicional marginalizavam o espaço, privilegiando os conceitos de paisagem e região.<sup>44</sup> O que encontro em Barroso é a ideia de meio, que faz parte de um modelo explicativo dominante até então, que apostava no entendimento da sociedade a partir das influências que os aspectos ambientais e de hereditariedade exerciam na conduta dos homens e mulheres. Esse modelo é exemplificado perfeitamente no livro *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha. Para narrar a Guerra de Canudos (1896-1897), Euclides apresenta primeiro a terra – semelhante ao que Barroso denomina de meio –, depois o homem, através da formação racial e biológica do sertanejo, para, enfim, chegar até o fato, a luta.

Portanto, só seria possível entender o cangaceirismo pelas investigações do meio e da raça que revelariam a natureza dos sertanejos. Barroso evidencia o seu método de análise acreditando que:

Fatos observados amiudadamente, considerações nascidas da constância de certos motivos, circunstâncias de ordem empírica, minucioso estudo de acontecimentos periódicos, do meio, da raça, da formação social, são as únicas bases para um sistema de ideias que nos dê as razões explicativas do banditismo sertanejo (BARROSO, 2012B, p. 77).

Esse esquema interpretativo da história usado por Barroso parece muito semelhante aos dos historiadores oitocentistas Henry Thomas Buckle (1821-1862) e Hippolyte Taine (1828-1893). De acordo com Sousa (2013), Buckle foi lido por autores brasileiros a partir dos anos setenta do século XIX, sobretudo quando chegou a ser traduzida para o português *A História*

---

<sup>44</sup> Uma introdução importante sobre como o espaço foi sendo concebido historicamente pelas escolas geográficas pode ser encontrada em: CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p. 15-48.

da *Civilização na Inglaterra*, seu livro mais relevante. Nele, o autor procurou, como muitos outros de seu tempo, alçar a história dos povos ao modelo das ciências naturais (SOUSA, 2013, p. 5). Entre os leitores de Buckle figuram os nomes de Euclides da Cunha, Silvio Romero, Araripe Júnior e Capistrano de Abreu. Embora não tenha sido citado diretamente por Barroso, anteriormente destaquei a influência dos escritos de Euclides da Cunha para a obra de Barroso. Possivelmente a perspectiva do historiador inglês influenciou Euclides da Cunha, que por sua vez influenciou o autor de *Heróis e bandidos*.

Ainda de acordo com Sousa (2013), a natureza tinha para Buckle<sup>45</sup> papel fundamental na formação das sociedades, pois acreditava que determinados fenômenos naturais, ao agirem sobre a sociedade, levariam a resultados semelhantes e, portanto, previsíveis no que se refere ao grau de desenvolvimento de diferentes processos civilizatórios. Nesse sentido observo uma forte aproximação com Barroso no que tange ao determinismo climático como forma explicativa da sociedade sertaneja. Para Buckle haviam quatro classes de agentes físicos que exerciam influência mais marcante na raça humana, eram esses o clima, a nutrição, o solo e o aspecto geral da natureza. É importante destacar que os três primeiros fatores se relacionam a questões que envolvem a materialidade da vida, por sua vez, o último atuaria diretamente sobre o caráter intelectual e psicológico de uma comunidade humana (SOUSA, 2013, p. 6):

Em outras palavras, ao eleger os quatro fatores citados, o autor, levava em conta sua crença de que, seria necessário, para que uma civilização se desenvolvesse e progredisse, que houvesse energia e regularidade do trabalho e, além disso, que tal trabalho contasse com a liberalidade do meio, de forma que a subsistência do grupo fosse garantida. Por outro lado, acreditava que a ação da natureza e seu próprio aspecto imprimia nos habitantes locais uma “disposição de espírito” que poderia destiná-los ao labor e ao progresso, ou torná-los inconstantes no trabalho e, portanto, destinados à estagnação (SOUSA, 2013, p. 6).

Já o historiador positivista francês Hippolyte Taine<sup>46</sup> almejava procurar a verdade sobre o homem por trás da documentação. Para chegar à idealizada “verdade”, o pensador estabeleceu

---

<sup>45</sup> O historiador e sociólogo positivista inglês Henry Thomas Buckle é o autor da “História da Civilização na Inglaterra” (1857-61). Critica a interpretação teológica da história e visa descobrir as leis do processo histórico e destacar a ação delas tomando como exemplo vários países. Seguindo Comte, ele entendeu que o fator básico do desenvolvimento histórico é o progresso intelectual e negou a existência do progresso moral. Como representante do determinismo geográfico (meio geográfico, tendência geográfica na sociologia), ele explicou as particularidades do desenvolvimento histórico dos povos tomados em particular, pela influência de fatores naturais (paisagem, solo, clima e também natureza da comida). Fonte: *Dicionário de Filosofia Soviética*. Montevideu: Edições Pueblos Unidos, 1965, p. 5.

<sup>46</sup> Hippolyte-Adolphe ou Hipólito Adolfo Taine; foi filósofo, crítico e historiador francês. Em 1855, ele publicou *Journey to the Pyrenees*, um livro em que ele reflete pela primeira vez sobre a influência do meio ambiente e história sobre o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade, um tema que ele desenvolveu em sua tese sobre “raça, meio ambiente, momento”, em sua obra capital, *De la inteligencia* (1870), e que constituiria a base do

um esquema em que três fontes eram tomadas como constitutivas dos pilares morais elementares da sociedade. Eram elas a raça, o meio e o momento. Isso porque, se distanciando de Buckle que pensava a humanidade como única, Taine defendia que existiam diferenças fundamentais entre as chamadas raças humanas. Portanto, as impressões do meio ambiente teriam respostas múltiplas. Cada raça, contudo, seria sujeita a uma grande variedade de características, o que dependeria do meio em que se encontrava inserida. Dessa forma, a sociedade era compreendida como resultado da equação entre raça e meio num dado momento (SOUSA, 2013, p. 8). É importante promover esse mapeado para o (a) leitor (a) acompanhar quais as ideias que circulavam e influenciaram direta ou indiretamente o pensamento de Barroso.

Tendo essas questões como fundamentais no momento da produção do livro *Héris e bandidos*, agora é possível compreender e defender que em Barroso o meio era composto pelos fatores climáticos, pela localização geográfica e pelo isolamento. O meio é em grande medida o sertão, dito como desértico e primitivo. Nesse cenário era necessário ser mau para viver, pois todas as criaturas boas seriam naturalmente destruídas. O corpo e a alma do cangaceiro se misturam com o solo sertanejo, neles se encontrariam as mesmas asperezas da terra onde nasceram e em cuja aridez cresceram como vegetais espinhosos (BARROSO, 2012B, p. 25).

De acordo com Ferreras (2003), o principal aspecto do livro escrito pelo memorialista cearense é a função dada ao meio, sendo decisivo para a compreensão e explicação das formas culturais dos habitantes do sertão nordestino. A geografia exerceria uma influência ímpar para se analisar as formas em que a sociedade se desenvolve e transforma seus indivíduos. Portanto, a condição humana passaria a ser definida pelo meio ambiente que, por sua vez, condicionaria os seus comportamentos. O cangaceirismo se constituiria como fruto do seu meio natural, como afirma Barroso (2012, p. 23-24):

O clima sertanejo tem a máxima culpa na produção da cangaceiragem [...] foi a alma do sertão que moldou e fundiu a do cangaceiro. A fim de viver nessa região agreste, batida pelo sol, e demasiadamente sóbrio. O eterno combate contra o meio inóspito desenvolve-lhe a coragem e a resistência.

O determinismo geográfico é lançado por Barroso como uma forma explicativa para a análise das causas e motivações do cangaceirismo, modelo que influencia, até os dias de hoje, os trabalhos sobre essa temática. Porém, é preciso salientar que muitos pesquisadores

---

determinismo, adotado com entusiasmo pelo naturalismo. Disponível em: <<https://www.biografiasyvidas.com/biografia/t/taine.htm>>. Acessado em: 22/11/2018.

esqueceram que o texto de Barroso foi produto das teorias deterministas que figuravam no campo intelectual brasileiro no princípio do século XX como as principais chaves explicativas para a compreensão da sociedade. Alguns autores inclusive confundem a ideia de meio natural com o meio social. O meio em Barroso é o natural (determinista, atravessado pelas ideologias racistas de época) e não o social.<sup>47</sup>

O espaço social ou político como condicionador do fenômeno do cangaço só vai aparecer, na historiografia, a partir da década de 1960, com as interpretações de Rui Facó. Neste último, o espaço passa a ser o latifúndio, o monopólio de exploração da terra e a possibilidade de transformação social.<sup>48</sup>

Em 1963 foi publicado o livro *Cangaceiros e fanáticos*, do jornalista e militante do Partido Comunista Brasileiro, Rui Queiroz Facó.<sup>49</sup> Nascido em 4 de outubro de 1913, na cidade de Beberibe, estado do Ceará, filho de pequenos produtores rurais, Rui Facó teve sua vida marcada pelo engajamento no movimento comunista. Toda a sua obra foi ditada pela luta para a liquidação dos latifúndios, a emancipação dos camponeses e a instauração da revolução socialista no país.

Os interesses presentes no livro de Rui Facó surgem a partir dos debates travados entre os intelectuais de esquerda em sua época, que buscavam responder as seguintes perguntas: o que era o Brasil? E qual a origem das diferenças entre as regiões Nordeste e Sul do país? Por que o Nordeste ainda era, na década de 1950, “pré-capitalista” e “atrasado” e o Sul industrializado e “adiantado”? No mesmo momento que Rui Facó fazia esses questionamentos, vários debates surgiam sobre a questão da reforma agrária e de reformas de base no Brasil. Já vimos que nenhum trabalho historiográfico é escrito desarticulado do seu lugar de produção, dos interesses e problemas do seu tempo. Com isso, deixo que a historiadora Auricélia Lopes Pereira (2000) apresente melhor o contexto em que está inserido o livro de Rui Facó:

*Cangaceiros e Fanáticos* é escrito num momento em que no país há uma sensibilidade que lê a realidade brasileira como espaço onde *problemas*

---

<sup>47</sup> Frederico Pernambucano de Mello, em seu clássico *Guerreiros do sol*, publicado em 1985, reproduziu muitos preconceitos sobre os sertanejos presentes no trabalho de Gustavo Barroso, além de reforçar ideias deterministas como a do isolamento. Como defender o isolamento de personagens como Lampião que percorreu muitas vilas, fazendas e cidades de sete estados do sertão nordestino?

<sup>48</sup> Muito embora existam evidências que já nos anos de 1930 alguns integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) demonstravam um certo apreço pelo cangaceiro Lampião, pois acreditavam que o cangaceiro representava o povo oprimido e lutava contra os coronéis, leitura que não condiz com as ações de Lampião, pois um de seus instrumentos de sobrevivência foi a criação de laços com poderosos. Para mais informações ver: PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>49</sup> A primeira edição do livro foi publicada pela Editora Civilização Brasileira (número 15 da coleção Retratos do Brasil). *Cangaceiros e fanáticos* foi um livro publicado postumamente. Quando o autor faleceu, em março de 1963, vítima de um acidente aéreo, o livro estava prestes a ser lançado.

*crônicas* existem e pedem solução [...] assim, o texto não se pretende um retrato do passado, mas um instrumento de luta do presente e para o presente. Seu objetivo é claro: pôr em evidência a *verdadeira interpretação* dos problemas sociais que no início da década de [19]60 se instituíram como lugar catalisador de todas as tensões e atitudes políticas (PEREIRA, 2000, p. 222).

Rui Facó pretendia entender os problemas do Brasil partindo do pressuposto de que o país é um mundo de contrastes, onde o desenvolvimento capitalista era lento, deformado e desencontrado. De um lado estaria o Sul, onde o capitalismo achara terreno fértil para seu desenvolvimento, do outro lado estava a região Nordeste, caracterizada pelo monopólio da terra, cujo processo de concentração de latifúndios se intensificou cada vez mais a partir do final do século XIX. Assim, para Rui Facó, a década de 1960 apresentava um retrato de um Brasil extremamente desigual, desequilibrado. Um Sul capitalista e um Nordeste estagnado no *atraso semi-feudal*, dividido entre os senhores dos grandes latifúndios e o homem sem terra: *o semi-servo* (PEREIRA, 2000, p. 224).

Para o autor, os males desse retardamento estavam na questão da terra, no controle de grandes propriedades por pequenos grupos familiares, que dominavam uma grande massa de camponeses sem terra e que viviam sob o jugo desses poderosos. Fora nesse cenário que eclodiram com mais intensidade no Nordeste brasileiro o fanatismo e o cangaceirismo. Esses se apresentariam como os dois principais caminhos que os pobres do campo encontraram para sair das amarras dos “coronéis”. Seguir os beatos, os conselheiros, os padres e os chefes do cangaço foram as alternativas que, para Rui Facó, aquele povo sofrido encontrou.

Para atribuir outro significado histórico às experiências de Canudos, Juazeiro, Contestado, Caldeirão e do Cangaço, que eram lidas como fenômenos primitivos pela historiografia brasileira, Rui Facó utilizou em suas análises indivíduos que assumiam o lugar dos marginalizados, estereotipados pelos quadros explicativos que os resumiam como meros fanáticos e bandidos, ficando excluídos dos acontecimentos da história nacional. Rui Facó ressignificou esses fenômenos, afirmando que os *bandidos* e *fanáticos* não eram simples criminosos ou loucos, mas frutos do atraso econômico daquela região. As causas desses fenômenos poderiam ser encontradas no monopólio da terra, na economia de monocultura voltada à exploração dos camponeses. Em suma, o cangaceirismo e o fanatismo seriam uma resposta aos males da terra, passando a ser tratados por esse autor como exemplos de emancipação dos pobres, de insubmissão e estímulo de lutas para os camponeses e militantes do seu tempo.

Era com esse sentido que os cangaceiros deveriam ser recuperados historicamente, marcados pela ideia de luta armada, pois essa era uma questão colocada na época no interior

das esquerdas: reforma ou revolução, luta armada ou tomada paulatina do poder contra a opressão dos poderosos da terra. Dessa forma, Rui Facó apontava a abolição dos grandes latifúndios como solução para resolver o problema do atraso do Nordeste. Essa tese parte principalmente dos interesses do seu lugar de produção – o Partido Comunista que, na década de 1960, entendia a história a partir de um tempo linear e teleológico, estando o mundo marchando para o comunismo. Era como se a sociedade humana já estivesse grávida do seu futuro, o socialismo, restando apenas aos revolucionários promoverem as condições ideais para o parto.

Mas qual a relação desse raciocínio do Partido Comunista com a batalha contra os latifundiários? É necessário compreender que uma ampla ala dentro do marxismo brasileiro entendia naquele momento a história das sociedades como fadadas a percorrer dadas fases a caminho da revolução. Dessa forma, era preciso romper com as relações, que definiam como *semi-feudais*, presentes nos grandes latifúndios, proporcionando o surgimento de medidas econômicas que criariam condições para o advento do capitalismo, e só depois promoverem a transição para o socialismo.

Pericás (2010), em um dos melhores ensaios de interpretação histórica sobre o cangaço, localizou uma possível relação entre os cangaceiros e as lutas sociais de seu tempo. Mesmo que os bandoleiros não tivessem um componente ideológico nem tampouco uma consciência de classe que proporcionasse que suas ações viessem a ser caracterizadas como “luta revolucionária”, muitos militantes de esquerda procuraram naqueles bandos uma associação com guerrilhas sociais, as quais, para eles, só necessitavam de um impulso teórico com elementos ditos progressistas. Em 1932, vários membros do Comitê Central do PCB (Partido Comunista do Brasil)<sup>50</sup>, por sugestão do dirigente pernambucano José Caetano Machado, influenciado pelas ações desse tipo de banditismo em seu estado, apoiariam a ideia de se constituir guerrilhas de campo e, se possível, com a cooptação dos cangaceiros. Com base no documento do Bureau Sul-Americano do Comintern, datado do ano de 1931, elaborado com a colaboração de vários membros do PCB:

---

<sup>50</sup> Partido político de âmbito nacional fundado no dia 25 de março de 1922 com o objetivo primordial de suscitar no Brasil uma revolução proletária que substituísse a sociedade capitalista pela sociedade socialista. O congresso de fundação do PCB realizou-se em Niterói, reunindo alguns poucos operários e intelectuais do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Quase todos os fundadores haviam iniciado sua militância política nos meios anarquistas e só se converteram ao comunismo após a vitória da Revolução Russa de 1917. Apesar da pouca repercussão do congresso que marcou a fundação do partido, já em junho de 1922 o governo de Epitácio Pessoa colocou o partido na ilegalidade, condição em que passaria a maior parte de sua existência. Informações disponíveis em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>>. Acessado em: 02/06/2019.

Os grupos de cangaceiros de Lampião e outros arrastam consigo, sobretudo, as grandes massas de jovens camponeses. Estes, que perderam as esperanças de receberem alguma coisa do Estado feudal-burguês, organizam grupos armados, procurando espontaneamente e por meio das armas dirimir a luta contra os feudos e resolver sua péssima situação (PERICÁS, 2010, p. 152-153).

Na concepção do Comitê Executivo da Internacional Comunista, os cangaceiros tinham um potencial revolucionário que deveria ser trabalhado pelos comunistas brasileiros, que aparentemente subestimavam as lutas e “revoltas” do campo. Era importante que o partido, portando, desse mais da atenção aos interiores do país, sobretudo aos sertões do nordestino:

Em relação ao movimento cangaceiro, o PCB deve empenhar-se na tarefa de estabelecer contatos mais estreitos com as massas de grupos cangaceiros, postar-se à frente de sua luta, dando-lhe o caráter de luta de classes, e em seguida vinculá-los ao movimento geral revolucionário do proletariado e do campesinato do Brasil (PERICÁS, 2010, p. 153).

Ainda segundo Pericás (2010), o Partido Comunista do Brasil insistiu nessa questão. Num informe para a III Conferência de Partidos Comunistas da América Latina e Caribe, sediada em Moscou, no ano de 1934, confeccionado pelo líder da delegação brasileira Antônio Maciel Bonfim (codinome Miranda), que ocupava o posto de secretário-nacional do PCB e eleito secretário-geral da agremiação em sua I Conferência Nacional, naquele mesmo ano, podia-se perceber a posição oficial do partido em relação à situação no campo e sua interpretação completamente distorcida da realidade:

As lutas também têm o apoio dos trabalhadores nas vilas. Os *partisans* cangaceiros estão chamando à luta, estão unindo os camponeses pobres na sua luta por pão e pela vida. [...] Na província da Bahia somente, os *partisans* representam um destacamento de aproximadamente 1.500 homens, armados com metralhadoras, equipados com caminhões (PERICÁS, 2010, p. 153).

Como apresentado, a imaginação de que uma “vanguarda” política urbana pudesse influir no meio rural para iniciar uma revolução esteve na ordem do dia no mesmo tempo do cangaço. No Brasil, os adeptos que militavam pelo socialismo não tinham uma preparação teórica refinada e orgânica, e com pouca abstração do próprio processo de formação histórica nacional, mesmo que se interessassem pela problemática agrária, se encontravam mal preparados intelectual e ideologicamente para produzir um projeto de transformações nas estruturas sociais que operavam no campo. Ao acreditarem que Lampião e seu bando

representava um tipo de luta contra os coronéis, mostravam uma compreensão pouco sofisticada do problema e da realidade dos jogos de poder que este cangaceiro se inseriu. É certo que de fato havia uma escassez de livros marxistas no Brasil naquele momento, ainda que, a partir dos anos de 1930, textos de Marx, Engels e Lênin, entre outros, começassem a ser divulgados e comercializados com maior assiduidade no país. A grande parcela dos militantes era, entretanto, autodidata, e apenas um grupo muito restrito tinha a possibilidade de realizar cursos de preparação e formação em Moscou, o que, na prática, não modificava muito a situação, já que os soviéticos liam o mundo a partir de suas experiências, e pouco conheciam sobre os problemas do Brasil e da América Latina como um todo (PERICÁS, 2010, p. 152).

Havia quem acreditasse que durante os combates, assim como os cangaceiros, os membros da Coluna Prestes gritavam e cantavam pelos sertões do Nordeste. No entanto, nesse caso, em vez de rimas criadas muitas vezes na hora em cima de situações de combates com forças volantes, e a tradicional “Mulher rendeira”, o que se ouvia eram gritos de “Viva a ANL” e “Viva Luiz Carlos Prestes”. Em uma clara tentativa de associar os cangaceiros à Coluna Prestes e à Aliança Nacional Libertadora, o que historicamente é errôneo. Primeiro porque os cangaceiros, ao invés de buscar se aliar à Coluna, se colocaram à disposição do governo de Arthur Bernardes para combatê-la no estado do Ceará. Segundo, porque Prestes ainda não era comunista, assim como naquele momento não existia a ANL<sup>51</sup>, que foi criada posteriormente, no ano de 1935.<sup>52</sup>

Voltando para Facó, que buscou sintetizar todo esse interesse dos comunistas sobre uma imaginária tradição histórica de luta camponesa, o livro *Cangaceiros e fanáticos* seria, antes de tudo, um instrumento, um modelo de interpretação dos problemas sociais brasileiros. Seu objetivo era propor o *banditismo* e o *fanatismo* como lutas contra o sistema, embasando seus interesses do presente em criar caminhos de ação, possibilitar posturas políticas para que, de qualquer forma, se pusesse fim ao regime do monopólio da terra, que, segundo Rui Facó, provocava as piores mazelas para os pobres do campo.

Apesar de ser uma historiografia que tendeu a abordar o cangaço a partir dos seus determinantes sociais, reduzindo-os, quase sempre, a um modelo explicativo baseado nas estruturas econômicas, não resta dúvida de que o trabalho de Rui Facó reescreveu com outros

---

<sup>51</sup> Em síntese, a Aliança Nacional Libertadora foi uma organização política baseada em ideias marxistas de âmbito nacional fundada oficialmente em março de 1935, tendo como principais objetivos o combater ao fascismo e ao imperialismo. Ver em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Radicalizacao Politica/ANL](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Radicalizacao%20Politica/ANL)>. Acessado em: 02/06/2019.

<sup>52</sup> Para mais detalhes, ler: PERICÁS, Luiz Bernardo. Prestes, Lampião, o movimento operário e os comunistas. In: \_\_\_\_\_. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

significados o cangaço e os cangaceiros. Se antes eram concebidos como experiências ahistóricas, renegadas pelo fardo dos estereótipos de “simples criminosos”, com essa leitura o cangaço passou a ganhar espaço nos meios acadêmicos e nas reflexões dos cientistas sociais, sobretudo dos sociólogos e historiadores.

Enquanto em Barroso a terra e o solo sertanejo eram fatores determinantes na produção do cangaceirismo, em Rui Facó a terra estava associada ao domínio histórico das elites agrárias que exploravam os camponeses, porém, essa exploração produzia uma reação, possibilitando o questionamento do *status quo* naquela sociedade. O espaço e o território em Rui Facó ainda são *coisificados*, sendo sinônimos de terra. Contudo, essas categorias ganham um sentido político através das ideias de apropriação do recurso e a prática do apossamento ou desapossamento (apropriação desigual da terra), pois a revolta de *fanáticos* e *cangaceiros* contra o monopólio da terra deveria ser tomada como exemplo para os movimentos camponeses que explodiam no país nos anos 1960, sobretudo com a organização das ligas camponesas.

### **1.3 Cangaço, espaços e territorializações: por um enfoque multidisciplinar**

A partir da influência de Rui Facó, o cangaço começou a figurar como tema de pesquisa na universidade, com os estudos da historiadora Maria Christina Matta Machado, que publicou, em 1969, o livro *As táticas de guerra dos cangaceiros*. A autora é pioneira ao trazer para o centro da sua narrativa as vozes dos ex-cangaceiros e ex-cangaceiras, tomando partido pelos mesmos e acreditando que o cangaceirismo foi resultado da exploração do latifúndio. Penso que o trabalho de Maria Christina seja um aprofundamento das teses defendidas por Rui Facó, sobretudo porque a autora faz uma historicização da exploração dos sertanejos pelos latifundiários, o que já havia sido sinalizado pelo escritor comunista. Na perspectiva desses dois autores, Lampião seria uma vítima social que buscava lutar contra as injustiças:

Em 1938, pouco antes de morrer no cerco de Angicos, Virgolino Ferreira, ou Lampião, como queiram, usou de uma frase que ficou histórica para todos aqueles que se interessam em estudar o problema do cangaço no Nordeste, e o desenvolvimento do sertão: ‘Num adianta nada. O sertão continua o mesmo.’ O sertão talvez progredisse, porque o elemento humano é bom e trabalhador, possuindo energia suficiente para lutar por seus direitos, por sua terra e família. Se não o conseguiu, foi tão somente porque interessava aos poderosos manter o ‘status quo’, para manter seu ‘progresso’, explorando o trabalho de muitos, e levando a inércia ao sertão (MACHADO, 1978, p. 136).

As memórias dos ex-cangaceiros e ex-cangaceiras ganharam destaque também nos trabalhos do memorialista Antônio de Amaury Corrêa de Araújo, em seus estudos de quase meio século, rendendo inúmeros livros publicados. Entre eles, *Espinho do Quipá - Lampião, a História*, em 1997 e *De Virgolino a Lampião*, em 1999, ambos em parceria com a jornalista e memorialista sergipana Vera Ferreira, neta de Lampião e Maria Bonita. Esta última, para Ramos Filho (2016), empreendeu vários procedimentos memoriais que contribuíram com o fortalecimento da memória do cangaço na cena pública, principalmente no estado de Sergipe, onde atuou e continua atuando na busca de suporte para reconstruir a história do cangaço através da preservação de depoimentos, material iconográfico, objetos e pertences dos cangaceiros. Obviamente, uma construção interessada não só no aspecto financeiro, mas também na ligação sanguínea com o cangaceiro, se posicionando frequentemente como legítima guardiã da memória do cangaço lampiônico e, portanto, portadora de uma suposta *verdade* histórica (RAMOS FILHO, 2016, p. 143).

Já nos anos de 1970, o cangaço foi sendo analisado à luz do olhar da sociologia. Alguns autores se dedicaram a elaborar modelos explicativos sobre as causas sociais para o seu surgimento, e dentre eles destacam-se os trabalhos da cientista social Maria Isaura Pereira de Queiroz. Para essa autora, no período de atuação de Lampião, o cangaço era independente da proteção dos coronéis, o que ela mesma intitulou de *cangaço independente*. Porém, a despeito da importância dessas ideias no contexto em que foram produzidas, acreditamos que essa linha explicativa deve ser repensada, uma vez que a força do cangaceiro está diretamente atrelada às relações de poder e de reciprocidade que os mesmos eram capazes de estabelecer com muitos coronéis do sertão nordestino.

Segundo Queiroz (1977), foi a partir de 1900, com as atuações do cangaceiro Antônio Silvino que grupos armados se desligaram do domínio dos coronéis e da relação de pertencimento à qual estavam submetidos em atividades de jaguncismo, como também surgem grupos desvinculados de questões familiares. É nesse momento que o cangaço passa a ser independente dos chefes locais, segundo a interpretação da autora. Aqui temos um contraponto com a minha pesquisa, pois não creio que tenha existido cangaço independente das relações coronelísticas que por muitas das vezes também eram questões familiares. O próprio Antônio Silvino não escapa dessas relações, tendo sido seu cangaço marcado por alianças com chefes políticos e surgido por questões de família. Esses mesmos fatores estão presentes na trajetória

dos cangaceiros Sinhô Pereira (1917-1922), Chico Pereira (1924-1928) e Lampião (1920-1938).<sup>53</sup>

Penso que existia uma certa autonomia do cangaceiro em relação ao coronel, o que não é sinônimo de independência. O cangaço foi um lugar de exercício de poder que possibilitou sujeitos como Lampião negociar de igual para igual com chefes locais, mantendo relações de reciprocidade em nível horizontal e não no vertical como acontecia no jaguncismo. O cangaceiro tinha autonomia para criar redes simultâneas com vários sujeitos de influência e, quanto mais extensas fossem essas redes, mais poder esse cangaceiro exerceria, uma vez que receberia mais proteção e material bélico, o que também exigiria mais obrigações por parte dos cangaceiros frente aos seus agenciadores. Diferente de Queiroz (1977) proponho uma perspectiva relacional e circunstancial para abordar a trajetória do cangaceiro Lampião e sua rede de protetores e opositores.

Embora destacando os distanciamentos entre as reflexões de Maria Isaura Pereira de Queiroz das que farei, é importante frisar que essa autora apresenta uma descontinuidade em relação aos trabalhos marxistas de Rui Facó e Maria Christina Matta Machado. Para esses dois pensadores, os cangaceiros teriam lutado contra a exploração do latifúndio, já a socióloga acredita que o cangaço foi uma forma de organização rural através da qual os sertanejos buscavam mudar suas condições sociais através do uso das armas e da violência. Nessa perspectiva, os cangaceiros não objetivavam se opor ao domínio dos coronéis, nem tampouco defender bandeiras coletivas de transformação das estruturas sociais, estando muitas vezes ligados aos coronéis caso esses estivessem alinhados aos seus interesses. Em Isaura Queiroz, o cangaço é uma forma de resistência que atende antes de mais nada aos interesses individuais, e não aos interesses coletivos.<sup>54</sup> Interpretação que continuará presente nos estudos de Frederico Pernambucano de Mello, como em *Guerreiros do Sol*, publicado em 1985, trabalho que se tornou referência obrigatória para os leitores dessa temática.

O autor de *Guerreiros do Sol* descreve muitas situações que apontam para o relacionamento de cangaceiros com poderosos chefes locais e políticos sertanejos, como no caso da amizade de Lampião com o interventor federal de Sergipe, Erônides Ferreira de Carvalho, e com o então deputado estadual da Paraíba, José Pereira Lima, de Princesa Isabel.

---

<sup>53</sup> As datas dizem respeito aos anos de atuação dos cangaceiros citado.

<sup>54</sup> Coletivo no sentido marxista de interesse de classes, ou seja, de pobres do campo que lutavam com as mesmas finalidades contra os latifundiários. Contudo, se a ideia de coletivo estiver associada a questões familiares é correto afirmar que muitos cangaceiros surgiram e estiveram atrelados aos interesses familiares. Sobre a relação entre família e cangaço, ver: MARQUES, Ana Cláudia. **Intrigas e questões**: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

A partir de recortes de outros autores, Mello formula a ideia do cangaço como *meio de vida*, ou como *profissão* tendo como principal exemplo o cangaceiro Lampião. Nessa visão, Lampião teria no cangaço sua profissão, ganhando a vida através do exercício das armas, ou seja, não havia nenhum objetivo de transformação social em jogo, mas um desejo de exercício de poder e dominação por parte de Lampião, assemelhando-se ao do sistema coronelístico, caracterizado pela violência, mandonismo e disseminação do medo. É importante salientar também que este autor se aproximou e adotou ideias deterministas presentes em Gustavo Barroso, como a do isolamento sertanejo, ao defender que o cangaceiro viveu de forma medieval, sobretudo em seus costumes, insensibilidade perante a morte e trato com o sangue. Segundo ele, a criança sertaneja estava habituada a auxiliar o pai a sangrar os animais com facas rudimentares para obtenção do seu sustento, e, quando adulto, utilizava o mesmo método para dizimar o inimigo.

Mas foi apenas no ano de 1995 que o espaço do cangaço lampiônico foi tomado como objeto de estudo acadêmico, na dissertação apresentada por Jorge Luiz Mattar Villela, ao curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal de Santa Catarina.<sup>55</sup> Esse trabalho não se destaca apenas por ser o primeiro a problematizar a dimensão espacial da atuação do bando de Lampião, ele se notabiliza (até os dias atuais) na historiografia do tema por ser o único a colocar o espaço e o território como questões em análise. A partir de quatro tipos de fontes – bibliografia do cangaço, relato policial, oralidade e jornais de época – o autor buscou entender como a espacialidade<sup>56</sup> e a territorialidade<sup>57</sup> do grupo de Lampião foi produzida em virtude dos movimentos constantes. Tanto o espaço quanto o território são entendidos não como fixos, mas como fluxos, constituídos pelo nomadismo dos cangaceiros.

Tomando de empréstimo a ideia de espaço itinerante e espaço irradiante criada pelo arqueólogo e antropólogo francês André Leroi-Gourha<sup>58</sup> (1911-1986), Villela busca diferenciar

---

<sup>55</sup> A dissertação foi defendida com o título “A organização espacial do cangaço sob a chefia de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião (1922-1938) ou como produzir território em movimento”.

<sup>56</sup> Entendido aqui como a produção do espaço, ou seja, um conjunto de práticas sociais sobre um dado substrato material referencial. E se essas práticas estiverem associadas a relações de poder, pode-se dizer que a espacialidade é também uma territorialidade.

<sup>57</sup> Souza (2014) define territorialidade como aquilo que faz qualquer território um território, isto é, “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”, enquanto que territorialidades seria: “os tipos gerais que se podem classificar os territórios conforme suas propriedades, dinâmica etc.” (SOUZA, 2014, p. 99). Ou seja, territorialidades pode ser tomada como sinônimo de multiterritorialidade.

<sup>58</sup> O etnólogo e arqueólogo francês, nascido em 1911 e falecido em 1986 em Paris, André Leroi-Gourhan fez importantes contribuições para três disciplinas: antropologia física (hominização), etnologia (tecnologia, estética) e pré-história (os métodos de escavação, arte parietal, a estrutura do habitat, bem como a evolução das sociedades). Os trabalhos e pesquisas de Leroi-Gourhan não estão situados na encruzilhada de várias disciplinas, mas representa a inclusão no mesmo campo de pesquisa de métodos e perspectivas que vêm de disciplinas muito diversas. Antes de ser etnológica ou arqueológica, sua contribuição para a antropologia é primeiro uma contribuição metodológica que abre perspectivas unitárias sobre as atividades humanas. A filosofia que permeia seus estudos de paleontologia, estética, tecnologia, pré-história, epistemologia ou etnologia geral revela que ele coloca o homem e seu devir no

o espaço nômade (dos cangaceiros) do espaço sedentário. Segundo ele, o espaço itinerante – também pode ser chamado de espaço nômade, ou liso – é desprovido de um centro referencial em relação ao qual se dá o deslocamento, sendo marcado pelo dinamismo constante. O espaço irradiante – também pode ser chamado de espaço sedentário, ou estriado – é estático sendo governado por um centro gravitacional de repulsão e atração em relação ao qual se dá o deslocamento (VILLELA, 1995, p. 16).

Villela também é influenciado pela dupla de filósofos Deleuze e Guattari, quando esses últimos propõem pensar os conceitos de espaço liso e espaço estriado. O espaço liso, ou aberto, é produzido graças a operações locais com mudanças de direção, sem pontos de partida e chegada, sendo o trajeto definido pela circunstância. Já o estriado, ou fechado, é ordenado e codificado, cujos trajetos estão previamente estabelecidos; no interior do qual existem pontos de partida e pontos de chegada, ligados por estes trajetos, de onde e para onde os que se deslocam dirigem-se (VILLELA, 1995, p. 27). Para ele, a espacialidade do bando de Lampião se enquadraria nas categorias de espaço itinerante e liso, propondo uma análise inovadora e interessante. Importante ponderar que em Deleuze e Guattari o conceito de espaço liso e estriado segue uma perspectiva relacional:

[...] apesar de existir entre eles uma diferença de natureza, em certos casos pode-se dizer que um não existe sem o outro pois ‘de fato’ só existem ‘graças às combinações entre ambos’. Ou seja, há uma contínua transposição de espaço liso no estriado e vice-versa se (VILLELA, 1995, p. 27).

Ao trabalhar o conceito de território, Villela vai estabelecer um contraponto às noções presentes na antropologia dos espaços de Marcel Mauss (1872-1950). Este último defendia a noção de território vinculada à identidade (que implicaria apropriação) e demarcação dos espaços. Villela acredita que o território de Lampião não pode ser confundido com identidade, pois para ele, nada indica que Lampião se considerasse dono do solo onde atuava. Isso porque a ideia de identidade estaria ligada à posse, mas, como sabemos, a identidade está relacionada com o pertencimento. Logo, o que poderia ser discutido era se Lampião se sentia pertencente aos territórios que habitava ou simplesmente os ocupava estrategicamente, uma vez que o cangaceiro poderia se territorializar em espaços com os quais não se identificava e nem estabelecia laços de pertencimento.

---

centro de todas as suas preocupações científicas. Cf: CRESSWELL, Robert. André Leroi-Gourhan. In: BONTE, Pierre; IZARD, Michael. **Diccionario Akal de Etnología y Antropología**. Madrid: Akal, 1996, p. 430-431.

Creio que as territorializações de Lampião estejam atreladas às redes de proteção e não ao sentimento de pertencimento a uma dada localidade. A prova é que o cangaceiro sabia se desfazer rapidamente desses pontos após um atrito com um dos seus protetores. Ao desfazer uma rede, logo outras estariam sendo tecidas, o que aponta muito mais para uma estratégia de mantimento e de sobrevivência do seu bando do que sobre o desejo de posse ou o sentimento de pertencimento.

Villela também não entende o território como demarcação, uma vez que o autor entende que o território de Lampião era aberto, móvel, sendo assim, impossível de ser delimitado. Neste sentido, os cangaceiros tinham livre circulação e sua territorialização só poderia ser compreendida em virtude dos movimentos. O antropólogo assume a posição teórica de um autor que deseja pensar a sociedade pelas singularidades, pelo movimento, se enquadrando dentro de uma linha de pensamento nômade – na definição deleuziana –, em oposição ao pensamento que tende a ver a sociedade através da ótica sedentária, padrão este dominante na filosofia ocidental e nas ciências sociais:

Eis aí a proposta civilizadora do nômade: expandir a estepe ou o deserto, aniquilar o espaço esquadrihado das cidades, organizar o espaço segundo a sua perspectiva. Não há problema grave nesta incompreensão entre nômades e sedentários do ponto de vista científico. O problema começa quando o ponto de vista sedentário domina o cientista e foi isto o que aconteceu ao longo das explanações de diversas ciências acerca dos nômades. Sempre que o homem neolítico fizer ciência, ou melhor, sempre que a perspectiva do homem neolítico for a do cientista que se debruça sobre os Nômades haverá mal-entendidos (VILLELA, 1995, p. 25).

Contudo, é preciso apontar os distanciamentos das minhas reflexões em relação às dele. Em grande medida, Villela procurou entender de que forma o bando de Lampião foi capaz de construir um território através de seu próprio movimento constante. Embora o autor tenha deixado claro a sua defesa da importância da relação de Lampião com seus protetores e coiteiros, não conseguiu descrever como se davam essas relações e como elas proporcionaram a produção dos espaços de atuação do bando. O autor enxerga no deslocamento e na ideia de movimento essa territorialização, não problematizando os mecanismos e estratégias políticas que deram curso a esse movimento enquanto constituição de territórios.

Enquanto Villela esteve interessado na velocidade dos movimentos que desfazem e desmontam trajetos previamente estabelecidos (como estradas)<sup>59</sup> e que criam territorialização

---

<sup>59</sup> Essa perspectiva é interessante para pensar a espacialidade de Lampião. A tática de desfazer e desmontar trajetos prévios para evitar a captura é o que entendemos como práticas espaciais. Segundo Certeau (1994), o que espaço se difere do lugar, pois esse último aparece como estratégia de ordenar e controlar o cotidiano dos sujeitos. Nesse

sem centros, estou preocupado nos movimentos de conexão, de encontros entre Lampião e seus protetores. São esses movimentos de entrecruzamentos no processo de tessituras de redes que proporcionam a esse cangaceiro se territorializar e criar espaços de atuação para seu bando. A permanência por 20 anos no cangaço esteve atrelada ao potencial de barganha que Lampião possuía frente aos seus agenciadores e apoiadores. Essas relações são tratadas no meu entendimento como sendo atravessadas pelas relações de poder.

Pode-se dizer que essas relações não estavam limitadas a imposição de poder de cima para baixo, que partiria do macro para as micro-relações, por parte do Estado ou grupo social dominante. O que existia nesse jogo é uma relação extremamente complexa, elaborada nas mais básicas relações sociais, ou seja, numa *microfísica do poder*. Segundo Foucault (1979), o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, de sofrer sua ação, ou de resistir a ele; nunca são alvos inertes ou consentidos do poder, são sempre centros de transmissão.

Ao longo dos outros dois capítulos da dissertação estabelecerei também muitos diálogos de aproximação com Villela. Tentarei contribuir na atualização dos debates conceituais sobre o espaço e, sobretudo, sobre a noção de território. Diferentemente dele, que conversou majoritariamente com antropólogos e filósofos, pretendo estabelecer um diálogo mais próximo com os geógrafos, tendo em vista que as reflexões em torno dessas categorias espaciais já ganharam significações importantes que não estavam disponíveis no momento de produção do texto de Villela.

Proponho pensar a noção de espaço a partir das reflexões do filósofo e historiador Michel de Certeau, como sendo o lugar das práticas humanas. Segundo Certeau (1994), são as ações dos sujeitos que condicionam a produção dos espaços, entendidos como *locus* de vivências individuais e coletivas e configurados pelas práticas que conferem sentido, significado, e geram representações neste, deste e para este espaço. Assim como Corrêa (2014) ao afirmar que no processo de organização espacial o homem funda um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas as formas e interações espaciais. São essas ações que impactam diretamente no substrato, alterando-o no todo ou em partes. Nesses termos, a espacialidade criada pelo cangaceiro Lampião será aqui entendida por meio dos interesses

---

sentido, a construção de estradas significa estabelecer pontos fixos no trajeto. Já o espaço, marcado pelas táticas de resistências, burlam e reconfiguram os lugares por meio das práticas espaciais dos sujeitos.

envolvidos nas tramas do poder que, por meio de práticas específicas, proporcionaram condições de possibilidades para que esse cangaceiro produzisse espaços de atuação para o seu bando, tendo em vista as (con)vivências com protetores e coiteiros dos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará, durante os anos de 1920 e 1928. Essas relações foram base fundamental para a configuração territorial do cangaço lampiônico, sentido pelo qual os atores envolvidos constituíram espaços próprios e se estabeleceram em territórios de ação. Esses, por sua vez, são entendidos como espaços elaborados por via das relações e disputas de poder.

A produção do espaço é permeada pelas relações de poder e de sentido, sendo assim, o processo de espacialização é territorializante. Isso mostra também o caráter móvel do território, podendo operar tanto na continuidade quanto na descontinuidade espacial.<sup>60</sup> Souza (2014) sugere pensar a noção de território associado às multidimensões do exercício do poder (cultural, político, econômico). Sendo assim, o território é um campo de forças, relações de poder operando em um *substrato espacial material*<sup>61</sup> delimitado. O território será abordado no sentido mais amplo do termo, não somente como um espaço pertencente a uma nação, com uma unidade política e administrativa, mas como um conceito de espaço vivenciado/praticado pelos agentes sociais que, através de estratégias, contribuem para a produção dos espaços, criando, assim, o que está sendo entendido como espacialidade.

Segundo Santos (2002), o território é configurado a partir de técnicas utilizadas pelos atores sociais que, por meio delas, constroem, reconstróem e ressignificam o espaço, seja pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, seja pela dialética do próprio espaço, isto é, as relações de poder entre os sujeitos que habitam determinado espaço, constituindo as bases para a configuração e produção do mesmo. É nesse sentido que surge o território, como resultado do poder que os indivíduos exercem sobre o espaço.

Embora Raffestin (1993), em suas argumentações no livro *Por uma Geografia do poder*, tenha apontado para o espaço como algo *dado*, um mero receptáculo, como se fosse uma matéria-prima que preexiste a qualquer ação humana, temos a pretensão de utilizar a concepção de território exposta pelo autor. A principal contribuição de Raffestin para esta pesquisa é a

---

<sup>60</sup> Geógrafos como Raffestin (1993); Marcelo Lopes de Sousa (2014); Haesbaert (2016) colocam em xeque o *mito* da exclusividade territorial, uma vez que, para eles, o território circula e pode ser percebido até nas relações microscópicas.

<sup>61</sup> De acordo com o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2009), o *substrato espacial material* são as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis (edificações, campo de cultivo, feições “naturais” etc.). Ou seja, a matéria que serve de suporte e referência para as práticas sociais. O autor lança mão desse termo como um esforço de separação do que ele chama de espaço concreto (matéria, objeto), do espaço social (constituindo pelas relações humanas). Pensamos ser interessante usar esse termo, pois entendemos que o espaço é sempre social, surge na relação e interação da prática social com os substratos materiais.

abordagem relacional do território, sendo ele indissociável do poder. Ou seja, não podemos pensar o território sem as relações de poder que os sujeitos exercem dentro dele.

O poder que Lampião exerceu em uma determinada área se constituiu a partir da criação de redes de proteção com sujeitos de vários segmentos sociais, que poderiam transitar desde grandes latifundiários até agricultores e vaqueiros de pouca influência no cenário político e econômico. Logo, entendo que a territorialidade do bando de Lampião era, preferencialmente, o território-rede, ou seja, operado e constituído em uma descontinuidade espacial e traçado por um conjunto de pontos de apoio (ou *nós*) que possibilitam a manutenção e atuação dos cangaceiros em uma dada área. Tecer redes implicava também codificar as ações dos sujeitos frente ao compromisso mútuo estabelecido na relação, ou seja, o relacionamento de Lampião com seus protetores implicava deveres e direitos de ambas as partes, o que impossibilita a ideia de um espaço/território totalmente livre e aberto defendido por Villela. Em outras palavras, o bando de Lampião não poderia atacar uma fazenda ou vila que era dominada por um de seus protetores, pois os acordos de reciprocidade entre Lampião e seus apoiadores codificam o espaço, impondo certas normas que deveriam ser cumpridas para a continuidade das alianças.

Como apresentado, Villela mobilizou esforços para fugir da perspectiva de território fechado, ou demarcado, propondo pensar o território em virtude do movimento, sem pontos de partida e de chegada. Mas como explicar o ataque do bando de Lampião a cidade de Mossoró, em 1927, sendo que os cangaceiros partiram de Aurora, no Cariri cearense, onde Lampião mantinha relações com o conhecido coronel Isaías Arruda, e logo após o fracasso do ataque, regressarem para o mesmo ponto de partida?<sup>62</sup> Ou até mesmo o saque à cidade de Sousa, no interior da Paraíba, no ano de 1924, quando os cangaceiros de Lampião partiram de Princesa Isabel, cidade paraibana onde Lampião contava com o apoio da influente família Pereira Diniz, e após o saque retornaram para o mesmo ponto de partida?

Não concebo a territorialização do bando de Lampião de forma contínua e fechada e neste aspecto mantenho aproximações com Villela, mas como um processo de fazer, desfazer e refazer redes de apoio. Neste sentido, Costa (2016), no já clássico *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* lança uma abordagem processual do território. Na sua perspectiva, o território é visto como um *devenir*, um permanente movimento de tornar-se e desfazer-se, ou seja, não existe território sem seus vetores de saída e, por sua vez, não existe saída do território (desterritorialização), sem, ao mesmo tempo, um

---

<sup>62</sup> Embora o percurso de Aurora para Mossoró tenha sido criado circunstancialmente pelo movimento dos cangaceiros, se encaixando nas ideias de Villela, mas, ainda assim é fato que Lampião partiu de Aurora e, logo após o fracasso em Mossoró, regressou ao ponto de partida refazendo outros caminhos.

esforço para se reterritorializar em outras bases (COSTA, 2016, p. 99-101).<sup>63</sup> Uma das principais singularidades de Lampião, que foi destacada pela historiografia do cangaço, diz respeito à capacidade que este cangaceiro teve em criar redes de apoio e, ao mesmo tempo, superar suas rupturas criando novas conexões em outros lugares, com outros sujeitos.

Uma longa matéria foi assinada pelo paraibano Veiga Junior e publicada no dia 19 de março de 1925, pelo Jornal do Recife, com o título: *De Lagoa da Pedra a Serrote Preto*, com o objetivo de heroicizar os militares paraibanos que tombaram no confronto de fevereiro de 1925 em Serrote Preto, no atual município de Mata Grande, Alagoas, contra o bando de Lampião. Além do teor oposicionista ao governador pernambucano Sérgio Loreto, por parte do Jornal do Recife, que buscava reforçar o discurso que as forças militares da Paraíba estavam sendo mais eficientes do que as de Pernambuco no combate ao cangaceirismo, chamo atenção na reportagem para o esforço de estabelecer uma diferença entre Lampião e Antônio Silvino:

Lampeão<sup>64</sup> é o tipo perfeito de quadrilheiro celerado. Inteligente e cauto ele giza com habilidade, um plano de assalto em que lhe não escapa o menor detalhe. Silvino, mais valente, foi menos metódico, daí, talvez a sua queda quando estava, exatamente, no apogeu da fama. Pormenor curioso: Antônio Silvino que pouco ultrapassava as lides paraibanas, onde combatia o nosso policial até a morte, foi prisioneiro por um oficial pernambucano... A temibilidade de Lampeão, o sicário misto de fera e trasgo cuja bruteza chega ao extremo de desvirilizar inermes fazendeiros que lhe caem nos gadanhos, não conseguiu abater o moral de nossa força (JORNAL DO RECIFE, 19 de março de 1925).

Para o escritor da matéria, a principal diferença entre Lampião e Antônio Silvino, estava na habilidade do primeiro em traçar seus planos com cautela e inteligência, já o último era menos cauteloso e custava em abandonar sua posição no combate. De certa forma este escritor tinha razão, pois Lampião foi sem dúvidas um grande estrategista no campo de batalha, usando

---

<sup>63</sup> Ver em: COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

<sup>64</sup> Até o início dos anos de 1930, o “nome de guerra” do cangaceiro apareceu escrito nos documentos de época com “e” e não com “i”. Outro exemplo pode ser encontrado nas duas primeiras biografias escritas sobre o personagem. A primeira publicada no ano de 1926, pela Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, com autoria de Érico de Almeida, com o título *Lampeão: sua história*. Segundo Cardoso (1996), o texto foi encomendado pelo então governador João Suassuna e auspiciado pelo deputado José Pereira Lima (Zé Pereira, de Princesa Isabel). Essa escrita tinha como objetivo denegrir a imagem de Lampião e exaltar o combate ao cangaceirismo pelo Estado, comandado por seus representantes: João Suassuna, no litoral; e José Pereira Lima, no sertão. Ainda de acordo com Cardoso (1996), já em fins da década de 1920, chegava à Paraíba o poeta e escritor Mário de Andrade, em “missão cultural” para estudar as manifestações da chamada cultura popular. Ao ler a primeira biografia de Lampião, Mário de Andrade chegou à conclusão que Érico de Almeida era o pseudônimo de João Suassuna. Essa hipótese é fortemente defendida e aceita por muitos pesquisadores. A segunda biografia foi publicada em 1933, escrita pelo médico sergipano Ranulfo Prata, intitulada *Lampião*. Note que a grafia que se usa até os dias de hoje começou a ser empregada, sobretudo, a partir dos anos 30.

o conhecimento da região juntamente com táticas de guerrilha baseadas na antecipação espacial, emboscadas e fuga nos momentos que se encontrava em desvantagem. Porém, a bibliografia disponível sobre Antônio Silvino também evidencia que o cangaceiro foi um exímio estrategista, me levando a crer que a principal diferença entre os dois pode ser compreendida por outro caminho. Lampião conseguiu se relacionar com seus protetores como nenhum outro cangaceiro, estendendo uma malha que lhe proporcionou mantimentos mesmo nos momentos de maior repressão por parte das forças dos estados, como foi nos anos 1925 por parte do governo paraibano e em 1928 pelo governo pernambucano.

Voltando para a discussão em torno das questões espaciais, a análise processual do território disponível em Costa (2016) possibilita interpretar as ações de Lampião em múltiplos territórios, que foram constituídos e funcionaram em rede, em zona ou em movimento. Não se trata de apontar para uma justaposição, mas a criação e vivência em vários territórios. Zonas de atuação interligadas produzem redes, que por sua vez podem articular zonas, neste caso, os territórios nunca existem sem zonas e redes. O território em rede pode ser caracterizado pela descontinuidade espacial; pela mobilidade; pela ausência e presença; e pelos pontos de encontros que ligam os sujeitos envolvidos na trama. Já o território em zona se caracteriza pela atuação frequente em uma dada área ou uma intervenção direta em um dado *substrato espacial material*, neste último caso, cito como exemplo o combate de Serra Grande, em 26 de novembro de 1926, quando Lampião se antecipa e posiciona seu bando em pontos estratégicos no espaço, conseguindo vencer uma força volante composta aproximadamente por 300 homens.

O território produzido em movimento, por Lampião, também é de suma importância, pois sendo o cangaceiro um nômade, a mobilidade possibilitada pelo seu nomadismo é um instrumento de exercício de poder fundamental que o coloca em uma posição privilegiada na tessitura de alianças com os seus apoiadores que eram em grande medida sedentários. Lampião poderia atacar várias fazendas, contando com o fator surpresa, gerando o sentimento de medo nos sertanejos, que poderiam a qualquer momento receber a visita inesperada do rei dos cangaceiros e de seu bando.

Portanto, por meio das ideias de espaço praticado, multiterritorializações e território como processo, pretendo lançar novos direcionamentos para as reflexões em torno das territorializações do cangaceiro Lampião, sobretudo no recorte temporal da pesquisa, que corresponde à chamada primeira fase do cangaço lampiônico, entre os anos de 1920-1928. Através do cruzamento crítico dos relatos dos jornais de época e dos relatos policiais, procuro cartografar os sinais dos movimentos deixados pelo bando de Lampião, buscando compreender quais eram as áreas mais frequentadas pelos cangaceiros e, a partir daí, dialogar com a

historiografia do tema para entender quem eram os sujeitos com que Lampião se conectava espacialmente para produzir redes de apoio nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Alagoas. Sendo que este último, será explorado apenas nos primeiros anos de atuação do cangaceiro, quando esteve sob proteção do coronel Ulisses Luna.

Mas antes disso, convido o (a) leitor (a) a acompanhar comigo as condições que proporcionaram o cangaço ser um lugar de exercício de poder disponível na sociedade sertaneja bem como as questões de família e a entrada do personagem estudado no cangaceirismo.

## CAPÍTULO 2

### RELAÇÕES DE PODER NO CANGAÇO E ESPACIALIZAÇÃO DAS QUESTÕES FAMILIARES

Neste capítulo abordo o cangaço como um lugar de poder dentro da sociedade sertaneja e as disputas pelo controle político e territorial dos sujeitos em disputa. Localizando o conflito entre Ferreiras e Nogueiras de Barros dentro de outro maior, a guerra histórica travada entre Pereiras e Carvalhos. Quais os interesses dos envolvidos? Como foram sendo traçadas as alianças? Como se posicionaram os personagens envolvidos? Como o cangaço foi um dispositivo de resistência? Como o desconhecido Virgulino tornou-se o cangaceiro Lampião? Quais as aproximações e diferenças entre o cangaço de Sinhô Pereira e Lampião? São reflexões que busco lançar repostas a partir de agora.

#### **2.1 O cangaço como lugar de poder e de formação de sujeito na sociedade sertaneja**

Durante algumas passagens no primeiro capítulo defendi que os esforços interpretativos dos estudiosos que associaram as causas do cangaceirismo à seca, à pobreza e à miséria não eram suficientes para compreender a vida dos cangaceiros mais afamados como Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Chico Pereira e Lampião, pois os mesmos não eram pobres, mas longe disso. Pode ser que esses fatores contribuíram para que muitos sertanejos desprovidos de riqueza material vissem no cangaço uma possibilidade de mudança de vida, passando a engrossar as fileiras desse tipo de banditismo sob o comando de algum desses principais cangaceiros nomeados acima.

Então, o que levou ao surgimento do cangaço, no fim do século XIX, e ao seu apogeu nas primeiras três décadas do século passado? Quais os mecanismos diretos de reprodução desse fenômeno e como se inserem no contexto social, político e econômico desse período? Penso que as respostas para essas questões podem ser encontradas nas relações de poder que perpassaram as disputas familiares durante a Primeira República. É certo que a sociedade sertaneja, dentro do recorte espacial e temporal deste trabalho, deve ser encarada como uma

sociedade armada, na qual um gesto incorreto, uma palavra mal interpretada e uma simples discussão podia mudar radicalmente uma vida, ou por fim a ela (VILLELA, 1995, p. 32).<sup>65</sup>

Esse povo em armas é uma prática que remonta ao período colonial, onde os fazendeiros se rodeavam de capangas e jagunços para lutar e capturar os nativos, como também para garantir o poder e as propriedades do potentado local frente as rivalidades com outros poderosos, de outras famílias.<sup>66</sup> No período imperial, o poder Moderador promoveu diversas tentativas para controlar os conflitos e instituir uma justiça imparcial, confiando a execução da tarefa ao chefe de polícia sob controle do imperador. Intervenção que nunca funcionou perfeitamente, pois o chefe de polícia, substituído cada vez que se alteravam no poder os dois partidos nacionais – Liberais e Conservadores –, favorecia a facção política que o nomeara. A introdução do sistema de júri para os casos de crime veio a enfraquecer ainda mais a tentativa de controle por parte da Coroa, isso porque os jurados, que pertenciam à comunidade, votavam de acordo com os interesses do grupo a que estavam alinhados. Junta-se a isso a organização de partidos políticos antagônicos, marcando o fim do Império e o começo do período republicano.

A primeira década da República brasileira foi caracterizada por intensos conflitos políticos, gerando uma forte instabilidade no Congresso Nacional e em outras instâncias de poder. O presidente da República tinha dificuldades para formar uma base que garantisse a aprovação dos seus projetos. Em 1898, Campos Sales foi eleito presidente e criou a *política dos estados* – também chamada de *política dos governadores*, embora na época os governadores fossem chamados de presidentes de estado –, cujo objetivo era administrar os conflitos no interior das elites governantes. A política dos governadores vigorou entre 1898 e 1930, quando Getúlio Vargas chega ao governo.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmento (2002), a ideia central que presidia a política dos governadores estava pautada no compromisso mútuo para fortalecer a posição do Executivo – presidente da República e dos presidentes de estado – em face do Poder Legislativo. Tal compromisso estabeleceu que, no momento das eleições para o Legislativo federal, os presidentes estaduais – que comandavam as oligarquias de cada estado – fariam uma lista com os candidatos que deveriam ser eleitos e, uma vez eleitos e reconhecidos,

<sup>65</sup> Essa ideia foi melhor explorada em: VILLELA, Jorge Mattar. **O povo em armas**: violência e política no sertão Pernambucano. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

<sup>66</sup> Pode-se encontrar na literatura uma série desses conflitos, como Cunhas e Patacas; Brilhantes e Limões; Mourões e Moquecas; Montes e Feitosas; Maias e Suassunas; Pereiras e Carvalhos, entre outros. Sobre conflitos familiares no Brasil, ver: PINTO, Luís de Aguiar Costa. **Lutas de família no Brasil**: uma introdução ao estudo. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980. Mais especificamente para os casos nordestinos, consultar a segunda parte do livro: BARROSO, Gustavo. **Heróis e bandidos**: os cangaceiros do Nordeste. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Fortaleza: ABC Editora, 2012, p. 81-197.

os parlamentares teriam a obrigação de apoiar os projetos do presidente da República. Por outro lado, o governo federal daria amplo apoio e liberdade aos Presidentes de Estado, esquema que impediria o crescimento das oposições e *resolveria* as instabilidades ao proporcionar um razoável equilíbrio no sistema republicano. Esse apoio geralmente vinha através de verbas para a realização de obras e a não interferência nas nomeações para os cargos públicos estaduais. O compromisso se repetia entre os presidentes de estado e os prefeitos, e igualmente entre os prefeitos e as lideranças locais, os coronéis<sup>67</sup>, detentores de grandes propriedades rurais e que controlavam os votos através de uma série de práticas fraudulentas (FERREIRA; SARMENTO, 2002, p. 451-453).

Porém, a historiadora Claudia Viscardi (2019), em seu livro *O teatro das oligarquias*, refuta essa tese que até então era dominante no pensamento historiográfico brasileiro, demonstrando como diversos atores se alinharam e desalinham nas disputas ocorridas por ocasião da substituição dos mandatos presidenciais ocorridos entre Rodrigues Alves (1902-1908) e Washington Luís (1926-1930). A autora defende a hipótese da estabilidade do primeiro regime republicano ter sido ministrada pela instabilidade das alianças entre atores como o Exército, o Poder Executivo e os seis estados mais fortes (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro). Com isso, repensa a chamada política do “café com leite”, que presumia uma aliança estável para o revezamento de Minas Gerais e São Paulo na presidência durante a Primeira República. Para ela, Minas Gerais via São Paulo mais como um parceiro a ser temido do que um aliado plenamente confiável. Logo, o convênio desses dois atores não era durável, sólido, nem estava baseado em reciprocidade. Não houve rodízio e nem tampouco os demais atores assistiam impotentes ou inertes.

Embora tenha sido demonstrado por Viscardi (2019) a existência e a importância da instabilidade para a sobrevivência dos jogos políticos dos personagens envolvidos nas disputas, é inegável que as práticas coronelísticas exerceram um papel importante na política brasileira desse período e são essas práticas que interessam aqui. José Murilo de Carvalho (1997) promove um esforço conceitual de distinguir historicamente as ideias de coronelismo, mandonismo e clientelismo.<sup>68</sup> O autor emprega essa distinção pela recorrência do uso dos

---

<sup>67</sup> Segundo Janotti (1984), a patente de coronel, uma das mais valorizadas, deixou aos poucos de ser atrelada às funções militares do exército e passou, popularmente, a ser empregada para distinguir os chefes políticos. A autora também corrobora com a ideia que na chamada *República Velha*, ou *República dos Coronéis*, as instâncias dos poderes (municipal, estadual e federal) mantinham uma *política de compromissos* alimentada pelo sistema coronelístico. Conferir em: JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 24.

<sup>68</sup> Trata-se do texto Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual, disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003)>. Acessado em: 17/01/2018.

conceitos no mesmo sentido por parte de muitos estudiosos, mas considero importante, aqui, perceber como ele entende o coronelismo. Partindo da ótica de Victor Nunes Leal, no seu clássico: *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, publicado em 1948, Carvalho afirma que o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. Além disso, é possível datá-lo historicamente:

Na visão de Leal, ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. O antigo presidente de Província, durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na Província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador. O governador republicano, ao contrário, era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual. Em torno dele se arrematavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes. Seu poder consolidou-se após a política dos estados implantada por Campos Sales em 1898 [...] a conjuntura econômica, segundo Leal, era a decadência econômica dos fazendeiros. Esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930 (CARVALHO, 1997, p. 1-2).

O coronel, ou chefe local, assume uma posição de privilégio na sociedade sertaneja pelo seu poder paternalista frente aos seus apoiadores. A sua dominação só existe na relação e na prestação de serviços diante dos seus aliados. Marques (1995), se aproximando da sociologia de Marcel Mauss sobre o *Dom e a Dádiva*<sup>69</sup>, afirma que o coronel era um centro de redistribuição de favores e prebendas. Era comum que as obras em benefício da comunidade como a construção de igrejas, estradas e instalações urbanas passassem pela influência e até mesmo pelo financiamento dos chefes locais. Um carro para transportar os doentes até o hospital mais próximo, o patrocínio para as festas religiosas e *profanas*, o auxílio em tempos de calamidades e eleições, todas essas dádivas representavam sacrifício financeiro, mas sem dúvida, reafirmavam a posição de liderança e de centro de redistribuição de favores do coronel.

---

<sup>69</sup> MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

A proteção, a justiça, a autorização para o uso de terras, a amizade, o apoio político na guerra, em suma, a solidariedade, tudo é retribuído pelos aliados. Para tanto o coronel precisava estabelecer aliança com o poder central ou estadual, para fortalecer seu prestígio e alimentar seus compromissos locais, aumentando o potencial de arregimentação de lealdade. O chefe político local era o veículo e personificação do Estado em uma dada região; em outras palavras, o poder macro do Estado era constituído pelas relações microscópicas pautadas no compromisso e na reciprocidade que partia do nível municipal até o federal.

Os coronéis sabiam da importância de estar com o governo, sobretudo durante a Primeira República. Ulisses Lins de Albuquerque (1976), ao narrar fatos sobre a vida do tradicional coronel Manuel Inácio, do município de Lagoa de Baixo, atual Sertânia, Pernambuco, rememora uma frase que reforça o argumento aqui defendido:

[...] O velho Manuel Inácio, que jamais caíra politicamente, resistindo a todas as mudanças políticas do Estado, nos primeiros e agitados tempos da República. ‘Eu não tenho culpa dos governos mudarem – dizia ele –, eu é que não mudo. Estou com o governo!’ E com o governo esteve até morrer (ALBUQUERQUE, 1976, p. 13).

A diferença entre o mandonismo colonial e o do Império em relação ao republicano é, neste último caso, a tomada de partido pelo governo de uma das facções familiares em conflito. O apoio a um chefe proporcionaria a união da força dos seus jagunços privados com a Força Pública estadual, reprimindo e marginalizando os grupos opositores. Diante desse cenário surgiram Antônio Silvino, Chico Pereira, Sinhô Pereira e Lampião, os mais conhecidos cangaceiros das primeiras três décadas do século XX. Foi justamente até esse ponto que objetivei conduzir o (a) leitor (a), pois acredito que o apogeu do cangaço e o contexto onde o personagem estudado está inserido se devem às relações de poder que marcaram a sociedade sertaneja com o advento da República. Para exemplificar, escolhi narrar o conflito entre as famílias Pereira e Carvalho, levando em consideração que esse conflito tem uma relação direta com os motivos que contribuíram para a entrada de Lampião no cangaço. Ninguém pode almejar entender os anos iniciais da trajetória de Lampião no cangaço sem estabelecer uma conexão com os conflitos entre aquelas duas famílias da região do Pajeú pernambucano.

Segundo Soares (2015), a família Pereira, que chegou ao Brasil ainda no período colonial, recebeu do aparelho de Estado português a concessão de sesmarias, se estabelecendo nas proximidades da Fazenda Serra Talhada, no século XVIII, quando a atual cidade figurava como zona rural da cidade de Flores, principal Comarca do interior pernambucano. Esse grupo familiar veio se estabelecer no sertão pernambucano, na fazenda Inveja, atual Bom-Nome,

distrito do município de São José do Belmonte. Já a família Carvalho se estabeleceu em Pernambuco a partir da Fazenda Panela D'água, atual município de Floresta, tendo ali chegado também em meados do século XVIII. Os Pereiras, representantes da elite agrária, estavam historicamente envolvidos politicamente com o Estado português. Por outro lado, os Carvalhos, que embora tenham se estabelecido assim como os Pereiras no campo, desviaram suas atividades econômicas para a prática do comércio e, a partir do início do século XX, estabeleceram suas bases de poder no espaço urbano vilabelense. Não tardou para que esses dois grupos familiares entrassem em conflito objetivando o domínio político, econômico e espacial do Pajeú pernambucano (SOARES, 2015, p. 14-15).

Durante o período imperial, os Pereiras militavam no partido Conservador e estavam ao lado do governo, mantendo relação de aliança – via casamentos e parentescos – com as famílias Maranhão, Aguiar, Valões, Sá, Conrado e Lorena. Já os Carvalhos eram do partido Liberal, estando aliados aos Barbosa Nogueiras, aos Ferraz, Novaes e os Alves de Barros. Os primeiros atritos entre Carvalhos e Pereiras remontam ao ano de 1838, e foram se sucedendo ao longo de todo o século XIX.<sup>70</sup> Mas foi no início do século XX, no dia 15 de outubro de 1907, com o assassinato de um dos chefes da família Pereira – Manoel Pereira Jacobina, conhecido como Padre Pereira – a mando de João Nogueira (Major João Nogueira) ligado aos Carvalhos, que as contentas se acirraram e conheceram alguns de seus momentos mais decisivos. Manoel Pereira Jacobina, ex-intendente (equivalente ao atual cargo de prefeito) de Vila Bela, contava com 72 anos, sendo descrito pela maioria dos pesquisadores do tema como um homem pacífico. Ficou sendo chamado de Padre Pereira por ter estudado por algum tempo no famoso Seminário de Olinda. Filho de Francisco Pereira da Silva, fundador da vila de São Francisco, seleiro da família Pereira, no município de Vila Bela, era casado com uma prima, filha de Andreilino Pereira da Silva, o famoso Barão do Pajeú e expoente máximo do domínio agrário da família.<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> Para mais informações sobre os primeiros conflitos entre as duas famílias, ler: ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. **Um sertanejo e o sertão**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, p. 203-222; SOARES, Cristiano Emerson de Carvalho. **Pereiras e Carvalhos: uma história da espacialização das relações** (Serra Talhada-PE). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015; WILSON, Luís. **Vila Bela, os Pereiras e outras histórias**. Recife: Ed. Universitária, 1974; SÁ, Luiz Conrado de Lorena. **Serra Talhada 250 anos de história 150 anos de emancipação política**. Serra Talhada: Sertagráfica, 2001; MACEDO, Nertan. **Sinhô Pereira: O Comandante de Lampião**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1975; FEITOSA, Helvécio Neves. **Pajeú em chamas: o cangaço e os Pereiras**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

<sup>71</sup> Era comum a articulação de casamentos dentro da própria família ou com membros de outros grupos de influência, servia como um mecanismo de reprodução da dominação familiar. Para se ter uma ideia, o mandante do crime, João Nogueira, da fazenda Serra Vermelha, era casado com uma Pereira, Dona Benvenuta, sobrinha de Padre Pereira. Benvenuta era irmã de Manuel Pereira da Silva, vulgo Né Dadu, e de Sinhô Pereira por parte do pai, Manoel da Passagem do Meio. Além do mais, Praxedes Pereira, irmão de Sinhô Pereira, era genro de Francisco Nogueira, irmão de João Nogueira. Possivelmente o motivo do crime está relacionado ao interesse de João Nogueira que desejava que seu sogro fizesse a partilha da herança que caberia a Benvenuta, pois, uma vez

João Nogueira, aliado aos Carvalhos, havia tirado, assim, a vida do homem de maior prestígio entre os Pereiras. Dona Chiquinha Pereira, esposa de Padre Pereira, trata logo de anunciar a vingança. De acordo com Nertan Macedo, no momento em que recebia o corpo do marido, Dona Chiquinha chama o filho, Luís Padre, de apenas 9 anos de idade, e lhe diz: “A morte de seu pai não pode ficar impune, quero um Carvalho morto o quanto antes” (MACEDO, 1975, p. 25). Dentro do código de honra da sociedade sertaneja – forjada pela masculinidade exacerbada –, a vingança figurava antes como um ato coletivo do que individual. A vingança era patrimônio familiar capaz de mobilizar a violência e de legitimá-la: “No sertão, quem não se vinga está moralmente morto” (BARROSO, 2012B, p. 51). É comum na literatura do cangaço os relatos de filhos que herdavam o dever da vingança. Francisco Pereira da Nóbrega, ao narrar os motivos que levaram Chico Pereira a assassinar o matador do seu genitor, diz:

A vingança era um dever sagrado. Um dever que filhos herdavam de qualquer pai assassinado. E seria vergonhoso, seria inominável, numa família enlutada pelo homicídio, não aparecer o vingador. O próprio povo atizava o ódio: ‘você não é homem’. ‘Não há homem na sua família’. Ai de quem não vingasse. Iria passar a infância ouvindo isso e ver nascer-lhe os bigodes, ainda ouvindo (NÓBREGA, 1960, p. 32).

Dona Chiquinha Pereira autorizou e exigiu que os sobrinhos de Padre Pereira, Manuel Pereira da Silva (Né Dadu) e Pedro Pereira Valões, executassem a vingança. O alvo escolhido para ser sacrificado foi Eustáquio de Carvalho que era, para os Pereiras, o homem mais importante da família Carvalho. Embora não estivesse envolvido com o assassinato do Padre Pereira, a sua morte representava uma vingança à altura. “Né Dadu matou o mais respeitado Carvalho, Eustáquio Carvalho, que pouco tinha a ver com a questão” (MACEDO, 1975, p. 26). O próprio Né Dadu explicou o motivo da escolha: “O bom era o Padre Pereira, portanto, o bom do outro lado, Eustáquio, tinha de ser também sacrificado. Olho por olho, dente por dente” (MACEDO, 1975, p. 26).

A partir do começo da segunda década do século XX, houve uma significativa mudança política no Pajeú pernambucano. Os Pereiras, historicamente atrelados ao governo do estado, perderam espaço para os Carvalhos, que experimentavam uma ascensão na economia urbana de Vila Bela. Soares (2015) associa esse momento ao declínio do poder da família Pereira, que advinha das atividades agrárias e do monopólio da terra, e o início do domínio político dos Carvalhos, assentado na riqueza proporcionada pelas atividades comerciais e urbanas. Em

---

conseguindo tal desejo, se tornaria o maior fazendeiro da ribeira do São Domingos. Mas Padre Pereira, ao ser consultado pelo irmão, teria dado parecer contrário às ambições de João Nogueira (LIMA IRMÃO, 2015, p. 58).

suma, o *velho* poder agrário em declínio e o *novo* poder urbano em ascensão (SOARES, 2015, p. 67). Essas mudanças significaram a apropriação pelos Carvalhos do aparelho de Estado local, sobretudo, o controle sobre a justiça e a polícia.

O apoio da polícia aos Carvalho já foi sentido, em 1911, quando o tenente Teófanés Ferraz Torres, com uma força de 20 homens – contando também com membros dos Carvalhos como Antônio da Umburana, José da Umburana, Cicinato e João Lucas Piranha –, marcharam para a vila de São Francisco à procura de Né Dadu. Não o encontrando, os soldados, em busca de informações, molestaram quem estava em casa. Sebastião Pereira, irmão de Né Dadu, na época com 16 anos, se preparava para levar a mãe parálitica, dona Constância, para Salgueiro quando foi torturado e humilhado pelos Carvalhos, tudo legitimado pela lei. A partir daí, Né Dadu passou a viver transitando entre o sertão alagoano e o Pajeú pernambucano, buscando evitar sua morte. Contudo, foi assassinado no dia 16 de outubro de 1916, pelo próprio guarda-costas, um alagoano chamado Zé Rodrigues, que fez o serviço a mando dos Carvalhos. “O sertão pegou fogo [...] Né Dadu tinha 21 irmãos. Sebastião Pereira era o caçula” (LIMA IRMÃO, 2015, p. 60).

Sem apoio político e com os Carvalhos acumpliciados com a polícia e a justiça, os Pereiras encontraram no cangaço a forma disponível de resistência para continuarem firmes no conflito. Em outras palavras, enquanto os Carvalhos se tornaram as forças sedentárias do Estado, os Pereiras resistiram tornando-se uma *máquina de guerra nômade* através do cangaço.

Quando, em 1917, os jovens Sebastião Pereira, vulgo Sinhô Pereira e Luís Padre formaram um bando de cangaceiros, arregimentando parentes, aderentes e jagunços, estava formada uma máquina de guerra direcionada a enfrentar e questionar os poderes de Estado, encarnados, no Pajeú, pela família rival. Muitos pesquisadores não conseguiram analisar esta disputa pelo viés das relações de poder porque não se desprenderam da visão dicotômica de vilão e vítima. Os Pereiras passaram a usar o cangaceirismo como forma de sobrevivência políticas na luta contra os Carvalhos. Não está em jogo a vitimização, heroicização ou marginalização dos grupos envolvidos na querela, mas o posicionamento e a ocupação do cangaço como lugar de resistência disponível.<sup>72</sup>

---

<sup>72</sup> Duas ótimas análises sobre a luta homicida entre Pereiras e Carvalhos podem ser encontradas em: GRUNSPAN-JASMIN, Élise. **Lampião o senhor do sertão**. São Paulo: Edusp, 2006; SOARES, Cristiano Emerson de Carvalho. **Pereiras e Carvalhos...** op. cit. A primeira concluiu sobre o conflito familiar que “o motivo principal era o interesse em conservar o controle sobre a região e seus habitantes” (GRUNSPAN-JASMIN, 2006, p. 89). Já o segundo investiga esse interesse de controle pelo viés espacial, colocando não só a política e a economia em disputa, mas também o espaço.

A *máquina de guerra nômade* de Sinhô Pereira e Luís Padre contava com os deslocamentos rápidos para liquidar as riquezas materiais e as hostes humanas dos Carvalhos. Após as ações, adentravam a caatinga, tomando destino ignorado, o que dificultava a captura por parte da força volante aliada aos inimigos. Os Carvalhos contavam com a polícia, e os Pereiras, com a imprevisibilidade do cangaço. O que não faltava para o bando de Sinhô Pereira e Luís Padre era *coiteiros* e, com isso, apoio financeiro. Era fundamental para qualquer cangaceiro a criação de redes de apoio e o agenciamento de alianças, neste caso, com os próprios membros da família Pereira e das famílias aliadas, que passaram a ajudar no financiamento e proteção do bando.

O Major José Inácio (popularmente conhecido como Zé Inácio) da fazenda Barro, na época município cearense de Milagres, foi talvez o maior protetor do grupo de Sinhô Pereira e Luís Padre. Isso se explica pelo casamento da filha do Major, Virgínia Amélia de Sousa Pereira com José Simplicio da Silva, vulgo Pereirão, neto do Barão do Pajeú, bem como pelos serviços prestados por Sinhô Pereira e seu bando ao aliado, que retribuía, assim, a ajuda recebida. Logo após a morte de Né Dadu, em 1916, dona Chiquinha, viúva de Padre Pereira, mudou-se para o Ceará, sendo acolhida pelo Major Zé Inácio. Não existia refúgio melhor para Sinhô Pereira e Luís Padre do que na fazenda Barro, primeiro porque ali era um celeiro de recrutamento de cangaceiros<sup>73</sup>, segundo pelo benefício espacial estratégico, pois a polícia pernambucana controlada pelos Carvalhos não poderia cruzar a fronteira e atuar em solo cearense.

O cangaço dos Pereiras contava com a mobilidade da forma de organização em bando, com seu nomadismo, já a polícia e os Carvalhos, sedentários, organizados em batalhões e destacamentos, atuavam na defesa e reafirmação das referências espaciais da família. A partir de 1919, a Vila de São Francisco sofreria muitos ataques, o que colocava em risco a vida de muitos Pereiras que não estavam diretamente envolvidos com o cangaceirismo. Assustados com a forte pressão do governo pernambucano, parentes e amigos de Sinhô Pereira aconselharam-no a abandonar o cangaço e deixar o Pajeú. O próprio Padre Cícero do Juazeiro, amigo da família Pereira e do Major Zé Inácio, escreveu uma carta para reforçar o pedido a Sinhô Pereira. Entre março e abril de 1920, este último junto com o primo Luís Padre e mais seis homens de confiança, partiram da fazenda Barro em direção ao Piauí, levando uma carta de recomendação do Padre Cícero para o Padre Castro, vigário da Vila Pedro II, naquele estado. Já no Piauí,

---

<sup>73</sup> O próprio Lampião, quando entrevistado pelo médico do Crato Octacílio Macêdo em 1926, afirmou que conheceu Zé Inácio do Barro e que este último havia sido o maior protetor de cangaceiros do Nordeste. O leitor pode encontrar essa entrevista na seguinte referência: DUTRA, Wesley Rodrigues. **Nas Trilhas do “Rei do Cangaço” e de suas Representações (1922-1927)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011, p. 153-158.

depois de São Raimundo Nonato, nas proximidades de um lugar chamado Caracol, os Pereiras estavam descansando em uma casa quando foram atacados por uma força da polícia piauiense, comandada pelo tenente Zeca Rubens, que ao receber informação das autoridades pernambucanas partiram em busca dos cangaceiros. Na tentativa de escapar, os dois primos perderam o contato, Luís Padre e dois companheiros fugiram e chegaram até o estado de Goiás. Já Sinhô Pereira e outros quatro voltaram para o Pajeú. Resultado, Sinhô Pereira atuou por mais dois anos como cangaceiro naquela região, continuando a luta contra os Carvalhos e servindo aos interesses do Major Zé Inácio. Em junho de 1921, Sinhô Pereira recebia em seu bando os irmãos Ferreiras, um deles era Virgolino Ferreira, o lendário Lampião (LIMA IRMÃO, 2015).

As questões de família, e as relações de poder nelas implicadas, produziram os cangaceiros mais conhecidos das primeiras três décadas do século passado. Nenhum deles era pobre, não entraram no cangaço pelos efeitos das calamidades provocadas pela seca e pelas crises econômicas. É possível que esses fatores possam ter contribuído para que Antônio Silvino, Sinhô Pereira e Lampião arregimentassem mais homens para seus bandos. Mas isso fica apenas no universo da suposição, os dados disponíveis sobre os fatos apontam para as disputas entre famílias detentoras da propriedade da terra e de recursos em busca do controle político, econômico e espacial de dados territórios.<sup>74</sup> E foi por meio dos conflitos gerados pela espacialização das relações de poder entre as famílias Nogueira Alves de Barros e Ferreira que surgiu o cangaceiro mais conhecido de todos os tempos.

## 2.2 Espacialização do conflito entre Ferreiras e Nogueiras Alves de Barros

Virgulino Ferreira da Silva<sup>75</sup> era o terceiro dos nove filhos<sup>76</sup> do casal José Ferreira dos Santos e Maria Lopes. Nasceu no sítio Passagem das Pedras, na beira do Riacho São Domingos,

---

<sup>74</sup> Antônio Silvino, de reconhecida família de fazendeiros que chegaram a possuir vários escravos. Tinha vínculos estreitos com os Cavalcanti Ayres, da Serra do Texeira, na Paraíba. Foi amigo íntimo de vários chefes políticos, senhores de engenho, coronéis e autoridades judiciais. Sinhô Pereira, de origem nobre, era neto do Barão do Pajeú. Chico Pereira, famoso cangaceiro paraibano, era filho de uma próspera família da região de Sousa, seu pai era coronel e delegado e tinha a patente de coronel da guarda nacional. Todos esses líderes cangaceiros, portanto, vinham de famílias tradicionais. Até mesmo Lampião, ainda que certamente tivesse uma origem social mais modesta, também apresentava um nível social mais alto que o da maioria dos sertanejos (PERICÁS, 2010, p. 33).

<sup>75</sup> Na ocasião da entrevista que concedeu ao médico Octacílio Macêdo, em 1926, Lampião teria assinado como Virgulino Ferreira da Silva, por esse motivo, vou chamá-lo assim ao longo do trabalho. Porém, tanto na certidão de batismo quanto no registro civil aparece Virgolino e não Virgulino. Virgolino com “o” e sem nenhum sobrenome (LIMA IRMÃO, 2015, p. 66).

<sup>76</sup> A relação dos filhos na sequência: Antônio Ferreira dos Santos, nascido em 1895; Livino Ferreira da Silva, nascido em 1896; Virgolino Ferreira da Silva, nascido em 1898; Virtuosa Ferreira, data de nascimento não conhecida; João Ferreira dos Santos, nascido em 1902; Angélica Ferreira, data de nascimento não conhecida;

próximo a Serra Vermelha, no município de Vila Bela, atual Serra Talhada, em Pernambuco. No registro civil, Virgulino teria nascido a 7 de julho de 1897, mas na certidão de batismo consta que ele nasceu no dia 4 de junho de 1898. Barros (2007) e Amaury e Ferreira (1999) consideram que a data mais segura é a da certidão de batismo, pois mesmo com a formalização do registro civil com o advento da República, ainda era costume dos sertanejos batizarem as crianças nas primeiras semanas de nascidas, com o receio de morrerem pagãs.<sup>77</sup>

A família Ferreira Lima do pai de Virgulino descendia dos Alves Feitosa, da povoação de Inhamuns, à época município de Tauá, no Ceará. Família de prestígio, provinda dos primeiros povoadores do sudoeste daquele estado. Muitos membros da família Alves Feitosa<sup>78</sup> fugiram do sertão dos Inhamuns em virtude dos conflitos com o grupo familiar dos Montes. Para não serem identificados pelos inimigos, muitos trocaram de nome, mudando o Feitosa pelo Ferreira ou pelo Lima. Pelo lado materno, Virgulino descendia da numerosa família Lopes, da vila de São Francisco (a mesma dos Pereiras).

José Ferreira era proprietário de uma faixa de terra que comprou a Manoel Ferreira Lima (Ferreira Catendo), seu primo carnal, desmembrada da fazenda Ingazeira, na Serra Vermelha, além de ter recebido outro terreno vizinho, do sogro, por ocasião do casamento com Maria Lopes. Essas terras seriam convertidas no sítio Passagem das Pedras, próximo ao Riacho São Domingos. Limitava-se ao norte com as fazendas Pedreira e Maniçoba, de Saturnino Alves de Barro, ao sul com a fazenda Ingazeira, de Venâncio Barbosa da Silva e Ferreira Catendo, e com a fazenda Ema, da família Ferraz; ao nascente com a fazenda Matinha, de Luís Barbosa Nogueira, e ao poente com as terras do sogro, Manoel Pedro. José Ferreira herdara, após a morte do pai, uma parte de um sítio no Brejo da Baixa Verda, abaixo de Triunfo, onde estavam localizadas as terras mais férteis da região. José Ferreira trabalhava como almocreve, profissão que transportava cargas de mercadorias por encomenda com o auxílio de burros e burras (LIMA IRMÃO, 2015, p. 73).

Como dito anteriormente, a família de Virgulino não era pobre, embora não se comparasse em riqueza e prestígio com a família Pereira. De acordo com Chandler (1981), Virgulino pertencia à classe dos médios proprietários de terra, ou seja, estava numa posição

---

Ezequiel Ferreira, nascido em 1908; Maria Ferreira (conhecida como Mocinha), nascida em 1910; Anália Ferreira, nascida em 1912 (AMAURY; FERREIRA, 1999, p. 50).

<sup>77</sup> Ver também em: MACIEL, Frederico Bezerra. **Lampião seu tempo e seu reinado**. Vol. I. Petrópolis: Vozes, 1985. Para uma visão oposta: CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 33. Para quem deseja uma descrição de múltiplas versões sobre o assunto, ler: FERREIRA NETO, Cicinato. **A misteriosa vida de Lampião**. Fortaleza: Premium, 2010.

<sup>78</sup> Ler: CHANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns**. Fortaleza: Edições UFCG; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

intermediária entre as elites latifundiárias e os sertanejos despossuídos. Diante da dificuldade de acesso à escola, Virgulino foi um dos poucos que teve oportunidade de se alfabetizar com os professores Domingos Soriano e Justino de Nenéu. Frequentou as aulas por apenas três meses, tempo para aprender a ler, contar e a escrever de forma razoavelmente, o que já era um privilégio pelas circunstâncias da época (AMAURY; FERREIRA, 1999, p. 52).

Na adolescência, Virgulino viajava com seu pai transportando mercadorias pelos sertões. Viagens que, dependendo das encomendas dos interessados, podiam durar um mês, uma semana ou poucos dias. Os trajetos mais regulares convergiam para Rio Branco, atual Arcoverde, que era a última estação da Great Western of Brazil Railway, estrada de ferro que ligava o Recife ao sertão. Ali chegavam produtos industrializados que seguiam para vários destinos em lombos de burros, pelo fato de ainda não existir caminhões de transporte. No sentido contrário, partindo do sertão para a capital, as cargas constavam de produtos primários, como algodão, couros, peles de animais etc. A profissão de almocreve era fundamental para a circulação das mercadorias e da economia sertaneja, além do mais, quem executasse esse serviço acessaria uma vasta espacialização, estabelecendo uma rede de contato com muitas pessoas e adquirindo conhecimento acerca dos lugares e paisagens do sertão. Virgulino também tangeu burros em Pernambuco, nos municípios de Custódia, Floresta, Vila Bela, Triunfo e Flores, passou pelo menos por duas vezes pelo sertão da Bahia, tendo ido até Uauá e Monte Santo. Fez serviços para Delmiro Gouveia, na Vila da Pedra, no estado de Alagoas. Percorreu estradas poeirentas do Ceará e da Paraíba, estando também em Sergipe, levando mercadorias para os Britos, de Propriá e Canindé. Essas viagens, além de recompensa financeira, proporcionaram, de um lado, um vasto conhecimento espacial – os melhores caminhos, as fontes de água, os melhores esconderijos –, e por outro, uma primeira relação com famílias importantes do sertão. Estes conhecimentos e contatos seriam bastante úteis mais tarde quando assumiu a vida no cangaço (LIMA IRMÃO, 2015, p. 76).

Até esse momento, os Ferreiras mantinham relações de proximidade com os Carvalhos e os Pereiras. José Ferreira era afilhado de Manoel Pereira da Silva Jacobina (Padre Pereira), já Maria Lopes era afilhada de Manoel Pereira da Silva e Sá (Manoel da Passagem do Meio), pai de Sinhô Pereira. O próprio Virgulino foi batizado na vila de São Francisco, local que centralizava o território dos Pereiras. O padrinho de batismo de Livino (irmão de Virgulino) foi Luís Barbosa Nogueira (Luís da Matinha), neto do padre Francisco Barbosa Nogueira, um dos principais chefes da numerosa família Barbosa Nogueira, historicamente aliada aos Carvalhos.

As fazendas Maniçoba e Pedreira ficavam a menos de meia légua do sítio dos Ferreiras, cujo proprietário era Saturnino Alves de Barros, casado com Alexandrina Honório Dantas

(Dona Xanda).<sup>79</sup> O casal tinha seis filhos, sendo José Alves de Barros – conhecido como Zé Saturnino, em alusão ao nome do pai –, o mais destacado entre eles. Virgulino e Zé Saturnino foram amigos de infância, logo se tornariam inimigos. Mas antes disso, a relação entre o Sr. Saturnino e José Ferreira sempre foi marcada pelo respeito e pela amizade. As esposas dos dois seguiam a mesma cordialidade, Dona Xanda, mulher de Saturnino, era madrinha de apresentação de Virgulino, e todos os filhos de José Ferreira a chamavam de Madrinha. Saturnino Alves de Barros pertencia a rede familiar dos Carvalhos embora tenha evitado se envolver na luta contra os Pereiras.

Na campanha para sucessão ao governo do estado, em 1915, José Ferreira e seus filhos votaram em Manoel Borba, candidato da oposição apoiado pelos Carvalhos e os seus aliados. Manoel Borba venceu a eleição, tomando posse em 18 de dezembro de 1915. No ano seguinte, os Ferreiras votaram em Mário Alves Pereira de Lyra – casado com uma moça da família Carvalho –, para prefeito de Vila Bela. Mário saiu vencedor, derrotando o candidato dos Pereiras.<sup>80</sup> Neste momento, os Carvalhos tomaram completamente as rédeas do estado. Esse fato mostra que os Ferreiras, mesmo estando ligados também aos Pereiras, seguiram as orientações políticas dos Carvalhos e da família de Saturnino Alves de Barros, o que rendeu a nomeação de Manoel Lopes, cunhado de José Ferreira, para a função de inspetor de quarteirão da região da Serra Vermelha. Essa função era uma espécie de comissário de polícia, mas sem remuneração. O fato de não ser remunerada não importava muito, pois a função dava ao sujeito o poder de se envolver em questões de terras ou cercas que estavam fora dos limites, bem como autorização para prender ladrões. Sendo assim, o inspetor de quarteirão se insere dentro da justiça local, o que justifica o desejo de muitos pela função.

O cenário de tranquilidade não tardaria a ser modificado, isso porque José Alves de Barro, o Zé Saturnino, casou-se com Maria Nogueira (Mariquinha), filha do Major João Nogueira, integrante da elite local e um dos principais personagens na guerra contra os Pereiras. Se o (a) leitor (a) não estiver recordando, João Nogueira foi o mandante do assassinato de Padre Pereira, no dia 15 de outubro de 1907. O interesse de João Nogueira sempre foi dominar a ribeira do São Domingos, por isso mandou executar o Padre Pereira. Com os Carvalhos no poder e o casamento da filha com Zé Saturnino, o projeto de controlar as terras daquela ribeira voltou a ser planejado. Para tanto, era preciso enfraquecer os Ferreiras, sobretudo o mais bem-

---

<sup>79</sup> Alexandrina era irmã do fazendeiro Cassimiro Honório Dantas, da fazenda Riacho do Meio, Custódia, Pernambuco, um dos mais conhecidos chefe de jagunço da região.

<sup>80</sup> Virgulino, Antônio e Livino votaram nas duas eleições. Na época só podiam alistar-se como eleitor homens maiores de 21 anos e alfabetizados, como os irmãos Ferreiras não tinham essa idade, tiveram que falsificar os dados para providenciar o alistamento (LIMA IRMÃO, 2015, p. 77).

sucedido deles, Manoel Ferreira Lima, conhecido como Manoelzinho ou Ferreira Catendo, dono da fazenda Serra Vermelha, vizinha de outra com o mesmo nome pertencente a João Nogueira.

Ferreira Catendo era o fazendeiro mais rico da ribeira do São Domingos. Possuía mais de 800 cabeças de gado bovino e engenho de madeira para fabricação de rapadura. Era proprietário de muitas terras: uma parte da fazenda Ingazeira, da fazenda Serra Vermelha (onde residia), das fazendas Caibros, Mutuca, Batatas e Serrinha. Só esta última tinha três léguas de frente para o Rio Pajeú. Ele pertenceu a rede de alianças e influências do coronel Cornélio Soares, de Vila Bela, e a do coronel Ildefonso Ferraz, de Floresta. Um dos seus filhos, de nome Cândido Ferreira, da fazenda Caibros, casou-se com Rosa Magalhães, filha de José Mendes Magalhães e Cândida Belchior, da família de Agamenon Magalhães, que mais tarde seria interventor federal e governador de Pernambuco (LIMA IRMÃO, 2015, p. 77). Com o conflito entre os Nogueiras Alves de Barros e os irmãos Ferreiras (Virgulino, Livino e Antônio), Ferreira Catendo e seus familiares foram perseguidos e tiveram que se desfazer de suas propriedades na ribeira do São Domingos.

Muitos acadêmicos demonstram receio ao narrar o conflito entre os Nogueiras Alves de Barros e os irmãos Ferreiras, justificando que existem muitos mitos atrelados às narrativas de ambos os lados. Alguns usam até metáforas em substituição do nome dos personagens. Acredito ser impossível escapar do mito ao se tratar de um evento que já ganhou várias camadas de sentido. O mito faz parte da história do cangaço e, sobretudo, de Lampião. O esforço de tentar escrever uma história verdadeira, tal como aconteceu, já parte de um mito.

Para Torres Filho (2011), o clima hostil entre os irmãos Ferreiras e Zé Saturnino começa em 1915, quando os primeiros passam a perceber o desaparecimento de alguns caprinos de suas propriedades. O autor explica ainda que até o ano de 1917, os *garotos* das duas famílias eram impedidos de seus ímpetos por seus pais, o Sr. Saturnino (já com a saúde debilitada) e o Sr. José Ferreira. Por outro lado, João Nogueira instigava Zé Saturnino, que assim como os Ferreiras, não queria levar desaforo para casa. À medida que os Nogueiras Alves de Barros figuravam como família de destaque na rede de alianças e proteção capitaneada pela família Carvalho, que nessa época estava ocupando o governo local, aliados com o governo do estado, não demoraria para o cerco se fechar contra os Ferreiras, mesmo estes últimos tendo acompanhado os Carvalhos nas recentes eleições para governador e intendente. Entre uma família ou outra, o fator histórico pesou, e a força do Estado representada pelos Carvalhos foi colocada à serviço dos Nogueiras Alves de Barros.

Já os Ferreiras recorreriam em breve ao cangaço e aos Pereiras. Os Ferreiras começaram a perder seus *dividendos* políticos com a destituição de Manoel Lopes da função de inspetor de quartirão. O próprio Zé Saturnino assumiu o seu lugar, o que significava que poderia legitimar suas ações de agressão e rapina dentro da legalidade. Em meados de outubro de 1916, Zé Saturnino fez uma cerca de madeira para separar a fazenda Pedreira das terras de José Ferreira, mas os Ferreiras entenderam que os limites não foram respeitados, e Virgulino, Antônio e Livino desmancharam o trecho da cerca que consideravam irregular, colocando fogo na madeira. Era dezembro do mesmo ano, algumas vacas de José Ferreira entraram em uma das propriedades de Zé Saturnino. Este último sabendo que os irmãos Ferreiras iriam buscar as vacas, ordenou que um dos seus homens de confiança armasse uma armadilha para eles. No lugar havia três pedras gigantes, uma sobre a outra, que estavam localizadas ao lado da fazenda Serra Vermelha. Quando os irmãos Ferreiras passaram, o homem que estava escondido por detrás das pedras disparou várias vezes, mas os rapazes conseguiram fugir.

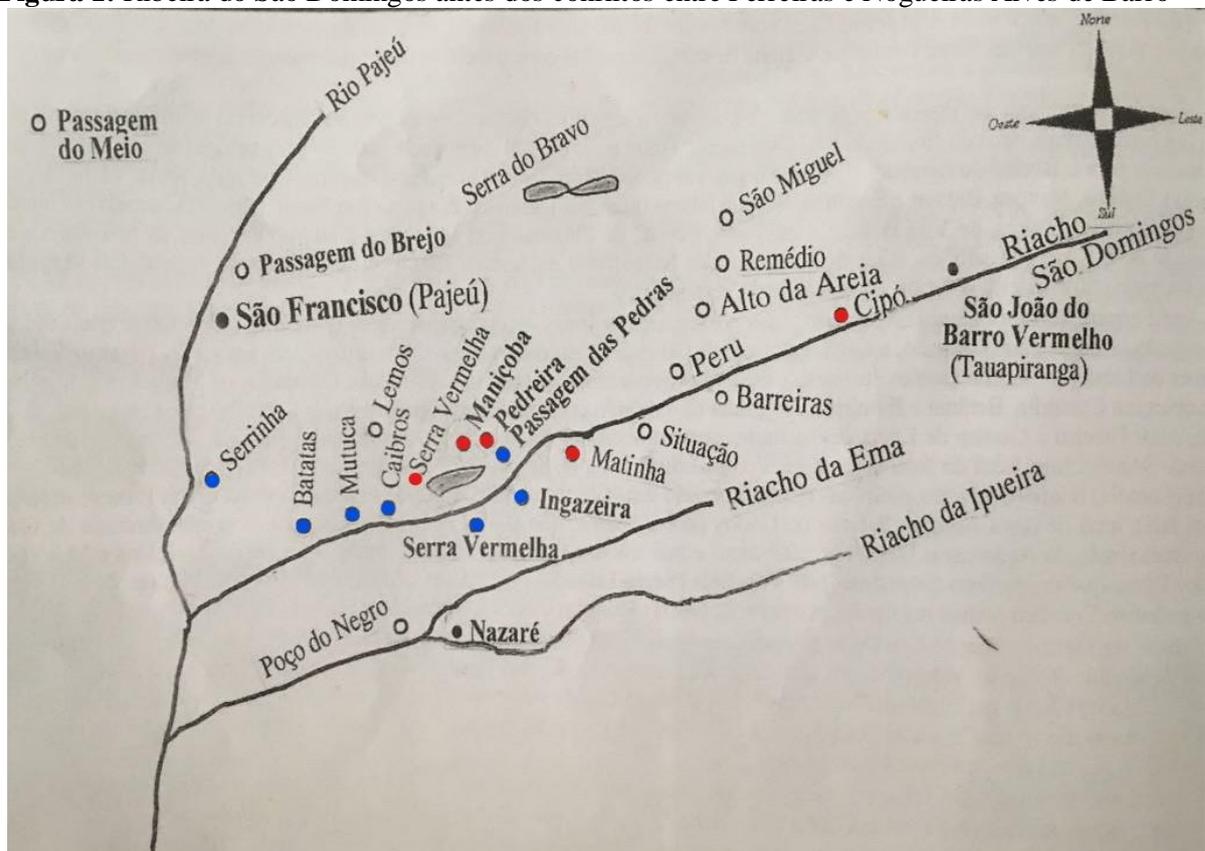
Dois fatores contribuíram ainda mais para desestabilizar a situação. O primeiro foi a morte, em 1917, de Saturnino Alves de Barros, que até então tentava controlar o ímpeto do filho. Mas com a morte do pai, Zé Saturnino assumiu o controle absoluto da família. O segundo foi o falecimento, também em 1917, de Ferreira Catendo, o homem de maior prestígio entre os Ferreiras. Se por um lado Zé Saturnino passou a acumular mais autoridade, por outro, os Ferreiras passaram a carecer dela, à medida que perderam o apoio do governo e a função de inspetor de quartirão, além da perda da maior referência familiar.

A situação entrou num estágio de maior complexidade quando em agosto de 1917 Antônio Ferreira, irmão de Virgulino, entra em luta corporal com José Caboclo, homem de Zé Saturnino. Em dezembro de 1917, os Ferreiras invadem à tiros a Fazenda Pedreira, que pertencia a Zé Saturnino. Nesta investida, Antônio Ferreira sai ferido e é levado para a Serra Vermelha – propriedade dos Ferreiras –, onde foi tratado por Antônio Matilde (TORRES FILHO, 2011, p. 229). Após o ocorrido, José Ferreira foi até Vila Bela contar todos os detalhes do que estava acontecendo e prestar queixa contra Zé Saturnino. Este último foi indiciado em inquérito policial, mas ao passar alguns dias preso foi libertado pela justiça – controlada pelos Carvalhos, seus aliados. Estava evidente para José Ferreira que nem a polícia nem a justiça poderiam resolver o problema e, para evitar a morte dos filhos, recorreu às pessoas influentes da cidade, pedindo que intervissem para que fosse feito um acordo com Zé Saturnino.

Segundo Amaury e Ferreira (1999), foi o coronel Aurélio Cornélio Soares Lima, chefe político de Vila Bela, que ficou encarregado de traçar um acordo para acomodar o quadro de litígio entre as duas famílias. Esse acordo não pode ser entendido sem levar em consideração a

rede de relações sociais e de poder dos envolvidos. Zé Saturnino era neto de José da Barra do Exu e genro de João Nogueira, ambos pertencentes à rede de alianças dos Carvalhos. Sendo assim, na hora de decidir, Cornélio Soares fez a balança pender para o lado de mais prestígio no momento. Ficou determinado que a família Ferreira se retirasse para um local chamado Poço do Negro, que ficava apenas um quilômetro da recente vila de Nazaré, onde já morava Manuel Lopes, tio dos irmãos Ferreiras (AMAURY; FERREIRA, 1999, p. 60). Já na outra parte, Zé Saturnino e João Nogueira não poderiam ir ao local onde os filhos de José Ferreira fossem se estabelecer.

**Figura 1:** Ribeira do São Domingos antes dos conflitos entre Ferreiras e Nogueiras Alves de Barro



Legenda: As bolinhas azuis significam as propriedades dos Ferreiras: fazenda Batatas, onde residia João Ferreira; fazenda Mutuca, propriedade de Antônio Matilde; fazenda Serra Vermelha, propriedade de Ferreira Catendo e sua esposa Dona Joaninha; fazenda Passagem das Pedras, propriedade de José Ferreira, pai de Lampião; fazenda Ingazeira, propriedade de Venâncio Barbosa da Silva; fazenda Serrinha, propriedade de Ferreira Catendo. As bolinhas vermelhas são as propriedades dos Nogueiras Alves de Barro: Fazendas Maniçoba e Pedreira, propriedade de Saturnino Alves de Barros; fazenda Serra Vermelha (existiam duas, essa é a dos Nogueiras) e Cipó, propriedades de João Nogueira. A imagem evidencia a superioridade territorial que os Ferreiras possuíam antes dos conflitos, e foi justamente para acabar com essa superioridade que Zé Saturnino e seu sogro João Nogueira deram início às hostilidades. Fonte: LIMA IRMÃO, José Bezerra. **Lampião**: a Raposa das Caatingas. 3. ed. Salvador: JM Gráfica & Editora, 2015, p. 78. Editada por mim.

A distância entre o Poço do Negro e o sítio Passagem das Pedras era de aproximadamente 20 quilômetros, o que não representava muito para José Ferreira e seus filhos, habituados a percorrerem distâncias muito maiores no ofício de almocreve. O desafio maior da mudança estava ligado ao campo dos sentimentos, das memórias, pois o Sítio Passagem das Pedras se constituía como o lugar de identificação e afeto para a família de José Ferreira e sua esposa Maria Lopes, pois fora ali que nasceram todos os seus filhos. As cheias na ribeira do São Domingos, as brincadeiras das crianças na infância, os amores e desamores, todas as lembranças familiares transformavam o sítio Passagem das Pedras no principal referencial espacial da família de Lampião.<sup>81</sup> O material nunca é só material, uma casa, um móvel ou uma fazenda quando é vendida leva consigo anos de memórias e vivências.

O sítio foi vendido a Manoel Justino do Nascimento, que depois vendeu para Luís Barbosa Nogueira (Luís da Matinha). Este também comprou as terras da fazenda Ingazeira aos herdeiros de Ferreira Catendo, que devido a perseguição que vinham sofrendo, desfizeram-se de suas propriedades. A Passagem das Pedras foi incorporada à fazenda Matinha. Não foi por acaso que as terras dos Ferreiras foram parar nas mãos de Luís Barbosa Nogueira, que era primo carnal de João Nogueira. Além do mais, José Ferreira recebeu apenas uma parte do valor da venda (LIMA IRMÃO, 2015, p. 84).

Esses fatos permitem destacar que a perseguição familiar tem, na verdade, objetivos econômicos, pautados sobretudo na concentração da propriedade da terra, que confere o domínio territorial sobre uma área, que por seu turno se torna fonte de prestígio e poder político. As querelas familiares e a defesa da honra masculina aparecem atreladas a ambição por terras e o desejo de domínio sobre vastos territórios, com isso, os médios e pequenos proprietários são desapossados e, por conseguinte, desterritorializados pela força dos grandes potentados.

A disputa pelo domínio territorial da ribeira do São Domingos foi vencida por João Nogueira e Zé Saturnino. Os autores que se debruçaram sobre esse conflito não conseguiram enxergar que ali existia uma disputa não apenas pela terra, mas por um espaço de poder, um território, pela alteração das relações de poder que se conectavam a outro conflito: aquele que opunha as famílias Pereira e Carvalho. O apoio da máquina estatal dos Carvalhos foi decisivo para expulsarem os Ferreiras de suas terras. Mas como em toda relação de poder existe resistência, alguns membros da família Ferreira vão, posteriormente, resistir a essa situação

---

<sup>81</sup> A noção de lugar como sendo o *locus* das experiências, percepções e afetos humanos pode ser encontrada em: TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

através da *máquina de guerra nômade* do cangaço, como é o caso de Antônio José Ferreira<sup>82</sup>, conhecido como Antônio de Matilde, e os seus sobrinhos Virgulino, Livino e Antônio.

Antônio Matilde se casou com Amélia, conhecida como Docinha, filha do fazendeiro Ferreira Catendo, tornando-se morador da fazenda Mutuca. Com a morte do sogro, em 1917, a viúva, dona Joaquina Ferreira, mudou-se com os filhos para Nazaré. Como o (a) leitor (a) já tomou conhecimento, João Nogueira era agora, sozinho, o grande potentado da região. Dos inimigos deste restava ali apenas Antônio de Matilde, no entanto, mais dois fatores colocavam Antônio de Matilde na mira dos Nogueiras Alves de Barro. O primeiro era a ligação familiar com os Ferreiras; o segundo era o fato de Antônio de Matilde ter sido criado por Manoel Pereira de Sá Maranhão (Neco Maranhão), da família Pereira. Zé Saturnino, como inspetor de quartirão, teria visto a oportunidade para indiciar Antônio Matilde, nos fins de 1918, quando uma força policial estava à procura de uns bandidos nas proximidades da Serra Vermelha. Zé Saturnino assegurou que o comandante dos bandidos era o dono da fazenda Mutuca, ou seja, Antônio Matilde. Resultado, Antônio Matilde passou onze dias preso e sua esposa acabou falecendo no mesmo período. Ao deixar a prisão teria dito: “Adeus, Vila Bela! Até a hora do juízo final” (AMAURY; FERREIRA, 1999, p. 65). Após esses acontecimentos, Antônio Matilde mudou-se para Alagoas, onde ficaria sob a proteção do coronel Ulisses Luna, proprietário da fazenda Cobra, nas proximidades de Matinha de Água Branca, atual Água Branca.

O mapa que será apresentado em seguida evidencia o argumento defendido até aqui. O conflito entre Ferreiras e Nogueiras Alves de Barro perpassa a dimensão espacial, uma vez que estava em jogo o interesse de domínio territorial da ribeira do São Domingos. Com o apoio dos Carvalhos e da polícia, Zé Saturnino e João Nogueira conseguiram perseguir e expulsar seus inimigos. A mudança para o Poço do Negro representou para José Ferreira e sua família o primeiro processo de desterritorialização, tanto do ponto de vista espacial quanto do ponto de vista econômico, pois para pagar a compra do novo terreno o patriarca teve que vender quase todo o gado, ficando com umas quatro ou cinco vacas e uns dez burros utilizados no serviço de almocreve.

A nova moradia dos Ferreiras ficava a poucos quilômetros de Nazaré, que pertencia ao município pernambucano de Floresta. Segundo Albuquerque (2016), o povoado de Nazaré surgiu em agosto de 1917, sendo construído mediante os esforços de moradores da fazenda

---

<sup>82</sup> O pai de José Ferreira teve um filho fora do casamento com uma jovem chamada Matilde. Dessa relação nasceu Antônio José Ferreira, ficando conhecido como Antônio de Matilde (alusão ao nome da mãe). Sendo assim, Antônio de Matilde era irmão de José Ferreira (LIMA IRMÃO, 2015, p. 87-88).

Algodões e circunvizinhanças, que almejavam construir uma povoação próxima àquelas terras. Os idealizadores do povoado criaram uma feira semanal objetivando minimizar a necessidade de deslocamentos para feiras distantes de Floresta e Vila Bela. Em outubro de 1918, o lugar é batizado com o nome de Nazaré, por sugestão do sacerdote católico Zacarias de Paiva, de Vila Bela. Os moradores<sup>83</sup> do povoado, com o passar do tempo, começaram a ser identificados como *Nazarenos*.

**Figura 2:** desterritorialização dos Ferreiras da Ribeira do São Domingos



Legenda: No mapa não aparece o sítio Passagem das Pedras, que fazia parte de uma das faixas de terra da fazenda Ingazeira. Então, o leitor entenda que no mapa o sítio aparece como Ingazeira, de onde partiram José Ferreira sua família e dona Jacosa, avô materna de Virgulino. Fonte: MACIEL, Frederico Bezerra. **Lampião seu tempo e seu reinado**. vol. I. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 165.

Barros (2007) e Marilourdes Ferraz (2011) ajudaram na criação de uma identidade de pacifistas para os moradores de Nazaré. Para elas, umas das regras da comunidade partia do pressuposto que ninguém poderia andar armado. Mas como isso poderia ser possível se o

<sup>83</sup> As principais famílias do povoado eram: Flor, Gomes Jurubeba, Nogueira, Ferraz, Lira, Souza, Soriano Lopes, Capistrano, Euzébio, Barbosa, Freire, Marques dos Santos, Leite de Sá, Araújo (ALBUQUERQUE, 2016, p. 75).

povoado também foi atingido pelo conflito entre Pereiras e Carvalhos? Albuquerque (2016) relata que o povoado chegou a ser invadido por grupos armados ligados às duas famílias em contenda, como também ser comum o porte de armas pelos moradores. Acontece que as narrativas das autoras foram elaboradas a partir de relatos de moradores interessados no discurso do pacifismo dos nazarenos, uma tentativa de negar a participação de membros da comunidade na guerra entre Pereiras e Carvalhos, reforçando a ideia que o povoado perdeu a identidade pacifista com a chegada dos irmãos Ferreiras.

O fato é que daquele povoado sairia uma das forças policiais mais cruéis<sup>84</sup> e ferrenhas na perseguição contra Lampião, conhecido no mundo do cangaço como a força volante de Nazaré, ou os *Nazarenos*. Isso porque o conflito entre os irmãos Ferreiras e Zé Saturnino passaria a ter um novo palco:

José Saturnino disse:  
Amanhã bem cedo eu vou  
À Nazaré porque um  
Rapaz de lá me comprou  
Um cavalo, no entanto  
Ainda não me pagou

Diz a razão que o confronto  
Seria mais que iminente;  
Ir à Nazaré seria  
Insultar publicamente  
Os Ferreira, em cuja veias  
Circulava um sangue quente<sup>85</sup>

Zé Saturnino não cumpriu a sua parte do “acordo” que o impossibilitava de andar em Nazaré. Quando, em 1918, foi ao povoado, em um dia de feira, com a justificativa de que estava indo cobrar uma dívida relativa à venda de um cavalo a um homem chamado Agripa Euzébio, desencadeou outros episódios de luta armada entre ele e seus homens contra os irmãos Ferreiras. Esses últimos começaram a andar armados, angariando desafetos junto aos chefes locais de Nazaré. Nessa cidade, uma das parentelas dominantes era a família Flor, que fazia parte da rede de alianças e proteção da família Nogueira, que por sua vez ligavam-se a Zé Saturnino.

<sup>84</sup> Chandler (1981) relata a violência dos *Nazarenos* ao forçar os habitantes a revelarem o paradeiro de Lampião, quando este último chegou em 1928, no estado da Bahia (CHANDLER, 1981, p. 127). Assim como os cangaceiros as volantes policiais abusavam da crueldade contra os sertanejos.

<sup>85</sup> Versos de Gonzaga Ferreira da Silva, do cordel *Lampião: O Capitão do Cangaço*. Disponível em: AMAURY; FERREIRA, 1999, p. 61.

Em dezembro de 1919, Sinhô Pereira e seu bando tinham assaltado as redondezas da cidade de Nazaré, provocando um clima de medo, o que gerou a suspensão da proibição do porte de armas em Nazaré, pois muitos moradores previam um ataque dos cangaceiros ao povoado. Correu também o boato que os irmãos Ferreira tinham acompanhado os Pereiras nesta incursão, e, quando Antônio e Virgulino entraram no lugarejo, foram recebidos à bala. Segundo Chandler (1981), Livino, irmão de Virgulino que tinha chegado um pouco antes, sem nenhum incidente, tomou parte no ataque contra seus próprios irmãos, junto com a população, pois achava que se tratava dos cangaceiros de Sinhô Pereira. Mas logo que reconheceu os parentes, foi para seu lado e ajudou-os a se defender, sendo atingido por um tiro no braço. Teve que se esconder e procurar ajuda na casa de conhecidos, sendo encontrado e ameaçado de ser morto pelos moradores de Nazaré. Livino foi preso e mandado para a comarca de Floresta, já Virgulino e Antônio escaparam ilesos e conseguiram fugir (CHANDLER, 1981, p. 40-41).

A situação dos Ferreiras estava ainda mais complicada após esses acontecimentos. Não eram mais bem-vindos também em Nazaré e Zé Saturnino e seu sogro, João Nogueira, continuavam com livre acesso ali, mesmo depois de romperem com o que ficara acordado. É preciso lembrar que os Nogueiras Alves de Barro estavam com o apoio dos Carvalhos e do governo. Então, José Ferreira, temendo pela vida e sabendo do temperamento dos filhos, decidiu se mudar mais uma vez. Ficou combinado que Livino só poderia sair da prisão se os Ferreiras deixassem a região de Nazaré, ou seja, saíssem do Poço do Negro. Mais um processo de desterritorialização que a família enfrentaria. A cada mudança ficavam mais pobres, passando José Ferreira de proprietário em Pernambuco a renteiro em Alagoas (BARROS, 2007, p. 89).

Em janeiro de 1920, os Ferreiras se reterritorializaram no estado de Alagoas, por intermédio de Antônio Matilde, que após os conflitos com os Nogueiras Alves de Barro, havia fugido para aquele estado e estava vivendo em Matinha de Água Branca (atual Água Branca) sob a proteção do coronel Ulisses Luna. A nova sede da família foi uma fazenda alugada, num lugar chamado Olho D'Água de Fora, do proprietário Manoel Francelino, cunhado de Antônio Porcino. José Ferreira apostava que dali em diante poderia recomeçar as suas atividades de almocreve e voltar a encontrar a tranquilidade, longe dos conflitos na região do São Domingos. Mas a paz que o patriarca da família almejava também não seria encontrada em Alagoas. Foram muitas as razões que contribuíram para isto, e a versão dos Ferreiras é que os inimigos de Pernambuco, ou seja, a família Nogueira Alves de Barros, teriam mandado avisar às autoridades de Água Branca que os Ferreiras eram bandidos. Contudo, Chandler (1981), ao entrevistar João Ferreira, o único irmão de Virgulino que não entrou para o cangaço, afirma que Livino, Antônio

e Virgulino estavam exaltados e não queriam desistir de se vingarem de Zé Saturnino e João Nogueira (CHANDLER, 1981, p. 42).

Ulisses Luna, protetor de Antônio Matilde em Água Branca, pouco podia fazer para ajudá-los, pois estava na oposição e sem o apoio da justiça e da polícia. Nesse contexto, Livino, Antônio e Virgulino se juntaram ao tio Antônio de Matilde e formaram um grupo de cangaceiros sob a chefia deste último, por volta de setembro de 1920. Apesar de Barros (2007) e outros pesquisadores afirmarem que Virgulino já era cangaceiro antes disso, a documentação disponível me permite refutar essa afirmação. O jornal *A Província*, de Recife, em publicação do dia 21 de setembro de 1920, noticia:

Vila Bela, 20 – Acha-se neste município um grupo de cangaceiros, chefiados por um indivíduo de nome Antônio Matilde, vindo de Alagoas e que, há três dias, incendiou a propriedade Serra Vermelha, deste município, pertencente à família Nogueira, apoderando-se da respectiva cacimba e matando todos os animais que ali chegassem pertencentes à referida família. Esta mandou pedir providências ao delegado de polícia e reuniu 16 homens que, anteontem, encontraram o grupo acima referido, travando com ele tiroteio. Este durou umas quatro horas, constando terem morrido alguns cangaceiros do grupo de Matilde. O delegado de polícia seguiu para o local do conflito donde não regressou ainda<sup>86</sup> (A PROVÍNCIA, 12 de setembro de 1920).

Essa é a primeira alusão aos cangaceiros chefiado por Antônio Matilde encontrada nesta pesquisa, portanto, não se tem base documental para as afirmações dos autores que defendem que os Ferreiras entraram no cangaço antes de 1920. Como o (a) leitor (a) observou na matéria, as investidas dos cangaceiros se basearam na tentativa de destruição do patrimônio material dos inimigos: queimar fazendas e matar os animais; eram ações comuns, usadas pelos Ferreiras contra os Nogueiras Alves de Barro, e também pelos cangaceiros dos Pereiras contra os Carvalhos. Na época, a riqueza estava associada à quantidade de terras e animais que uma dada família possuía. Como os Ferreiras perderam suas terras e suas criações, agora, através da *máquina de guerra nômade* do cangaço, buscavam enfraquecer os seus adversários.

Em outubro de 1920, o mesmo periódico publicou uma matéria intitulada: *Os cangaceiros em Vila Bela – Projeto Criminoso*.<sup>87</sup> Segundo a matéria, o grupo de Antônio Matilde teria seguido para a vila de São Francisco para pedir ajuda a Sinhô Pereira visando atacar os Nogueiras, uma vez que estes últimos também eram inimigos dos Pereiras. Além

---

<sup>86</sup> Todas os jornais desta pesquisa podem ser encontrados no site da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira*. A única alteração foi feita na grafia, atualizando-a, o que não vai interferir nos dados e no sentido das matérias.

<sup>87</sup> Notícia telegrafada de Vila Bela, publicada em 19 de outubro de 1920.

disso, Antônio Matilde havia sido criado por Neco Maranhão, parente de Sinhô Pereira e Luiz Padre. Um dos cangaceiros mais destemido e de confiança dos Pereiras era José Dedé, vulgo Baliza, que por vez era tio de Antônio Matilde. Já os Ferreiras, que votaram contra os Pereiras nas eleições de 1915/1916, agora procuravam se reintegrar na rede de relações capitaneada pelos Pereiras, pelo fato de terem os mesmos inimigos. Segundo Marques (1995), a guerra tem a faculdade de fazer os homens esquecerem suas antigas disparidades políticas para se unirem em torno de um inimigo em comum.

Sinhô Pereira concordou com o pedido de Antônio Matilde, cedendo-lhe o cangaceiro Baliza e outros seis homens. Os cangaceiros atacaram a fazenda Serra Vermelha, de João Nogueira, a Pedreira, de Zé Saturnino, e Mutuca, de Venâncio Nogueira. A tática era sempre a mesma, não conseguindo executar os membros da família inimiga, matavam gado, derrubavam cercas, tocavam fogo em casas, nos currais e nos pastos. Como o cangaceiro pratica uma guerra móvel, contando com a imprevisibilidade, ficava difícil para os adversários saberem quando poderiam ser atacados novamente. Villela (1995) afirma que os cangaceiros eram capazes de atingir locais inesperados sem serem esperados. Poderiam estar em vários lugares e, ao mesmo tempo, em lugar algum, o que gerava apreensão e medo: “Nós vivíamos constantemente com medo. Ninguém tinha paz. Um pequeno *bac* que se ouvia se assustava pensando que era os cangaceiros” (VILLELA, 1995, p. 156). Esse depoimento é de Cira Britto, esposa do tenente João Bezerra, comandante da força policial responsável pela morte de Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros, no dia 28 de julho de 1938, ao falar sobre o ataque sofrido em Piranhas, Alagoas, pelos grupos dos cangaceiros de Gato e Corisco, em 1936. Por ser esposa de um tenente, Cira renegou ao esquecimento a violência policial contra os sertanejos: sofriam tanto com os ataques dos cangaceiros quanto com as tropelias das forças volantes.

Após os ataques perpetrados contra suas fazendas e de sua família, Zé Saturnino viajou para pedir ajudar ao seu tio, Cassimiro Honório, chefe de uma grande quantidade de jagunços, aliando, assim, as forças policiais às forças privadas do tio contra os cangaceiros dos Pereiras e Ferreiras. Após uma série de tiroteios, Antônio Matilde foi ferido gravemente e levado em uma rede para a fazenda Carnaúba, de Né Pereira (Né da Carnaúba). Os homens de Sinhô Pereira retornaram para a vila de São Francisco e os outros fugiram para Alagoas, exceto Virgulino e Baliza, que continuaram na Carnaúba cuidando de Antônio Matilde. Logo os Ferreiras voltariam para Alagoas e começariam a atuar com mais intensidade nesse estado.

Uma notícia do jornal *A Província*, publicada em 10 de dezembro de 1920, sugere que os animais roubados dos Nogueiras Alves de Barro pelos cangaceiros dos Ferreiras estavam sendo levados para as propriedades do coronel Ulisses Luna, protetor de Antônio Matilde e seus

familiares. Proteger alguém que está precisando de ajuda sempre foi uma atividade dos coronéis para acumularem bens e propriedades. Eles recebiam vários serviços daqueles que compunham sua rede de influência e aliança na condição de protegidos, portanto, é possível que os cangaceiros estivessem a serviço de Ulisses Luna. Mas como este fazia oposição ao governo, também poderia estar sendo difamado pelos seus opositores, que controlavam os jornais. Essa questão fica no campo do possível, como muitas outras narrativas da época que envolviam banditismo, coronelismo e política.

As notícias dos incidentes em Pernambuco chegaram até as autoridades de Matinha de Água Branca, que começaram a perseguir os Ferreiras e os seus protetores. Diante desse cenário, João Ferreira foi preso em abril de 1921 pelo comissário Amarílio Batista, suspeitando que aquele teria ido comprar munição para os irmãos. Virgulino, Antônio e Livino ameaçaram invadir a cidade para libertar o irmão, mas antes que isso acontecesse, João foi solto. Não havia motivos para comemorar, o patriarca José Ferreira concluiu novamente que teria que se mudar. Ele, a esposa e João iriam procurar outro lugar para se estabelecerem (LIMA IRMÃO, 2015, p. 98). Esse fato evidencia que Virgulino, Antônio e Livino já estavam ligados diretamente ao mundo do cangaço. Enquanto o pai tentava fugir dos conflitos, os três filhos permaneciam com o ímpeto de vingança traduzido em suas atuações no cangaceirismo.

O proprietário da fazenda Engenho, Sinhô Fragoso, acolheu José Ferreira e seus familiares que não estavam envolvidos no banditismo. Nessa terceira mudança, o patriarca dos Ferreiras agora era um homem pobre e com sua esposa doente. Ali seria o ponto de sua última reterritorialização, um território de exclusão, com péssimas condições de existência.<sup>88</sup> Foi no serviço de almocreve que José Ferreira conheceu Sinhô Fragoso, dormindo várias vezes em sua casa, quando passava pela região. Os processos de territorialização são marcados pelas relações entre os sujeitos, a mudança de um espaço para outro é proporcionada pelas redes de sociabilidades que os Ferreiras fizeram desde os tempos de paz na ribeira do São Domingos.

Foi na fazenda Engenho, no dia 30 de abril de 1921, que Maria Lopes morreu de infarto. Contava apenas com 48 anos de idade, deixando José Ferreira sem posses e sem sua companheira. O desejo de vingança é um desejo de morte. A opção pelo cangaço, por parte dos irmãos Ferreiras e Antônio de Matilde, só trouxe mais desgraças para seus familiares. Logo após o enterro de Maria Lopes, Antônio de Matilde e seu bando de cangaceiros atacaram e saquearam o povoado de Pariconha, distante aproximadamente seis quilômetros da cidade de Matinha de Água Branca. Além do objetivo financeiro, planejavam vingar-se de uma autoridade

---

<sup>88</sup> Sobre a ideia de territórios de exclusão, ver: COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

local que foi um dos responsáveis pela prisão de João Ferreira.<sup>89</sup> Poucos dias depois do saque em Pariconha, os cangaceiros entraram em confronto com uma força policial de cinquenta homens comandados pelo tenente José Lucena Albuquerque Maranhão. Os cangaceiros conseguiram fugir em direção a fazenda do padre Firmino Pinheiro, no município pernambucano de Tacaratu. Os policiais de Alagoas não podiam atuar no estado vizinho, dificultando a captura dos cangaceiros.<sup>90</sup> O padre Firmino Pinheiro era padrinho de crisma de Virgulino, o que pode ser uma das explicações para a proteção que o bando recebeu.

Enquanto Matilde e os irmãos Ferreiras transitavam pela fronteira de Pernambuco e Alagoas, no começo de março, as autoridades de Matinha de Água Branca tentavam localizá-los. Nessa busca, conseguiram encontrar José Ferreira na fazenda Engenho, de Sinhô Fragoso. No dia 18 de maio de 1921, os soldados chefiados pelo tenente José Lucena Albuquerque Maranhão cercaram a casa da fazenda e dispararam vários tiros. Lá dentro tombou morto José Ferreira, depois também mataram o proprietário Sinhô Fragoso e um de seus filhos. Em seguida, saquearam a fazenda, levaram o que acharam de mais importante e destruíram o que não quiseram ou não puderam levar (LIMA IRMÃO, 2015, p. 100). Como se vê, as atitudes dos policiais e dos cangaceiros só se distinguem porque a violência e a maldade dos primeiros eram legitimadas pela lei, enquanto os segundos agiam fora dela. Não é de se espantar que muitos cangaceiros antes tenham passado pelo serviço militar, assim como muitos militares tornaram-se cangaceiros. Um dos exemplos mais emblemáticos é do cangaceiro José Leite de Santana, o conhecido Jararaca – preso na tentativa de ataque a Mossoró, em 1927, sendo morto alguns dias depois da captura –, que serviu como soldado do exército entre os anos de 1921 e 1926.<sup>91</sup>

João Ferreira escapou da morte porque não se encontrava em casa na hora que a força policial chegou e executou José Ferreira, Sinhô Fragoso e um dos seus filhos. José Ferreira morreu aos 49 anos, foi enterrado ao lado da esposa no cemitério de Santa Cruz do Deserto, pertencente ao município alagoano de Mata Grande. O jornal *Correio da Pedra*, da vila da Pedra, atual Delmiro Gouveia, Alagoas, relatou a crueldade com que os soldados agiram nesse episódio, justificando que as vítimas estavam calmas em casa e não resistiram à ação dos

---

<sup>89</sup> O jornal *A Província* noticiou este acontecimento em matéria do dia 12 de maio de 1921.

<sup>90</sup> *O Jornal*, do Rio de Janeiro, através de correspondentes de Maceió, Alagoas, noticiou esse tiroteio no dia 20 de maio de 1921.

<sup>91</sup> No segundo capítulo será apresentado uma série de casos de cangaceiros que serviram à polícia ou o exército e militares que entraram para o cangaço.

militares. O que foi refutado pelo periódico *Estado das Alagoas*, controlado pelas forças do estado, que argumentava:

Os nossos colegas do ‘Correio’ voltaram a justificar os irmãos Fragosos, alegando que os mesmos ‘estavam calmos em casa’ quando passava a força policial. Não se trata absolutamente de justificar a força policial, que nenhuma depredação perpetrou. Trata-se, apenas, de comprovar que os irmãos Fragosos não são cidadãos pacatos, nem amigos da ordem. E a prova é que ambos estão denunciados em Água Branca, como provocará o ilustre Dr. Miguel Torres, que merece bastante fê para os confrades do ‘Correio’. Os referidos indivíduos tomaram parte do assalto de Pariconha e isso atestará o Sr. Gervásio Pires, dono da casa assaltada. Foram até encontrados objetos desses cavalheiros em poder dos mesmos. [...] acresce que em companhia dos Fragosos estava um cunhado de Antônio Matilde – **irmão, no caso, José Ferreira** – chefe de um dos grupos de bandoleiros. Aí têm os confrades as provas provadas de que eles não eram boas criaturas, nem morreram por malvadez da força do tenente Lucena. Convenham agora, os confrades, que estamos com a razão. Não usamos vidro de aumento nos nossos comentários (O ESTADO DAS ALAGOAS, 03 de junho de 1921). Grifos meus.

Em alguns casos existiram disputas em torno da narrativa dos eventos, não é difícil encontrar nos jornais que não estavam ligados diretamente aos governos dos estados, relatos da truculência e crueldade na forma de agir das forças volantes. No conflito entre cangaceiros e seus perseguidores, os sertanejos mais pobres foram o que mais sofreram, ficando à mercê da violência de ambos os lados. Isso não negligencia a hipótese que muitos também lucraram ao prestar serviços aos cangaceiros que tinham fama de pagar bem. Sobre essas narrativas jornalísticas dedicaremos uma parte do próximo capítulo, pois a escolha do que deveria ser narrado se constituía como uma escolha política. Quando se estava ao lado do governo, as notícias apareciam fazendo apologia das ações dos militares focando sempre na repressão do Estado contra o banditismo. Quando se era oposição, os periódicos intensificavam as reportagens sobre o cangaceirismo, alterando para mais o número de bandoleiros e reforçando a ineficiência do governo. As relações de poder não estavam apenas nos conflitos que produziram essa *guerra sertaneja*, mas na disputa pela narrativa dos fatos.

Após a morte de José Ferreira, o bando de Antônio de Matilde continuou atuando entre a divisa dos estados de Alagoas e Pernambuco. No primeiro estado, as ações se concentravam nos municípios de Matinha de Água Branca e Mata Grande. Já no segundo, nos municípios de Vila Bela e Floresta. A partir de maio de 1921, o bando chefiado por Antônio Matilde passa a ser conhecido em Alagoas como *Os três Antônio*: “Chamam-nos Antônio Matilde, Antônio Ferreira e Antônio Porcino. Três bandidos perigosos e salteadores inveterados de vilarejos [...]” (O ESTADO DAS ALAGOAS, 29 de maio de 1921). Note-se que Virgulino ainda é

desconhecido da opinião pública, destacando-se o irmão mais velho, Antônio Ferreira. Antônio Porcino e seu irmão José Porcino eram foragidos da justiça alagoana e ingressaram no bando chefiado por Antônio Matilde por volta de maio de 1921.

Com o grupo de cangaceiros cada vez mais numeroso, Antônio Matilde e os irmãos Ferreiras entraram em uma série de conflitos contra os seus novos inimigos. Eram eles o tenente José Lucena Albuquerque Maranhão, tido como um dos principais responsáveis pela morte de José Ferreira e membros da família Quirino. Estes últimos estavam em conflito com os Marcos, apoiados pelos três irmãos Ferreiras. Em junho de 1921, os cangaceiros atacaram e incendiaram várias fazendas dos Quirinos, matando mais de 100 bodes e cabras, além de membros da família adversária. Para buscar proteção e encetar a resistência, os Quirino incorporaram-se nas forças volantes; e os Marcos entraram para o cangaço. Esses fatos reforçam as ideias apresentadas ao longo do capítulo: as guerras entre famílias engrossaram as fileiras do cangaceirismo e das tropas volantes. Se por um lado um grupo ligado ao governo torna-se máquina do Estado, outros se posicionam e tornam-se *máquinas de guerra nômade* por meio do cangaço.

Após esses acontecimentos, a repressão da polícia alagoana se intensificou contra os cangaceiros. O chefe Antônio Matilde fez uma avaliação e resolveu abandonar o cangaço, deixando de lado a continuidade dos projetos de vingança. Saiu da luta justificando a idade avançada, fugindo para Catolé do Rocha, na Paraíba, no mês de junho de 1921: “Antônio Matilde acompanhado de quatro cangaceiros seguiu antes da diligência em direção da Paraíba, conduzindo a família” (A PROVÍNCIA, 21 de junho de 1921). Refugiou-se numa das fazendas da família Rosado Maia, com o nome alterado para Antônio Ambrósio.<sup>92</sup> Pouco tempo depois os irmãos Porcino também abandonaram o cangaço, deixando o grupo reduzido a quatro: Antônio Ferreira, Virgulino, Livino e Antônio Rosa. Posteriormente se juntaram ao grupo outros três rapazes, Meia-Noite, João Mariano e Primo. A partir desse momento, Virgulino, embora desconhecido da opinião pública, foi assumindo paulatinamente o papel de líder.

Matinha de Água Branca recebeu um numeroso contingente militar vindo da capital Maceió, inviabilizando as condições de sobrevivência do bando, reduzido a sete homens. A fome e a repressão passaram a ser constantes. Foi aí que os irmãos Ferreiras decidiram se juntar aos cangaceiros chefiados por Sinhô Pereira, já que compartilhavam os mesmos inimigos no Pajeú pernambucano, e Sinhô Pereira contava com o apoio de muitos aliados. Esse encontro seria muito importante para Virgulino adquirir destaque no mundo do cangaço. Como Sinhô Pereira mantinha relações com personagens de destaque na política sertaneja, Virgulino

---

<sup>92</sup> Antônio de Matilde faleceu no ano de 1927, em Catolé do Rocha, na Paraíba (LIMA IRMÃO, 2015, p. 106).

aprenderia com seu novo comandante a importância de tecer redes de alianças com os chefes locais. Sinhô Pereira não seria, apenas, mais um comandante de Virgulino, mas também seu melhor mestre nas artes do cangaço.

### **2.3 De Virgulino a Lampião: o mestre tecelão e o aprendiz de cangaceiro**

Por volta da última semana de junho de 1921, os irmãos Ferreira e os outros quatro cangaceiros rumaram para Pernambuco, em busca de Sinhô Pereira, que se encontrava na Passagem do Brejo, em direção a fazenda Carnaúba, de seu parente Manoel Pereira Lis (Né da Carnaúba). Os Ferreiras pediram permissão para entrarem no bando e Sinhô Pereira concordou. Em outubro de 1920, Virgulino já havia entrado em contato com Sinhô Pereira, quando Antônio de Matilde solicitou a ajuda dos cangaceiros dos Pereiras para atacar os Nogueiras. Em seguida ao encontro que selou a integração definitiva dos Ferreiras ao grupo de Sinhô Pereira, Virgulino, Livino e Antônio passaram novamente pela Serra Vermelha, objetivando matar os inimigos Zé Saturnino e João Nogueira. Cercaram a casa da fazenda Pedreira e abriram fogo, mas não encontraram os inimigos em casa. Estavam apenas a mãe (Dona Xanda), o cunhado de Zé Saturnino e outros dois homens. Dona Xanda era madrinha de Virgulino, o que faz o (a) leitor (a) lembrar que os pais de Zé Saturnino tiveram boas relações com os Ferreiras até o início do conflito. Dona Xanda pediu que os Ferreiras não atacassem mais sua casa, o que foi atendido por Virgulino. Contudo, Zé Saturnino ainda continuava sendo o maior inimigo.

Ao saber da nova investida dos Ferreiras, Zé Saturnino, que não poderia mais contar com o tio Casimiro Honório – morto, vítima de um ataque cardíaco fulminante –, contratou mais jagunços e foi morar com a mulher e os filhos na fazenda Jatobá, nas proximidades de Vila Bela, sob a proteção do parente Chico Alves do Exu (LIMA IRMÃO, 2015, p. 108). Manter o serviço da jagunçagem não era barato, Zé Saturnino amedrontado com o crescimento da figura de Virgulino no cangaço ano após ano, decidiu sentar praça na força policial de Pernambuco, no dia 1 de novembro de 1926. Essa era uma forma de receber apoio bélico e financeiro direto do governo. Ao invés de gastar com o combate ao cangaceiro, passou a lucrar com isso. O chefe de polícia, o Major Teófanos Torres, aliado aos Carvalhos e Nogueiras Alves de Barro, alistou quatro homens de confiança de Zé Saturnino como soldados, e este último foi promovido em apenas um dia para o cargo de sargento:

O Major sentou Zé Saturnino de frente para um birô. Formou duas filas de soldados de frente para Zé Saturnino e ordenou: – Levanta-te, soldado. Zé Saturnino levantou-se e ficou em posição de sentido. O Major ordenou outra vez – Senta-te, Cabo Zé Saturnino. Zé Saturnino sentou-se e todos os soldados ali presentes lhe fizeram continência. O Major novamente ordenou: – Levanta-te, Sargento Zé Saturnino. Zé Saturnino levantou-se, ficou em posição de sentido. Novamente todos os soldados ali presentes lhe prestaram continências. O Major Theophanes Ferraz Torres deu um passo atrás e gritou: Descansar...! (ALVES SOBRINHO, 2006, p. 88).

Quantos soldados morreram em batalha contra os cangaceiros sem gozar da honraria de uma promoção militar? Zé Saturnino, por ser proprietário de terras e ligado aos Carvalhos, foi promovido a sargento, enquanto os seus guarda-costas ficaram como soldados. Não é novidade para ninguém que no *front* dos confrontos estavam os soldados de origem social menos privilegiada, em grande medida eram eles que morriam nos primeiros disparos. Não significa dizer que muitos desses soldados não tinham interesses e estratégias de ganho dentro das tropas, apesar que os valores pagos aos integrantes da Força Pública não serem altos e na maioria das vezes serem pagos com meses de atraso.<sup>93</sup> Estes civis contratados temporariamente muitas das vezes optavam por integrar as volantes, almejando vingar alguma ameaça de cangaceiros. O sertanejo passa a ser um braço viável para os interesses do governo, pois o conhecimento da região o tornava qualificado para perseguir um bando que tinha como característica a locomoção na caatinga.

Após o último ataque a Serra Vermelha, os irmãos Ferreiras reingressaram no bando de Sinhô Pereira. A cada confronto com as forças volantes, Sinhô Pereira recorria à proteção de seus aliados e, assim, Virgulino aprendia rapidamente que nem todas as autoridades eram seus inimigos. Em fins de julho de 1921, foi noticiado que o grupo de Sinhô Pereira, já com a participação dos irmãos Ferreiras, seguia em direção ao município de Conceição, na Paraíba “[...] onde ao que se diz gozavam da proteção do chefe político Jaime Ramalho” (A NOITE, 25 de julho de 1921). No mês de agosto, os cangaceiros atuaram contra seus opositores nos municípios de Vila Bela e Belmonte, com a participação de muitos membros das famílias Carvalho e Pereira. Por volta do dia 29 do mesmo mês, ocorreu um tiroteio entre o bando de Sinhô Pereira e um grupo de homens conhecidos como os *Piranhas*, assim denominados por pertencerem à fazenda Piranhas, umas das principais sedes da família Carvalho. Ao fim do embate contabilizavam-se dois homens feridos de Sinhô Pereira, e do outro lado, três mortos e outros três feridos. Necessitando tratar os feridos, o chefe dos cangaceiros levou seus

---

<sup>93</sup> Albuquerque (2016, p. 48) apresenta uma tabela com os valores recebidos pelos militares da Força Pública de Pernambuco, desde o posto de coronel até o de corneteiro.

bandoleiros para a fazenda Abóboras, do coronel Marçal Florentino Diniz, no município de Vila Bela, na divisa de Pernambuco e Paraíba. Provavelmente nessa oportunidade Virgulino conheceu o coronel Marçal Florentino Diniz, pai de Marcolino Pereira Diniz que, futuramente, seriam seus principais protetores, possibilitando a relação de Virgulino com outros chefes políticos da região, como no caso de José Pereira de Princesa Isabel, na Paraíba.

Essas relações foram sendo paulatinamente costuradas pela participação de Virgulino no bando de Sinhô Pereira. O comandante de Virgulino também lhe ensinou muitas estratégias de batalha, pois desde 1917 estava à frente de um grupo de cangaceiros que almejavam combater as forças dos Carvalhos. Nesse sentido, uma interessante matéria sobre a atuação de Sinhô Pereira foi publicada pelo *O Jornal*: “Ao que se sabe, Sebastião Pereira não quer combater a polícia, esquivando-se até da luta, esta, porém, o persegue e ele não tem outro meio senão reagir” (O JORNAL, 10 de dezembro de 1921).<sup>94</sup> A fuga era uma estratégia fundamental para qualquer cangaceiro. Enquanto as forças volantes guardavam posições no combate, os cangaceiros faziam e desfaziam suas estratégias dependendo da situação. O estilo de guerra do militar é estático, pré-organizado, já o dos cangaceiros é fluido e circunstancial. Muitos jornais e telegramas policiais descreviam a fuga dos cangaceiros como sinônimo de derrota dos bandoleiros, porém, a retirada do campo de batalha funcionava muito mais como uma tática do que uma derrota. Isso porque os cangaceiros não faziam uma guerra de posição, mas uma guerra de movimentos constantes por meio de emboscadas, ataques e fugas.

Evitar os enfrentamentos com a polícia significava diminuir as possibilidades de captura e os gastos com material bélico. Nos primeiros combates, os irmãos Ferreiras se mostravam precipitados. Logo Virgulino compreenderia a importância do planejamento, da estratégia e das redes de proteção. Também é certo que o conhecimento do terreno era essencial: “[...] Sinhô Pereira conhece palmo a palmo, pau por pau, um corregozinho, tudo lhe é tão familiar [...]” (O JORNAL, 10 de dezembro de 1921). Todas essas estratégias de sobrevivência no cangaço Virgulino herdaria de Sinhô Pereira e, com o decorrer dos anos, foi aperfeiçoando-as.

Além de ser membro de prestigiosa família, Sinhô Pereira construiu redes de proteção com muitos chefes políticos dos municípios pernambucanos de Vila Bela e Belmonte, e nos municípios paraibanos de Conceição e Bonito.<sup>95</sup> Mas foi o Major Zé Inácio, da fazenda Barro, no Ceará, o seu mais notável protetor. Essas relações eram marcadas pela reciprocidade.

<sup>94</sup> Trata-se do periódico *O Jornal*, do Rio de Janeiro. A Matéria foi intitulada: *Como se Fazem cangaceiro – Sebastião Pereira e a polícia Pernambucana – falhas e expedições infelizes*.

<sup>95</sup> Em publicação de 21 de janeiro de 1922, do *O Jornal* (Rio de Janeiro), através de correspondentes do Recife, noticiou a presença de Sinhô Pereira e seu grupo em Bonito, na Paraíba.

Quando o Major Zé Inácio precisava dos serviços de Sinhô Pereira, o cangaceiro não poderia dizer não para quem, desde 1917, contribuía para a manutenção do seu bando. Em janeiro de 1922, Zé Inácio estava tendo problemas com o padre José Furtado de Lacerda, do arraial de Coité, distrito de Mauriti. Sinhô Pereira recebeu o recado do amigo e partiu com seus cangaceiros para auxiliá-lo. Ao chegarem na fazenda Barro, se juntaram aos jagunços do Major e planejaram o ataque ao sacerdote.

O ataque foi no dia 20 de janeiro de 1922. Os homens do padre Lacerda tiveram o apoio da volante do tenente Peregrino Montenegro. Com o decorrer da ação chegou em auxílio outra tropa com 16 homens comandados pelo sargento Romão, provocando a retirada dos cangaceiros. Ao fim, tinham morrido três homens de Zé Inácio e um de Sinhô Pereira. Antônio Ferreira foi baleado no braço, conseguindo se recuperar posteriormente. “Dos defensores do padre, desconhece-se quantos morreram ou foram feridos” (LIMA IRMÃO, 2015, p. 109).<sup>96</sup> Esse acontecimento gerou uma série de críticas por parte da imprensa ao Major Zé Inácio que mantinha alianças com personagens centrais da política no Cariri cearense, uma delas com o médico Floro Bartolomeu, principal mentor e articulador político do Padre Cícero do Juazeiro.

Zé Inácio era correligionário do presidente de estado Justiniano Serpa, mas a ligação com o cangaço provocou o afastamento das autoridades de Fortaleza, que estavam agora pressionadas pela imprensa. Zé Inácio pretendia candidatar-se a deputado estadual com o apoio do governo, o que não foi mais possível após o ataque ao padre Lacerda e o envolvimento mais direto e visível com o cangaceirismo, a ponto de alguns jornais o chamarem de cangaceiro. Nem mesmo o influente aliado Floro Bartolomeu conseguira reverter a situação. Por outro lado, a família Pereira percebeu que Sinhô Pereira estava direcionando suas ações para questões que não tinham ligação com a guerra contra os Carvalhos.

Diante da situação, o Major Zé Inácio planejava fugir para longe do Cariri cearense, para tanto, arquitetou sua última investida contra fazendeiros abastados da região dos municípios paraibanos de Brejo do Cruz e Catolé do Rocha, com a finalidade de levantar mais recursos para investir na fuga e na sua nova moradia. Novamente com o apoio dos cangaceiros chefiados por Sinhô Pereira, saquearam, no início de março de 1922, os fazendeiros Waldevino Lobo e Adolfo Maia. “No roubo contra o coronel Waldevino Lobo, levaram eles um saco de ouro, contendo sessenta contos, outro contendo vinte contos em prata” (A NOITE, 07 de março de 1922). O presidente da Paraíba, Sólton de Lucena, telegrafou para as autoridades de Fortaleza

---

<sup>96</sup> Esse acontecimento foi registrado pela imprensa carioca, pelo o jornal *A Noite*, em publicação de 24 de janeiro de 1922. Os correspondentes do Jornal nos municípios de Lavras e Crato informaram que os cangaceiros deixaram propriedades incendiadas, mortos e feridos.

pedindo providências contra o banditismo no estado vizinho, pois os cangaceiros seguiram na direção da fazenda Barro, de Zé Inácio.<sup>97</sup> Na volta, os bandoleiros passaram margeando os municípios do Rio Grande do Norte, gerando alarme na população, fazendo com que o governo potiguar também enviasse mensagem por telégrafo pedindo ação ao governo cearense.

Mais de 300 soldados cercaram a fazenda Barro, e o tenente Manoel Benício, da polícia paraibana, conseguiu prender Zé Inácio. Como era um fazendeiro abastado e articulado politicamente, ele conseguiu que sua fuga da cadeia fosse facilitada, poucos dias após ser preso. Refugiou-se em Juazeiro, sob apoio do Padre Cícero e de Floro Bartolomeu, e fugiu para Goiás. Lá já estava o aliado Luís Padre, homiziado desde 1920, em São José do Duro (atual Dianópolis, hoje pertencente ao estado de Tocantins), sob proteção do chefe local Abílio Wolney. Zé Inácio viria a ser assassinado, em março de 1923, por um sujeito chamado Aldo Borges, um dos jagunços do coronel Abílio Wolney, que depois de desavenças passou a desconfiar de Luiz Padre, Sinhô Pereira e Zé Inácio.<sup>98</sup>

A consequência desses saques e ataques à serviço de interesses que não representavam o objetivo da luta dos Pereiras contra os Carvalhos produziu uma forte desaprovação da família de Sinhô Pereira. Foi colocado em xeque a continuidade do financiamento e da permanência da resistência através da *máquina de guerra* do cangaço. Em vez de enfraquecer os Carvalhos, os Pereiras estavam gastando muito na manutenção do bando de Sinhô Pereira sem resultados contundentes. Além disso, o coronel Antônio Pereira, filho do Barão do Pajeú, e Né da Carnaúba, que ainda gozavam de prestígios na política regional, estavam sendo pressionados pelas autoridades para abandonarem a guerra contra seus adversários. Padre Cícero, que sempre usou muito bem sua posição religiosa para reafirmar e garantir o *status quo* da sociedade sertaneja pautada no coronelismo, na indústria da seca e na exclusão social e econômica, assumiu um papel importante ao tentar convencer Sinhô Pereira a abandonar o cangaço.

Já no começo de junho, Sinhô Pereira revelou para Virgulino que pretendia deixar o cangaço, e este último teria a missão de substituí-lo no comando do grupo. Sinhô Pereira alegava não estar bem da saúde, não revelando que a decisão foi tomada pela sua família. A partir daquele momento, Virgulino começaria sua trajetória como líder dos cangaceiros mais conhecidos do sertão pernambucano. De julho de 1922 em diante, o nome de Sinhô Pereira foi

---

<sup>97</sup> A imprensa do Rio de Janeiro, por meio dos periódicos *A Noite* e *O Jornal*, publicou sobre a incursão dos cangaceiros nos municípios paraibanos de Brejo da Cruz e Catolé do Rocha. A primeira publicação foi divulgada no dia 1 de março pelo *O Jornal*, com o título: *Assalto de cangaceiros (Vários municípios da Paraíba assaltados) - Numerosos saques levados a termo*; já a segunda, no dia 7 de março de 1922, pelo jornal *A Noite*, com o título: *Os salteadores do Nordeste. Catolé do Rocha à espera de novo saque*.

<sup>98</sup> Para quem estiver interesse em se aprofundar na vida de Zé Inácio, ler: SOUSA, Neto. **José Inácio do Barro e o cangaço**. Cajazeiras: Editora Real, 2011.

desaparecendo da imprensa, outro personagem surgiria na opinião pública. O desconhecido Virgulino tornou-se Lampião<sup>99</sup>, o cangaceiro mais afamado que os sertões conheceriam.

Seu nome emergiu na imprensa pela primeira vez em decorrência do assalto ao casarão da Baronesa de Água Branca, dona Joana Vieira de Siqueira Torres. Segundo Amaury e Ferreira (1999), no dia 26 de junho, às 4 horas da madrugada, a cidade foi despertada por muitos tiros e com os cangaceiros invadido a cidade. Pela porta dos fundos, Lampião e outros cangaceiros entraram no casarão da Baronesa e tudo foi revistado: malas, gavetas, armários. “Levaram muitas jóias, objetos de valor, inclusive um cordão de aproximadamente três metros de comprimento, e dinheiro, muito dinheiro” (AMAURY; FERREIRA, 1999, p. 87). Antônio e Livino tentaram matar o delegado Amarílio, um dos seus principais inimigos em Alagoas, mas não tiveram êxito. Lampião e seus irmãos saíram da cidade prometendo voltar para um acerto de contas com o delegado.

O jornal *Correio da Pedra* dedicou um espaço considerável para narrar o assalto à cidade de Água Branca, que: “Segundo dizem foi reconhecido o cangaceiro Lampião entre os que tomaram parte do assalto e referem os boatos que o grupo procedera das imediações do município pernambucano de Tacaratu” (CORREIO DA PEDRA, 02 de julho de 1922). Esse é o momento fundador do aparecimento do nome de Lampião na imprensa, embora já estivesse em atividade no cangaço desde 1920. Se falava em Antônio Matilde, Antônio Ferreira, os Porcino e Sinhô Pereira, mas a partir de agora o personagem Lampião emerge nas narrativas jornalísticas sobre o cangaço. O assalto a Água Branca teve uma grande repercussão em Alagoas, Pernambuco e Bahia, visto que os filhos da Baronesa eram integrantes da elite social e econômica desses estados. Eram eles Miguel Torres, juiz de direito do município, Luiz Torres, proprietário e político, ocupando cargos legislativos no estado, e Antônio Torres, fazendeiro abastado e funcionário federal (AMAURY; FERREIRA, 1999, p. 88).

Lampião iniciava sua trajetória como líder com uma ação de impacto e grande repercussão, mostrando ousadia e habilidade. Enquanto as forças volantes planejavam uma reação aos bandoleiros, Lampião e seu grupo assaltaram, no dia 30 de junho, ou seja, apenas quatro dias após o ataque a Água Branca, o povoado pernambucano de Espírito Santo (atual Inajá), na divisa de Alagoas. No mesmo dia assassinou mais dois homens da família Quirino, inimigos dos Ferreiras, acusados de terem participado da diligência policial que resultara na morte de José Ferreira, pai de Lampião. Pode-se dizer que Lampião, em Alagoas, vinha produzindo, até então, uma espacialidade ao deslocar-se para matar ou fragilizar seus inimigos.

---

<sup>99</sup> A partir de agora, passarei a chamá-lo de Lampião.

Nesse período, o cangaceiro também tentou tirar a vida do tenente José Lucena Albuquerque Maranhão, mas como este tinha ao seu comando uma numerosa força policial, o objetivo de Lampião não se concretizou.

De junho a agosto do ano de 1922, os cangaceiros operaram na divisa entre os estados de Alagoas e Pernambuco. No primeiro, nos municípios de Mata Grande e Água Branca. No segundo em Vila Bela, Triunfo e Tacaratu: “Lampeão formou um grupo de celerados e, com o auxílio de um irmão<sup>100</sup>, está implantando terror nas paragens sertanejas de Alagoas e Pernambuco [...] É com essa entidade semi fantástica que anda agora às voltas a polícia alagoana” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22 agosto de 1922). Com o decorrer dos anos e o aumento da fama de Lampião, muitas matérias jornalísticas e até relatos trocados entre policiais, atribuíram poderes fantásticos ao cangaceiro, reforçando uma mística em torno de Lampião. Corpo fechado, dotado de habilidades sobrenaturais que o possibilitavam escapar de qualquer situação adversa.

Os cangaceiros voltaram à região do Pajeú no dia 08 de agosto de 1922 para se despedirem de Sinhô Pereira, que estava de partida para o estado de Goiás, onde já estavam Luís Padre e Zé Inácio. Mas antes de partir, Sinhô Pereira fez questão de passar oficialmente o comando do bando para Lampião, que na prática já liderava os cangaceiros desde meados de junho. Sinhô Pereira deixaria muitos inimigos e “brasas acesas”, mas pediu em especial que Lampião vingasse a humilhação sofrida pelo parente Ioiô Maroto nas mãos do tenente Peregrino Montenegro, que havia agido a mando de Luiz Gonzaga Lopes Gomes Ferraz. Este último estava em rápida ascensão política e social, projetando chegar ao executivo do município de Belmonte, mostrando serviço aos aliados, ajudando na perseguição a Sinhô Pereira e seus familiares.

Ioiô Maroto, conhecido fazendeiro em Belmonte, Pernambuco, era ligado aos Pereiras. Entrou em conflito com o coronel Luiz Gonzaga, intendente (equivalente ao cargo de prefeito hoje) daquela cidade e ligado aos Carvalhos. Através de desavenças políticas, Luiz Gonzaga induziu a volante cearense comandada pelo tenente Peregrino Montenegro, a violentar o adversário político local em sua residência. Os soldados, além da violência, aproveitaram para saquear objetos de valor. Ioiô Maroto, sentindo-se humilhado, prometeu vingança e deixou de ir à cidade, com vergonha de aparecer em público. Ser violentado por outro homem feria o código de moral cultivado pela sociedade sertaneja onde a masculinidade era exacerbada e

---

<sup>100</sup> Na verdade, eram dois, Antônio Ferreira e Livino Ferreira.

adorada. A violência e a vingança não são apenas culturais, mas atos políticos, de disputas e relações de poder.

Com o objetivo de cumprir sua promessa, Lampião chegou com seu grupo em Belmonte na madrugada do dia 20 de outubro de 1922. Entre os cangaceiros presentes, haviam alguns membros da família Pereira e o jovem Tiburtino Inácio de Sousa, conhecido no cangaço como Gavião, filho de Zé Inácio. O coronel Luiz Gonzaga morava em um exponencial casarão localizado no centro da cidade, ao lado da praça e da igreja. Os bandoleiros arrobaram as portas e adentraram na residência para matar o alvo da ação. Luiz Gonzaga tentou se esconder, mas de nada adiantou, foi encontrado e assassinado brutalmente por Ioiô Maroto. Com o corpo ensanguentado no chão, Lampião abaixou-se, “[...] tirou a aliança do coronel e enfiou nela o próprio dedo médio. Contemplou a valiosa joia e calculou: – Esta vale pelo meno um conto de réis...” (LIMA IRMÃO, 2015, p. 122). Para finalizar o ato de crueldade, jogou em cima do corpo roupas e lençóis, e tocou fogo. Os corpos mutilados, torturados, com cicatrizes deixadas pelas armas brancas ou de fogo, são documentos que ajudam os historiadores a entenderem a crueldade que marcou a época do cangaceirismo nos sertões do Nordeste.

Os cangaceiros encontraram dificuldade para saírem da cidade, pois uma resistência de populares adeptos de Luiz Gonzaga, liderados pelo sargento Sinhozinho Alencar, bloquearam todas as ruas que davam para a casa da vítima. Foi travado um forte tiroteio e, ao término, três integrantes do bando tinham morrido, entre eles estava o famoso cangaceiro Baliza, um dos mais notáveis homens do bando de Sinhô Pereira. De acordo com Amaury e Ferreira (1999), dias depois dos acontecimentos em Belmonte, chegou-se à conclusão de que o responsável pela morte de Baliza teria sido Antônio Rosa, homem de confiança de Lampião, que foi contratado pela família Bernadinho, de Água Branca, para liquidá-lo. Os Bernadinos eram fazendeiros em Alagoas, e sofreram, no passado, com assaltos e afrontas do cangaceiro Baliza. Esse fato mostra que o grupo não era homogêneo, existindo muitos interesses particulares. Muitas tentativas de homogeneização são marcadas por uma leitura de mundo que busca simplificar a complexidade das relações humanas, aprisionando a diferença na identidade.

O assassinato de Luiz Gonzaga ganhou repercussão na imprensa. O *Jornal do Recife* reservou um longo espaço no seu noticiário para publicar declarações do filho da vítima, José Gonzaga Gomes Feraz, no dia 21 de outubro de 1922. Diante da repercussão do acontecimento, Ioiô Maroto, sentindo-se inseguro, foi viver sob proteção da reconhecida família Feitosa, na fazenda Malhada, no município de Parambu, nos sertões dos Inhamuns, no sudoeste do Ceará, perto da divisa com o Piauí. Ioiô Maroto e sua família nunca mais voltariam a Pernambuco. Já Lampião continuaria atuando naquele estado por mais seis anos. Entre os meses de novembro

e dezembro de 1922, Lampião e seu bando foi noticiado atuando nos municípios pernambucanos de Triunfo e Tacaratu.

Lampião não se limitou a reproduzir a rede de alianças e proteção de Sinhô Pereira. Este era financiado, sobretudo, pelos membros mais ricos da família, já Lampião, por mais que contasse com o apoio de alguns Pereiras, não pertencia a camadas dominantes como seu antigo chefe. Foi-lhe necessário criar suas próprias redes, expandindo relações com múltiplos protetores de influência. Não depender de um único grupo familiar parecia ser um fator de vulnerabilidade, mas Lampião soube transformá-lo em potencialidade para sobreviver no cangaço. Com o decorrer dos anos, o cangaceiro foi deixando de lado os objetivos de vingança, direcionando-os para ações lucrativas que o ligou a muitos chefes políticos de sete estados do Nordeste. Lampião foi se tornando também um centro de redistribuição de bens e de benefícios, ou seja, das suas relações de reciprocidade resultou-lhe como saldo positivo o prestígio (MARQUES, 1995, p. 12).

A atuação no cangaço, justificada inicialmente pela vingança, passou a ser um meio de vida, uma profissão, sendo assim, um lugar disponível para se inserir nos jogos de poder que reproduziam a exclusão social, política e econômica na sociedade sertaneja. Lampião foi um bandido político, ou melhor, micropolítico.

O nomadismo de Lampião e seu grupo operou não apenas como uma forma de desreterritorialização, mas como uma ferramenta para atrair alianças e poder. Durante sua intensa vida como cangaceiro, Lampião chegou a arrecadar riquezas invejáveis. Os saques, os pedidos de regate e os inúmeros bilhetes extorquindo dinheiro dos moradores das vilas e cidades foram os principais meios de arrecadação para alimentar os seus agenciamentos e abastecer os seus seguidores. Segundo Mello (2011), essas práticas eram suficientes, inclusive, para as atividades de agiotagem junto aos coronéis. A diferença estava no fato de que enquanto os coronéis alimentavam suas riquezas extorquindo o erário público por meio das engrenagens do Estado, Lampião se beneficiava de atos ditos como fora da lei. Por muito tempo a historiografia buscou separar o cangaceiro do coronel, mas até que ponto os dois não se encontram? Não seriam duas formas diferentes da prática da violência e da corrupção que se alimentam do suor da sociedade sertaneja? A ponto de um emprestar serviços ao outro e vice-versa?

O que estou querendo enfatizar é que as relações entre Lampião e seus protetores envolviam ações e vínculos de reciprocidade, onde os envolvidos se beneficiavam de alguma forma. É o que afirmam Villela e Marques (1999):

Lampião e seus cangaceiros não significavam apenas ameaça, mas sob muitos pontos de vista, de muitos sertanejos, constituíam um meio dos mais eficazes de proteção. Proteção que em si mesma foi objeto de comércio dos cangaceiros: o pagamento de uma quantia exigida garantiu por todo lado propriedades intactas, a salvo entre outras coisas dos ataques dos próprios cangaceiros, cujo poder de guerra era tão superior que mais valia pagar para não ser uma vítima. A astúcia de Lampião converteu sua própria ameaça em proteção. Se a ameaça de Lampião era constante e conscientemente explorada pelo cangaceiro, a sua amizade não implicava apenas sacrifício a temerosos sertanejos. Lampião soube compensar com prodigalidade aqueles que lhe prestavam favores de toda espécie, fosse um conhecido, fosse um desconhecido que o acaso levasse a encontrar em seu caminho. Pagar sem nenhuma parcimônia um almoço oferecido ou solicitado, espalhar como esmola montantes elevados de dinheiro aos pobres, esbanjar bebida e comida nas festas, promover bailes por onde passava, eram atitudes habituais de Lampião, bem como a violência que infligia (VILLELA; MARQUES, 1999, p. 127-128).

O fato de ter um poder destrutivo na *máquina de guerra nômade* tal qual a vejo em Lampião, lhe possibilitou transformar o medo em proteção e, assim, territorializar o poder. Contudo, essas alianças eram alimentadas por Lampião através da sua habilidade de recompensar e partilhar, como em um constante exercício de dar e receber. Os proprietários de terra se relacionavam com Lampião não só pelo medo de ter suas propriedades violentadas, mas pelo fato de poder lucrar no comércio ilegal de armas e suprimentos, como também usufruir da proteção dos cangaceiros para intimidar seus rivais locais. Por sua vez, os cangaceiros se beneficiavam do apoio logístico desses proprietários em múltiplos sentidos, desde as aquisições de armas e suprimentos até os tratamentos médicos.

Tentarei investigar os mecanismos de funcionamento dessas relações a partir dos pactos e rupturas que Lampião construiu com protetores no sertão paraibano, pernambucano e no Cariri cearense, produzindo territórios em rede. Esses *nós* articulados proporcionaram territórios em zonas de atuação para o cangaceiro e seu bando. Em seguida, investigo a relação do cangaceiro com o espaço e como os seus movimentos produziram desreterritorializações.

## CAPÍTULO 3

# TERRITORIALIZAÇÕES DO CANGACEIRO LAMPIÃO: REDE, ZONA E MOVIMENTO

### 3.1 A logística da rede para a desreterritorialização de Lampião

O que é uma rede? Seria possível pensar territórios sem redes? Como Lampião as constituía? Essas questões são essenciais para começar a primeira parte deste capítulo. Com elas o (a) leitor (a) poderá se guiar, as tomando não apenas como material conceitual, mas também como um mapa a serviço do percurso narrativo que será traçado aqui.

Defino rede, a partir do geógrafo Costa (2016), como pontos de encontros, ou *nós*, que ligam os sujeitos, estando caracterizadas pela descontinuidade espacial e pelo dinamismo de diversos graus de mobilidade que se encontram na relação ausência/presença (COSTA, 2016, p. 279-311). Sabe-se que o ser humano vive estabelecendo múltiplos tipos de conexões, seja simbólica ou material. Todas elas são possíveis dentro de uma dada lógica que a sociedade disponibiliza. O estudante, no processo de formação educacional, mobiliza redes com colegas, professores e funcionários da instituição de ensino. Já no mundo cibernético, o ensino é intermediado pela internet através de plataformas digitais e livros em formato online. A escrita de uma monografia, dissertação ou tese requer conexões com autores, seja para se aproximar ou para se distanciar. No final, o texto (território da escrita) é produto desses muitos encontros. O mesmo vale para a aquisição de alimentos e quase todas as atividades humanas, pois os homens são feitos de corpos e, os corpos são, antes de mais nada, produtos das práticas sociais que são fabricadas em ou por redes.

Ao imaginar os embaraços de um viajante que chegou a um novo país e apresenta dificuldades para ser comunicar, seria comum que uma das suas primeiras medidas fosse procurar aprender o novo idioma, para isto, se interessa em traçar novas amizades com nativos ou buscar um curso de línguas. Essas conexões se colocam como essenciais para a sobrevivência do viajante, sem elas, ele não poderá se expressar como deseja nem compreender os signos que regem aquela nova realidade. Entendendo esse esforço como uma necessidade de controlar o novo espaço, ou seja, de se reterritorializar, pode-se dizer que é impossível pensar

o território sem redes. Portanto, territorializar-se implica uma ação ou tentativa de controlar o *substrato material espacial* a partir do estabelecimento e comando de redes:

[...] controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir ‘fronteiras’, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento. [...] Contudo, se pensarmos que além de domínios interiores e exteriores, residências, membranas e anexos, os territórios são compostos por unidades espaciais como áreas ou zonas, pontos e linhas ou, numa leitura não-euclidiana, nós e redes, podemos refletir em termos das diferentes composições que estes elementos proporcionam (COSTA, 2016, p. 279-282).

Costa (2016) destacou o problema de muitos autores, geógrafos e não-geógrafos, ao fazerem uma leitura dicotômica entre territórios e redes, como se fossem duas unidades distintas e mesmo antagônicas, não concebendo nem mesmo que a rede pode ser vista como um elemento constituinte do território. Esse parece ter sido um problema presente também em Villela (1995) que ao defender o território de Lampião como aberto e impossível de ser delimitado, propôs que os pontos de proteção ao cangaceiro estivessem a serviço do movimento e não ao contrário, sendo o território a totalidade desses pontos. Isso pode ser compreendido porque Villela partiu da perspectiva dicotômica euclidiana de pontos e linhas:

Não se deve confundir, porém, o território com as zonas de frequência prolongada ou preferencial, as quais prefiro chamar de *core areas*<sup>101</sup> [...]. No caso do cangaço, será mostrado que tais áreas de frequência prolongada existem e não podem ser confundidas com o território pelo simples fato de que este as engloba. A grande diferença da core área cangaceira para as dos primatas e dos caçadores-recoletores reside no fato que estas são relativamente fixas enquanto aquela é marcada pela fluidez. Lampião tem a capacidade militar e política, por assim dizer, de produzir novas core areas em substituição das que foram perdidas ou bloqueadas (VILLELA, 1995, p. 29-30).

Mas não seriam esses pontos a base ou até mesmo o território de Lampião? Um território através ou em rede? Ao afirmar que sim, não estou negando o caráter político e militar dos que narram Lampião como um exímio criador de redes em substituição das que foram abandonadas. É que o território desse cangaceiro era produzido justamente aí, no processo de fazer, desfazer

---

<sup>101</sup> O autor vai buscar esta noção na primatologia, cujo significado aponta para a vivência de um determinado grupo em zonas de frequência prolongada.

e refazer as redes de apoio. Essa concepção permite fugir da ideia de território como algo que necessita ser delimitado (como pretendido de forma inteligente por Villela), como também apontar para o caráter territorializante/desterritorializante das redes, ou como prefere Villela à luz do pensamento euclidiano, dos pontos.

A característica mais importante das redes é seu efeito ao mesmo tempo territorializador e desterritorializador, o que faz com que as relações e os interesses que por elas circulam tenham um efeito que pode ser ora de sustentação e construção de territórios, ora de desestruturação ou desarticulação de territórios. Esse potencial concomitante da rede depende das articulações e deslocamentos dos personagens que a produz. No caso do objeto deste estudo, Lampião e seus protetores. Quais as zonas que Lampião mais frequentava? Certamente as que nelas poderia conseguir proteção e mantimento para o seu grupo. Essa zona não seria uma forma de território? Esse território em zona poderia existir sem o território em rede? Ou um possibilitava o outro? A resposta para ambas indagações é sim. Dessa forma, defendo que os pontos constituem e participam também das redes e, por consequência, do território vivenciado pelo cangaceiro. E dentro desse território em rede existiram outras formas de territorialização, sendo que umas não estavam, necessariamente, em justaposição a outras, mas em uma relação de convivência múltipla entre elas.

Costa (2016) acredita que o impacto mais importante desta concepção conceitual é de natureza política, pois oferece superar a noção de poder exclusivo presente na ideia clássica de território, admitindo assim visualizar diferentes produções territoriais por meio da descontinuidade, da articulação do poder ou de diferentes tipos de relação de poder. O também geógrafo Souza (2002) admite que o território em rede não perde sua característica zonal ou em área na medida em que ele corresponde à área de influência de um poder organizado em rede. Esta influência é exercida através da articulação de vários pontos ou *nós* que são tecidos pelos personagens envolvidos na trama.

Quando Villela (1995) defendeu que não se poderia confundir o território com a zona de frequentação e nem tampouco com os pontos de apoio era porque no momento da sua produção o conceito de território estava começando a ser tomado como objeto de novas reflexões por parte dos geógrafos. Tanto é que data do mesmo ano a publicação do clássico texto *O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*, escrito pelo pesquisador Marcelo Lopes de Souza, que provavelmente não foi lido pelo antropólogo já que não consta nas referências disponíveis em sua dissertação. Contudo, Villela usou e conhecia muito bem a dupla Deleuze e Guattari, os mesmos que serviram como base para a tese da multiterritorialidade lançada por Rogério Haesbaert da Costa no livro *O mito da*

*desterritorialização*, muitas vezes citado aqui. Por isso, reforço que não tenho pretensões de refutar Villela, mas atualizar os conceitos sob a luz de novas abordagens conceituais.

Após tentar brevemente oferecer uma definição de rede e seu aspecto imprescindível para compreender o território, chego ao ponto que mais interessa: como as redes foram constituídas por Lampião? Remetendo mais uma vez à imagem do viajante que necessita de uma rede de pessoas que lhe ajudem com o novo idioma, seria adequado perguntar do que necessita um grupo de cangaceiros para sobreviver?

Como todo ser humano, o cangaceiro necessita de alimento e medicamento para resolver os problemas biológicos do corpo. No que diz respeito às práticas medicinais<sup>102</sup>, muitos dos medicamentos eram extraídos da própria vegetação, mobilizando o conhecimento popular e local ou, em caso de ferimentos e problemas mais graves, poderiam recorrer a ajuda de um profissional com formação em medicina intermediado pela influência de algum protetor. Porém, não era qualquer cangaceiro que poderia gozar desse tipo de assistência, apenas chefes de bando (como Lampião) usufruíram desse privilégio. Já os alimentos e bebidas os cangaceiros poderiam consegui-los nos diversos tipos de saques e, com mais tempo e sob menos perseguição, podiam arrancar-se numa fazenda e pedir que os proprietários ou moradores preparassem uma refeição. Dependendo das circunstâncias ali vivenciadas, Lampião pagava pela comida e, logo após, partia em retirada com seu bando. É possível que essas passagens (casuais ou não) funcionassem como um mecanismo pelo qual o cangaceiro usava para estabelecer algum tipo de relação. Seria capaz que as palavras de agradecimento pela comida tornassem-se um até breve. Sem má-consciência, esses acontecimentos circunstanciais podem ter empurrado muitos sertanejos para uma aliança com o cangaço.

Havia também uma preocupação com a renovação ou conserto no fardamento, já que a natureza fechada e espinhosa da caatinga deveria ser sempre superada nos momentos de repressão e fuga. Escalar serrotes fechados cobrava além do vigor físico, trajes resistentes. O tecido para a feitoria do fardamento poderia ser obtido nas vilas ou cidades em ocasiões de visita dos próprios grupos, em momentos de maior tranquilidade, ou através de coiteiros que na maioria das vezes eram vaqueiros conhecedores das feiras da região. Esse vaqueiro poderia estar ou não vinculado a um potentado local de grande influência política e econômica. Segundo

---

<sup>102</sup> Sobre as práticas medicinais no cangaço, ver: ALMEIDA, Isnaia Firmina. Lampião: a medicina e o cangaço. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 11, p. 112-130. 2006; ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa de; FERNANDES, Leandro Cardoso de. **Lampião, a medicina e o cangaço**. São Paulo: Traço. 2005; OLIVEIRA, Aglaê. **Lampião, cangaço e Nordeste**. Recife: O Cruzeiro. 1982; OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Artes de curar e modos de viver na geografia do cangaço. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2011, p. 745-755.

Mello (2015), o vestuário era confeccionado muitas vezes pelos próprios cangaceiros, sobretudo Lampião e Zé Sereno, conhecedores do trato com o couro e, após 1930 com a entrada de mulheres nos bandos, elas assumiram a função de costureiras. Fabricavam roupas e embornais, os quais passaram a ser mais decorados e ornamentados. Atividade que foi tomada por Mello (2015) como objeto de reflexão sobre o que ele denominou de *Estética do Cangaço*.<sup>103</sup>

Mas os cangaceiros necessitavam antes de mais de nada de armas e munições. Afinal, como seria possível reabastecer e seguir com a *máquina de guerra nômade* sem material bélico? Esses instrumentos militares só poderiam ser obtidos pelo auxílio de pessoas influentes, já que eram poucos os objetos desse tipo tomados em saques ou em combates com as forças volantes. Muito provavelmente não eram suficientes. Sem falar que em períodos de maior atividade os cangaceiros usavam muita munição para segurar o *fogo*, sendo a retirada do confronto uma estratégia não apenas de fuga espacial, mas também para não gastar demasiadamente material de guerra, pois a qualquer momento outro encontro com a polícia poderia acontecer. Quanto mais tempo no campo de batalha, mais armas e munições seriam necessárias. Vale ressaltar que não são poucas as afirmações de que Lampião estabeleceu com alguns policiais um comércio:

[...] Tanto os soldados como os oficiais eram, muitas vezes, venais, e eram, frequentemente, a principal fonte de abastecimento de munição de Lampião. Depois de vender para seus agentes, voltavam às bases dizendo que tinham sido gastas em combate. Muitas volantes simplesmente evitavam qualquer contato com Lampião, e só lutavam quando eram absolutamente forçadas (CHANDLER, 1981, p. 58).

Segundo Villela (1995), esse comércio foi facilitado em grande medida pela incontrolável saída e entrada de cartucho, ao menos no que diz respeito às análises do autor sobre a polícia baiana:

[...] em 1929, no boletim de 25/07, o comandante do destacamento de Campo Formoso, o segundo tenente José Martins de Oliveira pede que se descarregue de sua responsabilidade 350 cartuchos de guerra sistema Mauser, tomados pelo grupo de Lampião, ‘após haver assassinado o cabo d’esq. Antonio Militão da Silva e soldados Leocadio Francisco da Silva, Cecilio Benedito da Silva, Manoel Luiz de Francá e Pedro de Sant’Anna, dos quaes levaram todo

---

<sup>103</sup> Ver: MELLO, Frederico Pernambuco de. **Estrelas de couro**: a estética do cangaço. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2015; \_\_\_\_\_. **Estrelas de couro**: a estética do cangaço. [01.10.2010]. São Paulo: Programa do Jô. Entrevista concedida a Jô Soares. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8eZoRfK-Los>>. Acessada em: 22/06/2018; \_\_\_\_\_. **Estrelas de couro**: a estética do cangaço. [06.06.2012] São Paulo: Programa Provoações. Entrevista concedida a Antônio Abujamra. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Yb5SluHyIqk>>. Acessada em: 22/06/2018.

armamento e munição e outros artigos pertencentes ao Estado, que estavam distribuídos às praças assassinadas.’ Histórias como esta poderiam ser verdadeiras, mas poderiam não ser. A morte de soldados poderia ser um interessante meio para desviar armamento, inclusive para Lampião. Tendo em vista os saques e as somas cobradas por Lampião, os salários dos policiais eram apenas esmolas (VILLELA, 1995, p. 130).

Para além desse comércio foi constatado que na maioria das vezes os cangaceiros apareciam com armas mais atuais e sofisticadas do que as forças volantes. Esse fato pode evidenciar que a aquisição desse material chegava através de outros meios, de outros sujeitos. Pessoas que tinham tanta influência que se antecipavam até mesmo ao braço armado do Estado e gozavam do acesso à mais alta tecnologia militar disponível na época. Se relacionar com essas pessoas significava partilhar dessa sofisticação que proporcionava aos cangaceiros mais vantagens frente a forças volantes no campo de batalha.

O vaqueiro que a mando do cangaceiro passava na feira para comprar cortes de tecido, couro, rapadura, farinha, bebidas etc., ou um simples morador de uma fazenda, que servia como ponto de parada (circunstancial ou não) dos cangaceiros para conseguirem uma refeição, não podem ser entendidos no mesmo grau dos protetores que negociavam armas com os bandoleiros. Não significa que os dois primeiros não tivessem importância, muito pelo contrário, pois os mesmos atendiam com seus serviços as necessidades básicas e biológicas essenciais para a vida humana. Como seria possível a vida no cangaço sem a energia provida do carboidrato oferecido pela rapadura e a farinha? Só mesmo quem renega a dimensão corporal dos sujeitos históricos pode desprezar esses fatores. Sendo errôneo defender que as redes de Lampião estavam restritas apenas àqueles protetores de maior influência política e econômica. Assim como os territórios produzidos por este cangaceiro foram múltiplos, a diversidade social das suas redes também foram.

Além do mais, no capítulo anterior reafirmei as ideias dos autores que definiram a sociedade sertaneja no tempo do cangaço como sendo um povo em armas, devido ao municionamento da população, o que poderia ampliar e diversificar mais ainda os pontos de abastecimento bélico de Lampião. Contudo, não creio que um vaqueiro ou algum sertanejo camponês pudessem oferecer um arsenal sofisticado e cronologicamente superior aos das polícias, como os usados por diversos chefes de bando. Um exemplo pode ser encontrado na famosa fotografia tirada em 1924 do cangaceiro paraibano Chico Pereira, na qual posa para foto armado de uma pistola *Parabelum* de “artilharia” e um rifle Marlin. Este último, apesar da fabricação datar de fins do século XIX, seu uso e posse era raro e incomum naquela região.

Somente o filho de um proprietário e coronel da guarda nacional teria condições para conseguir e portar um rifle Marlin.

A diferença era que no caso de Lampião suas armas não tinham procedências familiares, mas eram adquiridas na relação com seus influentes agenciadores.<sup>104</sup> Caso que é esclarecido na entrevista concebida por Elias Marques Alencar, que na época do cangaço fez parte da força volante alagoana, ao pesquisador Paulo Gastão, e disponibilizada pelo estudioso e produtor de vídeos Aderbal Nogueira, em seu canal no Youtube, através do documentário intitulado: *80 Anos Angico*.<sup>105</sup> Ao ser perguntado como chegavam as armas e munições nas mãos dos cangaceiros, o ex-volante respondeu:

Agora aí, eu não sei lhe dizer, que era gente grande, não era gente pequena que fazia esse serviço, não. Era, era, ser uma pessoa que tinha uma munição e arma. Era, só podia ser uma pessoa de importância, o senhor sabe disso. Não era gente pequena não. Gente pequena não tem fuzil, não tem mosquetão, não tem arma. Não tem, esse não tem, eu sei que não tem. Agora o que dava, o que fazia isso, não dizia a ninguém. Pegava o bolo de dinheiro que Lampião dava, pronto, e ficava. A questão é essa. Sei que o negócio é que ele tinha, e bala nova, mais nova que a nossa. Nós tinha bala e ele tinha, as balas era mais nova que a da gente. 32, ele tinha bala 32<sup>106</sup> e nós não tinha. Pois tinha bala nova, nova, que nós pegamos as balas dele tudo nova, 32 e nós, bala véia, aquelas bala véia enferrujada e ele tudo bala 32, tudo bala nova. Aí tinha coisa pesada. Aí não é cabra mangarefe que vai dar não. Só da gente de importância. E vinha de longe. Agora ninguém sabe quem é que dava. Se falasse, ele matava também, né?<sup>107</sup>

Apesar do ex-volante ter sido enfático ao dizer que pessoas comuns não possuíam armas, o que pode ser verdade ou não, estou mais inclinado para acreditar que possuíam, mesmo a posse de uma arma menos sofisticada e para uso individual em caso de alguma necessidade. Basta recordar as inúmeras brigas familiares naquele contexto que proporcionava a utilização de algum tipo de arma na crença que sua posse oferecia uma certa proteção. Já que a polícia

<sup>104</sup> O que não significa que Chico Pereira não tivesse relação de reciprocidade com protetores influentes para aquisição de material de guerra. É só lembrar que seu principal agenciador era irmão de João Suassuna, governador da Paraíba entre os anos de 1924-1928.

<sup>105</sup> Trata-se de um documentário que apresenta a compilação de relatos de ex-cangaceiros e ex-volantes que estavam presentes na Grota de Angico, localizada no estado de Sergipe, no amanhecer chuvoso do dia 28 de julho de 1938, data da morte de Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros, além do soldado Adrião Pedro de Souza, única perca da força volante alagoana naquele dia. Recentemente, surgiu um movimento por parte de alguns escritores em torno da memória do soldado Adrião, ao ser erguida uma cruz em sua homenagem em abril de 2012, na Grota de Angico, que até então contava apenas com as cruzeiras em lembrança de Lampião e Maria Bonita. Esse local foi e ainda continua sendo objeto de combates entre memórias, no dizer de Sá (2011). Para saber mais, ler: Sá, Antônio Fernando de Araújo. **O cangaço no combate das memórias**. Recife: EdUFPE, 2011.

<sup>106</sup> Refere-se ao ano de 1932, ou seja, Lampião estava usando munição fabricada no ano de 1932.

<sup>107</sup> Ver em: 80 Anos Angico. Aderbal Nogueira. **Youtube**. 24 de nov de 2018. 1h2min26s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fXGYBWxIBKc>>. Acessado em: 19/12/2018.

além de não garantir a segurança da população, agia muitas vezes de forma mais violenta com os sertanejos do que os cangaceiros. A metodologia preferida pelas forças volantes na obtenção de informações dos sertanejos sobre os bandoleiros consistia na invasão de casas e no espancamento de homens e mulheres. Acoitar um cangaceiro era tão perigoso quanto traí-lo. É o que mostra a notícia intitulada *Barbaridades da Polícia no Sertão*, publicada pelo jornal *A Província*, no dia 26 de junho de 1921:

A população de Mariana está deveras alarmada e premiada numa dupla contingência: de sofrer o ataque do bando de Antonio Porcino, que ronda as vizinhanças e zomba da polícia, e suportar a devastação homicida das polícias chefiadas pelo capitão Theophanes, ainda mais perigoso e temível que os adversários. Diversas famílias daquele infeliz povoado, sem garantias da menor espécie, procuram Buíque e outras, miseráveis lavradores, – buscam a caatinga para escapar à fúria das feras humanas (A PROVÍNCIA, 26 de junho de 1921).

A guerra entre cangaceiros e forças volantes aprofundou o sofrimento do povo mais humilde daqueles sertões. Quando violentados por algum cangaceiro o destino provável era o ingresso nas forças policiais para buscar vingança e proteção. Se o caso de violência fosse invertido, o caminho seria engrossar a fileira do cangaço. Criando um mecanismo vicioso de reprodução do que Barros (2007) nomeou de *guerra sertaneja*. A vida de Clementino José Furtado, mais conhecido como Quelé, ilustra bem essa questão.<sup>108</sup> Pernambucano, morador do sítio Santa Luzia, nas proximidades de Santa Cruz da Baixa Verde, pertencente ao município de Triunfo, se envolveu em um conflito com chefes políticos locais que solicitaram sua prisão na justiça. Imediatamente foi atacado por uma força policial a mando de seus adversários. Conseguindo escapar da repressão, em seguida, se incorporou ao bando de Lampião no ano de 1922 com o objetivo de se proteger dos seus perseguidores. No cangaço, entrou em atrito com membros do grupo e, logo após, buscou se incorporar à força volante através de contato com políticos. Primeiramente de Triunfo, Pernambuco, e depois de Princesa Isabel, na Paraíba. O objetivo agora era se proteger dos cangaceiros.

O ex-cangaceiro estava certo, pois Lampião não perdoaria a traição. Em janeiro de 1924 o cangaceiro empreendeu pelo menos duas tentativas de vingança ao invadir a fazenda Santa Cruz, com o objetivo de matar Quelé e seus familiares. Evento que foi noticiado pelo *Jornal Pequeno*, no dia 10 de janeiro de 1924, com o título *Encontro de cangaceiros Tiroteio e Mortes*:

---

<sup>108</sup> Para mais informações consultar: VILLELA, J. L. M. Clementino Quelé. Banditismo Rural e Administração da Segurança no Brasil da Primeira República. *Ruris*, Campinas, v. 9, p. 63-89, 2015.

Pessoa chegada do interior do estado relatou-nos graves acontecimentos que teriam ocorrido na madrugada de segunda-feira última, nas proximidades do município de Triunfo. Trata-se do encontro dos grupos de cangaceiros chefiados por Clementino e Lampeão, que são inimigos acérrimos. Os dois grupos teriam se encontrado no lugarejo Santa Cruz, duas léguas de Triunfo, havendo cerrado tiroteio de parte a parte. Segundo soube ainda nosso informante, foram mortos três cangaceiros do grupo de Clementino (JORNAL PEQUENO, 10 de janeiro de 1924).

Apesar da matéria trazer Quelé como cangaceiro sob o comando de um bando independente e rival frente a Lampião, a historiografia é enfática ao afirmar que o mesmo, neste período, já não fazia mais parte do cangaço. A história desse personagem reforça também o caráter relacional dos lugares de sujeito, que venho defendendo ao longo deste trabalho. Dependendo dos interesses e conflitos envolvidos, os sujeitos iam se deslocando e ocupando distintos lugares de sujeito, o que coloca em xeque quem pensa o sujeito de maneira essencialista e estática. De um lado cangaceiro, de outro, volante. Mas, como foi visto, o cangaceiro de outrora poderia torna-se o volante de amanhã. O protetor de antes viria a ser um ferrenho inimigo. Um militar com passagem nas forças armadas da nação, como José Leite de Santana, se transformaria no famoso cangaceiro Jararaca. Esses fatos às vezes perturbam os pesquisadores, pois fogem da concepção interpretativa daquela sociedade como sendo estática e com identidades imóveis.

Remetendo outra vez para a declaração do ex-volante sobre os fornecedores de armas e munições: “Pegava o bolo de dinheiro que Lampião dava, pronto, e ficava”. Essa afirmação é fundamental para compreender como este cangaceiro produzia e alimentava suas redes com protetores influentes.<sup>109</sup> Negociar com o bandido que se tornava a cada ano o mais famoso do país parecia ser uma atividade lucrativa e vantajosa, pois Lampião fazia questão de pagar muito bem quando se propunha a negociar, ou melhor, ele precisava negociar para sobreviver com seu *status* dentro do cangaço e, por consequência, dentro das relações de poder disponíveis. Ele sabia que para receber teria que oferecer muito mais em troca.

Essa dimensão pode ser observada em trechos da entrevista concebida no ano de 1926, durante sua visita à cidade cearense de Juazeiro do Norte, ao médico Octacílio Macêdo, quando Lampião ao ser perguntado se estava rico, respondeu: “Tudo quanto tenho adquirido na minha vida de bandoleiro mal tem chegado para as vultuosas despesas do meu pessoal – aquisição de armas [...]”.<sup>110</sup> O cangaceiro também admitiu ter encontrado naquela vida de armas uma

<sup>109</sup> Toda pesquisa requer um recorte e, portanto, serão trabalhadas apenas as relações com coiteiros que exerciam influências políticas ou econômicas dentro da sociedade estudada.

<sup>110</sup> Publicada no Jornal *O Ceará* em 17 março no ano de 1926. Disponível também nos anexos do trabalho de: DUTRA, Wescley Rodrigues. **Nas Trilhas do “Rei do Cangaço” e de suas Representações...** op. cit.

profissão muito rentável ao justificar que não pretendia deixar aquela vida, pois: “[...] vou me dando bem com este ‘negócio’, ainda não pensei em abandoná-lo”. Em seguida, foi perguntado qual profissão adotaria após uma eventual saída do cangaço. Respondendo categoricamente: “Talvez a de negociante”.<sup>111</sup> Lampião sem dúvidas foi um bandido exímio no exercício do que poderíamos nomear de uma micropolítica, um habilidoso negociador e negociante, capaz de criar inúmeras redes de proteção. Entendendo essas redes pela perspectiva relacional, pode-se dizer que o comércio no cangaço envolvia mais do que dinheiro e mercadorias, tanto o cangaceiro quanto seus agenciadores se beneficiavam de um comércio de poder e prestígio. Enquanto o pacto de aliança estivesse valendo, os compromissos eram recíprocos.

Lampião tinha consciência do poder destrutivo da sua *máquina de guerra nômade*, assim como os seus aliados e adversários. Se opor a ela significava conviver com o medo constante de uma possível invasão de casas e propriedades, que geralmente vinha acompanhada de perdas materiais ou humanas. Por outro lado, Lampião aprendeu com o seu último comandante, Sinhô Pereira, que os “poderosos” não eram necessariamente inimigos, pelo contrário, eram eles que poderiam oferecer condições para a manutenção da vida em armas como também proporcionar coito em lugares que a polícia não estava autorizada a entrar.

Levando em consideração que o poder do Estado passava pelas mãos dos coronéis e que estes se ligavam a Lampião, não é exagero imaginar que a influência exercida pelo cangaceiro, através dessas redes, chegasse até a malha que reproduzia os jogos políticos dos governantes. Ou seja, até que ponto o bandido participou das tramas que alimentavam um modelo de Estado que o perseguia. Quantas eleições foram decididas pela força do cangaceiro, que aliado (o que é diferente de submisso) a um chefe político, perseguia membros do grupo rival? Certamente muitas. Portanto, Lampião esteve diretamente atrelado aos mecanismos de reprodução do sistema que ora combatia ora alimentava. Complexidade que dificultou e continua dificultando os ambiciosos planos dos pesquisadores em de alguma forma capturar pela escrita a pisada deste personagem.

Na historiografia do tema pode-se encontrar narrativas que apontam desde um caráter carismático de Lampião (como atributo para fazer alianças) até as que enxergam uma certa predisposição e uma boa dose de atração da população pela figura do bandido. Seja pelo ódio às autoridades ou pela reprodução de valores sociais como a vingança que eram reforçados pelos cangaceiros para justificarem uma vida errante. Dentro de uma sociedade forjada por uma identidade masculina, o ato de vingar-se era admirado e saudado pelos homens comuns, pois

---

<sup>111</sup> Os trechos citados apresentavam numerosos termos regionais, os quais foram traduzidos e atualizados para a linguagem de hoje.

reafirmava códigos estabelecidos socialmente. O cangaceiro não era visto como um bandido comum, mas como um sujeito *macho*, corajoso e decidido em viver sob o regime das armas para desfazer as afrontas outrora recebidas. Por essa razão Lampião não aceitava ser chamado de ladrão, uma vez que apenas solicitava ajuda aos seus *amigos*: “Ultimamente alguns comerciantes têm recebido cartas dos bandoleiros, mandando pedir dinheiro, fazendas e munições, tendo sido em parte atendido” (JORNAL DO RECIFE, 13 de abril de 1924). Mas se esses *amigos*, ao invés de atenderem aos pedidos, decidissem denunciá-lo, teriam que pagar dobrado ou com a morte, como foi o caso de Pacífico Lopes, proprietário da fazenda Umburanas, nas proximidades de Custódia, Pernambuco:

Trata-se, no caso, do assassínio do senhor Pacífico Lopes, fazendeiro abastado, pai de numerosa família, residente no município de Alagoa de Baixo [atual Sertânia, Pernambuco], neste estado. Homem trabalhador há muito vinha o senhor Pacífico Lopes auxiliando as forças da polícia que anda na batida do famoso bandoleiro. Muito ao contrário dos que acoitam e protegem os malfeitores, a nova vítima de Lampeão procurava auxiliar e prestigiar a ação da autoridade no combate ao cangaceirismo. Este procedimento custou-lhe a vida, trás anteontem, no povoado de Custódia, do referido município de Alagoa de Baixo (JORNAL DO RECIFE, 27 de maio de 1925).

Seria igualmente equivocado reduzir tudo à ordem econômica. Ou seja, do compromisso de retribuir o pagamento. Devolver montarias emprestadas, pagar por animais abatidos para refeição, pagar bem pelos serviços prestados e gastar muito nas cidades e vilas era fundamental para a manutenção do *status* de Lampião. Mas como bem ressaltou Villela (1995), deve-se considerar o serviço prestado sob a ótica do poder diante de uma psicologia acostumada a rígidas relações de subserviência. Em outras palavras, a questão do poder vista em sua nudez: sentença de morte por um lado, esperança de dias melhores por outro. Lampião oferecia essas duas possibilidades aos seus protetores. Possibilidade de uma vida melhor nos aspectos da segurança, economia e na integridade familiar e material.

O sentimento de medo que Lampião despertava fazia os protetores protegerem, os informantes informarem e seus aliados pensarem duas vezes antes de traí-lo. O poder exercido por e através do terror que sua *máquina de guerra nômade* emanava. Sentimento abundantemente materializado nos documentos de época, como essa possível carta enviada a um comerciante: “[...] concebida em termos ameaçadores, pois dizia que, se não fosse atendido na importância pedida (500\$00 - quinhentos mil reis) o prejuízo seria maior” (JORNAL DO RECIFE, 7 de junho de 1925). O coiteiro não ajudava Lampião porque ele desafiava determinada autoridade ou simplesmente esperando um retorno. Creio que o medo era um fator

importante. Mas um medo que atrai, que é capaz de conviver lado a lado com alguém que pode lhe matar por simples desejo ou por uma informação desencontrada. Um sentimento, que ao ser racionalizado pelo sujeito, poderia ser invertido, pois aquele que o apavora também pode ter medo de perder seus serviços. O medo não pode ser apenas repulsivo, mas construtor de redes interessadas. De tal modo que se a reciprocidade não for rompida, o medo pode ser convertido em consideração e respeito, para enfim gozar da proteção de Lampião, desfrutando com ele e compartilhando do seu poder diante dos adversários.

Após esse esforço de elaborar respostas para as perguntas lançadas no início do capítulo, penso que já posso partir para outras questões: como Lampião fez e desfez redes na Paraíba, no Cariri cearense e nos sertões de Pernambuco? Quais os envolvidos? Quais os interesses? Antes de começar, deixo claro que não tenho pretensões de englobar todas as ações do cangaceiro e seus protetores, mas, apenas, os fatos mais destacados e disponibilizados pelas fontes.

### *3.1.1 Fazendo e desfazendo redes na Paraíba*

Nos capítulos passados foi destacado a importância de Sinhô Pereira frente a Lampião, no que diz respeito a introdução deste dentro de uma rede de chefes influentes e que estavam ligados ao mestre tecelão. Naquele momento, o aprendiz de cangaceiro começava a se familiarizar com essas redes:

Não foi só experiência no campo de batalha que Lampião aprendeu com Sebastião Pereira. Aprendeu também como se comporta um bandido profissional, principalmente em seu relacionamento com as comunidades maiores. Foi apresentado a todos os parentes, amigos e protetores de Pereira, alguns dos quais lhe prestariam muitos favores no futuro. Deve-se levar em conta que a família de Sebastião Pereira era uma das que tinha mais prestígio nos sertões de Pernambuco; valia a pena conhecê-la, e também, seus amigos. É bem provável que o imaturo bandido tenha também aprendido que as autoridades, incluindo a polícia, nem sempre devem ser consideradas como inimigos implacáveis. Podiam, também, em certas ocasiões, ser subornadas (CHANDLER, 1981, p. 51).

Na Paraíba, sob o comando de Sinhô Pereira, Lampião conheceu o chefe político Jaime Ramalho, em julho de 1921. Mas foi com a família Pereira Diniz que as relações foram mais estreitas e levadas adiante mesmo após Sinhô Pereira ter deixado o cangaço. Ao acompanhar as notícias jornalísticas sobre Lampião durante o ano de 1923, é possível percebê-lo transitando sempre pela divisa entre Pernambuco e Paraíba. Ou melhor, atuando no primeiro estado e

fugindo em direção ao segundo. Antes de tudo, é bom lembrar que Lampião não frequentou todo o estado paraibano, mas um recorte espacial específico, e essa frequência só foi possível através de sua relação com potentados locais.

O recorte compreende os municípios de Triunfo e Vila Bela, do lado pernambucano, e a comarca de Princesa Isabel, do lado paraibano. Lampião se instalou nessa área na segunda metade do ano de 1923, para uma estadia de diversos meses. Região limítrofe e situada em uma zona montanhosa, que além dos agenciamentos com a rede de poderosos locais oferecia ao cangaceiro linhas de fuga pelos serrotes fechados e de difícil acesso. Com protetores em ambos os municípios, sua atividade estava muito bem assegurada, pois a polícia era comandada pelos seus agenciadores e o cangaceiro se beneficiava da posição geográfica que limitava a jurisdição dos dois estados. Nesse período, a polícia pernambucana teria que solicitar a sua entrada em solo paraibano e vice e versa. Por esta razão, viver no limiar foi tão importante para Lampião. A fronteira que representa, neste caso, o limite de macroterritórios, como espaço marcado pelo choque entre os poderes estaduais, possibilitou a produção de microterritórios tecidos pelo cangaceiro e seus protetores.

Segundo Chandler (1981), essa escolha espacial se deu, como de costume, por Lampião dispor ali de um antigo aliado, visto que essa região era comandada pelo influente Coronel Marçal Florentino Diniz, latifundiário proprietário da extensa fazenda Abóboras, situada a poucos quilômetros da divisa com a Paraíba, mas pertencente ao município de Vila Bela. Um homem bem adestrado na arte de proteger e manter relações com cangaceiros. Gozava também de fortes relações políticas; o mais poderoso chefe político dos sertões da Paraíba, José Pereira Lima, era seu genro. Zé Pereira, como era chamado, não só dominava a comarca de Princesa Isabel, mas sua influência se estendia por uma vasta área da Paraíba e de Pernambuco. É possível que Lampião conhecesse esses dois potentados desde o tempo que fazia parte do bando de Sinhô Pereira e não seriam por coincidência os novos encontros. Em conversas com o escritor Nertan Macêdo no ano de 1975, Sinhô Pereira relembra de Zé Pereira como sendo um dos seus parentes mais ilustres.<sup>112</sup>

Costurando relações como estas, Lampião montou um território em rede nesse recorte geográfico específico, a ponto de entrar em Princesa Isabel e caminhar livremente pelos bares. Alguns soldados alojados na cidade ficaram irritados com a tolerância para com os bandidos, mas não podiam fazer muita coisa. É bem *verdade* que a relação de Lampião com Zé Pereira não era tão aberta e evidente como com outros protetores. Dado que pode ser explicado

---

<sup>112</sup> MACÊDO, Nertan. **Sinhô Pereira, o comandante de Lampião**. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975, p. 21.

sobretudo no fato de que Zé Pereira era uma figura pública e sua ligação com Lampião poderia comprometer os seus interesses na política paraibana. Os jornais da época se calavam diante da situação, pois como se tratava de um sujeito que ocupava postos no Estado e que tinha um exército de jagunços a seu serviço, denunciá-lo custaria muito caro. Diante do contexto, o caminho mais fácil era se aliar e permanecer no silêncio.

Defendi, em outros momentos deste trabalho, que Lampião não se restringiu de nenhuma forma às mesmas relações traçadas no passado pelo seu último comandante. E talvez o fato novo, ou seja, protetores diferentes, tenham sido Marcolino Pereira Diniz (filho do Coronel Marçal Florentino Diniz), morador do povoado de Patos de Princesa (que na época pertencia ao município de Princesa Isabel), e o Major Floro, proprietário de um casarão ao pé da Serra do Pau Ferrado, outro ponto estratégico para esconderijo e fuga dos cangaceiros. O Major Floro era tio e sogro de Marcolino Pereira Diniz. Foi com este último que o bandoleiro costurou uma sólida relação: “Dos dois camaradas – pois Marcolino e Lampião se tornaram bons amigos – há quem acredite que o primeiro era mais perverso” (CHANDLER, 1981, p. 61):

Durante um baile, numa pequena cidade serrana, no dia 30 de dezembro de 1923, Marcolino começou a discutir com o juiz do distrito sobre um pretenso insulto. Marcolino matou a tiro o magistrado, no meio da rua, e, conseqüentemente, foi levado preso para a cadeia. Mas não ficou lá muito tempo. Lampião, acompanhado de uns oitenta cangaceiros, apareceu nos arredores da cidade, exigindo sua soltura. As autoridades imediatamente atenderam seu pedido, tal era a fraqueza da justiça no sertão (CHANDLER, 1981, p. 61-62).

Além da proteção, a reciprocidade vinha até na assistência médica especializada, serviço raro e para poucos. Quando no início de 1924, após um ataque surpresa das forças pernambucanas, Lampião foi gravemente baleado ficando entre a vida e a morte, o socorro veio do amigo que enviou seu guarda-costas, Sabino Gomes sob o comando de aproximadamente 60 homens, que levaram o ferido para Patos de Princesa, local onde foi tratado por dois médicos, sendo um deles, familiar de Marcolino.

A relação também poderia servir como reforço para o bando, pois foi a partir dela que Lampião ganharia em suas fileiras um novo cangaceiro, Sabino Gomes, o Sabino das Abóboras, indicado pelo próprio Lampião (na já citada entrevista de 1926) como um dos dois possíveis sucessores em caso de insucesso (hipotético) em futuros combates com a polícia. O primeiro seria seu irmão, Antônio Ferreira, que junto com Sabino formavam o *estado maior* do grupo. *Status* que não veio apenas pela valentia e fidelidade, mas pela condição social, já que além de homem forte do prestigioso protetor Marcolino Diniz, era, segundo Mello (2011), filho natural

do coronel Marçal Florentino Diniz com uma negra que trabalhava na cozinha de sua casa. Ou seja, Sabino Gomes seria meio-irmão de Marcolino. Tese que não pode ser descartada, frente ao volumoso número de casos dessas práticas na época, na qual os coronéis usavam (ou abusavam) de suas empregadas (em sua maioria negras) como objeto sexual e de fuga circunstancial do território do casamento. Outra questão interessante era que o *status* social do sujeito parece ter permanecido dentro da hierarquia dos grupos de cangaceiros. De acordo com Pericás (2010), os cangaceiros que compunham a média e baixa hierarquia de seus bandos eram os que vinham de classes mais pobres, os chamados popularmente de *cabras*, e no cangaço recebiam de seus chefes a designação de rapazes ou meninos. Os jovens bandoleiros, ao que parecia, gostavam desse tipo de tratamento, chegando a sentirem orgulho em fazer parte do grupo de um chefe prestigiado. Sabino não era um simples “cabra”, mas o braço direito de Marcolino e, portanto, no cangaço seu *status* não poderia ser diferente. Se Lampião passou a ser o capitão, Sabino seria o seu tenente.

Marcolino e Sabino conheciam o sertão paraibano, sobretudo a região que compreende as atuais cidades de Sousa e Cajazeiras, que por volta do ano de 1921 vivenciavam o projeto de açudagem, com a construção da barragem do açude de São Gonçalo e de Boqueirão, promovida pelo presidente da República, o paraibano Eptácio Pessoa, que permaneceu no poder de 1919 até 1922. Essa construção foi liderada pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) através do discurso de amenizar as fortes estiagens típicas do semiárido paraibano e com o objetivo (por parte das elites locais) de angariar recursos do governo federal justificando o combate à seca.<sup>113</sup>

Nesse momento, Marcolino, com sua influência, tornou-se um dos maiores comerciantes da cidade de Cajazeiras no começo do século XX, empregando seu irmão nas obras de açudagem e o transformando depois em seu guarda-costas pessoal. Acompanhado do patrão, o futuro cangaceiro conheceu personagens de destaque da comunidade cajazeirense. A estadia de ambos nesta cidade pode ser verificada em matéria publicada pelo *O Jornal*, do Rio de Janeiro: “Sabino, há treze anos passados, residia em Cajazeiras, em companhia do comerciante Marcolino Pereira Diniz, que nele depositava inteira confiança” (O JORNAL, 28 de outubro de 1926). Essa matéria foi escrita em decorrência do frustrado ataque do bando de Sabino Gomes (que já estava no cangaço desde 1924), ao centro comercial da citada cidade no dia 27 de setembro de 1926.

---

<sup>113</sup> Ferreira (1993) apontou o governo de Eptácio Pessoa marcado pelas práticas do que ela chamou de indústria da seca. Prática que persistiu ao tempo, e, com novas roupagens, continua em muitos municípios da Paraíba e de outros estados do Nordeste.

É obvio que Marcolino estava envolvido e interessado neste saque, uma vez que conhecia muito bem o potencial financeiro dos comerciantes de Cajazeiras. Mas é outro evento que interessa aqui. Trata-se do saque à cidade de Sousa, no dia 27 de julho de 1924, por parte dos cangaceiros do bando de Lampião.<sup>114</sup> Este estava em tratamento do ferimento que quase lhe custara a vida e sob os cuidados dos seus protetores na comarca de Princesa Isabel. Os conflitos pela liderança política e econômica na região de Sousa<sup>115</sup> haviam produzido mais um cangaceiro, seu nome era Francisco Pereira Dantas<sup>116</sup>, que em resposta ao assassinato político do pai, o bem-sucedido coronel João Pereira da Silva, no dia 11 de setembro de 1922, buscou se vingar dos seus adversários através da *máquina de guerra* do cangaço, já que os algozes do seu progenitor dominavam o aparelho judicial naquele momento.

Sob os interesses financeiros de Marcolino e, possivelmente, de Zé Pereira – aliados agora aos motivos políticos e familiares de Chico Pereira – o ataque a Sousa foi orquestrado. Oliveira (2009) apontou a participação incisiva dos Pereiras de Princesa Isabel na trama desse ataque, fornecendo homens e armas para facilitar o êxito dos cangaceiros. Em troca receberiam parte do arrecadado no saque. Para Sousa rumaram o bando de Lampião, comandado pelos irmãos Livino e Antônio e reforçado por Sabino Gomes e outros sujeitos que representaram uma extensão do braço dos Pereira Diniz no evento. E Lampião? Em resumo, reafirmou a relação de reciprocidade que reproduziam suas redes e autorizou a movimentação do seu grupo, sob a confiança dos dois irmãos.

O ponto de parada foi na fazenda Jacú, no distrito de Nazareth (atual município de Nazarezinho), ali se juntariam ao bando de Chico Pereira e partiriam para Sousa, que no amanhecer frio de domingo, do dia 27 de julho de 1924, foi presa fácil para os bandoleiros. Sem resistência policial, os cangaceiros conseguiram êxito em seus objetivos, menos Chico Pereira,

---

<sup>114</sup> Por motivos de saúde Lampião não participou do ataque à cidade de Sousa. No que diz respeito a tentativa de invasão a Cajazeiras, o cangaceiro também não esteve presente, desta feita por motivos outros. Muito provavelmente porque esta última cidade era de interesse restrito de Sabino Gomes e Marcolino. Dividir o arrecadado com dois é mais vantajoso do que com três.

<sup>115</sup> Na sede do poder municipal, em Sousa, a disputa era travada por dois grupos: *Urucubacas* e *Bacuraus*. Os *Urucubacas*, encabeçados pela tradicional família polo dos Gomes de Sá, na pessoa do patriarca José Gomes de Sá (nomeado prefeito entre os anos de 1904-1906) e de seu descendente, João Alvinho Gomes de Sá (prefeito entre 1915-1924). Esse grupo político contava ainda com as alianças das famílias satélites Pires de Sousa e dos Pereiras de Nazareth. No lado oposto, estavam os *Bacuraus*, liderados pela também tradicional família polo Mariz, encabeçada pelo Dr. Antônio Marques da Silva Mariz e seu filho, Dr. Otávio Mariz, que estavam ligados às famílias satélites Gonçalves (povoado de Lastro), representada pelo coronel Manoel Gonçalves de Abrantes; os Rochas (vila de São Gonçalo), na pessoa de João Ferreira Rocha e os Gadelhas (Sousa).

<sup>116</sup> Francisco Pereira Dantas nasceu por volta de 1900, na fazenda Jacú, no distrito de Nazareth (hoje município de Nazarezinho), pertencente à comarca de Sousa (Paraíba). Filho do casal formado pelo “Coronel” João Pereira da Silva e Maria Egilda Dantas, teve como irmãos Abdias Pereira, Aproniano Pereira e Abdon Pereira. E como irmãs, Angelina, Maria e Hosminda Pereira Dantas, contando também com uma “meia-irmã” por nome Vânia Secundina Dantas, filha da aliança anterior de Dona Maria Egilda, que era viúva quando se casou com o “Coronel” João Pereira da Silva (CARDOSO, 1996, p. 18-19).

pois seus adversários da família Mariz fugiram com antecedência da cidade. Segundo Oliveira (2009), após o saque, por volta das três horas da tarde do mesmo dia, com as notícias de que uma volante partiria da vizinha cidade de Cajazeiras, os cangaceiros requisitaram caminhões para sair de Sousa e voltaram para o ponto de encontro antes do ataque, à fazenda Jacú. Lá permaneceram escondidos pelos serrotes até se subdividirem em vários grupos, partindo em retirada na direção do estado de Pernambuco.

Esse evento foi prejudicial não apenas para Chico Pereira, mas também para Lampião, pois em Sousa, diferentemente das humildes vilas que seu bando costumava saquear, residiam famílias de prestígio. Até o juiz de direito da comarca, Arquimedes Souto Maior, foi acordado com a visita do cangaceiro Paizinho (que anos atrás havia sido condenado à prisão por esse mesmo juiz) que lhe arrastou, ainda de pijama, pela principal rua da cidade, impondo-lhe as piores humilhações e violências. Foi resgatado, horas depois, “cuja liberdade foi conseguida pela esposa do mesmo magistrado, mediante o pagamento de 1:700\$000 - um conto e setecentos mil réis” (O JORNAL, 15 de agosto de 1924). O acontecimento virou questão de Estado e o governador Sólton de Lucena passou a sofrer forte pressão por parte de seus aliados e da opinião pública:

Por estes dias será nomeada uma comissão judiciária, com o fim de apurar as responsabilidades dos acontecimentos. O Dr. Arquimedes Souto, juiz de direito de Souza, e que fora uma das vítimas dos cangaceiros, já voltou ao seu posto, tendo estado nesta capital, onde conferenciou com o presidente do estado, Dr. Sólton de Lucena, sobre o extermínio completo da horda assaltante (O JORNAL, 14 de agosto de 1924).

O ataque foi demasiadamente noticiado e explorado pela imprensa de outros estados, sobretudo de Pernambuco. A partir daí as frequentações na comarca de Princesa Isabel sofreram uma importante ruptura, isto é, os interesses de Lampião nesse território zonal ganharam outros significados com o saque de seu bando na cidade de Sousa. Roubar e violentar sertanejos sem posse não representava as mesmas consequências se essas ações recaíssem sobre famílias de prestígio econômico e político.

Esse ataque à cidade de Sousa foi um divisor de águas: o bando de Lampião que até então não sofria maiores perseguições devido a força dos seus agenciadores, passou a ser fortemente perseguido pelas forças do governo paraibano. Diante da situação, os Pereiras de Princesa Isabel aconselharam Lampião a deixar a região, visto que sua segurança não poderia mais ser garantida. Nesse momento, Zé Pereira assume outra posição neste jogo. De protetor passou a arrematar homens (com o patrocínio do Estado da Paraíba) para combater o bando de Lampião. Uma boa estratégia para continuar lucrando com a chamada indústria do cangaço

e, ao mesmo tempo, provar para os seus aliados políticos o seu comprometimento com a luta contra o banditismo. O que penso ter sido evidenciado por João Suassuna, aliado de Zé Pereira, (presidente de estado, sucessor de Sólton de Lucena), no ano de 1925, em mensagem governamental, apresentada à Assembleia Legislativa do estado, ao se referir às práticas adotadas em combate ao cangaceirismo:

E com o roubo de Sousa abriu-se uma série de incursões assolantes pelo nosso Estado, custando-nos vidas e haveres. O grupo sinistro não nos deu mais tréguas; era preciso não lhe dar quartel. Para batê-lo devidamente, fiz organizar diligências volantes com sede em Princesa, ao mando de chefes a prova de luta, e todos orientados pelo Cel. José Pereira Lima, que nessa áspera campanha vem prestando ao meu governo inestimáveis serviços, como o fizera ao dr. Sólton de Lucena. Foram, ao mesmo tempo, distribuídos por todas as localidades destacamentos mais fortes pelo número, bem municiados e armados a fuzil Mauser. Não encarei despesas nem sacrifícios [...] <sup>117</sup>.

Citação que permite lançar dúvidas sobre as narrativas que buscam defender Zé Pereira ao distanciá-lo dos acordos com bandoleiros. Se o coronel prestava serviços em combate ao banditismo desde o governo de Sólton de Lucena, por que nunca se opôs à territorialização de Lampião em sua comarca? Por que o cangaceiro, antes dos acontecimentos em Sousa, não atacava suas propriedades? As respostas que trouxeram como argumento o respeito que Zé Pereira tinha ao seu sogro, Marçal Florentino Diniz, não são suficientes. Significaria dizer que após o ataque de Sousa o respeito teria acabado, quando não há nenhuma evidência disso. Na época, dizer que um vaqueiro ou algum empregado de Zé Pereira se encontrou algumas vezes com Lampião não era o mesmo que denunciar o convívio com o próprio coronel, que ocupava um lugar de destaque e privilégio. Mas não seria seus homens uma extensão de seu corpo?

É só lembrar do depoimento do ex-volante Elias Marques, incisivo ao dizer que era “gente grande” que negociava com Lampião, mas não sabia exatamente quem. Pode ser que soubesse, mas mesmo muito tempo depois dos acontecimentos evitou citar nomes, pois o medo é um sentimento constante em nossas vidas. O medo tem o potencial de disciplinar a fala. Possivelmente o mesmo não aconteceria se a classe social do protetor fosse outra, afinal, os volantes eram acostumados a baterem nos sertanejos camponeses.

O próprio Lampião teria dito em entrevista (a mesma citada anteriormente) que havia prestando os mais vantajosos favores de sua profissão ao chefe político paraibano. O que também pode ter sido uma estratégia discursiva para denegrir a imagem de Zé Pereira,

<sup>117</sup> Documento disponível no site da Biblioteca Nacional Digital, na hemeroteca digital. Consultar em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873535&pasta=ano%20192&pesq=Jos%C3%A9%20Pereira%20Lima>>. Acessado em: 10/06/2019.

levando em consideração que naquele momento eram inimigos declarados. Já que a imprensa não comentava sobre essa relação, o cangaceiro fez questão de relatá-la. Fato foi que Princesa Isabel passou de base militar do cangaço, para base militar do Estado, sob comando do potentado local e financiado pelo governo e aliado político João Suassuna, que não poupou despesas para alimentar a chamada indústria de combate ao cangaço. Os jagunços de Zé Pereira, que configuram também uma máquina de guerra, agora estavam a serviço do Estado, visando angariar mais recursos e privilégios por meio do combate aos bandoleiros. Os deslocamentos de interesses entre os envolvidos na trama poderiam mudar a configuração espacial de um bando.

Por outro lado, como em qualquer relação de poder, Lampião vai resistir com sua *máquina de guerra nômade* queimando e destruindo algumas propriedades que pertenciam ao seu antigo aliado: “Paraíba, 27 – Um grupo de bandidos, chefiado pelo célebre Lampeão, cometeu depredações na fazenda do deputado José Pereira, situada na fronteira deste estado com Pernambuco” (O JORNAL, 28 de janeiro de 1925).

É provável que Lampião não tenha desfeito sua relação com Marcolino e seu pai, prova disso é que Sabino Gomes seguiu no bando e se tornaria um dos homens de destaque em suas fileiras e sua presença em Patos de Princesa ainda seria citada em algumas oportunidades: “À última hora foi visto Lampeão, com trinta homens bem armados e municados, em direção de Patos de Princesa [...]” (JORNAL DO RECIFE, 2 de junho de 1925). No entanto, a repressão por parte da força volante paraibana fez com que deixasse cada vez mais de frequentar aquela área, ou seja, perder a rede de protetores significou se desterritorializar não só no âmbito geográfico, mas também no âmbito familiar, se apartando de sua histórica relação com a família Pereira. Em decorrência do clima conflituoso, o cangaceiro perdeu o primeiro irmão a lhe acompanhar na sua trajetória no cangaço, Livino Ferreira, durante o mês de julho de 1925, na localidade chamada Baixa do Tenório, no município pernambucano de Flores, em combate com as forças da Paraíba e de Pernambuco.

João Suassuna, que protegeu durante anos o cangaceiro Chico Pereira, sintetizou (mesmo sem intenção) o que representava a rede para a sobrevivência desse tipo de banditismo: “O grupo sinistro não nos deu mais tréguas; era preciso não lhe dar quartel”. Nada melhor do que converter um espaço de apoio em espaço de repressão. Porém, apesar da ruptura dessa rede, Lampião voltou algumas vezes ao solo paraibano, como, por exemplo, no final do mês de abril de 1927, praticando assaltos em pequenos vilarejos situados na região noroeste do estado, entre os municípios de Cajazeiras e São José de Piranhas. Foram ataques rápidos, com o objetivo voltado para a prática de saques. Eventos que colocam em xeque o

discurso oficial de combate efetivo ao cangaço por parte do governo. Não há dúvidas que a perseguição ao bando tenha aumentado, assim como o reforço policial, entretanto, não se pode generalizar e achar que ocorreu em todo os sertões da Paraíba. A política de repressão esteve basicamente concentrada na comarca de Princesa Isabel, que se notabilizava por ter sido o ponto ou o *nó* mais denso na rede de proteção a Lampião e seu bando anos antes. Essa concentração militar em Princesa Isabel serviu muito mais aos interesses de Zé Pereira, que estava guarnecido e preparado para defender suas posses contra a resistência do cangaceiro, do que ao povo paraibano em geral, que em muitas ocasiões tiveram que pegar em armas e fazer o papel de policiais.

O segundo grande corpo policial mais próximo ao município de Cajazeiras ficava a mais de 170 quilômetros de distância, na cidade de Patos<sup>118</sup>, percurso que se fosse feito de automóvel demoraria quase 3 horas para ser concluído e, se fosse a pé (como de costume), levaria aproximadamente 34 horas de caminhada. Sobre essa guarnição em Patos, João Suassuna escreveu no mesmo relatório citado anteriormente: “[...] desdobrei a Força Policial num segundo corpo, que ficou aquartelado na cidade de Patos, ponto confluyente de transporte e equidistante de qualquer município a defender ou acudir, nas zonas do alto sertão”. No plano do discurso político e institucional se fazia necessário mobilizar tais narrativas, só que na prática a situação se mostrava diferente, uma vez que era impossível uma guarnição abranger uma vasta zona como esta.

O fato de Lampião ter atuado neste estado em outras oportunidades como as citadas não significa dizer que tenha habitado e utilizado o mesmo processo territorial. Ou seja, esses ataques rápidos não faziam parte de um território em rede com influentes protetores na Paraíba, como ocorrido durante todo o ano de 1923 e em boa parte de 1924, quando agenciado por membros da família Pereira Diniz. Desta feita, o processo de territorialização se deu pelos movimentos constantes, produzindo desreterritorializações através do nomadismo de sua *máquina de guerra*. O que não significa que este cangaceiro não estivesse mais operando em redes, muito pelo contrário, o mesmo esforço de resistir ao processo de perda de suas redes era mobilizado para a recriação de relações em outras bases.

Na ocasião dos ataques em solo paraibano no ano de 1927, o cangaceiro se encontrava bem instalado na Serra do Diamante, domínio do influente Coronel da zona do Cariri cearense, Isaías Arruda. O *nó* central em sua rede de proteção e alianças se deslocara de lugar. Logo, as ações destrutivas foram beneficiadas pela proximidade espacial das propriedades

---

<sup>118</sup> Estou me referindo à cidade paraibana de Patos. Não confundir com Patos de Princesa, que na época era apenas um pequeno vilarejo.

do novo protetor em relação às áreas atacadas no vizinho estado da Paraíba. E é justamente sobre as redes no Ceará que vou me deter a partir de agora.

### 3.1.2 Do Ministro da Justiça para Padim Ciço ver: tecendo redes e zonas no Cariri cearense

As primeiras notícias da presença do bandoleiro em solo cearense datam de fins de março de 1925, poucos dias depois do famoso confronto com as volantes de Pernambuco, Alagoas e Paraíba, em fevereiro do mesmo ano, na fazenda Serrote Preto, localizada na cidade de Paulo Afonso, atual Mata Grande, Alagoas: “Chegam alarmantes notícias do bando de Lampeão no estado do Ceará” (JORNAL DO RECIFE, 29 de março de 1925). O impacto dos acontecimentos em Serrote Preto foi grande, pois no evento tombaram, aproximadamente, dez soldados mortos, e outros feridos. Por parte dos cangaceiros, os documentos e a literatura indicam que o próprio Lampeão saiu ferido.<sup>119</sup> O deslocamento para o Cariri cearense possibilitou a vivência de um período de calma e a necessária rearticulação de suas redes de proteção, que o cangaceiro precisava para superar mais um momento conturbado.

Essa área do estado do Ceará se notabilizava pela proteção de cangaceiros desde o advento deste fenômeno, na segunda metade do século XIX. A maior evidência disso pode ser encontrada no documento que reuniu vários coronéis e chefes políticos da região, na então vila de Juazeiro do Padre Cícero (atual Juazeiro do Norte), no ano de 1911, para um pacto, pelo qual o primeiro artigo decidia: “Nenhum chefe protegerá criminosos do seu município nem dará apoio nem guarida aos dos municípios vizinhos, devendo pelo contrário ajudar a captura destes, de acordo com a moral e o direito”.<sup>120</sup> Um dos assinantes da ata foi José Inácio de Sousa, o Zé Inácio do Barro, já citado aqui como um dos maiores protetores e aliados de Sinhô Pereira e classificado pelo próprio Lampeão como o maior protetor de cangaceiros que conhecera e, na presença do qual sentia-se feliz, dada a validade e seriedade dos envolvidos naquele acordo.

Desde as andanças sob a chefia de Sinhô Pereira que Lampeão estabeleceu contatos no Cariri cearense, quando ali usavam a proteção de seus aliados para se esconder e se municiar. Todavia, foi preciso, diante da desterritorialização zonal sofrida em solo paraibano, expandir

<sup>119</sup> Em matéria publicada pelo jornal *Diário da Noite*, de Recife, no sábado do dia 28 de fevereiro de 1925, aponta os seguintes mortos e feridos: da força paraibana, o tenente Oliveira, os soldados Francisco de Oliveira, Ezequiel Custódio, Guilherme de Mello, Artur Dantas e Tito Virgulino Gouvea, ficando feridos o cabo Cipriano Melquiades e Manoel Alves, Ananias Caldeira, Manoel Vicente de Andrade, Paulino Neto, Manoel Severiano, Augusto Lima e Luiz Mello. Consta que a força pernambucana sofreu quatro baixas, ficando três feridos. Por parte dos cangaceiros foram quatro mortos, sendo feridos Lampeão e outros.

<sup>120</sup> Disponível nos anexos deste trabalho.

as redes, dar outros *nós* e se inserir em novas relações mais densas e constantes, reconstruindo um território zonal no Cariri cearense. Uma delas com o influente chefe político Antônio Joaquim de Santana, que também figurava como um dos assinantes do chamado pacto dos coronéis.

Antônio Joaquim de Santana, mais conhecido como coronel Santana, teve o título obtido nos quadros da Guarda Nacional, tornando-se, com ajuda do serviço de inúmeros cangaceiros, um dos homens mais influentes na política local e regional. Isso porque, de acordo com Neves (2009), o cangaço servia como força de repressão contra seus adversários políticos de Missão Velha, chegando até a depor, no ano de 1901, pela força das armas, o coronel Róseo Jamaru, da intendência de Missão Velha, município que o conhecido protetor de bandoleiros governou até 1916. Outra contradição do pacto dos coronéis assinado por esse personagem estava no conteúdo do artigo segundo, que dizia: “Nenhum chefe procurará depor outro chefe, seja qual for a hipótese”. Antônio Joaquim de Santana violava o pacto antes e de depois de ser selado. Ou talvez os acordos ali estabelecidos só estavam valendo contra seus rivais.

A negociação do coronel com cangaceiros remonta a atividades de Antônio Silvino, que ficou homiziado em suas propriedades entre os anos de 1901 ou 1902, datas contemporâneas à sua vitória pela força frente a seu adversário Róseo Jamaru. Quando Lampião chegou em terras cearenses, encontrou uma tradição de proteção de cangaceiros que se esforçou para retroalimentá-la com seus recíprocos serviços. Foi por meio da aliança com o coronel Santana que Lampião gozou de fartura e tranquilidade em uma de suas propriedades:

[...] quem estivesse homiziado na Serra do Mato estava garantido, até mesmo por sua posição geográfica, acantonada na escarpa da chapada do Araripe, entre Missão Velha e Barbalha, ainda hoje de difícil acesso. A Serra do Mato era realmente de posição estratégica para cangaceiro: vizinha do povoado de Gameleira de São Sebastião, vulgo ‘Gameleira do Pau’ e servida por uma das mais caudalosas fontes de águas límpidas do Cariri, a paradisíaca ‘Fonte da Pendência’ [...] A fonte servia para dessedentar grande parte do rebanho bovino que pastava em cima da chapada do Araripe, portanto, churrasco fácil para os cabras de Lampião, que ficavam alojados em um galpão do engenho de rapadura, enquanto seu chefe, Lampião, se hospedava na própria casa grande do sítio, onde o coronel Santana recebia os cangaceirófilos de toda a região circunjacente (NEVES, 2009, p. 82-83).

Além de comida e água em abundância, essa rede permitia ao cangaceiro operar em uma posição geograficamente privilegiada que facilitava tanto na parada para descanso, abastecimento bélico e biológico, quanto no movimento de fuga em uma eventual perseguição policial ou rompimento da aliança. Ou seja, a Serra do Mato, como todo território, estava

marcada por linhas de fugas. A relação com o coronel Antônio Joaquim aproximou Lampião de Júlio Pereira, que era casado com uma sobrinha do chefe político, e especializado na negociação de armas com o bandoleiro. Lampião pagava muito bem, pois sabia que a boa condução no comércio com Júlio Pereira também agradaria a Antônio Joaquim de Santana. Afinal, a posição de potentado local estava acompanhada de deveres, um deles dizia respeito ao retorno dado aos seus aliados e agregados familiares.

Tudo estava em família, inclusive a justiça, já que um dos filhos do coronel Santana, Juvêncio Joaquim de Santana, chegou a ser Secretário do Interior e Justiça do Ceará, entre os anos de 1924 a 1928, que por coincidência ou não (estou mais inclinado para a segunda opção), correspondeu à temporalidade do processo de territorialização de Lampião naquele estado. Ainda chegou a ser candidato a deputado estadual, com o apoio do Padre Cícero. Este último, também apoiou de alguma forma Lampião, ao menos em sua recepção para a famosa participação no Batalhão Patriótico, em março de 1926.

Como resultado das perseguições policiais à base nuclear da família Ferreira que remontavam a questões da ribeira do São Domingos, João Ferreira (único dos irmãos que nunca entrou no cangaço) ficou incumbido de cuidar das irmãs e do jovem Ezequiel.<sup>121</sup> Para tanto, teve que conviver com as constantes mudanças e, em uma delas, levou sua família para Juazeiro, onde contou com a proteção do Padre Cícero. Este município serviu na época como um centro espacial referencial, pelo qual convergiam pessoas de todas as partes e classes, em busca de territórios, seja de tipo religioso, familiar, de refúgio, existencial etc.<sup>122</sup>

Cícero Romão Batista, o Padre Cícero, pouco após sua ordenação, se territorializou no Juazeiro em 1872, que era então uma pequena vila pertencente à comarca de Crato. Quando em 1889 um evento mudaria a vida desse desconhecido pároco e daquela vila. Trata-se da provável manifestação mística ocorrida após uma vigília do Apostolado do Sagrado Coração, realizada na Igreja de Nossa Senhora das Dores, na madrugada da primeira Sexta-Feira da Quaresma de 1889. Segundo Nobre (2010), o fato teria ocorrido quando, após receber a comunhão do Padre Cícero, a beata Maria de Araújo foi tomada por uma veemente dor, unida ao mesmo tempo a uma grande consolação da alma. O interessante é que a hóstia se transformava em sangue mesmo quando o Padre Cícero não ministrava a comunhão, e isso se repetiu por dois anos. Já

---

<sup>121</sup> Ezequiel ingressaria no bando do irmão em 1927, juntamente com o cunhado Virgínio. No cangaço recebeu o apelido de Ponto Fino, alcunha adquirida pela precisão do seu tiro.

<sup>122</sup> Para lá confluíam pessoas das mais diversas classes e interesses: comerciantes, bandidos, desabrigados e miseráveis assolados pela fome e pela violência, provenientes de diversos estados, do que hoje é a região Nordeste. Padre Cícero abrigava, dava conselhos e, muitas vezes, garantia lar e comida. Ao trabalho na lavoura também eram encaminhados muitos fiéis, embora com mão de obra subvalorizada. Ver em: DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

em 1889 iniciaram-se as primeiras romarias à Juazeiro, no entanto, o objeto inicial de culto não era o sacerdote ou as beatas, e sim o sangue precioso. Com o decorrer dos anos a centralidade do fato recaiu sobre a figura do Padre Cícero, silenciando as beatas, o que estava dentro do estabelecido pela sociedade sertaneja que encontrava na masculinidade um ponto primordial para sua construção enquanto povo e região.

A fama trouxe a devoção popular e a construção de um espaço sagrado em torno do Padre Cícero e de Juazeiro. Espacialidade amparada nos serviços de jagunçagem mobilizados pelo misticismo e pelos seus resultados financeiros. No plano político, o milagre do Padre Cícero resultou na elevação de Juazeiro à categoria de município, no ano de 1914, com a destacada atuação do médico baiano, Floro Bartolomeu, que chefiou a chamada Sedição de Juazeiro, que terminou com a deposição do governo estadual de Franco Rabelo. Essa última façanha, principalmente, foi viabilizada graças às forças dos coronéis aliados e suas máquinas de guerra, ou seja, os jagunços. Consequentemente, o espaço sagrado teria sido sustentado, assim como a maioria dos potentados, pelas armas. O que explica em grande medida as aproximações de Padre Cícero e seu articulador político, Floro Bartolomeu, com muitos cangaceiros. Estes, movidos pela fé e a influência do padre, relutavam em recusar um convite de ajuda, sobretudo Lampião, que tinha em Juazeiro uma referência espacial do que restou de sua família.

Nas primeiras semanas de 1926, chegavam, através dos jornais, notícias que apavoravam ainda mais os sertanejos, sobre uma *terrível e diabólica* ameaça que vinha desde o Sul do país. Tratava-se da chamada Coluna Prestes, que atravessaria alguns pontos específicos de estados do Nordeste durante aquele ano. As narrativas jornalísticas (em sua maioria) seguindo os interesses políticos das oligarquias proprietárias dos jornais, disseminavam e aprofundavam o clima de medo. Era comum, como instrumento de oposição a um dado governo, as notícias aumentarem o número de cangaceiros nos bandos objetivando realimentar o cenário de insegurança e, por conseguinte, direcionar a opinião pública ao seu favor.

Em síntese, a Coluna Prestes foi consequência de uma revolta militar *mal sucedida* em São Paulo, em julho de 1924, acontecimentos que faziam parte dos conflitos existentes dentro das forças armadas contra o atual Presidente Artur Bernardes.<sup>123</sup> Parte dos militares revoltados

---

<sup>123</sup> Em 1922 concorreu à presidência da República, em campanha eleitoral acirrada. Apoiado por Minas e São Paulo, teve que enfrentar o candidato da Reação Republicana, o ex-presidente Nilo Peçanha, que aglutinava o apoio dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Durante a campanha, foi atingido pelo episódio das "cartas falsas", em que foi acusado da autoria de cartas publicadas na imprensa contendo referências ofensivas ao marechal Hermes da Fonseca. Ainda durante a campanha, ficou comprovado que as cartas haviam sido forjadas, mas a contestação a seu nome nos meios militares já se tinha tornado irreversível. Apesar de tudo, acabou eleito no pleito realizado em março de 1922, sob fortes críticas de irregularidades. Seu governo ficou

empreendeu uma travessia pelo interior do Brasil, chefiados por Luís Carlos Prestes, com a finalidade de desestabilizar o governo e denunciar as práticas políticas que o levaram ao êxito nas eleições. Essa *máquina de guerra* rebelada estava pronta para entrar no Ceará, vindos do Piauí, em janeiro de 1926. Segundo Chandler (1981), os *revoltosos* já estavam nessa campanha há mais de um ano, e os esforços mobilizados pelo governo federal não sortiam efeitos satisfatórios, estando a defesa contra os insurgentes a cargo das polícias estaduais e dos chefes políticos dos sertões. No Ceará, a tarefa de combate coube, em parte, ao então Deputado Floro Bartolomeu, de Juazeiro. Teria vindo dele a ideia da famosa carta convidando Lampião e seu bando para o Batalhão Patriótico, que estava sendo montado com o apoio bélico e monetário<sup>124</sup> do governo federal:

[...] a carta foi mandada primeiro para Juazeiro, onde, contam, foi aprovada e referendada pelo famoso padre. Em seguida, foi confiada a um mensageiro [João Ferreira, irmão de Lampião, é apontado por alguns pesquisadores como sendo este mensageiro] que entrou em contato com o célebre cangaceiro, em Pernambuco, e entregou-a pessoalmente. Passaram-se algumas semanas antes que a carta fosse respondida [...] O convite de Floro à Lampião foi aceito nos primeiros dias de março, quando os revoltosos já estavam na Bahia. À esta altura, Floro não estava mais no Ceará. Já estava doente quando o alarme da invasão se espalhou pelo estado, e em seguida, piorou rapidamente, tendo que embarcar para o Rio, de navio, morrendo a 8 de março. Enquanto isto, Lampião chegou a Juazeiro, e não foi Floro mas o Padre Cícero que teve que tratar com ele (CHANDLER, 1981, p. 76).

Em 4 de março chegava Lampião a Juazeiro do Norte, para virar um *legalista* e combater a Coluna Prestes. Fato que já foi muito narrado e tido pelos estudiosos como contraditório, mas que mais uma vez reafirma a perspectiva relacional defendida aqui. Dependendo dos interesses e das circunstâncias, os cangaceiros poderiam *devir* força a serviço do Estado e vice-versa. Esses acontecimentos foram (e continuam sendo) compreendidos pela contradição, pois quem os interpretou partiu do pressuposto de identidades fixas, não conseguindo perceber as mobilidades dos sujeitos e as potencialidades de torna-se outro. Uma *máquina de guerra nômade* como a do cangaço foi capturada e colocada a serviço dos interesses estatais. Por outro lado, a *máquina de guerra* que outrora se fez Estado, os membros do exército nacional, se rebelou através da Coluna Prestes e transformou-se em *máquina de guerra nômade*, que se não capturada e freada, teria colocado em risco a própria existência daqueles governantes. Captar

---

marcado pela instabilidade e as crises acentuadas dentro das forças armadas. Mesmo assim terminou seu mandato, entregando em novembro de 1926, para Washington Luís, que então deixou o governo de São Paulo. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur\\_bernardes](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur_bernardes)>. Acessado em: 03/05/2019.

<sup>124</sup> Pericás (2010) defende que Floro havia conversado pessoalmente com o presidente da República, no Rio de Janeiro, e retornara ao Ceará com mil contos de réis, material bélico, uniforme, pratos, colheres e colchas.

Lampião mostra a apurada visão estratégica de Floro Bartolomeu, afinal, quem combateria melhor o nomadismo da Coluna se não os cangaceiros sob o comando e orientações do maior bandoleiro daquelas paragens?

Afirmar que Lampião foi capturado não significa dizer que ele tenha sido preso, ou que não voltaria novamente a se rebelar. O cangaceiro sabia que o mesmo movimento de cooptação por parte do governo estava sujeito a qualquer momento de se metamorfosear em repressão. Aprendeu isso muito bem ao se relacionar com os mais diversos chefes políticos, que ora o protegiam, ora o atacavam. Sem essa compreensão, certamente não viveria tanto como viveu. Penso ser equivocado também compreender a participação do bandoleiro no evento como inerte, estando ali apenas pelo respeito ao Padre Cícero. Estou mais convicto que existiu naquele momento um desejo por parte do cangaceiro de ocupar, ou usufruir (mesmo que momentaneamente) de um considerado *status* militar institucional. Recebeu assédios de repórteres e fotógrafos, na ocasião posou junto com familiares para fotografias, além de conceder registros individuais por meio de entrevista e fotos. Em uma notada investida de trabalhar sua própria imagem, lançando narrativas que disputariam no *front* discursivo as múltiplas possibilidades de dizer sobre o seu próprio corpo.<sup>125</sup> Os seus óculos escuros com aro de ouro, usados para esconder um defeito no olho direito (danificado por um espinho segundo uns, e por um galho de uma árvore segundo outros), e seu comportamento calmo e estratégico (ao articular todas suas respostas) diante do entrevistador, mostram toda uma preocupação na fabricação de uma imagem para si e para os seus desafetos.

O desejo de pertencer ao Estado pode ser identificado na reivindicação de patentes, na qual sonhava em ser nomeado (de forma institucional e *legalista*) *Capitão*. Durante uma das noites de sua estadia na *Meca* do sertão, o Padre Cícero teria mandado os cangaceiros Antônio Ferreira e Sabino Gome, buscarem em casa o inspetor agrícola do Ministério da Agricultura, Pedro Albuquerque Uchoa, que residia ali. Ao chegar, o servidor público ficou incumbido de entregar, de forma forjada, em nome do governo, patentes militares a Lampião e seus homens. Somente o inspetor possuía credenciais para a realização de tal ato, já que era um funcionário federal. Uchoa, sabendo que não poderia dizer não diante da situação<sup>126</sup>, foi anotando em um papel o que o sacerdote ditava. Assim dizia o documento:

<sup>125</sup> Sobre isso, ler: FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012; \_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: **Ditos e escritos: estratégia, poder-saber** (Vol. IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 203-222. Para o caso de Lampião, a melhor análise pode ser encontrada em: PEREIRA, Auricélia Lopes. **O Rei do cangaço e os vários Lampiões**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000. 313p.

<sup>126</sup> Mais tarde teria dito que: “assinaria até mesmo a exoneração de Bernardes” se os cangaceiros tivessem pedido (CHANDLER, 1981, p. 83).

Em nome do Governo dos Estados Unidos do Brasil, nomeio ao posto de Capitão o cidadão Virgulino Ferreira da Silva, a primeiro-tenente, Antônio Ferreira das Silva e, a segundo-tenente, Sabino Gomes de Melo, que deverão entrar no exercício de suas funções logo que desse documento se apossarem. Publique-se e cumpra-se. Dado e passado no Quartel-General das Forças Legais em Juazeiro (PERICÁS, 2010, p. 161).

O documento foi datado (propositadamente) com o dia 12 de abril de 1926, uma data falsa, já que o cangaceiro se encontrava ali no começo de março, portanto, não tinha nenhuma validade jurídica. O que parece à primeira vista uma enganação infantil, ganhou outras proporções ao ser instrumentalizada pelo cangaceiro, pois o que de fato ele queria era gozar do *status* de Capitão e se apropriar dos equipamentos oferecidos pelos *serviços* no Batalhão Patriótico.<sup>127</sup> Prova é que em alguns momentos da entrevista concedida, deixou claro o desejo de permanecer na profissão, haja vista os lucros e as articulações que a mesma proporcionava. Também pode ser que tenha dito isso almejando passar a ideia de uma vida relativamente boa no cangaço, notícia que cairia bem nos ouvidos dos sertanejos ávidos pela ideia de mudança de vida.

Após os eventos em Juazeiro, Lampião passou orgulhosamente a assinar como Capitão, porém, localizei uma evidência que apontam para essa prática já no ano de 1925, ou se comprovada a veracidade da notícia, em 1923:

Recebemos também a seguinte carta: ‘E. Santos, 25-6-25. Há dois anos em Alagoas, capitão Lampeão baixou o 1º decreto, convidando alistarem-se nas fileiras do banditismo, facínoras da mesma espécie para combater o capitão José Lucena, cujos resultados estão no domínio público. Agora aqui, dizem de Rio da Barra e Jeritacó, surgiu novo decreto da autoria de Lampeão escrito a lápis, nestes termos: ‘D. n.2. Para completá um fetivo de 30 cabras no cangaço, exirgisse os quisitos seguinte: 1º - ser criminoso de morte com fama de valente nos arraia e dá provas de fogo contra as forças do governo. 2º - Tê 17 a 25 anos boa saúde, conhecer pau e peda por dos sertão de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. 3º - Manejá o rifle taumaticamente sistema Lampeão, qui é fazê acreditá o inimigo qui o cangaceiro vale pro vinte atirador pela rapidez dos disparos. 4º - Respeitá propriedades, caxeiro viajantes, mulheres de boa vida, socorrê os sertanejos primidos pelas forças volantes qui vem atrapaiano a paz do trabalho dos pobres matutos qui honradamente paga imposto pesados ao governo de quem não percisa pra nada. 5º - Prisigui traidores’ (JORNAL DO RECIFE, 7 de junho de 1925).

Vale ressaltar que o Jornal do Recife, no momento da divulgação da matéria, estava interessado em denegrir a imagem do governo Sérgio Loreto, sendo as ações de Lampião e seu

---

<sup>127</sup> Receberam uniformes, munições e novos Mausers automáticos do exército. Tudo financiado pelo Estado.

bando, naquele estado, uma fonte de exploração. Nada melhor do que fazer oposição usando, criando e aumentando os feitos do banditismo, sob alegação da incompetência governamental, que de fato existia. Voltarei a comentar essa questão em outros momentos. Por ora, não interessa questionar a veracidade da carta escrita supostamente pelo bandoleiro, mas enfatizar que já em 1925 Lampião estava sendo descrito como *Capitão*, quase um ano antes de sua chegada em Juazeiro. Por fim, a passagem na *Meca* do sertão, sob os cuidados do *Santo Popular*, rendeu ao quadrilheiro além do seu desejo pela patente, o abastecimento do seu bando com muito material bélico, uma visita tranquila a seus familiares e uma auto narrativa. Posteriormente ao episódio, o Padre Cícero sofreu muitas críticas políticas vindas dos seus adversários, representando para Lampião a impossibilidade de novas visitas em Juazeiro, mas outras relações no Cariri cearense estavam prontas para serem tecidas e alimentadas. Com respeito às redes, elas continuariam presentes em Juazeiro pelo menos até enquanto João Ferreira vivesse ali, sendo engano pensar em uma desterritorialização daquela cidade após as atividades como *Capitão legalista*.

Segundo Macedo (1990), foi nos domínios de Isaías Arruda de Figueiredo, o conhecido coronel Isaías Arruda, chefe político de Missão Velha, cujas propriedades se estendiam até Aurora (na época um pequeno povoado), que Lampião traçou durante anos uma das melhores redes de proteção. Sua influência era tal que “se o juiz não se submetesse às suas ordens, ele o escorraçava, e ao oficial de polícia, intolerante com os desregramentos, mandava assassinar” (MACEDO, 1990, p. 225). Assim como quase todos os potentados locais, sustentava seu prestígio e posição social fazendo corpo com os serviços de jagunçagem e do cangaceirismo. Mecanismo de força que garantia triunfos contra o seu principal opositor, o também coronel José Dantas, popularmente conhecido por Zeca Dantas, que nos conflitos pela hegemonia local, chegou a ser ferido por volta de 1925 (NEVES, 2009, p. 88), ano que, por coincidência ou não, os jornais já noticiavam a presença de Lampião na região.

A parceria com Isaías Arruda representou perfeitamente o significado da indústria do cangaço. Sob os domínios do potentado, o bandoleiro nômade extorquia muito dinheiro dos comerciantes locais através de ameaças enviadas quase sempre por bilhetes. Como abordado anteriormente, o medo foi um instrumento muito utilizado pelo cangaceiro. Quem poderia negar um pedido de *contribuição* se até mesmo os homens que controlavam o aparelho estatal estavam envolvidos no negócio?

Crato, (Ceará), 12 (Serviço Especial da A Noite) – O célebre cangaceiro Lampeão, esteve com o seu grupo próximo à vila Aurora, neste estado, onde mandou buscar avultada soma. A população dali, aterrorizada, organizou a

cota que lhe foi imposta, perfazendo a importância exigida pelo bandoleiro (A NOITE, 13 de novembro de 1925).

Foi para alimentar a relação com Isaías Arruda que o cangaceiro efetuou os movimentos de saque (citados anteriormente) na Paraíba durante o ano de 1927. Neste mesmo ano empreenderia o ambicioso plano de invasão à cidade de Mossoró, financiado pelo ganancioso coronel, que via no município rio-grandense uma preciosa fonte de riqueza. Um eventual êxito dos cangaceiros traria para Isaías Arruda muito dinheiro para alimentar seus negócios. Esse personagem ficou conhecido pela sua ambição e periculosidade, é o que diz o seguinte relato:

Basta citar um exemplo, para aquilatar a elevada periculosidade de Isaias Arruda: certa vez vendera ele dormentes de madeira para os trilhos da Rede de Viação Cearense, extraídos de sua fazenda. Os dormentes foram entregues e pagos e, na calada da noite, Isaias Arruda mandou colocar querosene nos dormentes e atear fogo, para ter a possibilidade de mais lucro, vendendo novos dormentes, quando os trilhos do trem buscavam o Crato (NEVES, 2009, p. 88).

Não há dúvidas que as fazendas de Isaías Arruda foram por muito tempo uma referência espacial para Lampião, dada a sua frequência. Uma parceria recíproca e que passava uma certa confiança, porém, assim como quase todo influente protetor, as aproximações estavam sujeitas ao movimento inverso, de ruptura dos acordos, acompanhada de traições e repressões. Isso porque as relações viviam sempre no limiar que separava o legal do ilegal. Quando a pressão política recaía de forma demasiada sobre um chefe local, o caminho mais adotado foi o de se reposicionar tornando-se contrário ao cangaceiro.

As ligações no Ceará foram muitas. Destaco, por fim, a territorialização do bandoleiro na região que compreende o do atual município de Jati, na época Macapá, por meio do seu coiteiro Antônio Teixeira Leite, vulgo Antônio ou Tonho da Piçarra, proprietário da fazenda Piçarra, que na época se transformou num dos principais redutos de apoio àquela forma de banditismo. Certa vez, teria dito o velho Tonho: “Eu gostava mesmo de cangaceiros, porque sempre gostei de armas e mesmo achava bonito um cangaceiro bem ‘arreado’, como Lampião” (NEVES, 2009, p. 89-90). Se encantava tanto pelas armas que amava negociá-las<sup>128</sup>, achando bonito o lucro e, em troca, oferecia o seu famoso banco de madeira, localizado no alpendre de sua casa para o abastecimento e bate-papo com o *amigo* e bom pagador Lampião.

---

<sup>128</sup> Antônio da Piçarra, segundo Neves (2009), conseguia o material bélico através dos contatos com pessoas ligadas ao coronel Santana.

É verdade que Tonho da Piçarra não figurava no mesmo patamar econômico, político e social de Isaías Arruda, Padre Cícero e o coronel Santana. Dado confirmado pelo próprio, em um rico documentário que é apresentado pelo hoje humorista cearense Tom Cavalcante. Ao se pronunciar sobre a influência do coronel Santana, disse: “[...] ele era meu chefe. Eu era protetor de cangaceiro, mas era mais baixo, ele era grande”.<sup>129</sup> Diferença social que contribuiu, sem dúvidas, para as frequentes ameaças por parte das forças volantes pernambucanas comandadas por Arlindo Rocha e o nazareno Manoel Neto, ambos jurando colocar em risco a vida do proprietário da fazenda Piçarra, caso não entregasse o paradeiro dos cangaceiros. O que ocorreu no dia 13 de março de 1928, ao entregar a localização do esconderijo do bando aos policiais pernambucanos que vinham em perseguição:

A noite cai e é invernosa, com chuvas, relâmpagos e trovões, um escuro de breu! Perto da meia noite, o tenente Alindo Rocha pede a ‘Seu Tonho’ para ir levá-los ao acampamento dos cangaceiros. Lampião já estava desconfiado da demora de ‘Seu Tonho’. A tropa seguia cautelosamente, pé ante pé, quando sente que do lado oposto alguém escala a cerca, fazendo um pequeno ruído de varas quebradas. Nisto o relâmpago abre, clareando o escuro, e os dois grupos oponentes se reconhecem. Começa o tiroteio na escuridão da noite e o cangaceiro que ia escalando a cerca era o temível Sabino Gomes, mortalmente ferido no estômago logo no primeiro estampido. O inferno era ali, no escuro, dentro da mata densa! (NEVES, 2009, p. 50-51).

Tombava aí o Tenente da tropa do *Capitão*. Sabino Gomes acompanhava Lampião desde o ataque a Sousa em 1924, chegou ao bando com um certo *status*, pois ingressara no cangaço sob a influência do já citado Marcolino. Em Juazeiro foi escolhido para receber a nomeação de segundo-tenente. Com a morte de Antônio Ferreira, tornou-se o segundo homem dentro do grupo. Lampião sentiria muito a perda de Sabino Gomes, jurando matar o delator. Promessa que não seria cumprida, pois Antônio da Piçarra deixou sua fazenda movido pelo medo da resistência da máquina de guerra que outrora alimentava, regressando somente após 1938, ano que a volante alagoana pôs fim aos movimentos territorializantes de Lampião.<sup>130</sup>

Antônio da Piçarra estava certo, ele não era tão influente como os coronéis Santana e Isaías Arruda, a ponto de evitar as ameaças de morte vindas dos policiais pernambucanos.

<sup>129</sup> Trata-se do raro documentário com duração de 35 minutos e 43 segundos, sobre a vida do antigo protetor de cangaceiros, Antônio da Piçarra. Material que registrou algumas memórias do personagem. Disponível em: <<http://lampiaoaceso.blogspot.com/2019/03/o-homi-de-porteiras.html>>. Acessado em: 08/06/2019.

<sup>130</sup> É bom ressaltar que Lampião, mesmo após sua morte, foi sendo ao logo dos anos desreterritorializado, pelas inúmeras narrativas produzidas sobre suas façanhas. Portanto, quando falo que a volante alagoana colocou fim nos seus movimentos territorializantes, não estou negligenciando a importância dos outros movimentos impostos pelas escritas e disputas que foram e continuam sendo travadas na literatura, cinema, artes, universidades, nos monumentos etc.

Certamente, o mesmo não ocorreria com os outros protetores citados, e, se ocorresse, as ameaças partiriam dos chefes locais para os membros das forças volantes. Fato é que mais uma rede estava perdida, o banco de madeira da fazenda Piçarra não estava mais disponível para Lampião. Este último, até aquela data, já vivenciara diversas rupturas, mas nada podia fazer a não ser acreditar e realimentar até o fim suas redes, pois nelas encontrava tanto a sobrevivência como a logística de sua *máquina de guerra*. Além do mais, creio que assim como o movimento de tessitura das redes, o seu contrário também foi importante para os processos de desreterritorializações do personagem objeto de estudo deste trabalho. Apesar dos inúmeros riscos de morte, o desfazer do *nó* através de linhas de fuga foi sempre acompanhado do esforço de se reterritorializar em outras bases.

### *3.1.3 Inventando um rei: a repressão em sua zona de atuação em Pernambuco e a modificação espacial emergencial*

“A família Pereira, de Pajeú, é que tem me protegido, mais ou menos”. Este é um trecho da resposta de Lampião ao entrevistador Octacílio Macêdo, quando perguntado sobre seus protetores. Relação que remonta ainda a parceria com Sinhô Pereira, que após largar o cangaço, deixava muitos familiares influentes na zona do Pajeú pernambucano. Talvez o mais importante deles tenha sido Manuel Pereira Lins, o Né da Carnaúba, que havia ocupado o cargo no executivo do município de São José do Belmonte, Pernambuco, nos anos de 1902 a 1904 e, depois, exerceria o posto de vereador em Vila Bela por três legislaturas, de 1922 a 1928. A maior evidência da continuidade do seu apoio ao cangaceiro pode ser encontrada no episódio da carta que convidava o quadrilheiro para se apresentar em Juazeiro:

Lampião ainda teve dúvidas da autenticidade e idoneidade da convocação. Na casa do ‘coronel’ Manuel Pereira Lins (o Né da Carnaúba), chegou a dizer que aquilo era uma armadilha, uma traição, com o objetivo de capturá-lo. Virgulino certamente estava desconfiado. Mas Manuel, que era tio e padrinho de Sinhô Pereira, com toda sua autoridade, apontou para a assinatura do Padre Cícero, que figurava no documento (PERICÁS, 2010, p. 160).

Ao mapear as notícias jornalísticas foi possível perceber que Lampião é constantemente referenciado escondido no município de Vila Bela, Pernambuco, em meados de 1926. Provavelmente sob a proteção de algum membro da família Pereira, tendo em vista que em seguida o bandoleiro pratica assalto na Serra Vermelha, cujo alvo eram seus antigos desafetos,

os Nogueiras Alves de Barros, que, por sua vez, estavam ligados aos Carvalhos e, com isso, rivais dos Pereiras. Lampião contava também com o apoio da importante família Novães, residentes na vila de São Francisco, lugar que outrora havia sido molestado pela volante dos *Nazarenos*, ordenando que os seus moradores abandonassem suas casas e negócios, sob alegação que aquela localidade servia como refúgio de cangaceiros (CHANDLER, 1981, p. 91). Argumento plausível, pois São Francisco representara uma das principais referências espaciais do grupo de Sinhô Pereira, e alguns dos seus moradores continuaram refugiando o seu *sucessor*. É preciso lembrar, por outro lado, que os *Nazarenos* mantinham fortes alianças com os Carvalhos, podendo ter usado aquele argumento apenas para enfraquecer ainda mais os Pereiras que residiam naquela vila.

Como resultado dessa arbitrariedade, com indícios políticos, Emílio Novães, jovem fazendeiro e negociante de São Francisco, passou a engrossar as fileiras do bando de Lampião, na já citada relação de poder exercida pela resistência às forças policiais através do cangaceirismo. Pouco tempo depois, o postulante ao cangaço foi persuadido pelos seus parentes a voltar à vida normal e levar seus negócios adiante. Nem todos os membros dessa família mantiveram uma boa convivência com o *Capitão*, um deles foi Horácio Novães, processado em meados de 1925 por roubo de cavalos e que havia encontrado no cangaço uma possibilidade de refúgio. Jogou Lampião contra seus denunciadores, da família Gilo, proprietários da fazenda Tapera, localizada no município pernambucano de Floresta. Horácio forjou uma carta de insultos como se fosse assinada pelos seus desafetos a endereçando a Lampião. Este, sem saber da armação, promoveu o terrível massacre da família Gilo no dia 28 de agosto de 1926. O acontecimento ganhou repercussão no estado e o cangaceiro, além de ter sido enganado, atraiu a atenção das forças policiais a seu percalço (CHANDLER, 1981, p. 92-93).

Os corpos ensanguentados se espalhavam pela casa da fazenda Tapera. Dos 12 presentes, só não morreu no ato a mulher de Gilo. Em seguida, Horácio Novães foi expulso do bando, mas conseguiu escapar e atingir sua vingança. Evento que evidencia o poder destrutivo e desterritorializador da *máquina de guerra nômade* do cangaço à serviço da morte. Toda uma família aniquilada por uma falsa carta que colocava em xeque o respeito do *Capitão*, que para mostrar ser o senhor da vida e da morte, respondeu com mãos de ferro. O cangaceiro poderia torna-se também um *coronel*, que não possuía terras fixas, como defendeu Mello (2011)<sup>131</sup>, mas

---

<sup>131</sup> Mello (2011) denominou Lampião como um coronel *sem-terra*, aspecto que diferenciava o cangaceiro dos influentes latifundiários, pois o poder destes últimos era simbolizado pelas suas vastas terras. Acrescentaria algo mais. Lampião foi um *coronel nômade* já que seu poder emanava da *máquina de guerra* do cangaço. Não teve um território delimitado, mas viveu em sua multiplicidade, o que de longe já o diferencia do sedentarismo dos tradicionais coronéis.

atuava com práticas severas diante daquele que se colocava de alguma forma em oposição. Essa violência recaía principalmente sobre os sertanejos de menor poder de resistência, aqueles que não gozavam dos serviços dos jagunços em suas portas. Não podendo se opor às forças do adversário, Lampião era escorraçado, como aconteceu nos conflitos com Zé Pereira. Sua força de desterritorializar famílias, certamente, só chegava até os núcleos menos abastados como o dos Gilo. Assim, o cangaceiro que se tornou *Capitão* também incorporava o lugar de sujeito de um coronel, com desejos de morte e de controle sobre os corpos e a vida.

Voltando para o tema das redes, em Pernambuco, o *coronel sem-terra* se relacionou ainda com os seguintes personagens: Francisco Martins e Audálio Tenório, de Águas Belas; Marçal Florentino Diniz (destacado anteriormente), Izidoro Conrado, Ascendino Alves de Oliveira, coronel José Olavo de Andrada e Cornélio Soares, ambos de Vila Bela (atual Serra Talhada); Antônio Guilherme Gameleira, de Buíque; Antônio Piauí, de Flores; e Jovino Martins, Arsênio Gomes e o coronel Ângelo Gomes Lima, de Tacaratu. É apenas uma lista resumida, decerto houveram muitos outros agenciamentos que a pesquisa não conseguiu mapear. No entanto, estes demonstram que a operação neste estado estava muito além dos conflitos do passado com seus adversários, os membros da família Nogueira Alves de Barros. A logística da territorialização já não era mais a mesma, pois uma extensa rede de protetores havia sido montada, tornando-se mais do que uma territorialização em rede, uma territorialização por zona, dada a durabilidade e o adensamento da rede de contatos aí estabelecida, que precisava ser constantemente nutrida. O tempo investido na vingança da morte do pai passou a ser pouco, quase nada.

Remetendo mais uma vez ao documentário que trouxe memórias de Antônio da Piçarra, o ex-coiteiro recordou sobre um boato que ouvira sobre pretensões do cangaceiro em regressar ao estado natal, respondendo da seguinte forma quando questionado a respeito de tal interesse<sup>132</sup>: “Tenho. Eu tenho que ir em Pernambuco, porque tenho uns negócios que deixei lá para resolver, não pude porque saí apertado. Tem muito dinheiro lá emprestado”. Diante dessa extensa malha de relações, é possível entender, em primeiro lugar, por quê Lampião insistiu tanto em não deixar essa zona em 1928. E em segundo lugar, imaginar que o boato lembrado por Antônio da Piçarra, de fato, tenha mesmo existido, pois de acordo com Mello (2011), a agiotagem foi muito praticada entre Lampião e seus protetores.

Um deles pode ter sido o coronel Ângelo Gomes Lima, o Ângelo da Gia. Fazendeiro com propriedades nos municípios pernambucanos de Tacaratu e Floresta, pontos que aparecem

---

<sup>132</sup> Na época da possível declaração o cangaceiro atuava nos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, especialmente, nos dois primeiros.

demasiadamente nos documentos de época, como zona de frequência de Lampião e seus homens: “O grupo de bandidos, chefiado pelo conhecido bandoleiro Lampeão, está operando nos municípios de Floresta e Tacaratu, fato que está intranquilizando a população daqui” (O JORNAL DE RECIFE, 4 de dezembro de 1924). Interessante destacar que tais ocorrências remontavam ao ano de 1923, que pode ser ou não o início da relação de Lampião com este proprietário rural. Há quem acredite que Ângelo da Gia tenha presenteado Lampião com uma farda de coronel do exército brasileiro, inflamando o ego do cangaceiro que adorava tais promoções (MACIEL, 1986, p. 20). De *coronel sem-terra* para coronel simbólico das forças nacionais: não poderia existir presente melhor. As redes se alimentavam de forma complexa e sofisticada, cujas dimensões jamais podem se restringir a perspectivas econômica, política ou militar. No caso destacado, o aspecto desejante e simbólico é um exemplo disso. O bandoleiro seguramente sabia da impossibilidade de ocupar cargos oficiais e elevados no aparelho do Estado, mas é inegável que esse tipo de desejo esteve na ordem do dia.

Em situação de vigência dos pactos, as propriedades dos protetores se transformavam em espaços de lazer para os cangaceiros. Apesar dessa dimensão ter permanecido em grande medida silenciada pela historiografia, estes homens, tinham desejos sexuais, vontades de beber, jogar e se divertir. Se as práticas eram acompanhadas de algum ato violento, não vem ao caso aqui, pois muito já foi dito sobre isso. O fato é que mesmo o cangaceiro nômade necessitava parar e experienciar os prazeres na relação com o mundo material e corporal, como no último mês de 1926, na fazenda Poço do Ferro, de Ângelo da Gia, localizada no município de Tacaratu, Pernambuco. Os cangaceiros foram atraídos pelo convite do protetor que havia conseguido munição para negociá-las. O bando se alojava na fazenda, já Lampião teria rumado, segundo Lima Irmão (2015), para uma localidade chamada Betanha, objetivando patrulhar a área e se encontrar com pessoas próximas. Enquanto isso, em Poço do Ferro, Antônio Ferreira, Luís Pedro, Jurema, entre outros cangaceiros, viraram a noite jogando baralho e bebendo cachaça:

A certa altura, Antônio Ferreira resolveu tomar a rede de Luís Pedro, numa disputa de brincadeira, dada a intimidade que tinham. – Levanta muleque, me dá essa rede, vai te deitá no chão... – disse Antônio, puxando os cabelos de Luís Pedro. – Me sorta... Vai te deitar no mato... – respondeu Luís Pedro. Antônio Ferreira, agarrando o punho da rede, deu uma virada rápida, e Luís Pedro, para não cair, apoiou-se no fuzil, segurando-o pelo cano, mas nesse movimento bateu forte com a coroa no chão, e a arma, que estava destravada, detonou a bala que se encontrava na agulha, atingindo o companheiro – a bala entrou de lado pela costela mindinha, indo sair na articulação do ombro do lado contrário. – Matou-me, Luís! – exclamou Antônio Ferreira, e caiu (LIMA IRMÃO, 2015, p. 225).

Obviamente que este diálogo é muito mais fruto da significação imaginária do que do significante presente no acontecimento. Mas morria ali o segundo irmão que acompanhara o *Capitão* no cangaço. O primeiro, como visto, foi Livino Ferreira, resultado da perseguição imposta pelo rompimento da relação com Zé Pereira. O segundo, Antônio Ferreira, morto disputando (por brincadeira ou não) uma rede com seu amigo Luís Pedro. Naquele momento, apesar da territorialização em rede continuar com o proprietário da fazenda, Lampião sofria mais uma desterritorialização familiar. Após sua chegada ao cenário da tragédia, agiu como um *verdadeiro* líder, perdendo Luís Pedro após julgar que o ato não foi proposital. Esses momentos serviam para reafirmar sua liderança frente àqueles homens, uma vez que os impulsos de morte e violência deveriam ser controlados e redirecionados para o controle dos acordos que sua posição requeria. É melhor perder um homem de confiança do que dois.

Os pesquisadores da temática, em sua maioria, afirmam que a morte de Antônio Ferreira ocorreu em janeiro de 1927, não obstante, uma matéria do *Jornal do Recife*, publicada no dia 16 de dezembro de 1926, mostra o contrário:

Corre com insistência, aliás, com algum fundamento, pelo sertão, que célebre bandoleiro Antônio Ferreira irmão e ‘lugar-tenente’ do bando chefiado por Lampeão foi morto em dia da semana passada, nas imediações do lugar ‘Poço de Ferro’, do município de Tacaratú. Contam que o fato se deu da maneira seguinte: um dos bandidos, quando examinava o seu rifle, sucedeu o mesmo disparar, indo o projétil alcançar a axila direita do célebre facínora atravessando o tórax (JORNAL DO RECIFE, 16 de dezembro de 1926).

É certo que este jornal empreendia naquele momento forte discurso de combate ao banditismo lampiônico por parte do novo governo pernambucano, de Estácio Coimbra, o que pode ser tomado como justificativa aos olhos dos que acreditam na ideia que a notícia não passaria de uma propaganda para enfraquecer os cangaceiros. Então, como explicar as muitas semelhanças entre o relato jornalístico e as falas dos escritores memorialistas? Seria possível prever meses antes a morte de Antônio Ferreira com tamanha exatidão espacial? Creio que não. Logo, sem muita importância histórica a precisão de datas (com ressalvas à visão de história dos memorialistas, que se apoiam nos discursos de *verdades* factuais), o mais correto é afirmar que o bandoleiro se *desterritorializou deste mundo* nas primeiras semanas de 1926. Posteriormente ao fato, a morte de Antônio Ferreira foi tomada pelo governo como fruto de suas ações, porém, como visto, o cangaceiro morreu bebendo, jogando e brincando.

O que realmente importa aqui é saber o que levou Lampião a empreender uma mudança espacial emergencial para a Bahia em 1928. Talvez a ruptura de suas redes de proteção em

Pernambuco e Ceará, a desterritorialização de suas zonas de atuação, ajudem a explicar esse acontecimento. Sem dúvidas o governador pernambucano que mais sofreu politicamente com os efeitos do cangaço foi Sérgio Loreto, cujo mandato se estendeu de outubro de 1922 a outubro de 1926. Com destaque para 1925, ano pelo qual passou a ser ferrenhamente atacado pelas páginas do influente *Jornal do Recife*, que o acusava de arbitrariedades e incapacidade institucional frente às ações dos bandoleiros. Valia tudo, desde aumentar o número de cangaceiros, enfatizar o trabalho de outros estados (como o paraibano), repetir várias vezes um mesmo evento para gerar a sensação constante de insegurança, e até denominar o coronel *sem-terra* de *rei*: “Lampeão, o terrível rei do cangaço continua a percorrer os nossos sertões, acompanhado do seu bando terrível, numa excursão calamitosa de roubos, incêndios, tiroteios e mortes” (JORNAL DO RECIFE, 26 de abril de 1925).

As imagens sobre o cangaceiro foram sendo fabricadas em vida, sendo o seu corpo objeto de interesses outros. Muitas vezes ao naturalizá-lo como *Rei do Cangaço*, muitos de nós pesquisadores não nos perguntamos quanto emergiu essa nomeação e quais os interesses estavam por trás de quem a pronunciou. Não disponho de mais evidências documentais de época, mas não seria absurdo imaginar que essa pode ter sido uma das primeiras vezes que o cangaceiro passava a ser apontado como *rei*; justamente no ano de 1925, período que começava a acentuar o embate discursivo travado pelo citado jornal com o governo ao qual fazia oposição. Antes desse ano, as críticas não eram tão diretas, havendo até publicações esperançosas a respeito das atitudes de Sérgio Loreto. Usado pela oposição e situação, em 1925, Lampeão ganhou lugar nas manchetes de jornais como em nenhum ano anterior. Conheceria assim uma de suas primeiras biografias, redigida por seus desafetos.

Como em toda relação de poder, a resistência do governo Sérgio Loreto veio através dos discursos do jornal *A Rua*, que passou a disputar as narrativas com o periódico opositor: “[...] uma certa parte da nossa imprensa procura ridicularizar a bravura com que a polícia pernambucana vem enfrentando, nos sertões, a audácia dos bandoleiros” (A RUA, 10 de julho de 1925). Daí sairia também a tentativa de biografar Lampeão, de capturá-lo pela escrita e racionalizar suas ações. Com o título “A VERDADEIRA HISTÓRIA DE LAMPEÃO O DOMINADOR DO CANGAÇO VERÍDICA E SENSACIONAL”, *A Rua* publicou uma pequena biografia dividida em três partes, sendo a primeira divulgada no dia 23 de julho de 1925 e a última dois dias depois. Foi preciso produzir uma historicidade do cangaceiro, um discurso de saber, para convencer os leitores que o governo não estava inerte diante do banditismo.

De *rei* a *dominador do cangaço*, duas coisas que parecem ser iguais, mas que foram fabricadas com interesses diferentes. Apesar do esforço de Sérgio Loreto, seu mandato acabaria

sob forte pressão política. Em contexto parecido, só que dois anos depois, o governador paraibano João Suassuna foi sucedido por João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, sob acusações de proteção ao banditismo. O novo governador da Paraíba assumia em outubro de 1928, ameaçando perseguir seus adversários usando o pretexto do cangaço. Para tanto, trazia à tona o discurso do *novo* em oposição ao lugar do *velho*, ocupado (segundo João Pessoa) por Zé Pereira e João Suassuna, ambos associados às práticas coronelísticas e de proteção a cangaceiros. O acirramento do conflito continuou até culminar nos acontecimentos de 1930. Em primeiro lugar, a *revolta de Princesa*, depois a morte de João Pessoa e, em seguida, o golpe militar de Vargas e seus apoiadores, e o assassinato de João Suassuna.<sup>133</sup>

A indústria do cangaço não era mobilizada apenas para angariar recursos do governo federal e na associação aos bandoleiros nos tratados de divisão do faturado nos saques. A complexidade é maior do que se imagina. O cangaço foi objeto de culturas políticas, como bem apontado por Clemente (2016), e nesse cenário os cangaceiros eram sujeitos ativos de uma sociedade desigual e violenta, que decidiram resolver seus conflitos utilizando os mesmos meios que o Estado e seus prepostos utilizavam por meio de uma destrutiva *máquina de guerra nômade*, sem dó nem piedade, sem arrependimento, sem culpa. Disputando o jogo e praticando micropolíticas.

Foi com a promessa de frear essa máquina que Estácio de Albuquerque Coimbra e seu chefe de polícia Eurico de Souza Leão, tomavam posse em dezembro de 1926. A política de combate ao cangaço ganharia novas dimensões, pois Eurico de Souza Leão arquitetou um plano inteligente e crucial: perseguir as redes de Lampião ou, pelo menos, os personagens menos influentes que faziam corpo com o cangaceiro. Em seu relatório sobre as atividades de seu governo, em 1927, Estácio Coimbra escrevia:

Simultaneamente com refreio sistemático e nos termos de uma das promessas de minha plataforma, venho agindo contra os protetores mais ou menos dissimulados ou encobertos dos diversos grupos criminosos, que podem na justiça ser responsabilizados pela agravação dessa probiosa endemia (VILLELA, 1995, p. 132).

De acordo com Chandler (1981), Souza Leão promoveu um encontro dos chefes de polícia dos estados vizinhos – Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Bahia – visando uma ação conjunta. Estratégia que não foi tão eficiente quanto a política de repressão às redes que alimentavam o bandoleiro e seus agenciadores. Isso porque dentro da própria polícia

<sup>133</sup> Um interessante documentário foi produzido pela TV Senado com o título: *Princesa do Sertão*. Disponível em: <<https://www.senado.leg.br/noticias/TV/Video.asp?v=46341&m=432077>>. Acessado em: 08/01/2016.

existiam pessoas ligadas a Lampião que provavelmente souberam do encontro muito antes deste acontecer. Então, Souza Leão confrontou o problema dos protetores. Obviamente, não tinha liberdade para ir contra os chefes políticos, uma vez que eles canalizavam os votos para a administração do sistema do qual fazia parte. Os chefes mais prestigiados, como Cornélio Soares e Né da Carnaúba, tinham imunidade. Simplesmente eram influentes demais para acordarem com a polícia hostilizando suas casas e propriedades. Contudo, não se pode negar que o governo estava tentando, como nenhum outro, expulsar Lampião de Pernambuco objetivando cumprir sua plataforma.

Ainda segundo Chandler (1981), Souza Leão promoveu um encontro com os diversos prefeitos e comunicou-lhes que a administração tencionava acabar com o cangaceirismo. Conseguindo alertar aos políticos que estava disposto a freá-los de alguma forma, nem que fosse de forma suave e seletiva, como disse o próprio chefe de polícia em relatório:

A solução do problema estava, por isso, requerendo, além daqueles propósitos honestos, uma inflexível energia na repressão, sem distinção e meios termos, senão para ser ainda mais inexorável contra os protetores, na medida das suas posições sociais [...] (VILLELA, 1995, p. 132).

Os funcionários do governo poderiam negociar em particular com os chefes políticos, certificando que estes não seriam importunados, contanto que não impedissem a campanha contra os bandoleiros. Provavelmente, um acordo deste nível foi traçado com Cornélio Soares. Souza Leão também transferiu diversos juízes e prendeu dois comissários de duas comarcas, todos acusados de ajudarem Lampião. O chefe de polícia pernambucano agiu principalmente contra os coiteiros das classes média e baixa, cujo auxílio (como visto no começo do capítulo) era vital para o *coronel nômade*, mas que não tinham suficiente prestígio político para evitarem as perseguições. Durante a política de repressão ao banditismo, muitos foram presos e ficaram na cadeia por mais de um ano. Poucos chegaram a ser submetidos a julgamento, uma vez que o estado sabia que os réus podiam contar com a solidariedade e compreensão do júri, através dos acordos vigentes com outros líderes locais de maior influência. Um exemplo marcante do coiteiro de classe média foi José Olavo de Andrada. Negociante de Vila Bela, lucrou muito com o fornecimento de armas e munições para o bom pagador Lampião. Se tinha acesso ao material bélico a ponto de reabastecer o bandoleiro, mostra que estava atrelado ao Estado, ou a alguém mais influente, o que não evitou sua prisão no final de 1926 (CHANDLER, 1981, p. 99-100).

Se bem que homens fortes de Pernambuco foram presos e levados para Recife, por exemplo, o coronel Ângelo da Gia, de Tacaratu, talvez um dos maiores protetores de Lampião

naquela área. Evento que evidencia a ação da plataforma do governo para além do plano discursivo. Ou seja, apesar da seletividade social, política e econômica, é inegável que as medidas surtiram efeito ao longo dos anos e, sem as proteções, o cangaceiro teve que empreender (como sobrevivência) um movimento espacial emergencial para a Bahia, em 1928, quase dois anos após o início das práticas de repressão sobre algumas de suas redes.

Os jornais que denegriam a imagem do governo Sérgio Loreto passaram a mudar o tom das manchetes. Lampião perdia a majestade e começou a ser narrado como desarticulado, enfraquecido, quase morto: “A situação de Lampeão é gravíssima. A polícia pernambucana, na última semana, desorganizou o grupo do famigerado bandido, subdividindo-o em pequenos grupos” (A GAZETA, 30 dezembro de 1926). Como a culpa não era mais colocada na conta do governo de Pernambuco, os alvos foram os estados vizinhos, sobretudo o Ceará. Exploraram o evento da patente em Juazeiro e a relação com outros chefes locais. Já em 1927 foram presos alguns membros da família Ferreira que estavam sob a proteção do Padre Cícero. Este último, como um bom conciliador a serviço da ordem estabelecida, não se colocaria contra as forças de repressão, afinal, tratava-se apenas de familiares de um cangaceiro que o venerava. Pode-se dizer que a partir daí a rede de Lampião no Juazeiro foi desarticulada, desterritorializada, se reterritorializando no próprio bando, uma vez que seu irmão mais novo, Ezequiel (com apenas 15 anos), e seu cunhado Virgínio, ingressaram no grupo para não serem presos.

Em seguida, houve o frustrado ataque à cidade de Mossoró, que abriu condições e possibilidades para outra desarticulação importante, a rede com Isaías Arruda:

Nos primeiros dias de julho, os fugitivos conseguiram chegar a Aurora, sem maiores dificuldades. Lá, na terra do Coronel Arruda, esperavam encontrar proteção e sossego. Entretanto, sem que eles desconfiassem, o suposto amigo estava planejando uma traição. Não apareceu uma explicação plausível para o fato de Arruda ter se voltado contra Lampião, e o próprio cangaceiro ficou perplexo com a atitude do chefe político. Poder-se-ia atribuir ao fracasso de Mossoró, se for dado crédito à versão de que Arruda ajudou a planejar a expedição, mas não se pode construir um caso somente para dar fundamento a uma suposição (CHANDLER, 1981, p. 117).

Isaías Arruda deixava a relação lucrativa com o cangaceiro porque o cenário mudara com o aumento da repressão ao bando. Além disso, os jornais de Pernambuco denunciavam com frequência a associação de chefes do Cariri cearense com o banditismo. Usufruir da indústria do cangaço era viver no limite do pacto, pois quando a relação se tornava prejudicial aos interesses políticos, o melhor a ser feito seria desfazê-lo, e se possível, tentando matar a *máquina de guerra nômade*, objetivando parar seu poder destrutivo de resistência.

O (a) leitor (a) deve recordar que foram as forças de Pernambuco que pressionaram o coiteiro Antônio da Piçarra em 1928, culminando com a morte de Sabino Gomes e, mais uma desterritorialização em rede do bando de Lampião. Diante do contexto, o *Capitão* resistia e começava a cometer ataques mais violentos em solo cearense, evidenciando que o respeito não era ao Padre Cícero, mas aos compromissos de suas redes.<sup>134</sup> Quando as perdia, a consideração acabava e, conseqüentemente, seus movimentos mudavam.

Em síntese, a perda das principais fontes de agenciamento nos estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará desterritorializaram o território em rede do *coronel sem-terra* Lampião, apesar do poder de resistência exercido pela *máquina de guerra nômade* do cangaço. Não significa dizer que os contatos de proteção tenham sido zerados, perdidos completamente. Todavia, os que sobreviveram não foram capazes de garantir a ação do cangaceiro naquela zona, pelo menos por alguns anos, já que existem relatos de passagens rápidas do cangaceiro em Pernambuco na década de 1930, após os Pereiras voltarem ao aparelho do Estado com o governo de Agamenon Magalhães. Outras jamais voltaram a ser vivenciadas. Se é *verdade* que Lampião tinha dinheiro emprestado, provavelmente, seus antigos clientes ficariam devedores.

Tomando como referência Costa (2016), que diz ser a desterritorialização plena um mito, o *Capitão*, para não ser capturado, deixou aquela zona e atravessou o rio São Francisco (o Velho Chico), no esforço de se reterritorializar e tecer novos *nós*. Uma mudança emergencial espacial estava em operação, rumo ao estado da Bahia<sup>135</sup>, onde chegou em agosto de 1928. Começava aí uma nova fase do cangaço lampiônico, com novas espacialidades, singularidades e territorializações. Diferente dos discursos interessados movidos pela imprensa pernambucana atestando o fim do *coronel nômade*, a mudança espacial forçada lhe renderia dez anos mais naquela profissão. Isso porque o seu território não se acabava ali, estava apenas no processo de refazê-lo em outras bases.

Agora que o (a) leitor (a) conheceu a importância e os mecanismos dos agenciamentos em redes, reforço o convite para continuar comigo no último momento deste trabalho, no qual pretendo mostrar a relação do bandoleiro com o *substrato material espacial* e a produção de territórios em movimentos.

### **3.2 Da intervenção no substrato material espacial ao território móvel (ou em e pelo movimento)**

<sup>134</sup> Por muito tempo se acreditou que Lampião não cometia crimes no Ceará em respeito ao Padre Cícero.

<sup>135</sup> Para mais informações, ver: FONTES, Oleone Coelho. **Lampião na Bahia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

### 3.2.1 As práticas espaciais militares do cangaceiro

Foi defendido até aqui que o personagem estudado produziu uma multiterritorialidade. As urdiduras de territórios em redes proporcionaram o estabelecimento de zonas de atuação, isto é, uma maior frequência em dadas áreas, construindo um território zonal, que por sua vez estava articulado através do território em redes de apoio. A territorialidade em rede não se contrapõe à territorialidade em zona, ao contrário, suas existências são relacionais e, portanto, indissociáveis. As zonas se constituem pelo adensamento e duração no tempo de dadas redes de relações e proteção. Para o cangaceiro, as redes de maior durabilidade proporcionaram a espacialização do bando em uma dada zona, como o sertão do Pajeú pernambucano ou o Cariri cearense. Tanto as redes como as zonas devem ser concebidas como estando sempre em transformação, pois suas tessituras receberam diversos deslocamentos ao longo dos anos e, conseqüentemente, o valor atribuído a uma dada zona variou com o tempo, tal como explicado na mudança espacial emergencial empreendida pelo *dominador do cangaço*.

Agora interessa compreender a relação do cangaceiro com o substrato material dos espaços. Souza (2009) define o *substrato espacial material* como formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis (serrotes, matas, feições “naturais” etc.), ou seja, a matéria que serve de suporte e referência para as práticas sociais e para a configuração de espaços territoriais. O autor lança mão desse termo como um esforço de separação do que ele chama de espaço concreto (matéria, objeto), do espaço social (constituindo pelas relações humanas). Pensamos ser interessante usar esse termo como distinção conceitual, uma vez que o substrato material não pode ser confundido com o espaço, já que o último é sempre social, sendo resultado da junção e interação da prática humana com os substratos materiais.

Como Lampião se antecipava e selecionava o *substrato espacial material* como instrumento estratégico e tático de combate criando emboscadas para as forças volantes? Como as práticas de intervenção espacial podem explicar aspectos militares no cangaço? Para tentar responder a essas questões, trago o exemplo de uma das maiores batalhas enfrentadas pelo bando de Lampião: a batalha de Serra Grande, em 1926.

Em novembro de 1926 a plataforma política de combate ao banditismo lampiônico já havia sido anunciada pelo futuro presidente pernambucano Estácio Coimbra, e o comandante das volantes no interior do estado, Major Théóphanes Ferraz Torres (conhecido na história do cangaço pela captura do cangaceiro Antônio Silvino, em novembro de 1914), objetivava mostrar serviço ao novo chefe, dando maior liberdade e incentivo para as forças volantes

efetuarem um ataque massivo e em conjunto contra o bando de Lampião. Segundo Chandler (1981), Theóphanes fora muitas vezes acusado de negociar munição com o cangaceiro, e caso as afirmações fossem *honestas*, o plano de armar um ataque pode ter sido também uma resposta pública do oficial às acusações. Aproximadamente 300 militares foram mobilizados para o ataque, entre eles estavam os *Nazarenos* (inimigos de longa data do *coronel nômade* Lampião), número muito considerável e revelador: os bandoleiros deveriam ser capturados ou abatidos na ação!

Os relatos de época, assim como a vasta escrita sobre o tema, apontam em grande medida para a constituição de uma vasta rede de informantes em torno de Lampião. Além dos protetores de diferentes camadas sociais, a malha se estendia desde os funcionários do telégrafo até os quartéis de polícia. Contatos que garantiam informações privilegiadas resultando no conhecimento e antecipação dos planos traçados pelas tropas volantes. Raramente o cangaceiro era pego de surpresa, isso porque a *máquina de guerra nômade* do cangaço operava, especialmente, através da estratégia da emboscada e com o uso de movimentos rápidos e imprevisíveis. O cangaceiro deveria parecer ser capaz de estar em qualquer lugar ou em lugar algum (potencialidade destacada em momentos anteriores deste trabalho). Perder o efeito surpresa, perder a antecipação espacial<sup>136</sup> se convertia em maior possibilidade de captura, ou de entrada em um *buraco negro* (no pensamento do filósofo Deleuze), isto é, a morte.

Sabendo do plano dos perseguidores, o *dominador do cangaço* traçou uma estratégia que colocou fim a uma dezena de vidas. Consistia em primeiro lugar no movimento de atração, ou seja, atrair o adversário para um local pretendido para o combate. O ponto escolhido foi a Serra Grande, que na época cortava os municípios pernambucanos de Flores e Vila Bela, muito embora o conflito tenha sido travado na parte pertencente ao primeiro município. Visitei o local durante a pesquisa<sup>137</sup> e constatei (mesmo muitos anos depois) como é de difícil acesso e de visão privilegiada para quem ocupasse o alto da Serra.

---

<sup>136</sup> Segundo Corrêa (2014), a antecipação espacial constitui uma prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da ocupação dos melhores pontos espaciais, visando objetivos futuros. Ele usou essa definição para fazer uma abordagem socioeconômica das práticas espacial da Companhia de Cigarros Souza Cruz. Aqui utilizo para pensar a questão militar.

<sup>137</sup> A visita ocorreu no dia 3 de março de 2018, na qual contei com as colaborações do gentil professor Francisco Pereira Lima, conhecido por Professor Pereira; e do colecionador, artesão e escritor Lourinaldo Teles Pereira Lima, nativo da região e pesquisador da temática. Constatei, ainda, que a Serra Grande conta com leitos de água e plantas que oferecem frutos como o umbuzeiro. Se disponíveis na época do evento, os cangaceiros além de uma posição geográfica estratégica, estiveram reabastecidos com frutas e água. Obviamente que se trata apenas de dedução a partir do contato com o local, mas não seria a escrita da História um produto (antes de tudo) da projeção de cenários e ações humanas possíveis em forma de texto?

Lampião, que agia em novembro daquele ano nas redondezas de Vila Bela, atraía as atenções das forças volantes por meio de sequestros e passagens rápidas por povoados, deixando sempre claro aos moradores que se os perseguidores perguntassem sobre sua direção, os mesmos informassem corretamente (pelo menos naquela oportunidade), sem o risco de sofrerem repressão por parte do bandoleiro e, ao mesmo tempo, se livrando mais ou menos da fúria dos policiais em perseguição, dando o paradeiro preciso. Isso porque o método mais usado pelos *Nazarenos*<sup>138</sup> consistia em práticas violentas: violentar até que os possíveis informantes falassem. Se de um lado os cangaceiros usaram o medo como instrumento de negociação, os policiais o utilizaram para obtenção de informação, medida que não sortia tanto efeito<sup>139</sup>, já que os sertanejos violentados em muitos casos eram extensão de uma rede maior, ou seja, de um potentado local influente que continuaria protegendo e negociando com o *coronel nômade*.

Um dos sequestrados foi Pedro Paulo Mineiro Dias, funcionário da empresa *Standard Oil*, feito prisioneiro no dia 24 de novembro de 1926, e testemunha ocular do combate em Serra Grande. O *Jornal Pequeno*, de Recife, entrou em contato com o refém após este conseguir sua liberdade:

Apesar de estar livre das garras lampiônicas e ter pernoitado, são e salvo, em Jaboatão, numa pensão em que goza de clima ameno, capaz de refazer energias subitamente perdidas, ao que nos pareceu, bastante nervoso. Disse apenas, a nós e aos confrades ao seu lado, que havia sido preso, por Lampeão e seu grupo, às 5h50 da tarde do dia 24 do corrente, a 5 km da Vila Bela, na estrada de rodagem. Referiu que foi solto por livre e espontânea vontade de Lampeão, às 6 horas da tarde de 27 do corrente, sábado último, no lugar Barreiro município de Flores. Acrescentou que o renomado bandido, ao restituir-lhe a liberdade, bem como ao seu companheiro Benício Vieira, da Companhia Souza Cruz, preso na mesma ocasião, mandara requisitar na fazenda de Manoel Ferreira Lins, ali situada, dois cavalos, mandando deixá-los no povoado de Betânia, de onde se transportaram para Rio Branco (JORNAL PEQUENO, 29 de novembro de 1926).

No dia 26 de novembro daquele ano, as tropas volantes alcançaram os cangaceiros e se prepararam para atacar. Enquanto isso, Lampião iniciava o segundo movimento, organizando

<sup>138</sup> Não só. Foi apresentado em outras páginas a violência da polícia frente aos sertanejos camponeses e coiteiros de classe baixa.

<sup>139</sup> É fato que através dessas medidas, a tropa alagoana descobriu o esconderijo de Lampião na Grota de Angicos, ao ameaçarem de morte o coiteiro Pedro de Cândido em 28 de julho de 1938, culminando com a morte de Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros, e um soldado. Para mais informações, ler: ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa. **Assim Morreu Lampião**. 3. ed. São Paulo: Traço Editora, 1982; ASSUNÇÃO, Moacir. **Os homens que mataram o facínora**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007; BASSETI, José Sabino; MEGALE, Carlos César de Miranda. **Lampião: sua morte passada a limpo**. Edição dos autores, 2011; BEZERRA, João. **Como dei cabo de Lampião**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1940.

seus bandoleiros<sup>140</sup> e selecionando as melhores posições espaciais, transformando o *substrato material* da Serra Grande em espaço militar. Essa intervenção permitiu aos cangaceiros acompanhar de cima o movimento das forças volantes em baixo. A tropa policial, composta aproximadamente de 300 homens, não contava com o uso estratégico do substrato material da serra por parte de Lampião e seus cabras, fato que revela a carência de um conhecimento militar refinado por parte dos perseguidores.

Os cangaceiros, que tinham como característica principal a luta em movimento e sem a necessidade de defenderem pontos fixos (o que é próprio da guerra sedentária de posições), utilizaram a antecipação espacial para converter pedras e rochas em trincheiras momentâneas. Quanto a vantagem estratégica numa batalha oferecida pela visibilidade proporcionada pela apropriação correta do substrato material, deixo que o manual de guerra escrito cinco séculos antes de Cristo, pelo chinês Sun Tzu, faça a afirmação definitiva e categórica: “Em terreno alto e acidentado, do mesmo modo, se pudermos ocupá-lo primeiro, devemos nos posicionar na parte mais alta do lado ensolarado e esperar o inimigo. Se o inimigo conquistou essa vantagem, devemos abandonar nossa posição e bater em retirada” (SUN TZU, 2007, p. 98). Relato que mostra a importância do conhecimento intuitivo e teórico do substrato material (que em Sun Tzu é o mesmo que terreno), enquanto instrumento de exercício de poder em um combate. Embora não seja plausível afirmar que Lampião tinha tal conhecimento teórico, não impossibilita a imaginação, quer dizer, afirmar que a vivência em armas pode ter oferecido um conhecimento militar que não necessariamente encontraria em livros ou em manuais de guerra, caso chegassem em suas mãos.

Testemunha ocular do confronto, trago mais um relato de Pedro Paulo Mineiro Dias, concedido ao jornal *A noite* em 1938 e reproduzido pelo escritor Melchiades da Rocha (1942), em seu clássico livro *Bandoleiros das Caatingas*:

Foi avistada a força policial, embaixo, numa posição de desvantagem. Os soldados, que vinham em diversos grupos, dirigiam-se aos Barreiros, lugar onde Lampião devia esperar o dinheiro do resgate. Mas o ‘chefe’, em vez de ir para aquele local, ficou na subida da Serra Grande, assistindo daí a aproximação dos soldados. Ouvidas as detonações dos cangaceiros, todo mundo deitou corpos. Foi uma luta bonita, que durou o dia inteiro. E eu firme, embora assustado. A polícia retirou-se cerca das 17 horas, deixando mortos e certa quantidade de munição esparsa pelo campo. É que a posição dos cangaceiros era ótima (ROCHA, 1942, p. 99-100).

---

<sup>140</sup> Segundo Chandler (1981), aproximadamente 100 cangaceiros estavam ali presentes. Já o *Jornal Pequeno*, na matéria citada acima, aponta para o número de 130 quadrilheiros. Se existe dúvidas sobre a quantidade de homens sob a chefia de Lampião naquele momento, o mesmo não ocorre quando a literatura do tema defende que os policiais estavam com um contingente três vezes maior do que o dos bandoleiros.

Como relatado, o *Capitão* Virgulino não estava mais interessado no dinheiro do resgate, a ação pedia outros movimentos. O objetivo era apanhar o inimigo que caiu na emboscada tecida entre corpos, armas, pedras e matos, manobra costurada em movimento, efetivada e refeita também através das escaramuças durante a refrega. A apropriação e seleção de melhores posições no substrato material da Serra Grande ofereceu uma enorme vantagem ao grupo de cangaceiros, que contavam com a possibilidade de se movimentarem no terreno regendo a posição dos inimigos. Quem estava do outro lado, além do esforço físico para subir a serra e enfrentar uma vegetação áspera, se deparava com os disparos vindos dos cangaceiros. Como as forças pernambucanas resistiam, tentando reverter aquela espacialização desfavorável, almejando alcançar os cangaceiros, o resultado da ação foi desastroso e mortal, culminando na morte de uma dezena de soldados e mais de uma dúzia de feridos, entre os quais o *Nazareno* Manoel Neto, um dos maiores perseguidores de Lampião. De acordo com Chandler (1981), o Major Theóphanes, aquartelado na cidade de Vila Bela, ao ouvir falar dos acontecidos rumou com mais soldados e munições, porém, não havia mais tempo, a batalha na Serra Grande já se encontrava em sua fase final.

Como em toda guerra, o conflito entre cangaceiros e forças volantes não fugia à regra: praças e cabras, geralmente, morriam primeiro. Detalhe importante era que quando tombava algum soldado ou oficial, como no caso do combate em Serrote Preto, em fevereiro de 1925, abriam-se pedidos de doação em prol dos familiares das vítimas: “PELAS VÍTIMAS DOS BANDIDOS. Paraíba, 18 – Sobe já a mais de 28 contos de réis (28:000\$000), a subscrição aberta em prol das vítimas do Serrote Preto [...]” (O PAIZ, 19 de março de 1925). Embora o valor anunciado seja considerado alto para época, enquanto o governo paraibano de João Suassuna não media esforços investindo nos negócios do correligionário Zé Pereira, os volantes mortos em combate precisavam ser ajudados em campanhas de doação. A indústria do cangaço funcionou apenas para alguns.

Os policiais cujo dever exigia (pelo menos em teoria) a permanência no *front*, não souberam recuar estrategicamente, prática usada e abusada pela *máquina de guerra nômade* dos cangaceiros nos momentos de maiores dificuldades. Assim como a emboscada e a antecipação espacial, a tática de se retirar do combate foi essencial para os bandoleiros, cuja prolongação da luta só é vantajosa em casos especiais. Quanto mais tempo disparando, mais material bélico é utilizado e, conseqüentemente, obriga o cangaceiro a se mobilizar para levantar fundos para a compra de armamento e munição. O movimento da retirada, inclusive, foi confundido com covardia ou fraqueza:

Dizer que Lampeão saiu bravamente livre da ação repressora de nossa polícia é um disparate. Como entender bravura em quem foge? Como chamar bravo aquele que não enfrenta uma força que o persegue e, conhecedor de veredas sertanejas, por elas se interna para escapar à batida enérgica de seus perseguidores? (A RUA, 8 de junho de 1925).

Uma clara resposta do jornal situacionista a críticas que o governo de Sérgio Loreto e a polícia pernambucana vinham sofrendo, como dito no capítulo anterior. A justificativa do insucesso das volantes foi atribuída a fuga covarde do cangaceiro. Afinal, não podia ser diferente, porque o sedentário não consegue entender como funciona o movimento da guerra nômade. E, nesse sentido, Villela (1995) tinha razão, o pensamento sedentário lê o nomadismo por valores que falam muito mais sobre o seu mundo do que sobre o mundo daquele que é objeto do seu discurso.<sup>141</sup>

Quem se pergunta, como eu me perguntava, por que Lampião fugia tanto, agora tem uma perspectiva para encarar esse questionamento. Não se tratava de ser covarde, *frouxo* ou menos aguerrido. Nem sempre a fuga é uma derrota. Se interpretada com outros olhos, pode ser compreendida como uma tática, uma estratégia de sobrevivência disponível. Villela (1995) foi muito feliz ao trazer essas discussões, propondo até uma aproximação entre Che Guevara e Lampião. A comparação não se deu, evidentemente, quanto a proximidade de ideologia política, mas na relação do guerrilheiro com o *substrato material espacial*. Ou seja, do ponto de vista militar e estratégico baseado no dueto emboscada-retirada. Então, para o antropólogo, Lampião foi um guerrilheiro? Sim. A guerrilha entendida como meio de capitalização de suas forças de combate e não como instrumento para revolução política e social, já que a única revolução promovida pelo cangaceiro foi de cunho individual e não coletivo.

Os memorialistas e cordelistas abusaram da ideia que Lampião possuía um corpo fechado, imbatível e quase imortal. Apesar da presença dessas crenças na ordem mística dos sertanejos do tempo do cangaço e da contribuição desse tipo de produção, os motivos que contribuíram para os sucessos do *Capitão* foram outros. Ao invés de buscá-los na dimensão metafísica dos acontecimentos (que também é válida), associe aos aspectos militares que consistiram na relação do homem com o terreno. Outro exemplo de atuação estratégica direta no *substrato material espacial* pode ser a prática de andar em cima de pedregulhos, dificultando a vida dos rastejadores<sup>142</sup>, que por maior conhecimento que tivessem da área, demoravam a

<sup>141</sup> Além dos textos da dupla Deleuze e Guattari, destaco o importante trabalho: HARTOG, F. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

<sup>142</sup> Os rastejadores eram sertanejos que possuíam conhecimento empírico sobre uma dada área. Seu saber espacial foi capturado e colocado a serviço do Estado no combate ao cangaço lampiônico. Como afirmou Deleuze e Guattari (1997), o Estado opera criando aparelhos de captura objetivando parar ou aniquilar *a máquina de guerra nômade*

localizar as pisadas dos guerreiros nômades. São muitos os telegramas que traziam notícias de perda de rastro em virtude do piso pedregoso sobre qual caminhava o bando perseguido. A chuva também interferiu negativamente para a localização dos cangaceiros pelas volantes; sobram mensagens cujo conteúdo é a perda da pista porque o solo estava molhado (VILLELA, 1995, p. 115).

O despreparo dos policiais também influenciava no resultado dos confrontos. Segundo Albuquerque (2016), foi apenas na década de 1930, com o advento do governo Vargas, que as corporações militares passaram a adotar medidas melhores de organização e preparação. Ou seja, quase dez anos após as primeiras ações de Virgulino no bando chefiado pelo seu tio, Antônio de Matilde. Geralmente os jovens ingressavam nas forças volantes sem nenhum preparo militar, movidos pelo sentimento de vingança, aventura ou desejo de se aparelhar de alguma forma dos mecanismos de poder do Estado e deles tirarem vantagens econômicas, políticas e/ou simbólicas. Ainda de acordo com Albuquerque (2016), o fator financeiro não foi decisivo, pois se assim fosse, o melhor caminho seria entrar no cangaço. O soldado recebia muito pouco e com atrasos. Quando o dinheiro chegava não dava nem para quitar as contas acumuladas de 2 ou 3 meses atrás.<sup>143</sup>

O combate em Serrote Preto, em fevereiro de 1925, é outro exemplo do despreparo dos policiais. Lampião e seu bando estavam em uma casa nas proximidades da fazenda Serrote Preto, no município de Paulo Afonso, atual Mata Grande, Alagoas, quando foram surpreendidos pela chegada das tropas. Ao invés de seguirem um plano em conjunto que visasse cercar a casa ou se apropriar de posições que garantissem melhores condições no confronto, as forças de Pernambuco e Paraíba disputavam entre si quem combateria primeiro, evidenciando os conflitos de poder entre tropas de diferentes estados. A força paraibana, comandada pelo tenente Francisco Oliveira, conseguiu se antecipar aos pernambucanos dando início ao confronto. Além dos tiros dos cangaceiros, os paraibanos estavam na mira da volante pernambucana que chegou atrasada, deixando-os em fogo cruzado. Enquanto isso, Lampião e seus homens reorganizavam suas posições dentro da casa, furando as paredes, as convertendo em acessório de apoio para

---

e, neste caso, os rastejadores auxiliavam de forma decisiva na guerra sertaneja, pois funcionava como resistência ao conhecimento espacial dos cangaceiros. Na literatura do tema é comum encontrar narrativas que retrataram o desconforto e o ódio que Lampião sentia dos rastejadores. Nessa relação de poder ambos os lados resistiam. Ao compreender a importância do *substrato material espacial* para o cangaceiro, os governos resistiram, buscando usar as mesmas armas (embora diferentes) do adversário.

<sup>143</sup> Uma matéria publicada pelo *Jornal do Recife*, em 12 de abril de 1925, ironiza um fato que teria ocorrido após o combate em Serrote Preto, onde Lampião prometera não matar mais soldados, mas, sim, somente oficiais, porque teria encontrado no bolso do oficial morto 2 contos de réis, enquanto que, no bolso de um soldado, apenas 200 réis. De acordo com Albuquerque (2016), embora os oficiais não ganhassem tão bem, a diferença para um simples soldado era considerável.

suas armas. Ao mesmo tempo que miravam e atiravam, estavam protegidos pela estrutura física do local.

Nesse combate o fator surpresa teoricamente estava com as volantes, configurando uma diferença em relação ao confronto que seria travado um ano depois em Serra Grande. A posição estratégica dos cangaceiros também não era a mesma, pois ao invés da visão privilegiada do alto da serra, estavam arranchados dentro de uma casa. Outra questão, a antecipação espacial nem sempre produz os mesmos resultados, mas dependendo das circunstâncias pode configurar um movimento negativo e até mortal. Ao escolher se antecipar, o tenente Francisco Oliveira colocou sua tropa na pior posição, em frente aos inimigos e atrás dos *adversários* de farda. Como oficial e comandante de uma tropa, deveria saber que a antecipação espacial servia para ocupar as melhores posições e não para alimentar o desejo de ser o primeiro a chegar e capturar o inimigo. Uma coisa é antecipar-se estrategicamente para ocupar o terreno, outra é antecipar a morte. Pagou com a própria vida juntamente com alguns de seus comandados. Por outro lado, os cangaceiros que aparentemente se encontravam cercados e sem maior mobilidade, tomaram medidas circunstanciais furando o *substrato material espacial*, isto é, as paredes da casa, as colocando à serviço da guerra e conquistando vantagens mesmo com menor contingente. O conflito interno, a desorganização e a falta de estratégia dos perseguidores colaboraram para um novo triunfo dos bandoleiros.

Após o fiasco dos policiais em Serrote Preto, a imprensa pernambucana cobrou de Zé Pereira explicações públicas sobre o ocorrido, tendo em vista que o coronel estava sendo financiado pelo governo paraibano para organizar e montar forças contra o banditismo. O *Jornal do Recife* mostrou insatisfação com a entrevista concebida pelo deputado paraibano ao *Jornal do Comércio*, também de Recife, deixando subentendido que alguém de influência estava protegendo e mantendo os cangaceiros bem municiados. Pelo tom da matéria, é plausível pensar que a crítica de protetor recaía sobre o próprio coronel. Se confirmada esta hipótese, já nos primeiros meses de 1925, o político estava sendo associado (indiretamente) a Lampião e seu bando:

O senhor coronel Pereira Lima é um par da câmara da Paraíba e nesta qualidade deveria estar em condições de trazer em público esclarecimentos sobre o desastre do Serrote Preto e, pelo menos, de acordo com o inquérito efetivado e as declarações de um desventurado oficial da milícia<sup>144</sup> de seu estado, horas antes de morrer, quais foram, na verdade, os autores do arcabuzamento seu e de seus companheiros. Seria revelação um ponto de capital importância para se conhecer com exatidão quais os responsáveis pela

---

<sup>144</sup> Nos jornais, as tropas volantes aparecem denominadas como milícias.

proteção dispensada ao celerado Lampeão e qual o motivo de que depois do aludido encontro em que sofreu a polícia do seu estado, esse bandido se apresenta com um bando mais numeroso e se acha melhor armado e municiado do que nunca. Isto é que seria útil ao governo e a todos, senhor coronel.... (JORNAL DO RECIFE, 13 de maio de 1925).

Pode ser também que o *Jornal do Recife* estivesse cobrando de Zé Pereira uma acusação direta às tropas de Pernambuco, que chegaram atrasadas no conflito e, ainda, teriam atirado contra os paraibanos. Ao mesmo modo, esperava do coronel algum esclarecimento sobre o financiamento de armas, algo impossível, pois se divulgasse os nomes dos agenciadores de Lampião entregaria a si, seus familiares e aliados espalhados pelos sertões de Pernambuco. Estes últimos eram muitos, já que a maioria das propriedades de Zé Pereira estavam localizadas no estado vizinho. A notícia ainda exagera argumentando que o bando se encontrava mais numeroso, o que não existe nenhuma razão ou prova documental para tal afirmação. Aliás, a vitória de Lampião naquele conflito parece ter outras motivações que não passavam pela quantidade de material bélico nem pelas relações de proteção. Pelo menos nesse caso, as razões são outras.

Serrote Preto e Serra Grande ficaram marcados na historiografia do cangaço lampiônico como os dois maiores combates travados na guerra sertaneja dentro do recorte temporal deste trabalho. Aqui (sobretudo Serra Grande) foram narrados através de categorias espaciais, como antecipação, intervenção e seleção espacial. Ações diretamente empreendidas sobre o substrato material, o terreno, segundo Sun Tzu, ou o piso, como denominado por Villela. Explorei alguns aspectos do dueto emboscada e fuga, que são por excelência movimentos de guerra nômade ou em guerrilha, são territorialidades constituídas estrategicamente e em movimento. Diante dos exemplos apresentados, creio que as práticas espaciais foram fundamentais para a compreensão da sobrevivência dos sujeitos em conflito. Quem melhor as utilizou, viveu quase 20 anos embaixo de armas transformando-se em *capitão, rei e dominador do cangaço*. Mas não pararia por aí: Lampião desejou governar oficialmente os sertões de Pernambuco após o triunfo diante da numerosa tropa volante.

Após a vitória espacial em Serra Grande, Lampião liberou seus prisioneiros, pedindo a um deles, Pedro Paulo Mineiro Dias, que levasse uma carta ao presidente interino de Pernambuco, Júlio de Melo, na qual propunha a divisão do estado em dois, em um suposto acordo político:

Faço-lhe esta devido a uma proposta que desejo fazer ao senhor para evitar guerra no sertão e acabar de vez com as brigas. Se o senhor estiver no acordo,

devemos dividir os nossos territórios. Eu que sou capitão Virgulino Ferreira Lampião, Governador do Sertão, fico governando esta zona de cá por inteiro, até as pontas dos trilhos em Rio Branco. E o senhor, do seu lado, governa do Rio Branco até a pancada do mar no Recife. Isso mesmo. Fica cada um no que é seu. Pois então é o que convém. Assim ficamos os dois em paz, nem o senhor manda seus macacos me emboscar, nem eu com os meninos atravessamos à extrema, cada um governando o que é seu sem haver questão. Faço esta por amor à Paz que eu tenho e para que não se diga que sou bandido, que não mereço.guardo a sua resposta e confio sempre.<sup>145</sup>

Não são poucos os que duvidam da sinceridade da proposta, argumentando que a carta não passava de uma provocação aos que queriam matá-lo e acabaram fracassando. Mas creio que a correspondência tenha sido produzida também pelo desejo do cangaceiro em dominar de forma oficial e *legal* a sua zona de atuação. Do mesmo modo que havia feito questão de obter a patente de *Capitão*, é provável que tenha desejado ser o *governador* do sertão após a vitória sobre a força pernambucana, reivindicando, por carta, o seu posto. Pericás (2010) apresentou a conversa (ou pelo menos uma versão dela) ocorrida no final de 1929, entre Lampião e o padre Emílio Ferreira, vigário de Glória. Após a missa, o sacerdote teria mostrado um grade mapa do Brasil ao cangaceiro e pedido que ele apontasse a proporção do seu *reino*. Com o dedo indicador, foi traçando um risco imaginário nos diversos locais onde havia passado com seu bando, e onde considerava ser sua área de domínio. Compreendia 300 mil quilômetros aproximadamente, através de sete estados. Com isso, o padre, teria dito que o grande reino de Lampião faria inveja a muitos monarcas europeus (PERICÁS, 2010, p. 54).

Se esses fatos tiverem algum fundamento, o cangaceiro desejou delimitar seu próprio território de maneira sedentária e definitiva, não mais um território micro, mas um macro, que passasse a ser chamado e reconhecido oficialmente sob seu governo. Nunca obteve sucesso nessa empreitada, tendo que se contentar com os territórios em rede, em zona ou em movimento que conseguiu estabelecer durante a trajetória no cangaço. O *coronel nômade*, pelo que tudo indica, tinha desejos de dominação sedentária. Porém, essa territorialização ficaria apenas no campo desejante e, na prática, o que se viu mesmo foram produções de territórios em rede, em zona e pelo movimento, através de sua *máquina de guerra nômade*.

### 3.2.2 O território móvel de Lampião

---

<sup>145</sup> Não tive acesso ao documento original, mas uma reprodução pode ser encontrada em: MACIEL, Frederico Bezerra. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 1986.

O objetivo deste último momento do capítulo é entender a construção de uma outra modalidade de territorialização por parte do grupo de cangaceiros sob a chefia de Lampião: o território móvel, tomando como acontecimento a sua incursão que durou quatro dias em terras do Rio Grande do Norte, em 1927, quando tentou assaltar a importante cidade de Mossoró.

A territorialidade em ou pelo movimento do cangaceiro apresentaram pelo menos dois aspectos principais e diferenciadores dos territórios em rede e em zona, se bem que o movimento foi sempre o instrumento utilizado para percorrer e conectar os *nós*, possibilitando a frequência em áreas de maior atuação. O primeiro aspecto pode ser explicado pela potencialidade da *máquina de guerra nômade* do cangaço no processo constante de se desterritorializar e se reterritorializar.

Enquanto o sedentário percorre trajetos pré-estabelecidos, o bandoleiro nômade faz e desfaz seus caminhos de forma circunstancial. O latifundiário estava atrelado a suas propriedades, no máximo poderia chegar nas cidades ou capitais a serviço de interesses políticos, e, logo após, regressava. O sertanejo camponês vivia ligado a suas obrigações no campo, tinha nas terras do patrão a principal referência espacial. Até o vaqueiro que usava cavalos e jegues como meios de transporte, geralmente, estava restrito cotidianamente a uma territorialidade pré-concebida, ou seja, aos cuidados dos animais dentro dos limites das propriedades, se bem que esses limites não eram tão claros e respeitados, o que foi muitas vezes motivo de contendas entre famílias vizinhas, basta lembrar do caso que levou Virgulino para os conflitos iniciais com seus primeiros inimigos. O vaqueiro também percorria as feiras, regressando em seguida para as propriedades de onde partiu. O jagunço pode ser entendido como uma figura um pouco mais móvel, porém, seus serviços também estavam atrelados a um dado chefe local, podendo ficar aquartelado nas propriedades por dias ou meses, sem precisar fugir das autoridades policiais. O jaguncismo, apesar de ser uma máquina de guerra, estava dentro da legalidade, fazia parte das práticas políticas do coronelismo. O jagunço foi máquina de guerra constantemente apropriada e colocada a serviço do Estado, já que o poder institucional passava pelos chefes locais, seus contratantes.

O cangaceiro, que tinha na relação com os latifundiários uma fonte de negociação e sobrevivência, possuía uma certa autonomia. Os pactos estabelecidos eram tecidos pelo compromisso e validade da reciprocidade. O aliado de antes tornava-se inimigo depois. Isto é, Lampião se inseria no jogo graças ao poder de negociação similar ao dos chefes políticos que formavam suas redes. Diferente do jagunço que trabalhava por encomenda, o cangaceiro se articulava politicamente, tecendo agenciamentos que garantiam a proteção e o *status* na sociedade sertaneja. Se o (a) leitor (a) recordar o distanciamento que estabeleci (no primeiro

capítulo) em relação a tese de Queiroz (1977), que defendia ter sido o cangaceiro independente do coronel, ao longo das linhas deste trabalho passou a compreender que a relação não era de independência, mas de relativa autonomia, baseada em relações de reciprocidade e de troca de favores e prestações de serviço.

Lampião, para estabelecer *nós* e frequentar zonas, precisava se movimentar constantemente, contudo, o relacionamento em rede ou em zona necessitava a pausa, a parada para negociar e vivenciar as alianças. Não é difícil encontrar na historiografia do tema e nos documentos de época relatos de meses de inatividade na vida bandoleira, alguns relatos, inclusive, que atestavam sua morte de forma equivocada: “Desde ontem que circulam, nesta cidade, boatos de que o temível cangaceiro Lampeão, que se julgava morto, está homiziado no lugarejo Espírito Santo [*atual Inajá*] -, sem perseguição da polícia” (JORNAL DO RECIFE, 28 de janeiro de 1925). A divulgação da morte de Lampião servia aos interesses dos seus perseguidores na divulgação de um efetivo combate ao banditismo, como também proporcionava descanso e dias menos conturbados ao quadrilheiro: “Agora, porém, segundo informações que temos do interior, o bandoleiro ressurgiu talvez se levantando da sepultura que o guardava por um milagre...” (JORNAL DO RECIFE, 15 de fevereiro de 1925).

Julgado como morto, nas fazendas do protetor, o bandoleiro deitava, comia, bebia, jogava, por semanas e, às vezes, por meses a fio. Todas essas práticas só eram possíveis mediante pausas no movimento. Sendo assim, as territorialidades, apesar de coexistirem indissociavelmente, não podem ser tomadas como iguais. Outro fator relevante: o território em rede estabelecia normas e regras, uma vez que o movimento nas propriedades do agenciador recebia uma série de codificações, próprias de um território marcado pelo compromisso mútuo e de pactos de não agressão. Por isso, creio que os movimentos do *coronel nômade* não foram tão livres e lisos como defendido por Villela (1995). A *máquina de guerra nômade* do cangaço nem sempre operou produzindo espaços lisos e abertos, se assim fosse, qual o sentido do estabelecimento de redes e compromissos para os protetores senão o de garantir e proteger seus bens materiais frente ao poder móvel destrutivo dos cangaceiros?

Sabendo que os territórios em rede e em zona necessitavam paradas e codificações mais ou menos duradouras, a produção do território em movimento do bandoleiro operava, principalmente, objetivando levantar dinheiro através de saques. Este é o segundo aspecto. Por que Lampião respeitou por algum tempo as zonas do Cariri cearense e a comarca de Princesa Isabel? Por que atuou de forma violenta e tão diferente durante os quatro dias que esteve no Rio Grande do Norte, em 1927? A resposta obviamente não se deve ao simples respeito e admiração a personagens como o Padre Cícero, mas pelos interesses que dirigiam seus movimentos. Tanto

é que quando as redes eram rompidas, a resistência através da força recaía sobre os antigos protetores, o território zonal ganhava outros sentidos, e se procurava constituir nova zona de permanência, atuação e proteção.

Uma possibilidade de resposta pode ser levantada através dos interesses que guiavam os movimentos empreendidos pelo seu bando. Quando chegou na Bahia, em 1928, certamente por meio de alguma negociação anterior, se mobilizou objetivando escapar da repressão e criar novas redes de proteção, sem oferecer, no princípio, maiores ameaças aos moradores, passando a ideia de uma suposta passividade e respeito, tentando construir naquele substrato material uma nova zona de frequência e alianças. Logo conseguiu se relacionar com sertanejos camponeses e sujeitos de influência naquela nova zona, como o coronel Petronilo Reis, conhecido por Petro, do município de Santo Antônio da Glória. O movimento territorializante na Bahia foi colocado a serviço da atração, isto é, da agregação circunstancial de apoiadores. Já a polícia de Pernambuco se territorializava na Bahia através de práticas antigas, permeadas pela violência:

Entretanto, a polícia de Pernambuco não tencionava deixar Lampião descansar, e Manuel Neto e seus Nazarenos, descobriram sua pista logo depois que atravessou o São Francisco e o seguiram até a fazenda principal de Petro. [...] Incidentes, tais como a surra dada no vaqueiro de Petro – combinados com a inatividade de Lampião, levaram as autoridades baianas a pedirem a Pernambuco a retirada das volantes. A polícia pernambucana teve sua desforra quando, algum tempo depois, recebeu um urgente apelo da Bahia, para que voltasse. Era evidente que a polícia baiana não estava preparada para enfrentar Lampião. O cangaço nunca fora um problema no estado, como fora no outro lado do rio, e, conseqüentemente, não tinham soldados suficientes, nem experiência, nem mesmo vontade, de persegui-lo (CHANDLER, 1981, p. 127).

Neste caso em especial, pode-se dizer que a territorialidade em movimento não visava o saque e sim a fabricação de novas relações. No entanto, a exceção não é a regra. O território em movimento esteve atrelado com frequência aos objetivos de levantar dinheiro para alimentar a indústria do cangaço, tal como as ações nos primeiros meses de 1927, na Paraíba, e a marcha para Mossoró no mesmo ano. Importante lembrar também que o território em e pelo movimento estava vinculado aos territórios em redes e em zonas, pois os saques eram intermediados pelos protetores, o que faz o (a) leitor (a) lembrar que o assalto a cidade de Sousa, em 1924, havia sido planejado e financiado por Marcolino Diniz. Os cangaceiros abandonaram sua zona de proteção nos domínios dos Pereiras para se territorializarem em movimento na cidade de Sousa; assim como a tentativa fracassada em Mossoró teria como um dos mentores o coronel cearense

Isaías Arruda, de Missão Velha, dominante na zona do Cariri cearense. Antes de abordar este último evento, apresento a importância da mobilidade para este tipo de territorialidade.

É importante frisar que não entendo mobilidade nem no sentido restrito de mero deslocamento, e nem, no seu extremo oposto, como ação abstrata e metafórica onde tudo é mobilidade. Referencio Costa (2016) quando mostra que muitos autores, como o geógrafo marxista David Harvey, partiram da ideia preconcebida de que a mobilidade é sinônimo de desterritorialização, e, para tanto, propôs a partir da leitura da dupla Deleuze e Guattari, pensar a reterritorialização no interior da própria mobilidade. Deste modo, a própria territorialidade pode ser produzida pelo e no movimento. Pela prática de mobilizar-se, os guerreiros nômades exerciam um dado poder frente aos sedentários. O cangaceiro é um exemplo disso. Sem fronteiras estabelecidas e ações circunstanciais, a morada do bandoleiro era embaixo de suas próprias armas. Ao mover-se, o cangaceiro carregava consigo além do material bélico, os objetos para comer, dormir, *farmácias* ambulantes etc.

No documentário *A estética do Cangaço*<sup>146</sup>, apresentado pelo pesquisador e escritor Frederico Pernambucano de Mello (que, assim como outros pesquisadores, se apropriou de documentos e de objetos da chamada cultura material do cangaço para uso privado), pode-se observar a descrição de um manequim vestido com peças reproduzidas da indumentária dos cangaceiros, correspondente ao período lampiônico. Villela (1995) agregou ao seu texto uma parte dessa importante descrição:

Grande chapeó de couro quebrado adiante e atrás, meio á Napoleão, enfeitado com uma rosa encarnada, e de largo barcicacho, espécie de cilha na testa, logo acima das sobrancelhas: um lenço encarnado posto do pescoço à cintura, servindo de peitoral, um bernal cheio de balas e um cobertor de lã, postos à tiracolo; um patuá e uma cabaça de collo amarrados à cintura e onde trazia mantimentos e água para as grandes travessias; alpercatas de rabicho; cartucheira de arma longa e de arma curta; um grande punhal de dois gumes, cabo de prata e ouro, posto por traz das cartucheiras, ao nível do abdomen, de cima para baixo, da direita para a esquerda, de molde a ficar a cabo à altura do hypocondrio direito e a porta para além do quadril esquerdo, uma pistola colt presa da cintura ahi pela região para-umbical do mesmo lado; um longo facão, modelo de baioneta, pendido na anca; e uma carabina, das do Exército Nacional, typo 908, sua arma predilecta (VILLELA, 1995, p. 89).

Esses materiais carregados pelos bandoleiros foram denominados por Villela (1995) de *tecnologia de transporte*, no interessante esforço de evidenciar a necessidade militar da movimentação do cangaceiro. Não sendo por acaso que a etimologia do termo cangaço emergiu

---

<sup>146</sup> Ver em: Estrela do Cangaço. Ramssés Silva. **Youtube**. 11 de abr de 2016. 43min03s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RQRbcI4Kauc>>. Acessado em: 20/08/2018.

atrelada a ideia de homens que viviam embaixo do seu cangaço, o seu equipamento, sua canga, que poderia pesar entre 25 e 45 quilos. Essa *tecnologia de transporte* aponta para as necessidades durante longos períodos de deslocamentos, especialmente nos momentos de maior perseguição e repressão por parte das tropas volantes. Significa dizer também que a intensidade da perseguição influenciava diretamente na intensidade dos movimentos empreendidos pelos cangaceiros.

Entre os equipamentos que os quadrilheiros levavam destaque a presença de cobertas e de material para a construção de cabanas provisórias, pedaços de lona que eram amarrados em árvores para a proteção da chuva e do sereno, ambos para o descanso no mato, mesmo estando dentro de propriedades de protetores. As *farmácias* populares também eram levadas pelos cangaceiros para eventuais ferimentos em combate e nos imprevistos no cotidiano na caatinga. Todo esse material facilitou a mobilidade e as linhas de fuga emergenciais dos acampamentos. Ao entrar no cangaço, a *casa* de Lampião passou a ser portátil, móvel e circunstancial. Isso mostra também uma certa autonomia do cangaceiro em relação ao seu coiteiro ou protetores, pois quando possuía uma reserva de produto bélico e alimentar, não precisava necessariamente repousar em alguma construção dentro das propriedades dos aliados, como engenhos, casas abandonadas etc. O mato podia ser convertido em *cama* rústica, em espaço de descanso e de prazeres ao lado das cangaceiras ou em *banheiros* improvisados (lembrando que as mulheres não estavam no cangaço durante o recorte temporal deste trabalho, ingressando somente a partir de 1930, como já destacado em outros momentos).

A vida no cangaço foi, por excelência, a vida em territórios móveis construídos pelo movimento. Mobilidade nas vestes, na articulação e conexão das redes, na frequência das zonas de atuação, nas linhas de fuga, nos saques rápidos e na disseminação do medo provocado pelo potencial destrutivo da *máquina de guerra nômade* do cangaço. A mobilidade intensa dos cangaceiros ameaçava o mundo dos sedentários, porque a qualquer hora Lampião e seu bando poderiam aparecer anunciando um assalto em estradas ou batendo em suas portas, fosse para solicitar algum tipo de ajuda, fosse para roubar algo de importância ou efetuar alguma vingança. As possibilidades eram múltiplas e o medo a elas também: “Insegurança por toda parte. O habitante assombrado, fugindo abandonando o lar e procurando salvar a vida e as melhores alfaias. Campeando à solta a morte e o roubo, a violência e a violação, dia a dia o morticínio e o saque alastrado. Verdadeiro horror!” (O JORNAL, 25 de maio de 1924).

É claro que os jornais, dependendo dos interesses que representavam, disseminavam mais ainda o medo. Durante o ano de 1925 nenhum periódico apelou mais para essas práticas narrativas do que o já citado *Jornal do Recife*. Mesmo quando Lampião não estava agindo

especificamente nos sertões de Pernambuco, era preciso utilizar a mobilidade do cangaceiro para justificar sua volta a qualquer momento, o que em grande medida tinha fundamento: “Lampeão está hoje em Alagoas como esteve ontem em Pernambuco e como poderá voltar amanhã, ao nosso interior [...]” (JORNAL DO RECIFE, 24 de fevereiro de 1925). Até uma comitiva oficial teria ficado impossibilitada de seguir caminho com receio de encontrar o *coronel nômade* e seu bando:

Deveria seguir hoje, atrelado ao trem do horário, para Rio Branco, um carro de 1ª classe, conduzindo uma comitiva oficial que se destinava a Triunfo e Vila Bela, em cujas cidades seriam inaugurados, nesta a cadeia pública e naquela um posto de profilaxia. Ontem, porém, alguém do oficialismo recebeu um despacho telegráfico, avisando que a comitiva não devia seguir, pois Lampeão e o seu grupo a esperava para aprisioná-la. Os telegramas foram passados pelos magistrados de Vila Bela (JORNAL DO RECIFE, 24 de maio de 1925).

Segundo Chandler (1981), algumas pessoas influentes, que mantinham laços com Lampião, aproveitavam para estender a proteção para amigos seus. Quando o médico Waldemar Valente estava viajando pelos sertões, no princípio da década de 30, em campanha para a erradicação da malária, lhe foi dada uma espécie de passe livre pelo protetor do cangaceiro, Cornélio Soares, chefe político de Vila Bela. O passe solicitava que fosse dada passagem ao médico, e acabava assim: “é gente nossa” (CHANDLER, 1981, p. 197). Esses relatos evidenciam o medo<sup>147</sup> que acompanhava as pessoas na travessia de estradas pertencentes às zonas de frequência de Lampião. Sentimento que projetava e criava o que o geógrafo Yi-Fu Tuan (2005) denominou de *paisagens do medo*.

De acordo com Tuan (2005), as *paisagens do medo* são fruto das diversas manifestações das forças do caos, naturais ou humanas, sendo que de alguma forma, toda construção humana – mental ou material – é um componente na paisagem do medo para controlar o caos. Os contos de fadas infantis, as lendas dos adultos, os mitos cosmológicos, os sistemas filosóficos, as casas, os campos de cultivos, as cidades, a cerca no jardim, a proteção do radar são alguns exemplos de refúgios construídos na tentativa de manter controladas as forças hostis. No caso trabalhado aqui, a *paisagem do medo* é projetada nas estradas, lá onde a mobilidade do cangaceiro pode

---

<sup>147</sup> O medo para Yi-Fu Tuan (2005) é um sentimento complexo, no qual se distinguem dois componentes: sinal de alarme e ansiedade. O sinal de alarme é detonado por um evento inesperado e impeditivo no meio ambiente, cuja resposta instintiva é enfrentar ou fugir. A ansiedade, por outro lado, é uma sensação difusa de medo e pressupõe uma habilidade de antecipação, comumente acontecendo quando se está num ambiente estranho, longe do território sob domínio. A ansiedade é um pressentimento de perigo quando nada existe nas proximidades que justifique o medo, momento no qual a necessidade de agir é refreada pela ausência de qualquer ameaça. Ocorre que a imaginação aumenta imensuravelmente os tipos e a intensidade de medo no mundo dos homens.

aparecer a qualquer momento. Uma das formas de controlar esse caos foi apelar para os bilhetes de pessoas ligadas a Lampião. Só assim para andar mais tranquilo, torcendo, é claro, para não topar com outros bandos.

Após essa breve explanação sobre a potencialidade da mobilidade, volto minha atenção para o objetivo principal deste item. Compreender a construção de territórios móveis por parte de Lampião e seu bando através da análise de sua incursão no estado do Rio Grande do Norte, em 1927. O antropólogo Villela (1995), tomado aqui como principal intermediador das discussões empreendidas, defendeu que o Rio Grande do Norte não constituiu uma área de atuação do *dominador do cangaço*, já que a incursão teria sido apenas circunstancial, de quatro dias, visando o ataque à cidade de Mossoró. Creio que neste aspecto o antropólogo tenha razão, realmente o cangaceiro estudado não formou redes neste estado e, conseqüentemente, não constituiu nele territorialidades em rede e em zona. Não se sabe os motivos, talvez não tivesse interesse em se articular com sujeitos no Rio Grande do Norte, fato mesmo é que a justificativa que apela para a ideia que não conseguiu porque encontrava muita resistência não parece nada plausível. Essa ideia é, antes de tudo, um esforço de criar uma identidade guerreira e resistente para o povo norte-rio-grandense, principalmente, para os habitantes de Mossoró.

Por outro lado, Villela (1995) excluiu o Rio Grande do Norte de sua dissertação, pois, para ele, não houve ali uma produção de território, pelo fato de não ter compreendido uma zona de frequência constante, entrando em contradição, já que seu texto tinha como objetivo central entender a organização espacial do cangaço lampiônico por meio da criação de territórios em virtude dos movimentos. Então Lampião passou quatro dias cortando o Rio Grande do Norte sem constituir nenhuma territorialização? Como explicar, através de categorias espaciais, as ações do cangaceiro em solo potiguar senão pela territorialidade em e pelo movimento? Só porque este estado não correspondeu a uma área de frequência<sup>148</sup> não se produziu território móvel? Busco responder essas questões a seguir, no último esforço de atualizar as discussões em torno do conceito de território, isto é, a territorialidade em movimento produzida pelo cangaceiro ao objetivar saquear a cidade de Mossoró.

Souza (2014), ao definir o território como relações sociais de poder projetadas sobre o substrato material, destacou o caráter móvel das territorialidades, isto é, o aspecto constante de formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo rápido, que ao invés de durar séculos, décadas ou anos, podem ser simplesmente meses, dias ou horas: “[...] ser antes instáveis

---

<sup>148</sup> Entendido aqui como território zonal, articulado e viável pelas redes, ou seja, o território-rede ou em rede. Lembrando que o antropólogo não trabalhou com essas noções, já que não estavam disponíveis no momento de produção do seu trabalho.

que estáveis ou, mesmo, ter existência regular, mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos [...]” (SOUZA, 2014, p. 87). O exemplo fornecido pelo geógrafo foi o território móvel da prostituição em alguns pontos do Rio de Janeiro:

[...] Esses territórios comumente encontrados naqueles lugares próximos ao *Central Business District* (CBD), que se convencionou chamar de *blighted areas*, áreas de obsolescência ou ‘espaços deteriorados’, muitas vezes são ‘apropriados’ pelo respectivo grupo [de prostituição masculina ou feminina] – apenas à noite. Durante o dia as ruas são tomadas por outro tipo de paisagem humana, típico do movimento diurno das áreas de obsolescência: pessoas trabalhando ou fazendo compras em estabelecimentos comerciais, escritórios de baixo *status* e pequenas oficinas, além de moradores das imediações. Quando a noite chega, porém, as lojas, com exceção dos bares e night clubs, estão fechadas, e os transeuntes diurnos, como trabalhadores ‘normais’, pessoas fazendo compras e os residentes do tipo que a moral dominante costuma identificar como ‘decentes’, cedem lugar a outra categoria de frequentadores, como prostitutas – ou travestis, ou ainda rapazes de programa – fazendo trottoir nas calçadas e entretendo seus clientes em hotéis de alta rotatividade. [...] Os territórios da prostituição são bastantes ‘flutuantes’ ou móveis (SOUZA, 2014, p. 87-88).

Esta citação será de suma importância para a defesa da existência de uma territorialidade móvel de Lampião no Rio Grande do Norte. Apesar das práticas de prostituição estarem atreladas a um grupo social em grande medida sedentário<sup>149</sup>, creio que esta ideia pode ser utilizada para entender as ações do *coronel nômade* em solo potiguar. Além do exercício de poder canalizado pelo movimento da *máquina de guerra nômade* do cangaço, ao longo da marcha os bandoleiros foram se apossando momentaneamente de fazendas, burros e cavalos. Diante da presença dos quadrilheiros, os proprietários se desterritorializaram momentaneamente, enquanto seus violadores se territorializaram por alguns minutos ou horas. Em outras palavras, a casa que era território do proprietário passava a ser, por instantes, territórios móveis dos cangaceiros.

Os preparativos iniciais para o saque em Mossoró foram traçados no mês de maio de 1927, quando Lampião estava nas fazendas do aliado Isaías Arruda, nas áreas que compreendem hoje os municípios cearenses de Aurora e Missão Velha. Os coronéis, assim como os cangaceiros, construía redes de alianças alimentadas pelo compromisso recíproco,

<sup>149</sup> Menos nos *costumes*. As práticas de prostituição são os *espaços de heterotopia*, na concepção foucaultiana. Espacialidades que apontam para o tensionamento dos valores normativos estabelecidos pelos discursos de ordem. Nesse ponto de vista, os territórios da prostituição são nômades em relação aos modelos de espaços pré-estabelecidos e dominantes, aqueles vinculados a moral e a *decência*. Sobre os *espaços de heterotopia*, ver uma tradução da conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967. Disponível em: <[www.ufscar.br/~cec/arquivos/referencias/Espacos%20Outros%20-%20Foucault.doc](http://www.ufscar.br/~cec/arquivos/referencias/Espacos%20Outros%20-%20Foucault.doc)>. Acessado em: 01/07/2019.

um exemplo pode ser dado a partir da relação de Décio Sebastião de Albuquerque Holanda, conhecido por Décio Holanda, proprietário da fazenda Bálamo, em Pereiro, Ceará, com Isaías Arruda. O primeiro, ao casar-se com uma filha de Tilon Gurgel do Amaral, fazendeiro na região do Brejo do Apodi, Rio Grande do Norte, decidiu entrar na política local de Apodi com o apoio do sogro. Passou a colecionar intrigas se envolvendo em contendas com seus adversários, chegando a ser preso em dezembro de 1926. Décio Holanda figurava no grupo opositorista, não contava com o apoio jurídico e institucional, o que o fez rumar nos primeiros dias de janeiro de 1927, para Missão Velha, objetivando usar as máquinas de guerra atreladas ao amigo Isaías Arruda como forma de resistência aos desafetos políticos em solo potiguar (LIMA IRMÃO, 2015, p. 240).

Segundo Medeiros (2015), nessa oportunidade Décio Holanda apresentou ao aliado Isaías Arruda mais um cangaceiro, tratava-se de Antônio Leite, o conhecido Massilon Leite<sup>150</sup>, que atuava com seu bando em terras norte-rio-grandenses, sob os agenciamentos da influente família Saldanha, que possuía propriedades na zona de Brejo do Cruz, Paraíba, e Caraúbas, no Rio Grande do Norte. O objetivo principal do ataque à cidade de Apodi era a morte do intendente Francisco Ferreira Pinto, principal adversário político de Décio Holanda. No dia 10 de maio de 1927, os bandoleiros comandados por Massilon e financiados por Isaías Arruda saquearam a cidade de Apodi, conseguindo levantar muito dinheiro. No plano financeiro o assalto foi um sucesso, mas a morte de Francisco Ferreira Pinto não foi concretizada. Como defendido desde o primeiro momento deste trabalho, o cangaceirismo esteve atrelado diretamente aos jogos políticos e às disputas entre chefes locais, associadas geralmente a questões de família. Quando não se tinha ao seu favor a polícia e a justiça, a *máquina de guerra* do cangaço aparecia como instrumento de resistência.

O mesmo Medeiros (2015) se esforçou em refutar a tese dos que acreditam que o ataque a Mossoró foi motivado apenas pelos interesses financeiros de Isaías Arruda, Massilon e Lampião. Para ele, os maiores interessados eram os membros da família Saldanha e seus correligionários, capitaneados pelos coronéis Quincas e Benedito Saldanha, já que o ataque dos cangaceiros poderia provocar um enfraquecimento moral e político do prefeito de Mossoró, Rodolfo Fernandes, cuja família representava uma classe de comerciantes em franca ascensão, e que estava dominando politicamente o Seridó e o Alto Oeste potiguar, tendo entre seus opositores Décio Holanda e os coronéis Quincas e Benedito Saldanha. O bando de Massilon representava também os interesses dos seus protetores, isto é, os Saldanha. O próprio presidente

---

<sup>150</sup> Também era chamado de Benevides Leite e Massilon Benevides. Para mais informações, ler: MEDEIROS, Honório de. **Massilon**: nas veredas do cangaço e outros temas afins. Natal: Sarau das Letras, 2010.

do estado, José Augusto Bezerra de Medeiros, representante da classe dos proprietários rurais, demonstrava preocupação com o aparelhamento de instituições do estado norte-rio-grandense por parte dos membros da família Fernandes. Assim, a ideia lançada por Honório de Medeiros parte do pressuposto que o ataque em Apodi e Mossoró foram, antes de tudo, de cunho político (MEDEIROS, 2015, p. 143-212).

Atravessada pelos interesses políticos citados acima, e pela ganância de Isaías Arruda e Lampião, a marcha para Mossoró começou no dia 10 de junho de 1927. Aproximadamente 400 quilômetros seriam percorridos por áreas nunca antes vivenciadas pelo personagem estudado, algo incomum até na vida nômade do bandoleiro. De acordo com Marques (1995), *o dominador do cangaço* sempre se movimentou muito, entretanto, não era para longe, uma vez que empreendia a mobilidade entre as redes que compunha sua zona de atuação entre as fronteiras de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará.

São muitos os relatos que apontam para o desconforto de Lampião diante da ideia, e de que só a empreendeu para atender aos compromissos de reciprocidade com Isaías Arruda, que prometia não só a divisão do lucro, mas material bélico e humano visando reabastecer e engrossar as fileiras dos bandoleiros. Perceba que a territorialização móvel de Lampião no Rio Grande do Norte correspondeu a extensão de um território em rede e em zona no Cariri cearense, reafirmando outra vez que as territorialidades podem conviver ao mesmo tempo, mesmo possuindo suas singularidades.

Outra particularidade diz respeito a relação do *coronel nômade* com o substrato material do estado do Rio Grande do Norte. Apesar da experiência dos trabalhos como almocreve e, posteriormente, dos conhecimentos espaciais obtidos na vida do banditismo, o Rio Grande do Norte não era familiar ao bandoleiro, tanto é que necessitou de guias e das coordenadas geográficas de Massilon, um dos únicos cangaceiros presentes ali que conhecia consideravelmente o trajeto a ser percorrido. O poder do *saber*<sup>151</sup> espacial não passava naquele momento por Lampião, mas sim por Massilon, cuja posição ocupada na ocasião lhe proporcionou chefiar as ações e movimentações dos bandos.

A quantidade de homens que Lampião não conhecia também influenciou na forma como exerceu o comando nessa ocasião. Muitos foram cedidos por Isaías Arruda e outros eram do bando de Massilon. Seguindo interesses próprios, não estavam ali sobre as ordens do *coronel nômade*. A ideia disseminada pelos jornais de época, pela qual media a fraqueza ou a força dos cangaceiros pela proporção numérica do bando, parece uma leitura simplista e insuficiente.

---

<sup>151</sup> Saber no sentido das práticas vivenciadas e não no sentido teórico, intelectual ou conceitual.

Nem sempre ter muitos bandoleiros significava força para Lampião, nem o contrário, isto é, possuir um grupo menor expressava fraqueza. Um grupo menor é teoricamente mais fácil de ser controlado, como também facilitava a fuga e operações em sigilo. Quanto mais homens, maiores eram as diferenças de interesses e, conseqüentemente, as dificuldades para exercer a posição de líder diante dos conflitos internos. O fator surpresa e a organização da retirada, fundamentais para a estratégia militar nômade em guerrilha, foi prejudicada pela quantidade de cangaceiros<sup>152</sup> envolvidos ali, embora tenha sido registrado números maiores de homens no grupo, como no combate em Serra Grande, em 1926.

Os meios de locomoção usados na marcha para Mossoró também foram incomuns. O cangaceiro não tinham costume de utilizar cavalos, preferia caminhar se embrenhando na caatinga fechada, evitando as estradas e os ordenamentos espaciais projetados pelo mundo sedentário. O trajeto por estradas facilitava a localização, a perda do efeito surpresa e as possíveis capturas. Dizer que Lampião e seu bando haviam sido vistos em uma dada estrada, não era o mesmo que dizer que estavam por algum lado pelas caatingas. A estrada é codificada, pensada e construída a serviço da ordem social, a mata fechada não. O cavalo como meio de transporte espacial ajudava na aceleração da mobilidade, contudo, dificultava a prática do percurso através da vegetação fechada, optando, assim, pelas estradas pré-estabelecidas. A potencialidade de inventar constantemente espacialidades traçando caminhos circunstanciais e de difícil localização não foi tão utilizada pelos cangaceiros como de costume. Este dado se configura como outra peculiaridade dessa espacialização no Rio Grande do Norte.

Defendi que o território móvel de Lampião operava, sobretudo, visando levantar dinheiro por meio de saques, podendo servir ou não à retroalimentação de uma rede já estabelecida. A marcha para Mossoró simbolizou perfeitamente este aspecto. Desde o primeiro dia que ingressou em solo potiguar, iniciou as práticas de pilhagem em propriedades, fazendo reféns, objetivando o dinheiro do resgate. Penetraram no Rio Grande do Norte pelo município de Luís Gomes no dia 10 de junho de 1927, chegando até a rica Fazenda Nova, do próspero coronel Joaquim Moreira da Silveira, que, segundo Gadelha (1983), foi violentado pelos cangaceiros para que o velho fazendeiro descobrisse o esconderijo das joias e do dinheiro, já

---

<sup>152</sup> A maioria dos escritos defendem que foi pouco mais de 50 cangaceiros. Para mais detalhes, ler: DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. **Lampião e o Rio Grande do Norte: a história da grande jornada**. 2. ed. Cajazeiras: Gráfica Real, 2014; FERNANDES, Raul. **A Marcha de Lampião: assalto a Mossoró**. 7. ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009; \_\_\_\_\_. **Lampião na Fazenda Veneza**. **Tempo Universitário/UFRN**, Natal, v. I, n. I, 1976; LIMA IRMÃO, José Bezerra. **Lampião: a Raposa das Caatingas**. 3. ed. Salvador: JM Gráfica & Editora, 2015; MEDEIROS, Honório de. **Massilon...** op. cit.; \_\_\_\_\_. **Histórias de cangaceiros e coronéis**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2015; NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. 6. ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2005.

que na época as riquezas eram escondidas dentro das próprias fazendas. A violência que territorializava os cangaceiros desterritorializava Joaquim Moreira da Silveira de sua própria casa, lugar onde exercia controle espacial minutos antes, e que agora estava sob o exercício do poder da *máquina de guerra nômade* do cangaço. Para se reterritorializar como antes na Fazenda Nova, o coronel precisava pagar 20 contos de réis aos cangaceiros que o transformaram em refém (LIMA IRMÃO, 2015, p. 243).

Em seguida, os bandoleiros irromperam numa das melhores propriedades da região, a fazenda Aroeira, do coronel José Lopes de Oliveira, conhecido como Zé Lopes. Invadiram a sede da propriedade e se apropriaram dos bens que encontraram. Zé Lopes estava supervisionando as obras de um açude, em casa se encontrava sua esposa, Dona Maria José Lopes, de 63 anos, tomada como prisioneira e levada pelos cangaceiros com o valor de resgate fixado em 40 contos de réis. Quando Zé Lopes chegou em sua residência não encontrou sua companheira. No código de honra daquela sociedade, tirar de casa a mulher de outro homem figurava como uma das principais desonras. Zé Lopes se desterritorializava sem sair da sua fazenda. Isso porque, segundo Costa (2016), a desterritorialização também pode ocorrer através da *imobilidade*, sem necessidade de se movimentar, pela decodificação do território, quando o mais bem estabelecido pode não ter previsto e, mais grave ainda, estar sob o controle de outros (COSTA, 2016, p. 237). As tentativas de se reterritorializar no âmbito moral e familiar foram muitas, desde pedidos de ajuda a correligionários, como o fazendeiro Manoel Gonçalves de Abrantes, da fazenda Concórdia, no distrito de Lastro na Paraíba, de onde saiu com jagunços em busca do resgate de Dona Maria José Lopes<sup>153</sup>, até cartas escritas ao Padre Cícero.

No dia 12 de junho, os cangaceiros, seguindo a marcha, fizeram refém a Egídio Dias da Cunha, proprietário do sítio Serrota, com valor de resgate estipulado em 10 contos de réis. No mesmo dia prenderam o coronel Antônio Gurgel do Amaral, próspero fazendeiro do Vale do

---

<sup>153</sup> Apesar dos esforços de heroicização empreendidos pelo memorialista José de Abrantes Gadelha, em seu romance documentado *Sangue, Terra e Pó*, sobre o avô Manoel Gonçalves de Abrantes, não existe nenhuma evidência documental que corrobore com a versão apontada pelo escritor sobre a participação incisiva de seu familiar nos eventos de junho de 1927. De acordo com Gadelha (1983), Manoel Gonçalves partiu bravamente da fazenda Concórdia, ao lado dos seus jagunços, visando capturar das mãos dos cangaceiros a esposa do aliado Zé Lopes. Teria até entrado em confronto em algum momento com os bandoleiros, conseguindo em seguida resgatar a refém. O que não pode ser viável, já que Dona Maria José Lopes foi liberada com a concessão de Lampião, após passar 16 dias com o bando. Nos relatos deixados pelos prisioneiros, não é possível localizar uma única menção ao nome do coronel Manoel Gonçalves. Este último ainda posou para foto ao lado dos seus jagunços e Dona Maria José Lopes, dando a sensação que realmente lutara contra os bandoleiros, salvando a vida da esposa do correligionário. Era importante para o coronel Manoel Gonçalves reafirmar sua imagem como homem de força, valentia e compromisso para com os amigos. Ao voltar para sua fazenda, quem seria capaz de confrontar o homem que lutara contra o maior cangaceiro de todos os tempos? Foi essa imagem heroica que o próprio coronel desejou construir para si por meio do registro fotográfico e até de depoimentos aos jornais, e seu neto, saudosos do passado de glórias de seus familiares, reforçou em seu livro.

Apodi, que já havia sido intendente de Natal, capital do estado. Este se juntou aos reféns, entre eles seus irmãos José Tibúrcio e Fausto Gurgel, presos em outra oportunidade, quando os cangaceiros passaram por uma fazenda chamada Marrecas. O valor do resgate dos 3 irmãos girou em torno de 21 contos de réis (LIMA IRMÃO, 2015, p. 245-246).

Somente nos exemplos citados de pedidos de resgate, o cangaceiro almejava a bagatela de 91 contos de réis, valor que dava para comprar, em 1925, mais de dez luxuosos carros da Ford modelo *Sedan* de duas portas, que custava um pouco mais de 8 contos de réis, segundo a propaganda: “8:430\$000 - completamente equiparada com arranco e rodas desmontáveis. [...] A Sedan Ford de 2 portas é o único no seu gênero. Compre hoje mesmo um Sedan” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11 de outubro de 1925). Mas nada se compararia ao dinheiro que Lampião pediu ao prefeito Rodolfo Fernandes para evitar a entrada dos cangaceiros em Mossoró. Tratava-se de 400:000\$000 (400 contos de réis), valor exorbitante, que até mesmo para uma cidade que possuía agência do Banco do Brasil era difícil de arrecadar. É o que diz o bilhete de Rodolfo Fernandes, em resposta ao pedido escrito pelo prisioneiro Antônio Gurgel:

Mossoró, 13.06.1927 Antônio Gurgel: Não é possível satisfazer-lhe a remessa de quatrocentos contos (400:000\$000), pois não tenho, e mesmo o comércio é impossível se arranjar tal quantia. Ignora-se onde está refugiado o gerente do banco, Sr. Jaime Guedes. Estamos dispostos a recebê-los na altura em que eles desejarem. Nossa situação oferece absoluta confiança e inteira segurança.  
-a- Rodolfo Fernandes (LIMA IRMÃO, 2015, p. 249).

A cidade de Mossoró, considerada desenvolvida para época, contava com muitos sinais da modernidade, como estação de trem, posto telegráfico, Banco do Brasil, Colégio Diocesano, hotéis, campo de futebol e mais de uma igreja. Contava apenas com 22 soldados, mas com as notícias da aproximação dos cangaceiros os oficiais e comerciantes arregimentaram civis, chegando a montar uma defesa com aproximadamente 200 homens. O que não era novidade para Lampião, já que no ano anterior enfrentou uma volante de 300 homens e saiu vitorioso. Mas naquela oportunidade, a seletividade e antecipação espacial foram colocadas a serviço dos cangaceiros; já em Mossoró a situação foi invertida.

Os mossoroenses trataram de se organizar espacialmente, ocupando os melhores pontos de combate, como as torres das igrejas, o telhado das casas e a formação de trincheiras improvisadas. A maior delas foi montada na residência de Rodolfo Fernandes. Lampião, com sua tática de guerrilha, dominava os confrontos de movimento que tinha como cenário as serras, pequenos povoados e a caatinga, na maioria das vezes atraindo seus adversários e escolhendo as áreas de batalha. Em Mossoró, precisava empreender uma guerra urbana, disputar posição

para chegar até a casa do prefeito (na época intendente). Sem o fator surpresa e com a lógica de guerra sedentária pré-estabelecida, não tardou para o seu primeiro homem morrer naquela tarde de 13 de junho de 1927. O cangaceiro Colchete foi o primeiro a tombar e, na tentativa de se apropriar do material do bandoleiro, o famoso cangaceiro Jararaca foi atingido. Sem ninguém para socorrer, Jararaca, perdendo muito sangue, tentou fugir pela linha férrea, sendo entregue depois por moradores às autoridades de Mossoró.<sup>154</sup>

A tentativa de invasão a Mossoró duraria mais ou menos uma hora. Lampião provavelmente bateu em retirada sem dar um tiro. Em fuga desorganizada, os cangaceiros saíram de Mossoró visando regressar por outros caminhos, ao ponto de partida inicial, isto é, as propriedades de Isaías Arruda, no Cariri cearense. Terminava a construção de uma territorialidade móvel no Rio Grande do Norte. Além do fiasco, os bandoleiros sofreriam com a perseguição das tropas de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e até do Ceará. Na luta pela sobrevivência tiveram que se desfazer dos reféns, mesmo sem ter recebido o dinheiro do resgate da maioria deles. No dia 26 de junho de 1927, Lampião ordenou a libertação de Antônio Gurgel e Dona Maria José Lopes.

Apesar da organização em armas dos defensores de Mossoró, as explicações para o fracasso militar do coronel nômade naquela cidade não podem ser meramente atribuídas a valentia e habilidade dos defensores, muito pelo contrário: a maioria pegava em armas pela primeira vez. Além disso, os cangaceiros só conseguiam triunfar em cidades como Sousa, na Paraíba, se não encontrassem nenhum tipo de resistência e organização de defesa. Quando Massilon atacou a cidade de Apodi pela primeira vez obteve sucesso, pois não houve ali nenhum plano de obstrução por parte da polícia ou dos moradores. Já na segunda oportunidade foi diferente, teve que fugir com seu bando para evitar a captura. O mesmo aconteceu com o bando de Sabino Gomes, no município paraibano de Cajazeiras, em 1926, onde foi combatido e escorraçado da cidade pela resistência local. Isso porque a *máquina de guerra nômade* do cangaço operava eficientemente nos movimentos de emboscada, antecipação e seleção espacial, acompanhados em seguida pela fuga, garantindo os êxitos da tática de guerrilha. Logo, não tinha a mesma potencialidade em lutas urbanas, nas quais o objetivo passava a ser conquistar as posições dos adversários. A cidade é a espacialidade fabricada pelo sedentário, planejada e

---

<sup>154</sup> Na oportunidade o quadrilheiro ficou preso sem assistência médica na cadeia de Mossoró, onde cedeu a conhecida entrevista ao jovem repórter Lauro da Escóssia, do jornal *O Mossoroense*. Jararaca foi morto pelos policiais e enterrado no cemitério da cidade no dia 19 de junho. Posteriormente, foi tomado como santo popular pelas pessoas que visitavam seu túmulo. Ver em: FALCAO, M. L. **Jararaca**: memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró. Mossoró: Edições UERN, 2013.

ordenada pelo pensamento estático. O espaço urbano é, antes de mais nada, uma invenção do mundo sedentário e, desta forma, um espaço em contraposição à espacialidade do nômade.

É preciso compreender os aspectos que regem a guerra nômade para não cair nas invenções identitárias, como a que foi criada para Mossoró e seus habitantes, concebendo a cidade como espaço de resistência e seu povo como símbolo da valentia sertaneja. Quantas pessoas largaram suas casas e fugiram com medo aos primeiros sinais de invasão dos cangaceiros? Quantos homens não sentiram receio de serem mortos pelos bandoleiros naquele 13 de junho? Os sentimentos de medo e ansiedade foram sufocados e silenciados em nome de uma suposta identidade guerreira, viril e resistente. Passaram a disseminar e reproduzir o discurso que os acontecimentos em Mossoró representaram o fim da primeira fase do cangaço lampiônico, postulando serem uma ruptura, um divisor de águas na vida do cangaceiro. Todavia, como visto anteriormente, a primeira fase do cangaço lampiônico se encerrou em agosto de 1928, quando o *Capitão* empreendeu uma mudança espacial emergencial, provocada pelo sufocamento das suas redes de proteção nas zonas do vale do Pajeú pernambucano e do Cariri cearense.

Em 1927, Lampião soma contra si e seu bando a perseguição das tropas de Zé Pereira e o início da política de repressão do Chefe de Polícia de Pernambuco, Eurico de Souza Leão. Creio que esse contexto tenha influenciado de alguma forma na aceitação do plano de invasão a Mossoró oferecido pelo coronel Isaías Arruda. Este último, inclusive, tentou envenenar e matar Lampião após o regresso dos bandoleiros do Rio Grande do Norte. Foi grande a repercussão da marcha dos quadrilheiros durante quatro dias em solo potiguar. Sabendo das pressões políticas que recairiam sobre si, Isaías Arruda tentou eliminar seu antigo protegido, aquele com quem compartilhara muitas vezes da indústria do cangaço. Pela mobilidade e através da fuga, *o dominador do cangaço* conseguiu escapar de mais uma armadilha. Ao mesmo tempo que resistia a ruptura dos acordos de reciprocidade, o cangaceiro tecia novas relações em outras redes, viabilizando a criação de diferentes zonas de frequência. Os anos de 1927 e 1928 foram marcados pela intensa mobilidade na procura da construção de novos territórios de proteção e atuação.

Sobre a territorialidade construída por Lampião e seus homens no Rio Grande do Norte, territorialidade marcada pela mobilidade, penso que não haja mais dúvidas no (a) leitor (a) sobre sua existência e, por conseguinte, não podendo ela ser marginalizada e excluída das multiterritorialidades habitadas e produzidas pelo personagem estudado. Articulada e planejada pelo território em redes e em zona no Cariri cearense, operou através da construção de territorialidades móveis em e pelo movimento dos bandoleiros durante a marcha de quase 400

quilômetros. Por fim, reafirmo o objetivo deste trabalho: Lampião constituiu e vivenciou múltiplos territórios, fossem em redes ou *nós*, que articularam zonas de atuação, ou em e pelo movimento possibilitado pelo exercício de poder da *máquina de guerra nômade* do cangaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de mais nada, gostaria de agradecer (a) o leitor (a) por ter me acompanhado até aqui. Tentei transformar os caminhos perigosos de Lampião no mais acessível possível, uma tarefa difícil dada a sua complexidade. Sei que os vários deslocamentos dos sujeitos e os processos de desreterritorializações constantes podem ter dificultado o percurso durante a leitura. Quem estava acostumado com as identidades fixas e imóveis, com as exaustivas narrações factuais e deterministas que dominam os escritos sobre o tema, certamente teve alguma dificuldade de acompanhar as minhas propostas. Caso tenha ficado alguma dúvida, por gentileza, leia de novo.

Lampião foi abordado aqui como um personagem de intensa atividade política, cujos movimentos e ataques empreendidos através da destrutível e criativa *máquina de guerra nômade* do cangaço operavam de acordo com os compromissos estabelecidos com uma vasta malha de agenciadores. Poupar vidas e propriedades não era um ato de bondade, mas de pactos de reciprocidade. As rupturas desses pactos de contraprestação de favores e serviços foram acompanhadas, quase sempre, pelo ato de resistência, visando fazer prejuízos materiais e humanos aos seus perseguidores e antigos protetores. Lampião foi um bandoleiro extremamente político, ou melhor, micropolítico. Suas ações estiveram ligadas ao contato pessoal próprio da estrutura coronelística daquela sociedade, logo, as tessituras de redes, cujos *nós* se encontravam codificados e amarrados pelas relações de reciprocidade, foram nucleares na construção das múltiplas territorialidades que construiu e vivenciou.

Não só os territórios produzidos por Lampião e seu bando devem ser entendidos em sua multiplicidade e singularidade, mas também os sertões dos tempos do cangaço. Não descartei de forma alguma a importância dos problemas sociais, como as secas, as crises econômicas, e a miséria do campo como linhas constitutivas da tessitura do fenômeno do cangaceirismo. Busquei apenas apontar para outras possibilidades de leitura disponíveis nos próprios documentos de época. Se o pesquisador quiser encontrar sinais de modernidade nas zonas de atuação dos cangaceiros, provavelmente terá um vasto material para ser analisado. É preciso escapar dos modelos interpretativos dominantes e pré-concebidos, já que os problemas sociais citados acima não são próprios e exclusivos da espacialidade dos sertões dos estados que passaram a ser denominados, a partir do final da primeira década do século XX, de região Nordeste. Além dos mais, o cangaceirismo praticado pelos principais chefes de bando como

Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Chico Pereira e Lampião, esteve muito mais atrelado a rixas entre famílias e a disputas territoriais e políticas, do que a secas e crises econômicas.

O cangaço significou para esses chefes uma possibilidade de resistência no interior das redes de poder político e familiar da época, e seria mais correto dizer que os problemas sociais mencionados acima serviram como mecanismos de recrutamento de homens para os seus bandos. Eram os *cabras*, os *meninos*<sup>155</sup>, os primeiros a tombarem no campo de batalha, assim como os praças e soldados por parte das forças volantes. Essa guerra sertaneja ceifava vidas, especialmente dos mais pobres. Raramente se viu a morte de personagens que gozavam de alto privilégio, como foi a de Luiz Gonzaga, intendente da cidade pernambucana de Belmonte, morto em outubro de 1922 pelo bando de Lampião, a pedido do seu antigo comandante, Sinhô Pereira.<sup>156</sup>

As mortes de oficiais ou de proprietários influentes foram frequentemente exploradas e divulgadas pelos jornais, já a dos cangaceiros de menor escalão, sertanejos camponeses e soldados, não ganhavam destaque. Parece que não possuíam nomes, identidades, constava apenas que morreram alguns cangaceiros de Lampião e alguns soldados comandados por um major ou um tenente. Vozes e corpos silenciados, marginalizados pelos documentos de época por não serem dotados de *status* social. O próprio Lampião teve sua morte anunciada erroneamente em várias oportunidades, entretanto, os *meninos* que morriam nas fileiras do seu bando passavam totalmente despercebidos. A historiografia do tema atribui esse silenciamento à estratégia de Lampião em não deixar os corpos dos cangaceiros no campo de batalha, evitando a ideia de fragilidade diante das ações dos perseguidores. Hipótese plausível e sensata, mas que por si só não é suficiente para compreender as desterritorializações no plano material e narrativo, daqueles que se foram sem direito a nenhum tipo de registro, lembrança e nomeação, renegados ao plano da não existência, do insignificável.

A vingança que fazia parte de um código cultural e social, tomado como material de expressão para a construção da identidade do nordestino, durante os anos vinte do século passado, como signos de virilidade e masculinidade, por muito tempo foi naturalizada pelos escritores. Como se o ato de vingar-se fosse natural e resultado final de uma contenda. Neste trabalho, a vingança passou a ser entendida como um gesto de exercício de poder, fosse para resistir às práticas de violência dos policiais, fosse para responder às ações destrutivas dos cangaceiros ou para se livrar de abusos cometidos por algum potentado local. Dependendo das circunstâncias em questão, o sertanejo entrava nas volantes ou no cangaço. Do mesmo modo que

---

<sup>155</sup> Lampião tinha o costume de chamar os cangaceiros que figuravam no menor escalão de seus meninos.

<sup>156</sup> Esse evento foi narrado no segundo capítulo deste trabalho.

o outrora cangaceiro poderia torna-se policial, o membro da volante poderia vir a se tornar cangaceiro. As *máquinas de guerras* tanto do cangaço como as capturadas e colocadas a serviço do Estado, ou seja, as tropas volantes e militares do Exército Nacional, estavam disponíveis para serem assumidas pelos sujeitos, dependendo, obviamente, dos contatos que intermediavam esses deslocamentos. Muitos desses exemplos destaquei ao longo deste trabalho.

Assumi a perspectiva relacional da construção de lugares de sujeito em contraposição às narrativas que investiram na construção de identidades fixas, segundo as quais os deslocamentos circunstanciais dos personagens sempre foram entendidos como contraditórios e paradoxais. Por que o recrutamento de Lampião e seu bando para o Batalhão Patriótico em 1926 é sempre motivo de surpresa e visto como contradição? Por que nunca foi pensado como fruto das circunstâncias da vida que podem levar o sujeito a múltiplos lugares e situações? Ou até mesmo como estando ligado aos interesses governamentais que, para sobreviverem, necessitam capturar as forças rebeladas? O pensamento sedentário ao não conseguir compreender a mobilidade social e o caráter circunstancial dos acontecimentos, busca enquadrá-los e codificá-los pelas noções essencialistas que concebem a diferença e a multiplicidade como contradições.

O cangaceiro, dotado de poderes sobrenaturais e místicos presentes no imaginário social e cultural da época, como a crença no *corpo fechado*, incapaz de ser perfurado e capturado, foi tomado aqui através da análise de suas práticas espaciais, isto é, os triunfos dos bandoleiros estavam associados ao relacionamento da guerra nômade com o uso singular e estratégico do *substrato material espacial*, pautado na utilização da guerra de emboscada, no efeito surpresa, nas batalhas em movimento e na seleção e antecipação espacial. Junte-se a isso o despreparo dos perseguidores, uma vez que muitos deles não tinham nenhuma experiência e instrução militar. A linha de fuga das batalhas, interpretadas de forma interessada pelos discursos oficiais de época na tentativa de justificar os fracassos das campanhas policiais, era um instrumento tático utilizado pelos cangaceiros, permitindo a associação destes com os aspectos militares empreendidos pelos guerrilheiros, o que possibilitou que Jorge Luiz Mattar Villela, em sua dissertação de mestrado em Antropologia, pudesse promover uma aproximação contundente e didática entre Lampião e Che Guevara, a respeito da relação destes com o terreno, que decidi chamar ao longo do trabalho de *substrato material espacial*.

Lampião e outros cangaceiros não fugiam pela incapacidade de luta, mas pelo contrário: porque a fuga sempre foi uma tática de guerra. Por que o *dominador do cangaço* não triunfou nas cidades da mesma forma que dominava a luta nas serras e matas fechadas? Não era *macho* suficientemente para invadir Mossoró? Se o interesse for exaltar memórias e identidades locais,

pode-se dizer que quem resistiu foi mais *masculino*, vencendo através da bravura e da coragem. Todavia, se a compreensão vier por meio de uma interpretação espacial, creio que os bandoleiros operavam pelo nomadismo, sendo a organização espacial sedentária das cidades e a guerra de posições inapropriadas para o êxito da *máquina de guerra nômade* do cangaço. Os exemplos de domínio dos espaços urbanos pelos quadrilheiros que representou muito mais a desorganização dos serviços de segurança por parte das autoridades, e a ausência de organização prévia pelos civis<sup>157</sup> e policiais na defesa das cidades, como no caso de Sousa, onde os policiais que compunham o braço armado do estado paraibano, seguiram o mesmo fluxo de fuga dos habitantes.

“Fugir, mas, ao fugir, procurar uma arma” dizia Gilles Deleuze em uma série de discussões com a jornalista francesa Claire Parnet.<sup>158</sup> A fuga vinha através dos pontos de saída presentes no interior dos territórios, e a arma nada mais é do que a desterritorialização, que além de dificultar a captura do cangaceiro, fornecia a sua reterritorialização em outros lugares. Quando se imaginava que Lampião estava derrotado pelo simples fato de ter fugido, ele poderia aparecer a qualquer hora batendo na porta dos seus inimigos. Trata-se da imprevisibilidade como instrumento de medo, resistência e produção de redes de apoio.

Os processos de fazer e desfazer redes de agenciamentos permitiram que Lampião habitasse em múltiplos territórios, fosse em redes ou em zonas. Através de uma concepção mais dinâmica e refinada da noção de território, pode-se conceber também uma modalidade de territorialização no e pelo movimento, operando no exercício de poder da mobilidade oferecida pela vida no cangaço. As territorialidades de Lampião entre 1920 a 1928 correspondeu a dadas áreas de atuação nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Este último não pode ser excluído dos processos territorializantes do cangaceiro e seu bando, somente por ter sido habitado durante apenas quatro dias.

O aprendiz de cangaceiro aprendeu e ampliou os ensinamentos do mestre tecelão Sinhô Pereira. Soube como nenhum outro bandoleiro se relacionar com pessoas de diferentes realidades sociais, apesar da preferência pelo contato com personagens mais abastados e privilegiados. Se comportava com sabedoria ao romper as redes de proteção, resistia na medida do possível, pois sabia que investir em territórios fracassados poderia gerar sua captura ou

---

<sup>157</sup> Como visto, a organização da resistência passava frequentemente pelas ações dos civis.

<sup>158</sup> DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998. Disponível também em: COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016, p. 239.

morte. Como todo político, superava a perda de aliados procurando outros, nem que fosse preciso se espacializar em áreas pouco conhecidas.

Essa capacidade de relação o diferenciou de todos os outros cangaceiros. Não por acaso passou a ser dito como *capitão, rei e dominador do cangaço*. Agiu igualmente como um *coronel nômade*, desejando controlar a vida e o corpo dos seus inimigos. Lampião foi essa multiplicidade não só de territórios, mas de muitos aspectos que podem ser tomados como objetos de estudo.

Concluir é sempre o movimento perigoso de buscar linhas de fuga no território da escrita. Espero que as ideias aqui mobilizadas sirvam de alguma forma para a reterritorialização em outros trabalhos, seja para se distanciarem ou para estabelecerem aproximações. O importante é que os agenciamentos não cessem e a historiografia do cangaço consiga superar a fase factual e memorialista, apontando para novos horizontes, utilizando novas abordagens e trazendo à tona diferentes aportes teórico-metodológicos. Os historiadores da temática não precisam ter medo do contato com os geógrafos, pois a conexão é produto e produtora, matéria de expressão para a fabricação de narrativas em redes.

Obrigado pela leitura!

## FONTES E REFERÊNCIAS

### FONTES

#### I - JORNAIS CONSULTADOS

*A Gazeta* – São Paulo;  
*A Imprensa* – Sobral, Ceará;  
*A Lanceta* – Maceió, Alagoas;  
*A Noite* – Rio de Janeiro;  
*A Província* – Recife, Pernambuco;  
*A Rua* – Recife, Pernambuco;  
*Correio da Pedra* – Água Branca, Alagoas;  
*Diário de Pernambuco* – Recife, Pernambuco;  
*Diário da Noite* – Recife, Pernambuco;  
*Estado das Alagoas* – Alagoas;  
*Gazeta de Notícias* – Rio de Janeiro;  
*Jornal do Comércio* – Recife, Pernambuco;  
*Jornal do Recife* – Pernambuco;  
*Jornal Pequeno* – Recife, Pernambuco;  
*O Globo* – Rio de Janeiro;  
*O Jornal* – Rio de Janeiro;  
*O Paiz* – Rio de Janeiro;  
*Pacotilha* – São Luiz, Maranhão;  
*Revista da Cidade* – Recife, Pernambuco.

#### II - HEMEROTECA DIGITAL

*Mensagens do Governador da Paraíba para Assembleia Legislativa (1925-1928).*

#### III- SITES E BLOGS

<http://cariricangaco.blogspot.com/>  
<http://lampiaoaceso.blogspot.com/>  
<http://blogdomendesemendes.blogspot.com/>  
<http://joaodesousalima.blogspot.com/>  
<http://honoriodemedeiros.blogspot.com/>  
<https://tokdehistoria.com.br/>

#### IV – DOCUMENTÁRIOS

*Antônio da Piçarra. A Munganga Promoção Cultural. Youtube.* 05 de mar de 2019. 35min42s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ATVzzW2h6qI>>.

*80 Anos Angico. Aderbal Nogueira. Youtube.* 24 de nov de 2018. 1h2min26s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fXGYBWxIBKc>>.

*Estrela do Cangaço. Ramssés Silva. Youtube.* 11 de abr de 2016. 43min03s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RQRbcI4Kauc>>.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, André Carneiro de. **Capitães do fim do mundo**: as tropas volantes pernambucanas (1922-1938). Rio de Janeiro/Recife: Autografia/EDUPE, 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Nordestino**: a invenção do falo. São Paulo: Edições Catavento, 2003.

\_\_\_\_\_. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. **Um sertanejo e o Sertão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

ALMEIDA, Érico de. **Lampeão**. João Pessoa: Editora Universitária, 2013.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus Problemas**. 3. ed. João Pessoa: A União, 1980.

ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa. **Assim Morreu Lampião**. 3. ed. São Paulo: Traço Editora, 1982.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, Vera. **De Virgolino a Lampião**. São Paulo: Idéia Visual, 1999.

\_\_\_\_\_. **De Virgolino a Lampião**. 2. ed. Aracaju: Ed. do Autor, 2009.

\_\_\_\_\_; ARAÚJO, Carlos Elydio Corrêa. **Lampião**: herói ou bandido? São Paulo: Claridade, 2009.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta**: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

\_\_\_\_\_. **Juazeiro do Padre Cícero**: a terra da Mãe de Deus. 2. ed. Fortaleza: IMEPH, 2008.

BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço**: Lampião e outros cangaceiros. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Fortaleza: ABC Editora, 2012A.

\_\_\_\_\_. **Heróis e bandidos**: os cangaceiros do Nordeste. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Fortaleza: ABC Editora, 2012B.

BICHARA, Ivan Sobreira. **Carcará (Romance)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

BÔAS, Gláucia Villas. Para ler a sociologia política de Maria Isaura Pereira de Queiroz. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, ano 1, 2010.

BONFIM, Luiz Ruben F de A. **Lampeão antes de ser Capitão**. Paulo Afonso: Editora do Autor, 2016.

\_\_\_\_\_. **Lampião em 1926**. Paulo Afonso: Editora do Autor, 2017.

CAMINHA, Inês. **A revolta de Princesa: poder privado X poder instituído**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, José Romero Araújo. **Nas veredas da terra do sol**. Mossoró: FUNDAÇÃO VINGT-UM ROSADO, 1996.

CARVALHO, Cícero Rodrigues. **Serrote Preto**. Rio de Janeiro: Sociedade Editora e Gráfica, 1961.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. *et al.* (Orgs.). **Nordestes e nordestinidades: histórias, representações e religiosidades**. Campina Grande: EDUFCG, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns**. Fortaleza: Edições UFCG; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. **Lampião acesos: o cangaço na memória coletiva**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2009.

\_\_\_\_\_. **O cangaço: poder e cultura política no tempo de Lampião**. Recife: Editora da Fundação Joaquim Nabuco, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p. 15-48.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. **Lampião entre a espada e a lei: considerações biográficas e análise crítica**. Natal: Cartgraf, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lampião e o Rio Grande do Norte: a história da grande jornada**. 2. ed. Cajazeiras: Gráfica Real, 2014.

DECCA, Edgar Salvadori De. A falência das interpretações. In: **1930, O silêncio dos vencidos: Memória, história e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DÓRIA, Carlos Alberto. **O cangaço**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DOSSE, François. **Gilles Deleuze & Félix Guattari: biografia cruzada**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010.

DUTRA, Wescley Rodrigues. **Nas Trilhas do “Rei do Cangaço” e de suas Representações (1922-1927)**. 2011. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011. 176p.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FEITOSA, Helvécio Neves. **Pajeú em chamas: o cangaço e os Pereiras**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

FERNANDES, Raul. **A Marcha de Lampião: assalto a Mossoró**. 7. ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009.

\_\_\_\_\_. Lampião na Fazenda Veneza. **Tempo Universitário/UFRN**, Natal, v. 1, n. 1, 1976.

FERREIRA, Brasília Carlos. **O sindicato do garrancho**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2000.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes; SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. In: ALBERTI, Verena; GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

FERRERAS, Norberto O. Facundo no Sertão: Gustavo Barroso e o cangaceirismo. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 29, n. 30, 2003/2004.

FONTES, Oleone Coelho. **Lampião na Bahia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

FORMIGA, Humberto Mendes de Sá. **Um olhar da estrada: memórias de Nazarezinho**. Brasília: Gráfica Vip, 2012.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADELHA, José de Abrantes. **Sangue, terra e pó**. Sousa: A União, 1983.

GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que ninguém conte**. João Pessoa: A União, 1986.

GRUSPAN, Elise Jasmin. **Lampião, senhor do sertão**: vidas e mortes de um cangaceiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GUERRA FILHO, Adauto. **O Seridó na memória do povo**. Natal: Departamento Estadual da Imprensa, 2001.

GURGEL, Antônio; BRITO, Raimundo Soares de. **Nas Garras de Lampião – Diário**. 2.ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2006.

HOBSBAWN, E. J. **Rebeldes primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

\_\_\_\_\_. **Bandidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

HARTOG, F. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

JASMIN, Élise. **Cangaceiros**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo**: uma política de compromissos. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e política na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro, Forense. 1948.

LIMA IRMÃO, José Bezerra. **Lampião**: a Raposa das Caatingas. 3. ed. Salvador: JM Gráfica & Editora, 2015.

MACEDO, Joaryvar. **Império do Bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: UFC, 1990.

MACÊDO, Nertan. **Capitão Virgolino Ferreira**: Lampião. 4. ed. Rio de Janeiro: Art Nova, 1972.

\_\_\_\_\_. **Sinhô Pereira, o comandante de Lampião**. Rio de Janeiro: Ed. Art Nova, 1975.

MACHADO, Maria Christina Matta. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a Arte e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **Deleuze e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MACIEL, Frederico Bezerra. **Lampião, Seu Tempo e Seu Reinado**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Vol. 3. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARQUES, A. C. **Domínios de Lampião, Nomadismo e Reciprocidade**. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.

\_\_\_\_\_. **Intrigas e questões**: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto**: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999. 142p.

\_\_\_\_\_. **Signos em confronto?** O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920. João Pessoa: UFPB, 2010.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEDEIROS, Honório de. **Massilon**: nas veredas do cangaço e outros temas afins. Natal: Sarau das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Histórias de cangaceiros e coronéis**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2015.

MELLO, Frederico Pernambuco de. **Estrelas de couro**: a estética do cangaço. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5. ed. São Paulo: A Girafa Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. **Quem Foi Lampião**. Recife: Zürich, 1993.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: lutas e resistências. 10. ed. João Pessoa: A União, 2002.

MOTA, Leonardo. **No tempo de Lampião**. 3. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

NETO, Lira. **Padre Cícero**: poder, fé e guerra no sertão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NEVES, Napoleão Tavares. **Cariri**: cangaço, coiteiros e adjacências. Brasília: Thesaurus, 2009.

NOBRE, Edianne dos Santos. **O teatro de Deus**: a construção do espaço sagrado de Juazeiro a partir de narrativas femininas (Ceará, 1889-1898). 2010. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. 196 f.

NÓBREGA, Francisco Pereira da. **Vingança, não**: depoimentos sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1960.

NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. 6. ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2005.

OLIVEIRA, Aglae Lima de. **Lampião, cangaço e Nordeste**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1970.

OLIVEIRA, Bismarck Martins de. **Cangaceiros de Lampião**: de A a Z. Campina Grande: Impressos Adilson, 2012.

\_\_\_\_\_. **Histórias do cangaço**: o saque de Sousa, Paraíba (27 de julho de 1924). Campina Grande: Impressos Adilson, 2009.

PELBART, Peter Pal. O tempo virtual. In: **O tempo não-reconciliado**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 1998.

PEREIRA, Auricélia Lopes. **O Rei do cangaço e os vários Lampiões**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000. 313p.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PINTO, Luís de Aguiar Costa. **Lutas de família no Brasil**: uma introdução ao estudo. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

PRATA, Ranulfo. **Lampeão**. São Paulo: Traço Editora, [s. d].

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do cangaço**. 5. ed. São Paulo: Global, 1997.

\_\_\_\_\_. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. 56. ed. São Paulo: Siciliano, 1997.

RAMOS FILHO, Vagner Silva. **“Século Virgulino”**: o cangaço nas (con)fusões da memória entre comemorações de Lampião no tempo presente. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 74. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

REZENDE, Antônio Paulo. A modernidade e o moderno: significados. **Clio**, Recife, n. 14, v. 1, 1993.

ROCHA, Melchiades. **Bandoleiros das Caatingas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

ROCHA, Vera Figueiredo. **Cangaço**: ecos na literatura e cinema nordestino. Fortaleza: Premius, 2015.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulinas; Editora da UFRGS, 2006.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **O cangaço no combate das memórias**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SÁ, Luiz Conrado de Lorena. **Serra Talhada 250 anos de história 150 anos de emancipação política**. Serra Talhada: Sertagráfica, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnicas e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz. (Orgs.). **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

SARMENTO, G. T. A. **Nas redes das memórias**: as múltiplas faces do cangaceiro Chico Pereira. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SOARES, Cristiano Emerson de Carvalho. **Pereiras e Carvalhos**: uma história da espacialização das relações de poder (Serra Talhada-PE). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015. 149p.

SOARES, M.C.C. **Lampião, a marca que vende o Nordeste**. Recife: Ed do Autor, 2007.

SOUSA, Neto. **José Inácio do Barro e o cangaço**. Cajazeiras: Editora Real, 2011.

SOUSA, R. A. S. Natureza e Sensibilidade na História Oitocentista. ANPUH\_- SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, Natal, 2013. **Anais...** Natal, 2013.

SOUZA, M. J. L. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p. 77-116.

\_\_\_\_\_. Território da Divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

SUN TZU. **A arte da guerra**: os trezes capítulos originais. São Paulo: Jardim Livros, 2007.

TÁVORA, Franklin. **O cabeleira**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2010.

TORRES FILHO, Geraldo Ferraz de Sá. **Pernambuco no tempo do cangaço (Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Virgulino Ferreira “Lampião”) Um bravo militar: a vida e a época do tenente coronel Theophanes Ferraz Torres: 1894-1925**. Vol .1. Recife: Editora Bagaço, 2011.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Rio de Janeiro: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. **Paisagens do medo**. São Paulo: EDITORA UNESP, 2005.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. **A organização espacial do cangaço sob a chefia de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião (1922-1938) ou como produzir território em movimento**. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995. 176p.

\_\_\_\_\_. Jorge Luiz Mattar. **O povo em armas: violência e política no sertão Pernambucano**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

\_\_\_\_\_; MARQUES, A. C. O poder e o território do bandido: reflexões sobre Lampião, o rei do cangaço. **Ilha**, Florianópolis, n. 0, 1999, p. 119-138.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

WILSON, Luís. **Vila Bela, os Pereiras e outras histórias**. Recife: Ed. Universitária, 1974.





## ANEXO I:

### **Pacto dos Coronéis: Ata da sessão realizada na vila de Juazeiro em 1911**

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e onze, nesta vila de Juazeiro do Padre Cícero, Município do mesmo nome, Estado do Ceará, no paço da Câmara Municipal, compareceram à uma hora da tarde os seguintes chefes políticos: Coronel Antônio Joaquim de Santana, chefe do Município de Missão Velha; Coronel Antônio Luís Alves Pequeno, chefe do Município do Crato; Reverendo Padre Cícero Romão Batista, chefe do Município do Juazeiro; Coronel Pedro Silvino de Alencar, chefe do Município de Araripe; Coronel Romão Pereira Filgueira Sampaio, chefe do Município de Jardim; Coronel Roque Pereira de Alencar, chefe do Município de Santana do Cariri; Coronel Antônio Mendes Bezerra, chefe do Município de Assaré; Coronel Antônio Correia Lima, chefe do Município de Várzea Alegre; Coronel Raimundo Bento de Sousa Baleco, chefe do Município de Campos Sales; Reverendo Padre Augusto Barbosa de Meneses, chefe do Município de São Pedro de Cariri; Coronel Cândido Ribeiro Campos, chefe do Município de Aurora; Coronel Domingos Leite Furtado, chefe do Município de Milagres, representado pelos ilustres cidadãos Coronel Manuel Furtado de Figueiredo e Major José Inácio de Sousa; Coronel Raimundo Cardoso dos Santos, chefe do Município de Porteiras, representado pelo Reverendo Padre Cícero Romão Batista; Coronel Gustavo Augusto de Lima, chefe do Município de Lavras, representado por seu filho, João Augusto de Lima; Coronel João Raimundo de Macedo, chefe do Município de Barbalha, representado por seu filho, Major José Raimundo de Macedo, e pelo juiz de direito daquela comarca, Dr. Arnulfo Lins e Silva; Coronel Joaquim Fernandes de Oliveira, chefe do Município de Quixerá, representado pelo ilustre cidadão major José Alves Pimentel; e o Coronel Manuel Inácio de Lucena, chefe do Município de Brejo dos Santos, representado pelo Coronel Joaquim de Santana. A convite deste, que, assumindo a presidência da magna sessão, logo deixou, ocupou-a o Reverendo Padre Cícero Romão Batista, para em seu nome declarar o motivo que aqui os reunia. Ocupada a presidência pelo Reverendo Padre Cícero, fora chamado o Major Pedro da Costa Nogueira, tabelião e escrivão da cidade de Milagres, que também se achava presente. Declarou o presidente que, aceitando a honrosa incumbência confiada pelo seu prezado e prestigioso amigo Coronel Antônio Joaquim de Santana, chefe de Missão Velha, e traduzindo os sentimentos altamente patrióticos do egrégio chefe político, Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Pinto Nogueira Acioli, que sentia d'alma as discórdias existentes entre alguns chefes políticos desta zona, propunha que, para desaparecer por completo esta hostilidade pessoal, se estabelecesse definitivamente uma solidariedade política entre todos, a bem da organização do partido, os adversários se reconciliassem e ao mesmo tempo lavrassem todos um pacto de harmonia política. Disse mais que, para que ficasse gravado este grande feito na consciência de todos e de cada um de per si, apresentava e submetia à discussão e aprovação subsequente os seguintes artigos de fé política:

Art. 1º Nenhum chefe protegerá criminosos do seu município nem dará apoio nem guarida aos dos municípios vizinhos, devendo pelo contrário ajudar a captura destes, de acordo com a moral e o direito.

Art. 2º Nenhum chefe procurará depor outro chefe, seja qual for a hipótese.

Art. 3º Havendo em qualquer dos municípios reações, ou, mesmo, tentativas contra o chefe oficialmente reconhecido com o fim de depô-lo, ou de desprestigiá-lo, nenhum dos chefes dos outros municípios intervirá nem consentirá que os seus municípios intervenham ajudando direta ou indiretamente os autores da reação.

Art. 4º Em casos tais só poderá intervir por ordem do Governo para manter o chefe e nunca para depor.

Art. 5º Toda e qualquer contrariedade ou desinteligência entre os chefes presentes será resolvida amigavelmente por um acordo, mas nunca por um acordo de tal ordem, cujo resultado seja a deposição, a perda de autoridade ou de autonomia de um deles.

Art. 6º E nessa hipótese, quando não puderem resolver pelo fato de igualdade de votos de duas opiniões, ouvir-se-á o Governo, cuja ordem e decisão será respeitada e estritamente obedecida.

Art. 7º Cada chefe, a bem da ordem e da moral política, terminará por completo a proteção a cangaceiros, não podendo protegê-los e nem consentir que os seus municípios, seja sob que pretexto for, os protejam dando-lhes guarida e apoio.

Art. 8º Manterão todos os chefes aqui presentes inquebrantável solidariedade não só pessoal como política, de modo que haja harmonia de vistas entre todos, sendo em qualquer emergência "um por todos e todos por um", salvo em caso de desvio da disciplina partidária, quando algum dos chefes entenda de colocar-se contra a opinião e ordem do chefe do partido, o Excelentíssimo Doutor Antônio Pinto Nogueira Acioli. Nessa última hipótese, cumpre ouvirem e cumprirem as ordens do Governo e secundarem-no nos seus esforços para manter intacta a disciplina partidária.

Art. 9º Manterão todos os chefes incondicional solidariedade com o Excelentíssimo Doutor Antônio Pinto Nogueira Acioli, nosso honrado chefe, e como políticos disciplinados obedecerão incondicionalmente suas ordens e determinações.

Submetidos a votos, foram todos os referidos artigos aprovados, propondo unanimemente todos que ficassem logo em vigor desde essa ocasião.

Depois de aprovados, o Padre Cícero levantando-se declarou que, sendo de alto alcance o pacto estabelecido, propunha que fosse lavrado no Livro de Atas desta municipalidade todo o ocorrido, para por todos os chefes ser assinado, e que se extraísse uma cópia da referida ata para ser registrada nos livros das municipalidades vizinhas, bem como para ser remetida ao Doutor Presidente do Estado, que deverá ficar ciente de todas as resoluções tomadas, o que foi feito por aprovação de todos e por todos assinado.

Eu, Pedro da Costa Nogueira, secretário, a

escrevi. Padre Cícero Romão Batista  
Antônio Luís Alves  
Pequeno Antônio Joaquim  
de Santana Pedro Silvino  
de Alencar  
Romão Pereira Filgueira  
Sampaio Roque Pereira de  
Alencar Antônio Mendes  
Bezerra  
Antônio Correia Lima  
Raimundo Bento de Sousa  
Baleco Padre Augusto Barbosa  
de Meneses Cândido de Ribeiro  
Campos Manuel Furtado de  
Figueiredo  
José Inácio de  
Sousa João Augusto  
de Lima Arnulfo  
Lins e Silva  
José Raimundo de  
Macedo José Alves  
Pimentel<sup>159</sup>

---

<sup>159</sup> Fonte: DUTRA, Wesley Rodrigues. **Nas Trilhas do “Rei do Cangaço” e de suas Representações (1922-1927)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011. 176p.



## ANEXO II: Entrevista de Lampião concedida ao médico do Crato Octacílio Macêdo em 1926

"Lampião<sup>160</sup>, durante sua visita a Juazeiro do Norte, para onde se dirigira a convite do padre Cícero Romão, para integrar o Batalhão Patriótico no combate à coluna Prestes, foi entrevistado pelo médico de Crato, Dr. Octacílio Macêdo. Naquela ocasião, como dissemos anteriormente, Lampião estava hospedado no sobrado de João Mendes de Oliveira e, durante a entrevista, foi várias vezes à janela, atirando moedas para o povo que se aglomerava na rua.<sup>161</sup>

Essa entrevista é considerada pelos historiadores como peça fundamental no estudo e no conhecimento do fenômeno do cangaço. Vale a pena transcrever seus trechos mais importantes, atualizando a linguagem e traduzindo os numerosos termos regionais para a linguagem de hoje.

A entrevista teve dois momentos. O primeiro foi travado o seguinte diálogo:

**- Que idade tem?**

- Vinte e sete anos.

**- Há quanto tempo está nesta vida?**

- Há nove anos, desde 1917, quando me ajuntei ao grupo do Sinhô Pereira.

**- Não pretende abandonar a profissão?**

A esta pergunta Lampião respondeu com outra:

- Se o senhor estiver em um negócio, e for se dando bem com ele, pensará porventura em abandoná-lo? Pois é exatamente o meu caso. Porque vou me dando bem com este "negócio", ainda não pensei em abandoná-lo.

**- Em todo o caso, espera passar a vida toda neste "negócio"?**

- Não sei... talvez... preciso porém "trabalhar" ainda uns três anos. Tenho alguns "amigos" que quero visitá-los, o que ainda não fiz, esperando uma oportunidade.

<sup>160</sup> Fonte: DUTRA, Wesley Rodrigues. **Nas Trilhas do "Rei do Cangaço" e de suas Representações (1922-1927)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011. 176p.

<sup>161</sup> Os trechos grafados em itálico foram escritos por Otacílio Macêdo, já as indagações em negrito dizem respeito às perguntas que foram feitas a Lampião.

- ***E depois, que profissão adotará?***

- Talvez a de negociante.

- ***Não se comove a extorquir dinheiro e a "variar" propriedades alheias?***

- Oh! mas eu nunca fiz isto. Quando preciso de algum dinheiro, mando pedir "amigavelmente" a alguns camaradas.

*Nesta altura chegou o 1º tenente do Batalhão Patriótico de Juazeiro, e chamou Lampião para um particular. De volta avisou-nos o facínora:*

- Só continuo a fazer este "depoimento" com ordem do meu superior. (Sic!)

- ***E quem é seu superior?***

- !!

- ***Está direito...***

*Quando voltamos, algumas horas depois, à presença de Lampião, já este se encontrava instalado em casa do historiador brasileiro João Mendes de Oliveira.*

*Rompida, novamente, a custo, a enorme massa popular que estacionava defronte à casa, penetramos por um portão de ferro, onde veio Lampião ao nosso encontro, dizendo:*

- Vamos para o sótão, onde conversaremos melhor.

*Subimos uma escadaria de pedra até o sótão. Aí notamos, seguramente, uns quarenta homens de Lampião, uns descansando em redes, outros conversando em grupos; todos, porém, aptos à luta imediata: rifle, cartucheiras, punhais e balas..*

.- ***Desejamos um autógrafo seu, Lampião.***

- Pois não.

*Sentado próximo de uma mesa, o bandido pegou da pena e estacou, embaraçado.*

- Que qui escrevo?

- ***Eu vou ditar.***

*E Lampião escreveu com mãos firmes, caligrafia regular.*

"Juazeiro, 6 de março de  
1926 Para... e o Coronel...  
Lembrança de EU.  
Virgulino Ferreira da  
Silva. Vulgo Lampião".

*Os outros facínoras observavam-nos, com um misto de simpatia e desconfiança. Ao lado, como um cão de fila, velava o homem de maior confiança de Lampião, Sabino Gomes, seu lugar-tenente, mal-encarado.*

- É verdade, rapazes! Vocês vão ter os nomes publicados nos jornais em letras redondas...

*A esta afirmativa, uns gozaram o efeito dela, porém parece que não gostaram da coisa.*

- ***Agora, Lampião, pedimos para escrever os nomes dos rapazes de sua maior confiança.***

- Pois não. E para não melindrar os demais companheiros, todos me merecem igual confiança, entretanto poderia citar o nome dos companheiros que estão há mais tempo comigo.

*E escreveu: 1 - Luiz Pedro; 2 - Jurity; 3 - Xumbinho; 4 - Nuvueiro; 5 - Vicente; 6 - Jurema.*

*E o estado maior:*

1 - Eu, Virgulino Ferreira; 2 - Antônio Ferreira; 3 - Sabino Gomes.

*Passada a lista para nossas mãos fizemos a "chamada" dos cabecilhas fulano, cicrano, etc. Todos iam explicando a sua origem e os seus feitos. Quando chegou a vez de "Xumbinho", apresentou-se-nos um rapazola, quase preto, sorridente, de 18 anos de idade.*

**- É verdade, "Xumbinho"! Você, rapaz tão moço, foi incluído por Lampião na lista dos seus melhores homens... Queremos que você nos ofereça uma lembrança...**

*"Xumbinho" gozou o elogio. Todo humilde, tirou da cartucheira uma bala e nos ofereceu como lembrança...*

**No caso de insucesso com a polícia, quem o substituirá como chefe do bando?**

- Meu irmão Antônio Ferreira ou Sabino Gomes...

**- Os jornais disseram, ultimamente, que o tenente Optato, da polícia pernambucana, tinha entrado em luta com o grupo, correndo a notícia oficial da morte de Lampião.**

- É, o tenente é um "corredor", ele nunca fez a diligência de se encontrar "com nós"; nós é que lhe matemos alguns soldados mais afoitos.

**- E o cel. João Nunes, comandante geral da polícia de Pernambuco, que também já esteve no seu encalço?**

- Ah, este é um "velho frouxo", pior do que os outros...

*Neste momento chegou ao sótão uma "romeira" velha, conduzindo um presente para Lampião. Era um pequeno "registro" e um crucifixo de latão ordinário. "Velinha", apresentando as imagens: "Stá aqui, seu coroné Lampião, que eu truve para vomecê".*

- Este santo livra a gente de balas? Só me serve si for santo milagroso.

*Depois, respeitosamente, beijou o crucifixo e guardou-o no bolso. Em seguida tirou da carteira uma nota de 10\$000 e gorgetou a romeira.*

**- Que importância já distribuiu com o povo do Juazeiro?**

- Mais de um conto de réis.

*Lampião começou por identificar-se:*

- Chamo-me Virgulino Ferreira da Silva e pertença à humilde família Ferreira do Riacho de São Domingos, município de Vila Bela. Meu pai, por ser constantemente perseguido pela família Nogueira e em especial por Zé Saturnino, nossos vizinhos, resolveu retirar-se para o município de Águas Brancas, no estado de Alagoas. Nem por isso cessou a perseguição.

- Em Águas Brancas, foi meu pai, José Ferreira, barbaramente assassinado pelos Nogueira e Saturnino, no ano de 1917.

- Não confiando na ação da justiça pública, por que os assassinos contavam com a escandalosa proteção dos grandes, resolvi fazer justiça por minha conta própria, isto é, vingar a morte do meu progenitor. Não perdi tempo e resolutamente arrumei-me e enfrentei a luta.

Não escolhi gente das famílias inimigas para matar, e efetivamente consegui dizimá-las consideravelmente.

*Sobre os grupos a que pertenceu:*

- Já pertenci ao grupo de Sinhô Pereira, a quem acompanhei durante dois anos. Muito me afeiçoei a este meu chefe, porque é um leal e valente batalhador, tanto que se ele ainda voltasse ao cangaço iria ser seu soldado.

*Sobre suas andanças e seus perseguidores:*

- Tenho percorrido os sertões de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, e uma pequena parte do Ceará. Com as polícias desses estados tenho entrado em vários combates. A de Pernambuco é disciplinada e valente, e muito cuidado me tem dado. A da Paraíba, porém, é uma polícia covarde e insolente. Atualmente existe um contingente da força pernambucana de Nazaré que está praticando as maiores violências, muito se parecendo com a força paraibana.

*Referindo-se a seus coiteiros, Lampião esclareceu:*

- Não tenho tido propriamente protetores. A família Pereira, de Pajeú, é que tem me protegido, mais ou menos. Todavia, conto por toda parte com bons amigos, que me facilitam tudo e me consideram eficazmente quando me acho muito perseguido pelos governos.  
 - Se não tivesse de procurar meios para a manutenção dos meus companheiros, poderia ficar oculto indefinidamente, sem nunca ser descoberto pelas forças que me perseguem.  
 - De todos meus protetores, só um traiu-me miseravelmente. Foi o coronel José Pereira Lima, chefe político de Princesa. É um homem perverso, falso e desonesto, a quem durante anos servi, prestando os mais vantajosos favores de nossa profissão.

*A respeito de como mantém o grupo:*

- Consigo meios para manter meu grupo pedindo recursos aos ricos e tomando à força aos usuários que miseravelmente se negam de prestar-me auxílio.

*Se estava rico?*

- Tudo quanto tenho adquirido na minha vida de bandoleiro mal tem chegado para as vultuosas despesas do meu pessoal - aquisição de armas, convindo notar que muito tenho gasto, também, com a distribuição de esmolas aos necessitados.

*A respeito do número de seus combates e de suas vítimas disse:*

- Não posso dizer ao certo o número de combates em que já estive envolvido. Calculo, porém, que já tomei parte em mais de duzentos. Também não posso informar com segurança o número de vítimas que tombaram sob a pontaria adestrada e certa de meu rifle. Entretanto, lembro-me perfeitamente que, além dos civis, já matei três oficiais de polícia, sendo um de Pernambuco e dois da Paraíba. Sargentos, cabos e soldados, é impossível guardar na memória o número dos que foram levados para o outro mundo.

*Sobre as perseguições e fugas deixou claro:*

- Tenho conseguido escapar à tremenda perseguição que me movem os governos, brigando como louco e correndo rápido como vento quando vejo que não posso resistir ao ataque. Além disso, sou muito vigilante, e confio sempre desconfiando, de modo que dificilmente me pegarão de corpo aberto.  
 - Ainda é de notar que tenho bons amigos por toda parte, e estou sempre avisado do movimento das forças.  
 - Tenho também excelente serviço de espionagem, dispendioso, mas utilíssimo.

*Seu comportamento mereceu alguns comentários bastante francos:*

- Tenho cometido violências e depredações vingando-me dos que me perseguem e em represália a inimigos. Costumo, porém, respeitar as famílias, por mais humildes que sejam, e quando sucede algum do meu grupo desrespeitar uma mulher, castigo severamente.

*Perguntado se deseja deixar essa vida:*

- Até agora não desejei, abandonar a vida das armas, com a qual já me acostumei e sinto-me bem. Mesmo que assim não sucedesse, não poderia deixá-la, porque os inimigos não se esquecem de mim, e por isso eu não posso e nem devo deixá-los tranqüilos. Poderia retirar-me para um lugar longínquo, mas julgo que seria uma covardia, e não quero nunca passar por um covarde.

*Sobre a classe da sua simpatia:*

- Gosto geralmente de todas as classes. Aprecio de preferência as classes conservadoras - agricultores, fazendeiros, comerciantes, etc., por serem os homens do trabalho. Tenho veneração e respeito pelos padres, porque sou católico. Sou amigo dos telegrafistas, porque alguns já me tem salvo de grandes perigos. Acato os juízes, porque são homens da lei e não atiram em ninguém.

- Só uma classe eu detesto: é a dos soldados, que são meus constantes perseguidores. Reconheço que muitas vezes eles me perseguem porque são sujeitos, e é justamente por isso que ainda poupo alguns quando os encontro fora da luta.

*Perguntado sobre o cangaceiro mais valente do nordeste:*

- A meu ver o cangaceiro mais valente do nordeste foi Sinhô Pereira. Depois dele, Luiz Padre. Penso que Antonio Silvino foi um covarde, porque se entregou às forças do governo em consequência de um pequeno ferimento. Já recebi ferimentos gravíssimos e nem por isso me entreguei à prisão.

- Conheci muito José Inácio de Barros. Era um homem de planos, e o maior protetor dos cangaceiros do Nordeste, em cujo convívio sentia-se feliz.

*Questionado sobre ferimentos em combate, contou:*

- Já recebi quatro ferimentos graves. Dentre estes, um na cabeça, do qual só por um milagre escapei. Os meus companheiros também, vários têm sido feridos. Possuímos, porém, no grupo, pessoas habilitadas para tratar dos ferimentos, de modo que sempre somos convenientemente tratados. Por isso, como o senhor vê, estou forte e perfeitamente sadio, sofrendo, raramente, ligeiros ataques reumáticos.

*Sobre ter numeroso grupo:*

- Desejava andar sempre acompanhado de numeroso grupo. Se não o organizo conforme o meu desejo é porque me faltam recursos materiais para a compra de armamentos e para a manutenção do grupo - roupa, alimentação, etc. Estes que me acompanham é de quarenta e nove homens, todos bem armados e municiados, e muito me custa sustentá-los como sustento. O meu grupo nunca foi muito reduzido, tem variado sempre de quinze a cinquenta homens.

*Sobre padre Cícero Lampião foi bem específico:*

Sempre respeitei e continuo a respeitar o estado do Ceará, porque aqui não tenho inimigos, nunca me fizeram mal, e além disso é o estado do padre Cícero. Como deve saber, tenho a maior veneração por esse santo sacerdote, porque é o protetor dos humildes e infelizes, e sobretudo porque há muitos anos protege minhas irmãs, que moram nesta cidade. Tem sido para elas um verdadeiro pai. Convém dizer que eu ainda não conhecia pessoalmente o padre Cícero, pois esta é a primeira vez que venho a Juazeiro.

*Em relação ao combate aos revoltosos:*

- Tive um combate com os revoltosos da coluna Prestes, entre São Miguel e Alto de Areias.

Informado de que eles passavam por ali, e sendo eu um legalista, fui atacá-los, havendo forte tiroteio. Depois de grande luta, e estando com apenas dezoito companheiros, vi-me forçado a recuar, deixando diversos inimigos feridos.

*A respeito de sua vinda ao Ceará:*

- Vim agora ao Cariri porque desejo prestar meus serviços ao governo da nação. Tenho o intuito de incorporar-me às forças patrióticas do Juazeiro, e com elas oferecer combate aos rebeldes. Tenho observado que, geralmente, as forças legalistas não têm planos estratégicos, e daí os insucessos dos seus combates, que de nada tem valido. Creio que se aceitassem meus serviços e seguissem meus planos, muito poderíamos fazer.

*Sobre o futuro Lampião mostrou-se incerto, apesar de ter planos:*

- Estou me dando bem no cangaço, e não pretendo abandoná-lo. Não sei se vou passar a vida toda nele. Preciso trabalhar ainda uns três anos. Tenho de visitar alguns amigos, o que não fiz por falta de oportunidade. Depois, talvez me torne um comerciante.

*Aqui termina a entrevista concedida por Lampião em Juazeiro.*

*Na despedida Lampião nos acompanhou até a porta. Pediu nosso cartão de visita e acrescentou:*

- Espero contar com os "votos" dos senhores em todo tempo!

- **Sem dúvida... respondemos.**



**ANEXO III:**  
**Carta que Padre Cícero enviou a Luís Carlos Prestes em 1926**

Caros Patrícios<sup>162</sup>

Venho vos convidar à rendição

Faço-o firmado na convicção de que presto serviço à Pátria, por cuja grandeza também devem palpitar os vossos corações patriotas.

Acredito que já não nutris esperanças na vitória da causa pela qual, há tanto tempo pelejas, com excepcional bravura. É tempo, portanto, de retrocederes no árduo caminho por que seguis e que, agora tudo está a indicar, vos vai conduzindo a inevitável abismo. Isto, sinceramente, enche-me a alma de sacerdote católico e brasileiro de intraduzíveis apreensões, dominando-a de indefinível tristeza.

Reflexo do meu grande amor ao Brasil, esta tristeza, assevero-vos firmemente, é uma resultante do conhecimento que tenho dos inauditos sacrifícios que estais impondo à Nação, que entre os quais incluo, com notável relevo, o vosso próprio sacrifício e dos muitos companheiros que são vossos aliados, na expectativa de resultados, hoje, provavelmente impossíveis.

Confrange-me o coração e atormenta-me, incessantemente o espírito esse inominável espetáculo de estar observando brasileiros contra brasileiros, numa luta fratricida e exterminadora, que tanto nos prejudica vitais interesses ao interior quanto nos humilha e deprime perante o estrangeiro. Acresce que para uma Nação jovem e despovoada como é a nossa, as atividades constantes de cada cidadão representam um valor inestimável ao impulsionamento do seu progresso. De modo que para se fazer obra de impatriotismo basta contribuir-se para a paralisação dessas atividades ou para o desvio de sua aplicação

<sup>162</sup> Fonte: PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

construtora. É o que estais fazendo, involuntariamente, talvez.

Assim sendo, é claro que os outros vultuosos males não acarretasse ao País a campanha que contra ele sustentais, bastaria atentardes nesta importante razão para vos demoverdes dos propósitos de luta em que persistis.

Entretanto, deveis refletir ainda na viuvez e na orfandade que, com penalizadora abundância, se espalham por toda parte; na fome e na miséria que acompanham os vossos passos, cobrindo-vos das maldições dos vossos patrícios, que não sabem compreender os motivos da vossa tormentosa derrota através do nosso grandioso hinterland!

É, pois, em nome destes motivos superiores e porque reconheço o valor pessoal de muitos dos moços que dirigem esta malfadada revolução, que ousou vos convidar e a todos os vossos companheiros a depordes as armas. Prometo-vos, em retribuição à atenção que derdes a este meu convite, todas as garantias legais e bem assim me comprometo a ser advogado das vossas pessoas perante os poderes constitucionais da República, em cuja patriótica complacência muito confio e deveis confiar também. Deus queira inspirar a vossa resolução que aguardo com confiança.

Deus e o amor da Pátria sejam vossos orientadores neste momento decisivo da vossa sorte, cujos horizontes me parecem toldados de sombrias nuvens.

Outrossim, é meu principal desejo vos salvar da ruína moral em que, insensivelmente, vos estais embrenhando com os feios atos e desregramentos conseqüentes da revolução e que, certamente, vos conduzirão a uma inevitável ruína. Lembrai-vos de que sois moços educados, valentes soldados do Brasil, impulsionados neste vosso corajoso tentamen por um ideal, irrefletido embora, e que, entre tanto, estais passando, perante a maioria dos vossos compatriotas, por celerados comuns, já se vos tendo comparado, na imprensa das capitais, aos mais perigosos facínoras do Nordeste.

Isto é profundamente entristecedor. Deixai, portanto, a luta e voltaí à paz – paz que será abençoada por Deus, bendita pela Pátria e aclamada pelos vossos concidadãos, e, pois, só vos poderá conduzir à felicidade. Deus e a Pátria assim o querem e eu espero que assim os fareis.

Com toda atenção subscrevo-me

Vosso patrício muito grato

Padre Cícero Romão Batista

Joazeiro, 20 de fevereiro de 1926.



**ANEXO IV:  
Bilhete de Lampião ao prefeito de Mossoró Rodolfo Fernandes (1927)**

Capitão Virgolino-Terreira (Lampião)

G<sup>al</sup>. Rodolfo.

Estava eu até aqui  
pretendo ir já foi um  
aviso, ali pa' os senhoris.  
se por acaso resolver ir,  
a mandar, será a importância  
que aqui nos pedi. Eu envito  
di entrada ali parem não  
vindo esta importância se  
entrarei, até ali penso qui adeus  
querer. se entro e vai aver  
muito estrago, por isto si vir  
sdr e não entro, ali nos  
no resposte logo.

Capitão Lampião



### ANEXO V:

**Mapa (imaginário) da área de atuação do bando de Lampião (1920-1928)**



Fonte: MELLO, Frederico Pernambuco de. **Quem Foi Lampião**. Recife: Zürich, 1993.



**ANEXO VI:**  
**Carta de Lampião ao governador de Pernambuco, Júlio de Melo, em**

Senhor governador de Pernambuco,

Faço-lhe esta devido a uma proposta que desejo fazer ao senhor para evitar guerra no sertão e acabar de vez com as brigas. Se o senhor estiver no acordo, devemos dividir os nossos territórios. Eu que sou capitão Virgulino Ferreira Lampião, Governador do Sertão, fico governando esta zona de cá por inteiro, até as pontas dos trilhos em Rio Branco. E o senhor, do seu lado, governa do Rio Branco até a pancada do mar no Recife. Isso mesmo. Fica cada um no que é seu. Pois então é o que convém. Assim ficamos os dois em paz, nem o senhor manda seus macacos me emboscar, nem eu com os meninos atravessamos à extrema, cada um governando o que é seu sem haver questão. Faço esta por amor à Paz que eu tenho e para que não se diga que sou bandido, que não mereço. aguardo a sua resposta e confio sempre.

Capitão Virgulino Ferreira Lampião, Governador do Sertão<sup>163</sup>

<sup>163</sup> Fonte: MACIEL, Frederico Bezerra. **Lampião Seu Tempo e Seu Reinado**. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 1986.